

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
NÍVEL DOUTORADO

JAQUELINE ORGLER SORDI

**AMAZÔNIA DESLOCADA: ENQUADRAMENTOS DISCURSIVOS DOS JORNAIS  
FOLHA DE S.PAULO E O ESTADO DE SÃO PAULO SOBRE O DESMONTE DA  
POLÍTICA AMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO**

Porto Alegre  
2023

JAQUELINE ORGLER SORDI

**AMAZÔNIA DESLOCADA: ENQUADRAMENTOS DISCURSIVOS DOS JORNAIS  
FOLHA DE S.PAULO E O ESTADO DE SÃO PAULO SOBRE O DESMONTE DA  
POLÍTICA AMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientadora: Profa. Dra. Karla Maria Müller

Porto Alegre

2023

JAQUELINE ORGLER SORDI

**AMAZÔNIA DESLOCADA: ENQUADRAMENTOS DISCURSIVOS DOS JORNAIS  
FOLHA DE S.PAULO E ESTADO DE SÃO PAULO SOBRE O DESMONTE DA  
POLÍTICA AMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Karla M. Müller (orientadora) – PPGCOM/UFRGS

---

Profa. Dra. Ilza M. T. Girardi – PPGCOM/UFRGS

---

Prof. Dr. Marcelo Träsel – PPGCOM/UFRGS

---

Profa. Dra. Cláudia H. de Moraes – DECC/UFSM-FW

---

Prof. Dr. Jean F. B. Cerqueira – DAC/UFS

---

Prof. Dr. Felipe M. de Oliveira (suplente) – PPGCOM/UFRGS

### CIP - Catalogação na Publicação

ORGLER SORDI, JAQUELONE  
AMAZÔNIA DESLOCADA: ENQUADRAMENTOS DISCURSIVOS DOS  
JORNAIS FOLHA DE S.PAULO E ESTADO DE SÃO PAULO SOBRE O  
DESMONTE DA POLÍTICA AMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO /  
JAQUELONE ORGLER SORDI. -- 2023.  
303 f.  
Orientadora: KARLA MULLER.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e  
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação,  
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. JORNALISMO AMBIENTAL. 2. BOLSONARO. 3. ANALISE  
DE DISCURSO. 4. JORNALISMO HEGEMÔNICO. I. MULLER,  
KARLA, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

## AGRADECIMENTOS

Dizem que a escrita de uma tese é processo árduo e por vezes solitário. Prefiro pensar que só se torna possível pela enorme rede afetiva que envolve e dá suporte a quem escolhe dedicar-se à pesquisa. Durante a rigidez do caminho, a leveza se fez presente pelo cuidado, pela orientação e pela amizade da minha orientadora, Profa. Dra. Karla Müller, pelas trocas com meus colegas do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pela força da Universidade Pública, que, mesmo nos momentos adversos e sombrios da nossa história política recente, manteve-se firme na missão de promover a diversidade e ser um espaço do livre pensar.

Em meio a uma pandemia, a desafios profissionais e, principalmente, familiares, manter o foco na produção acadêmica também só foi possível pelo suporte de quem se ama. À minha família, principalmente meu pai, minha mãe e minha irmã, que sempre serviram de exemplo e inspiração intelectual. Ao meu marido, que me mostra diariamente a força de uma relação baseada em cumplicidade, amor e admiração. E à Maya, minha filha, que carrega dentro de cada célula sua um pouquinho de cada um deles, e que há dois anos tem redirecionado o meu olhar ao que de mais bonito existe: a sensibilidade de quem percebe a natureza pelo que ela é.

## RESUMO

A partir da hipótese de que a cobertura dos jornais hegemônicos brasileiros sobre a crise ambiental durante a gestão Bolsonaro (2019-2022) se manteve distante das premissas do Jornalismo Ambiental, mesmo a partir de uma maior percepção sobre a relevância do tema, esta investigação centra-se na construção e na articulação dos discursos sobre questões ligadas à Amazônia pelos jornais **Folha de S.Paulo** e **Estado de São Paulo** em relação ao desmonte de duas das principais políticas de proteção da floresta entre os anos de 2019 e 2020. Partindo de uma reflexão teórica sobre como se constituíram os discursos mais presentes na atualidade em relação à temática ambiental e às ideologias às quais estão vinculados, a partir de autores como Dryzek (2006, 2013) e Corbett (2006, 2018), a pesquisa situa a forma como esses discursos foram sendo articulados pelos veículos, para identificar as regularidades e as diferenças desses discursos e a visão específica de cada jornal, que se constitui com a escolha de fontes, temas e enfoques das reportagens. Para isso, usa como suporte analítico a noção de Enquadramento Discursivo (MORAES, 2015), que recorre a ferramentas da Análise de Discurso de linha francesa. O Jornalismo é enquadrado, nesta tese, sob os pilares da Teoria Construcionista, entendendo-o como um dos atores responsáveis por transformar os fatos em acontecimentos e, assim, reforçar ou questionar normas sociais (TUCHMAN, 1983); como uma prática discursiva, que o situa como um lugar de produção e circulação de sentidos a partir de um contrato de leitura específico que é ancorado na credibilidade dos jornalistas (BENETTI, 2008; ORLANDI, 2005); e sob a ótica do Jornalismo Ambiental, que defende uma prática comprometida com a pluralidade de vozes, com a promoção de um pensamento complexo e com a emergência de uma racionalidade ambiental (GIRARDI et al., 2018). A análise da cobertura dos veículos se deu em duas etapas: a primeira, quantitativa, partiu da identificação de aspectos que ajudaram a situar os enquadramentos; a segunda, qualitativa, possibilitou identificar os sentidos atribuídos à natureza e os discursos reproduzidos por cada jornal. O tensionamento das duas etapas resultou nos enquadramentos discursivos e no que eles falam sobre a visão específica de cada veículo em relação ao tema. Identificamos que, mesmo com pontos de diferenciação entre os enquadramentos, ambos reproduziram e reforçaram uma mesma visão acrítica ao *status quo*, que reconhece o momento de crise ambiental – mas entende que as soluções podem ser buscadas dentro do sistema capitalista-industrial – e que situa a natureza a partir de uma perspectiva utilitarista. Ao não apontarem a necessidade de uma mudança paradigmática para a superação da crise, alinham-se a uma perspectiva antropocêntrica – a mesma que constituiu as bases do discurso do governo. A hipótese de que os jornais se mantiveram distantes das premissas do Jornalismo Ambiental se confirmou e possibilitou um aprofundamento na reflexão sobre a pouca contribuição desses veículos para a proposição de saídas para a problemática ambiental que não aquela inserida na racionalidade que nos levou a esse momento de crise.

**Palavras-chave:** Jornalismo Ambiental; Bolsonaro, Amazônia, Análise de Discurso; jornalismo hegemônico.

## ABSTRACT

Based on the hypothesis that the coverage of the environment crisis during the Bolsonaro administration (2019-2022) by hegemonic Brazilian newspapers did not follow the premises of Environmental Journalism in spite of greater awareness of its relevance, this investigation focuses on the construction and articulation of Amazon-related discourses by the newspapers Folha de S.Paulo and Estado de São Paulo regarding the dismantling of two of the main forest protection policies from 2019 to 2020. Using theories about the formation of the prevailing discourses on environment and the related ideologies, such as those formulated by Dryzek (2006, 2013) and Corbett (2006, 2018), this dissertation determines how these discourses were articulated by the aforementioned newspapers. Analytical support was given by the concept of Discourse Framing (MORAES, 2015), based on French Discourse Analysis, in order to identify similarities and differences among these discourses and the specific view of each newspaper as expressed by their choice of sources, themes and approach. Journalism is understood here, according to the Constructivism Theory, as one of the agents responsible for transforming facts in events and hence reinforcing or questioning social norms (TUCHMAN, 1983); as a discursive practice that places it as an instance of meaning production and circulation stemming from a specific reading contract anchored in the journalists' credibility (BENETTI, 2008; ORLANDI, 2005); and from the angle of Environmental Journalism, which advocates the commitment to a plurality of voices, the encouragement of complex thinking, and the emergence of an environmental rationality (GIRARDI, 2018). The press coverage was analyzed on two levels: at first, in a quantitative level, strove to identify aspects helping to determine the framings; at second, in a qualitative level, allowed to determine the meanings assigned to nature and the discourses reproduced by each newspaper. Tensioning both levels resulted in identifying the discursive framings involved and what they say about the specific view each media company held. Although there were differences between the framings, we determined that both reproduced and reinforced the same acritical view of the *status quo*, which acknowledges the current environmental crisis but deems that the solutions may be looked for within the capitalist industrial system, seeing nature from a utilitarian point of view. As they do not indicate the need of a paradigm shift to overcome the crisis, they endorse the same anthropocentric perspective informing the basic government discourse. Our hypothesis that these newspapers kept distance from the premises of Environmental Journalism was confirmed and allowed in-depth reflection on the scant contribution they give to advancing solutions to current environmental issues other than the same rationality that gave rise to the crisis itself.

**Keywords:** Environmental Journalism; Bolsonaro; Amazon; Discourse Analysis; mainstream journalism.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Tipologia de John Drizek (2013)	43
<b>Quadro 2</b> – Alinhamento dos discursos ambientais de Dryzek e Corbett	48
<b>Quadro 3</b> – FDs e formações imaginárias a partir de Dryzek (2013) e Corbett (2006)	109
<b>Quadro 4</b> – Títulos, datas e sequências discursivas das matérias analisadas na FSP	117
<b>Quadro 5</b> – Eixos do discurso da Folha de S.Paulo	141
<b>Quadro 6</b> – Títulos, datas e SDs das matérias analisadas no Estadão	147
<b>Quadro 7</b> – Eixos do discurso de O Estado de São Paulo	173

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Circulação digital de FSP e O Estado de S. Paulo (2019 a 2022)_____	92
<b>Tabela 2</b> – Recorte de notícias relacionadas ao tema entre 01/01/2019 e 31/12/2020_____	99
<b>Tabela 3</b> – Matérias da FSP para mapeamento quantitativo de fontes _____	101
<b>Tabela 4</b> – Matérias de O Estado de S. Paulo para mapeamento quantitativo de fontes_____	104

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Taxa anual de desmatamento da Amazônia Legal_____	63
<b>Gráfico 2</b> – Matérias por editoria na Folha de S.Paulo (2019-2020)_____	114
<b>Gráfico 3</b> – Quantidade de matérias publicadas na FSP mês a mês_____	115
<b>Gráfico 4</b> – Fontes ouvidas e/ou reproduzidas na Folha de S.Paulo_____	117
<b>Gráfico 5</b> – Classificação das notícias da Folha de S.Paulo por enfoque_____	117
<b>Gráfico 6</b> – Quantidade de matérias publicadas no Estadão mês a mês_____	144
<b>Gráfico 7</b> – Editorias identificadas no jornal Estadão_____	145
<b>Gráfico 8</b> – Fontes ouvidas e/ou reproduzidas no Estadão_____	146
<b>Gráfico 9</b> – Classificação das notícias do Estadão por enfoque_____	147

*À Maya.*

*O teu olhar*

*Melhora o meu*

## SUMÁRIO

<b>PREÂMBULO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>2 SOCIEDADE, POLÍTICA E MEIO AMBIENTE</b> .....	<b>27</b>
<b>2.1 A Natureza deslocada: um resgate histórico</b> .....	<b>28</b>
<b>2.1.1 O Antropoceno e os limites da Terra</b> .....	<b>31</b>
<b>2.2 Discursos ambientais contemporâneos</b> .....	<b>35</b>
<b>2.2.1 Dryzek e Corbett: dos discursos às ideologias</b> .....	<b>38</b>
<b>2.2.2 Uma proposta tipológica a partir de John Dryzek</b> .....	<b>42</b>
<b>2.3 Política ambiental brasileira: um retrospecto</b> .....	<b>49</b>
<b>2.3.1 Do Pau-Brasil à Rio-92</b> .....	<b>50</b>
<b>2.3.2 Entre polêmicas e unidades de conservação</b> .....	<b>55</b>
<b>2.3.3 Política ambiental brasileira na gestão Bolsonaro</b> .....	<b>57</b>
<b>2.3.4 O direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado</b> .....	<b>60</b>
<b>3 JORNALISMO, DISCURSO E MEIO AMBIENTE: tensões, intersecções e as conexões ocultas</b> .....	<b>68</b>
<b>3.1 Jornalismo, um campo em constante devir</b> .....	<b>69</b>
<b>3.2 O jornalismo teorizado, da construção ao enquadramento</b> .....	<b>73</b>
<b>3.3 O discurso jornalístico sob a ótica da AD</b> .....	<b>79</b>
<b>3.4 Enquadramento Discursivo, um entrelaçamento entre jornalismo e discurso</b> .....	<b>84</b>
<b>3.5 Jornalismo Ambiental: conceitos, aplicações e aspirações</b> .....	<b>86</b>
<b>4 CAMINHOS METODOLÓGICOS: percursos para desanuviar o olhar</b> .....	<b>92</b>
<b>4.1 Apresentação dos <i>Corpus</i> Empírico e Discursivo</b> .....	<b>93</b>
<b>4.1.1 A seleção do <i>corpus</i>: recortes e delimitações</b> .....	<b>99</b>
<b>4.2 O passo a passo da análise</b> .....	<b>101</b>
<b>5 ENQUADRAMENTOS DISCURSIVOS NOS JORNAIS: uma leitura sobre os sentidos e ideologias que permeiam a cobertura ambiental</b> .....	<b>112</b>
<b>5.1 Folha de S.Paulo: crise diplomática, potencial econômico da floresta, discurso antropocêntrico</b> .....	<b>113</b>
<b>5.2 O Estado de São Paulo: Amazônia sob viés técnico-científico, crise diplomática e soluções sustentáveis</b> .....	<b>143</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>177</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>183</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>197</b>
<b>ANEXO A - Preservação que dá dinheiro pode desafiar discurso antiambiental de Bolsonaro</b> .....	<b>197</b>
<b>ANEXO B – Ministro do Ambiente aciona CGU para obter contratos de ONGs com Fundo Amazônia</b> .....	<b>205</b>

<b>ANEXO C – “Ministro aponta problemas e quer rever contratos de ONGs com Fundo Amazônia”</b> .....	<b>208</b>
<b>ANEXO D - “Noruega irá bloquear verba para o Fundo Amazônia”</b> .....	<b>212</b>
<b>ANEXO E – “Salles quer criar força-tarefa com mineradoras e ONGs para a Amazônia”</b> .....	<b>216</b>
<b>ANEXO F – “Empresas e agronegócio reagem com temor diante da polêmica ambiental na Amazônia”</b> .....	<b>223</b>
<b>ANEXO G - “Após Fundo Amazônia, país pode perder bilhões sem ação ambiental”</b> .	<b>229</b>
<b>ANEXO H - “Decisões da gestão Bolsonaro fragilizam controle ambiental”</b> .....	<b>234</b>
<b>ANEXO I – “Projetos dependem da floresta em pé para gerar lucro na Amazônia”</b> ...	<b>239</b>
<b>ANEXO J - “Com avanço do desmatamento, Mourão ouve cobrança de estrangeiros por resultado”</b> .....	<b>243</b>
<b>ANEXO K – “Mourão abre diálogo com ONGs ambientais criticadas por Bolsonaro”</b>	<b>247</b>
<b>ANEXO L – “Governo quer usar Fundo Amazônia para indenizar desapropriações”</b>	<b>251</b>
<b>ANEXO M – “Em carta, Noruega e Alemanha defendem objetivos e governança do Fundo Amazônia”</b> .....	<b>255</b>
<b>ANEXO N – “Noruega fica no Fundo Amazônia se alvo for o combate ao desmatamento”</b> .....	<b>258</b>
<b>ANEXO O – “Estados buscam doador europeu contra desmate”</b> .....	<b>261</b>
<b>ANEXO P – “Recorde de queimadas reflete irresponsabilidade de Bolsonaro’, rebatem ONGs”</b> .....	<b>265</b>
<b>ANEXO Q – “Como o país virou vilão ambiental em 1 mês”</b> .....	<b>269</b>
<b>ANEXO R – “Entenda a guerra dos números sobre os focos de queimadas na Amazônia”</b> .....	<b>274</b>
<b>ANEXO S – “Conter desmatamento na Amazônia passa por monitoramento e fiscalização, dizem especialistas”</b> .....	<b>281</b>
<b>ANEXO T – “Sem cumprir meta de desmatamento, Brasil vai à Conferência do Clima pedir mais recursos”</b> .....	<b>286</b>
<b>ANEXO U – “Investidores ameaçam sair do Brasil se destruição da Amazônia não parar, diz Financial Times”</b> .....	<b>293</b>
<b>ANEXO V – “Desmatamento na Amazônia em junho é maior em 5 anos, apesar de ação militar e pressão externa”</b> .....	<b>297</b>
<b>ANEXO X – “Travado desde 2019, Fundo Amazônia congela R\$ 1,4 bi para 40 projetos ambientais”</b> .....	<b>304</b>

## PREÂMBULO

Estudar a relação entre sociedade e natureza sempre se configurou como um desafio, uma vez que a compreensão desses elementos não se dá de forma isolada. Ao fazerem parte de uma mesma rede – intrincada, interdependente e complexa –, suas histórias evolutivas deveriam seguir caminhos convergentes, em uma espécie de mutualismo que visasse o bem comum desta rede. Não é o que acontece. Há décadas, o mundo vive um processo de disrupção, resultante da construção secular de conceitos que relacionam desenvolvimento com dominação, partindo do princípio de que a evolução só ocorre a partir da separação entre homem e natureza<sup>1</sup>. José Lutzenberger (1985) foi preciso ao afirmar que a visão cartesiana que ainda domina grande parte do pensamento científico atual coloca-nos como observadores externos do meio em que vivemos. Esse pensamento, dicotômico, entende o ambiente como algo que nos é distante, mas no qual estamos total e umbilicalmente imersos. É a partir deste sistema conceitual, que foi abarcado pela Ciência Moderna e protegido pelo industrialismo, que tem se estabelecido, nas sociedades ocidentais contemporâneas, a relação do indivíduo com o meio, ou seja, seus julgamentos, expectativas e ações. Só que essa relação, fundamentada na ideia do homem como centralidade e da natureza como recurso, está em crise. Após décadas de exploração desenfreada, a sociedade começa a enfrentar uma resposta da natureza a essa forma de enxergá-la e agir sobre ela. Liderada principalmente pelas mudanças climáticas, que tem nas emissões antropogênicas de gases de efeito estufa seu principal vetor, esta crise se manifesta nas mais diferentes áreas e desafia o homem a dar uma resposta – seja ela intelectual ou prática.

Escrevo estas páginas introdutórias enquanto o mundo bate recordes históricos de temperatura. O mês de julho de 2023 foi, de acordo com a Organização Meteorológica Mundial<sup>2</sup> (OMM, órgão ligado à Organização das Nações Unidas), o mais quente dos últimos 120 mil anos. Apesar de soar alarmante, este cenário não é novidade. Ele já vem sendo previsto por especialistas há décadas e sentido pelas comunidades periféricas, pelos povos da floresta e, agora, também pelas populações dos centros urbanos. Já no início do século, Leff (2002, p.191) alertava que “a crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo”. Se essa crise tem se mostrado tão urgente e escancarado a

---

<sup>1</sup> Os conceitos de Natureza e Meio Ambiente foram sendo construídos ao longo da história, sendo que seu uso ocorre muitas vezes de modo equivocado. Por isso, sempre que possível, nesta tese, faremos distinção entre as duas noções. Natureza aqui será adotada como sinônimo de mundo natural, entendida a partir de sua autonomia e suas mais diversas relações. Meio Ambiente será mais usado dentro de um contexto político, a partir das representações e das apropriações de diferentes discursos sobre o mundo natural.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://public.wmo.int/es>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

insustentabilidade dos nossos modos de vida, por que segue sendo tão difícil romper esse ciclo? E por que, apesar de alguns avanços, estamos dando tantos passos para trás? Qual o papel de políticos, da imprensa e de outros atores nesse processo de manutenção do *status quo*? E como eles podem colaborar para rompê-lo a partir da incorporação de um novo paradigma?

Essas são algumas das questões que têm me mobilizado ao longo dos anos como bióloga, jornalista e pesquisadora. De fato, desde muito cedo me vi imbuída a mergulhar na árdua, desafiadora e apaixonante tarefa de estudar a relação entre comunicação e meio ambiente. Já no meu ingresso no mundo acadêmico – graduações concomitantes em Ciências Biológicas/UFRGS e em Comunicação Social/PUCRS –, no início dos anos 2000, deparei com um abismo entre os dois campos do conhecimento. Ao longo da minha formação universitária, cujo período coincidiu com a emergência da crise ambiental nos debates públicos, tive a oportunidade, pela escolha dos dois cursos, de desenvolver uma visão mais abrangente e multidisciplinar sobre o assunto, por conseguir não só refletir sobre a relação entre desenvolvimento e natureza, mas também de inserir na equação o papel da imprensa na divulgação, na análise e na promoção de debates sobre o tema. Na minha dissertação de mestrado, defendida em 2012 neste mesmo Programa de Pós-graduação (PPGCOM/UFRGS), aprofundei mais os conhecimentos na área ao fazer um estudo de caso focado na cobertura da mídia regional (jornal Zero Hora) sobre a implementação da fábrica de “plástico verde” da empresa Brasken no Rio Grande do Sul (SORDI, 2012). Busquei, utilizando a Análise do Discurso de linha francesa (AD), compreender o processo de oferta de sentidos sobre o verde pelo jornal de maior circulação no Estado e um dos mais importantes do país.

A pesquisa realizada, somada à convivência com o Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental (UFRGS) e aos ensinamentos e orientação da professora Ilza Girardi, proporcionou-me a inserção em uma área de estudo que se mostrou ainda mais complexa e fascinante do que eu imaginava. Ao aprofundar-me na metodologia de AD, encontrei um campo vasto de possibilidades de análise dos textos, o que abriu caminho para uma nova forma de compreender como se constituem os sentidos sobre determinado tema não somente a partir do que é dito, mas também a partir do que é silenciado. A pesquisa me abriu os olhos para a urgência de uma atuação não só acadêmica, como também prática, no contexto da comunicação sobre meio ambiente. Ao longo dos sete anos posteriores, trabalhei neste mesmo jornal que outrora foi objeto de estudo, Zero Hora, em diferentes editorias, buscando sempre propor e desenvolver pautas relacionadas às temáticas ambientais e científicas. Foi um período em que pude conhecer em mais detalhes como se dão as rotinas produtivas em uma redação de jornal e entender melhor quais os mecanismos, os interesses e as limitações que fazem parte deste universo.

A experiência, apesar de ter sido extremamente produtiva e enriquecedora, mostrou também que, para seguir contribuindo de forma cada vez mais aprofundada e eficaz na construção de um jornalismo comprometido com as causas socioambientais, era preciso retornar ao universo acadêmico. Mais recentemente, em 2018, concluí uma especialização em Sustentabilidade na Universidade da Califórnia (UCLA), em Los Angeles, Estados Unidos, o que me proporcionou participar de um grupo de pesquisa multidisciplinar focado em estratégias narrativas ambientais e me reconectou ao campo da pesquisa científica em Comunicação.

De volta ao Brasil, retomei minha prática profissional, voltando a atuar em veículos de comunicação e no terceiro setor e, junto com a dedicação profissional, iniciei este doutorado, em janeiro de 2019, na mesma universidade que há quase duas décadas me acolhe e proporciona um ambiente extremamente enriquecedor de reflexão e produção de conhecimento. O meu reingresso no PPGCOM/UFRGS coincidiu com o início da gestão Bolsonaro no governo federal, que resultou em um processo de desmonte das políticas ambientais (e em outras áreas) tão intenso que direcionou minha pesquisa para este que foi um dos momentos políticos mais conturbados da história recente do país. Sigo me dedicando aos estudos sobre os movimentos de sentidos atribuídos à natureza pela mídia hegemônica, só que agora no contexto da imprensa nacional e tendo como recorte alguns dos momentos mais marcantes dos dois primeiros anos do governo que estive no poder até 2022.

Entendo que esta missão que compartilho com tantos qualificados pesquisadores e pensadores do campo, de propor olhares críticos e propositivos sobre a relação entre comunicação e meio ambiente, se faz mais necessária do que nunca no contexto político, social e ambiental em que vivemos. Em texto publicado recentemente na *newsletter* da revista online Sumaúma, a jornalista Eliane Brum alertava que “se nada for feito para preparar a espécie [humana], o risco de que os zumbis [todos nós] de hoje despertem como humanos em pânico poderá dar à catástrofe que se desenha uma dimensão que nem a ficção é capaz de antecipar”. Em contrapartida, penso que, se cada semente de reflexão plantada por pesquisadores, jornalistas e pensadores comprometidos com o despertar de uma nova consciência germinar, talvez o futuro se pareça menos com uma cena pós-apocalíptica e mais com o olhar do menino índio Kabá Darebu sobre seu território, sua comunidade e o seu lugar no mundo<sup>3</sup>:

---

<sup>3</sup> Kabá Darebu é o personagem da obra de mesmo nome, de autoria de Daniel Munduruku, publicada pela editora Brinque-Book em 2002.

*A gente acredita que todos os seres da natureza têm um espírito  
que os protege e a nós também.*

*Por isso, temos que aprender a nos comunicar com os  
espíritos da floresta, falar com eles,  
sonhar com eles, respeitá-los.*

*Nós gostamos de ser o que somos porque somos parte de um  
povo e temos orgulho de nossa gente,  
de nossa história, de nossos antepassados.*

*Queremos contar aos nossos filhos tudo que aprendemos, e  
queremos que eles compartilhem  
com seus filhos e para os filhos de seus filhos.*

*Só assim continuaremos vivos....*

*.... e livres.*

*(MUNDURUKU, 2002).*

## 1 INTRODUÇÃO

Vivemos um tempo em que a pauta ambiental é presença constante no dizer sobre a vida social. Não apenas pela força factual de acontecimentos cotidianos – as mudanças climáticas têm tornado eventos extremos como ondas de calor, enchentes e furacões cada vez mais intensos e frequentes –, mas pelas inquietações sobre causas e consequências que daí emergem. O reflexo disso é evidente nos meios de comunicação, nos quais notícias sobre a crise ambiental vêm ocupando incessantemente um maior destaque na última década. Os discursos que circulam nestes veículos, entretanto, constroem representações dos problemas ambientais sob diferentes ângulos e a partir de distintas visões de mundo, resultando em percepções também distintas sobre responsabilidades e soluções. Nesta perspectiva, de acordo com Aguiar (2007), o momento atual tem recolocado, “na cena teórica, a natureza enquanto uma questão para o pensamento: a ecologia emerge como um campo de saber e um problema ético-político”, o que fica evidenciado pela intensa disputa por uma hegemonia discursiva no campo. Em alguns países, como Estados Unidos e Brasil, o tema se tornou ainda mais complexo a partir da eleição de governos conservadores, fundamentados em ideologias que “negam a existência dos problemas socioambientais, substituindo a discussão das questões reais por um discurso persecutório” (ARAÚJO; VIEIRA, 2019, p.367). Se nos Estados Unidos este cenário ficou evidente entre os anos de 2017 e 2021 sob a liderança do republicano Donald Trump, no Brasil foi a ascensão de Jair Bolsonaro (então PL), em 2019, que reposicionou os debates sobre meio ambiente e justiça social.

Considerado o quinto maior país do mundo, o Brasil engloba quase dois terços da Floresta Amazônica, cerca de 20% da diversidade biológica do planeta, a maior quantidade de água doce e o maior número de povos indígenas isolados. Por ser considerado um importante ator na governança global do clima, a política ambiental do país é uma preocupação estratégica não apenas internamente, mas para o mundo (ROCHEDO et al., 2018). Quando traçamos um retrospecto das políticas ambientais brasileiras das últimas décadas, verificamos que, inicialmente regidas por um modelo primário-exportador, elas estiveram sempre ligadas a uma visão desenvolvimentista, sob uma ótica predominantemente econômica (BURSZTYN e BURSZTYN, 2013). Mais recentemente, no entanto, devido a uma mudança de percepção sobre a crise ambiental diante da emergência climática, os processos decisórios brasileiros passaram a contar com um importante – ainda que insuficiente – reposicionamento, o que possibilitou avanços na implementação de mecanismos de proteção ambiental tanto nas esferas federal quanto estaduais e municipais.

Esse cenário de pequenas conquistas, porém relevantes, que estava se consolidando desde o início do século, foi paralisado em janeiro de 2019, quando Jair Bolsonaro assumiu a presidência da República, sendo eleito pela maioria da população brasileira a partir de um discurso que defendia uma política de flexibilização da legislação ambiental e desmonte de órgãos de proteção ao meio ambiente. Em julho de 2018, por exemplo, o então candidato prometeu que, se eleito, abriria terras indígenas e quilombos ao garimpo, permitindo até mesmo a venda dessas áreas<sup>4</sup>. Em setembro do mesmo ano, durante pronunciamento, afirmou que as políticas ambientais e os direitos indígenas dificultavam o desenvolvimento e criticou fiscais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) pela aplicação de multas ambientais, sugerindo que iria alterar a legislação para proteger indivíduos e empresas que exploravam os biomas brasileiros. “O Ibama multa de forma industrial o homem do campo. Nós não podemos ter gente no governo maltratando quem produz. Essa festa vai acabar”, afirmou, em entrevista, após participar de formatura de cadetes aspirantes a oficiais do Exército na Academia Militar das Agulhas Negras, no Rio de Janeiro, em 1º de dezembro de 2018<sup>5</sup>.

À frente do cargo, o mandatário e sua equipe consolidaram muitas dessas promessas e implementaram outras tantas que, ora contrastando com as iniciativas que estavam sendo implementadas por governos anteriores e ora intensificando discursos retrógrados que ainda ecoavam nos espaços de poder, resultaram em um sistemático desmonte das políticas ambientais brasileiras. Se antes o Brasil avançava a passos lentos no enfrentamento da crise ambiental, entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2022, passou a andar para trás.

O responsável por materializar grande parte desse processo foi o advogado e administrador Ricardo Salles, que já no início da gestão Bolsonaro assumiu o cargo de Ministro do Meio Ambiente. Durante os 30 meses em que esteve à frente do cargo (Salles foi exonerado em junho de 2021 após acusações de suposto envolvimento em esquema de exportação ilegal de madeira do Brasil para o Exterior), o governante liderou centenas de ações consideradas retrocessos por especialistas de diferentes áreas. Entre elas, o desmonte dos órgãos ambientais a partir de demissões e da propagação de discursos que deslegitimavam seus funcionários; corte de verbas nos mecanismos de fiscalização; avanço recorde do desmatamento na Amazônia com a paralisação de projetos de proteção da floresta; tentativa de esvaziar normas de proteção mais

---

<sup>4</sup> Disponível em <[https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-promete-liberar-garimpo-em-terras-quilo\\_mboas-22884565](https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-promete-liberar-garimpo-em-terras-quilo_mboas-22884565)> Acesso em: 12 mar. 2019.

<sup>5</sup> Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2018/12/01/bolsonaro-participa-de-formatura-de-cadetes-na-academia-militar-das-agulhas-negras.ghtml>> Acesso em: 12 mar. 2019.

rígidas, como a Lei da Mata Atlântica e do estabelecimento de Áreas de Preservação Permanente; implementação de um discurso institucional vinculado à defesa de madeiras e do agronegócio; entre outros.

Suas ações e motivações, em sintonia com as do presidente Jair Bolsonaro, ficaram ainda mais claras durante uma reunião ministerial cuja gravação se tornou pública em 22 de maio de 2020, quando o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a quebra de sigilo do encontro que ocorrera um mês antes, em 22 de abril. A reunião havia sido realizada semanas depois de a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter declarado que a disseminação da Covid-19 (doença causada pelo coronavírus) havia alcançado o nível de uma pandemia. Enquanto os brasileiros despertavam diariamente buscando seguir suas rotinas a partir das regras impostas pelo “novo normal”, com restrições de circulação e obrigatoriedade de medidas protetivas, trechos do encontro, em que os políticos se reuniram sem o uso de máscaras de proteção, eram reproduzidos abertamente em canais de TV, sites e redes sociais. As imagens foram divulgadas porque faziam parte de um inquérito aberto para apurar a acusação do ex-ministro da Justiça Sérgio Moro de que o presidente Bolsonaro teria tentado interferir na Polícia Federal para evitar investigação de familiares. Mas revelavam muito mais do que possíveis desvios de conduta no âmbito de interesse privado. Elas expuseram ataques de ministros e secretários a outros Poderes e governantes – incluindo pedidos de prisão a prefeitos, governadores e membros do Supremo –, promessas ilícitas, xingamentos e estratégias para enfraquecer legislações vigentes. Um dos trechos que mais ganhou notoriedade foi a fala de Ricardo Salles afirmando que o governo deveria aproveitar o momento em que o foco da sociedade e da mídia estavam voltados ao novo coronavírus para flexibilizar regras de proteção ambiental e dar canetadas para “ir mudando o regramento”. A ideia, como disse o próprio, era “aproveitar para ir passando a boiada”:

**A oportunidade que nós temos, que a imprensa tá nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas (...) Grande parte dessa matéria se dá em portarias e normas dos ministérios que aqui estão, inclusive o de meio ambiente, e que são muito difíceis, e nesse aspecto eu acho que o Meio Ambiente é o mais difícil de passar qualquer mudança infralegal em termos de instrução normativa ou portaria, porque tudo que a gente faz é pau no judiciário no dia seguinte. Então, pra isso precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só se fala de covid, e ir passando a boiada. E ir mudando todo o regramento. E simplificando normas, de Iphan, de Ministério da Agricultura, de Ministério do Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulatória que nós precisamos em todos os**

**aspectos.** (...) não precisamos de congresso. Porque coisa que precisa de Congresso também, nesse fuzuê que tá aí, nós não vamos conseguir aprovar. Agora, tem um monte de coisa que é só parecer, caneta, parecer, caneta. Sem parecer também não tem caneta, porque dar canetada sem parecer é cana. Isso aí vale muito a pena (UOL, 2020, grifo nosso)<sup>6</sup>

A “boiada”, na verdade, já estava passando desde 2 de janeiro de 2019. No segundo dia frente ao cargo, o presidente Bolsonaro havia decretado a Medida Provisória 870/2019, gerando a Lei 13.844/2019, que esvaziou o Ministério do Meio Ambiente. O Serviço Florestal Brasileiro, que gerenciava o Cadastro Ambiental Rural (CAR), foi deslocado para o Ministério da Agricultura; a Agência Nacional de Águas foi deslocada para o Ministério do Desenvolvimento Regional e foram retiradas do Ministério do Meio Ambiente as atribuições de controle ambiental da pesca. Um estudo<sup>7</sup> da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) mostrou que, desde o início do governo Bolsonaro até setembro de 2020, foram assinados pelo menos 57 atos que enfraqueceram de forma significativa as legislações ambientais.

O momento de crise institucional chamou atenção não somente pelo retrocesso no campo de políticas públicas como também abriu espaço para a reflexão sobre o papel de outros atores sociais, entre eles a imprensa, neste processo.

Partindo-se da premissa de que os meios de comunicação exercem um papel fundamental no enfrentamento de desafios sociais não apenas transformando fatos em acontecimentos jornalísticos, mas também questionando os agentes envolvidos, ofertando sentidos e mobilizando o debate público, **esta pesquisa dedica-se a analisar como jornais de referência brasileiros – a saber, Folha de S.Paulo e O Estado de São Paulo – cobriram este processo de desmonte das políticas públicas a partir da identificação dos enquadramentos discursivos e das ofertas de sentidos sobre a Amazônia.**

Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo foram os veículos selecionados para esta análise por serem dois dos principais jornais de referência do país e ocuparem o segundo e o terceiro lugar no ranking de maior circulação digital do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)<sup>8</sup>. De modo geral, jornais de referência são aqueles que têm tradição no mercado e repercutem como fontes de informação para veículos de menor porte. Ainda, de acordo com Benetti (2014), eles se caracterizam por terem ampla distribuição nacional; pautarem grandes debates públicos

<sup>6</sup> Parte da fala de Ricardo Salles em reunião ministerial em 22 de abril de 2020, transcrita conforme foi dita. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6cg5AAcijv4>>. Acesso em: 01 out. 2022.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/estudosciencia>> Acesso em: 2 mai. 2022.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2023/02/circulacao-jornais-no-impreso-digital-ivc-2015-2022-1.png>> Acesso em: 5 abr. 2022

em outros veículos e serem reconhecidos no Exterior como representativos do jornalismo brasileiro.

Entendemos que a comunicação é central para situar, mobilizar e sensibilizar as pessoas sobre a crise ambiental, e a percepção sobre a importância do tema tem resultado em um aumento de pesquisas teóricas e empíricas ao longo dos últimos anos (BUENO, 2007), bem como em uma significativa aproximação de pesquisadores do campo, o que fica evidenciado, por exemplo, com a criação de eventos como o Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental (CBJA), em 2005, e o Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA), em 2011. No entanto, consideramos que ainda são insuficientes os estudos que relacionam a prática jornalística com a problemática ambiental no Brasil. A maior parte dos esforços neste sentido partem de alguns poucos grupos de pesquisa, como o Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental (GPJA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que, em uma trajetória de mais de uma década de aprofundamento na área, vem realizando um importante trabalho não só de mapear os discursos ambientais na imprensa nacional como em propor reflexões importantes sobre os fundamentos deste campo e em acompanhar a sua evolução. Levantamento realizado por Barros e Sousa (2010) sobre trabalhos no Brasil e em Portugal que analisam a abordagem jornalística da pauta ecológica confirmam que há uma tendência de aumento dos estudos na última década, em um esforço para dar conta da também crescente cobertura dos veículos sobre a temática, cada vez mais dispersa e com diferentes enfoques, como econômico, social, climático, entre outros. Ainda, em um panorama traçado por Girardi, Loose e Camana (2015) a respeito do estado da arte das dissertações e teses em Jornalismo Ambiental no Brasil entre 1987 e 2010, as autoras identificaram 101 trabalhos, sendo oito teses de doutorado, 90 dissertações de mestrado e três trabalhos de pós-graduação profissionalizante. Destes, de acordo com as análises dos resumos, o enfoque predominante era o produto em mais de 80%, sendo que as temáticas mais recorrentes identificadas foram “sustentabilidade”, “Amazônia”, “natureza/preservação”, “mudanças climáticas” e “transgênicos”. O entrelaçamento com políticas públicas, como é o foco desta tese, não aparece de forma significativa no mapeamento.

Como forma de justificar as escolhas desta pesquisa relacionadas à teoria, à metodologia e ao objeto, realizamos um mapeamento do estado da arte nos últimos anos (entre 2015 e 2023), a fim de situar como o campo evoluiu nos anos recentes. Em busca realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com as expressões “jornalismo+ambiente” e “jornalismo+ambiental”, foram encontradas 22 dissertações de mestrado e 10 teses. Dessas, 14 foram publicadas entre os anos de 2019 e 2023 e apenas quatro estão relacionadas, direta ou

indiretamente, às políticas ambientais durante o governo Bolsonaro. Ainda, por se tratar de um período tão recente na história do país – e também curto para produções acadêmicas mais completas –, buscamos artigos publicados em revistas científicas e acadêmicas sobre o tema neste mesmo período. Pelo site de busca Google Acadêmico, encontramos oito trabalhos que, com diferentes metodologias, mapearam a cobertura de veículos da imprensa hegemônica sobre a política ambiental entre 2019 e 2023. Destacamos a publicação *Meio Ambiente no Jornal Nacional: das tragédias às disputas políticas*, em que Girardi et al. (2023) apontaram que, ao longo de 2019, houve uma ampliação e uma transversalidade da pauta ambiental no programa Jornal Nacional (JN), da Rede Globo. Porém, foi utilizada como metodologia a Análise de Conteúdo, pelo meio da qual identificaram que a cobertura foi feita, majoritariamente, de forma superficial e compartimentalizada. Também utilizando a Análise de Conteúdo, Soares e Pedrini (2023), no artigo *Canetadas, Meio Ambiente e Covid-19: como o jornal Folha de S.Paulo noticiou o “passar da boiada” do governo Bolsonaro em 2020*, identificaram que, em reportagens sobre o tema publicadas entre fevereiro e agosto de 2020, a cobertura do veículo foi “falha, uma vez que [o tema] não foi tratado com complexidade e aprofundamento, por vezes ignorando o caráter interdisciplinar desta especialidade” (p.250). Ainda, no artigo *Populismo Autoritário e Meio Ambiente no Brasil: Enquadramentos do discurso antiambiental de Jair Bolsonaro em editoriais nacionais e internacionais*, Araújo e Campos (2022) analisaram como jornais de referência brasileiros e de outros países enquadraram a agenda ambiental brasileira entre janeiro de 2019 e agosto de 2020 nos seus editoriais, concluindo que os veículos nacionais mobilizaram categorias do populismo-autoritário, adotando um tom crítico sobre a gestão Bolsonaro.

Os estudos acima mencionados, somados ao arcabouço teórico de estudos em Jornalismo Ambiental que vêm sendo desenvolvidos no Brasil ao longo dos últimos anos, ajudaram-nos a estruturar a hipótese desta tese: apesar de uma maior atenção dada pelos veículos hegemônicos sobre a pauta ambiental durante a gestão Bolsonaro, os jornais seguiram reforçando uma ideologia antropocêntrica a partir da reprodução de discursos acrílicos ao *status quo*, que representam a natureza pelo seu viés utilitarista e econômico. Estes se mantêm distantes, assim, das premissas do Jornalismo Ambiental, não cumprindo o papel de sensibilizar e fomentar olhares sobre o meio ambiente que não aqueles presentes nos discursos hegemônicos.

Para investigar essa hipótese, o **tema da pesquisa centra-se nos enquadramentos discursivos sobre questões ligadas à Amazônia dados por jornais de referência durante o processo de desmonte das políticas ambientais brasileiras no governo Bolsonaro**, e o problema que a move é:

– Que sentidos expressam os discursos sobre a Amazônia nesses veículos?

– Para responder a essa questão, a desmembramos em perguntas secundárias: quais os enquadramentos discursivos sobre o tema nestes veículos? Quais são as vozes presentes e quais os critérios de noticiabilidade? Quais as disputas ideológicas presentes? Quais os sentidos ofertados a partir do que é dito e do que é silenciado?

**O objetivo geral desta pesquisa é compreender os enquadramentos discursivos sobre questões ligadas à Amazônia e como foram articulados por jornais de referência – Folha de S.Paulo (FSP) e Estado de São Paulo (Estadão) – durante o processo de desmonte das políticas ambientais sob a gestão Bolsonaro.** Para alcançá-lo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os enquadramentos durante a cobertura sobre o processo de desmonte de dois atos governamentais que tiveram impacto significativo no aumento da destruição da Amazônia a partir da identificação dos critérios de noticiabilidade, fontes, enfoques e ênfases.
- b) Mobilizar a AD para observar as regularidades discursivas nos enquadramentos discursivos dos jornais FSP e Estadão, assim como os deslizamentos de sentidos quando presentes e os possíveis silenciamentos;
- c) Analisar os discursos destes jornais a fim de identificar as ofertas de sentidos sobre a Amazônia;
- d) Tensionar os achados com as premissas do Jornalismo Ambiental<sup>9</sup> para refletir sobre a possível contribuição da imprensa hegemônica na formação de uma consciência ambiental.

Metodologicamente, a pesquisa apropria-se de ferramentas da Análise de Discurso de linha francesa (AD), a partir de Michel Pêcheux (2009), para identificar os enquadramentos discursivos a partir de uma adaptação da proposta analítica inaugurada por Moraes (2015), que busca responder, a partir dos enquadramentos dados a determinado tema pelos veículos analisados, a questão sobre “o que está acontecendo aqui?”, direcionando os leitores para determinados sentidos, inscritos ideologicamente na relação entre o sujeito e o mundo. Nesta tese, a construção do arcabouço metodológico se deu a partir de movimentos de leitura,

---

<sup>9</sup> Como será detalhado no capítulo 3 desta tese, partimos da definição de Jornalismo Ambiental proposta pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental (GPJA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que há mais de uma década se dedica aos estudos na área e desenvolveu uma proposta de premissas que devem estar contempladas na prática.

aproximação e afastamento do *corpus*, tensionando-o com o referencial teórico para identificar as estratégias mais apropriadas de análise. As questões teórico-metodológicas são detalhadas em outros pontos desta tese, mas cabe aqui descrever brevemente alguns caminhos percorridos durante a pesquisa.

Selecionamos dois atos de desmonte das políticas ambientais que tiveram impacto significativo no processo de destruição da Amazônia e compilamos todo o material informativo online (notícias curtas e ampliadas) publicado pelos dois jornais referente à cobertura sobre esse processo – incluindo movimentos anteriores ao ato, seus impactos, repercussões, consequências e análises – ao longo dos dois primeiros anos de governo (2019-2020). A observação inicial do material selecionado indicou ser fundamental partir de uma leitura da superfície do texto e extrair dados quantitativos que, posteriormente tensionados com a análise em profundidade, nos permitiram identificar com mais precisão quais aspectos foram convocados pelo discurso a partir de como o tema ambiental foi construído, quais os problemas indicados, quais impactos e soluções propostos, quais os atores envolvidos, ouvidos e/ou citados, de que forma a relação entre homem-natureza, natureza-economia, natureza-política aparecem.

Assim, a análise foi realizada em fases, sendo a primeira quantitativa (148 matérias) e a segunda qualitativa (23 matérias). Na primeira fase, identificamos quais foram os critérios de noticiabilidade, a origem das fontes mais citadas, os principais enfoques, entre outros. Na segunda fase, a partir de um novo recorte do *corpus* (como detalhado no capítulo 4) e com aporte da AD, fizemos o mapeamento das marcas discursivas a respeito da Amazônia e da política ambiental, identificamos e analisamos as Sequências Discursivas e as relações com as Formações Discursivas<sup>10</sup> para mapear os sentidos ofertados e, assim, compreender os enquadramentos noticiosos e seus efeitos de sentido. Chegamos a um quadro com os eixos discursivos que, ao serem tensionados com os dados extraídos da primeira etapa da análise, permitiram identificar os enquadramentos discursivos de cada veículo.

A originalidade desta investigação reside na proposta de uma análise que, ao utilizar ferramentas da AD para extrair os sentidos ofertados por jornais e correlacioná-los com dados quantitativos, permite identificar os enquadramentos discursivos em coberturas mais longas (em períodos mais extensos), o que normalmente não é possível em análises discursivas pela necessidade de aprofundamento nas leituras. Ainda, entendemos que a pesquisa aqui proposta

---

<sup>10</sup> Formações Discursivas são entendidas, de acordo com Indursky (1998, p.155), como “[...] o domínio do saber constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito, mas também o que não pode, não deve ser dito”. O conceito será aprofundado no capítulo 3.

traz como diferencial a triangulação entre jornalismo, meio ambiente e políticas públicas a partir de um recorte temporal que, por representar um momento singular na história ambiental do País, merece extensa reflexão teórica em diferentes instâncias do conhecimento.

A tese está organizada em seis capítulos. Após esta introdução, o **capítulo 2 – Sociedade, Política e Meio Ambiente** propõe, inicialmente, um resgate histórico sobre as concepções em relação à natureza que moldaram as sociedades ocidentais ao longo dos séculos e que levaram aos discursos e às ideologias circulantes na atualidade. A partir das tipologias propostas por Dryzek (2013) e Corbett (2006, 2018), sistematizamos as correntes de pensamento mais presentes nas últimas décadas para, posteriormente, utilizá-las como suporte metodológico. Ainda neste capítulo, traçamos um histórico sobre a política ambiental brasileira, buscando entender como se configuraram as normas de proteção e os processos de desmantelamento desses mecanismos desde o Brasil colonial até a gestão Bolsonaro.

Como nosso objeto de pesquisa é a imprensa hegemônica, entendemos ser fundamental conceituar o campo a partir de alguns pilares que consideramos importantes para esta análise. No **Capítulo 3**, contextualizamos o jornalismo sob a ótica interacionista, como um campo discursivo e a partir das reflexões dentro da área do Jornalismo Ambiental. Autores como Tuchman (1983), Berger e Luckmann (2008) e Traquina (2001) são referenciais para situar a prática a partir de uma perspectiva construcionista, entendendo-a como um dos atores responsáveis por transformar os fatos em acontecimentos e, assim, reforçar ou questionar normas sociais. As reflexões de Benetti (2008), Orlandi (2005), entre outros, localizam o jornalismo como uma prática discursiva; e Girardi et al. (2018), Loose e Girardi (2021), Belmonte (2020) e Capra (2006a, 2006b) são acionados para dar suporte à conceituação do Jornalismo Ambiental como uma prática comprometida com a promoção de uma racionalidade ambiental.

No **Capítulo 4**, traçamos o percurso metodológico, justificando os recortes, apresentando os veículos escolhidos e detalhando as ferramentas de análise que, a partir da proposta de Moraes (2015), buscam identificar os enquadramentos discursivos dos jornais sobre a Amazônia.

O **Capítulo 5** está subdividido em duas partes, cada uma contemplando as análises quantitativas e qualitativas de cada veículo e tensionando os resultados encontrados nas duas etapas para identificar os sentidos ofertados e os enquadramentos discursivos. No **Capítulo 6**, tecemos as considerações finais, verificando a confirmação de nossa hipótese inicial e refletindo, a partir dos resultados encontrados, sobre se/como os jornais se aproximaram das premissas do Jornalismo Ambiental durante o período estudado.

Nos alinhamos a Leff (2010) quando o autor defende que a crise ambiental vivida atualmente indica a necessidade de uma mudança paradigmática a partir da formação de uma racionalidade ambiental. Este seria um imperativo ao propor a construção de uma nova ordem econômica e produtiva, não simplesmente apresentando mecanismos de limitação, controle, punição ou flexibilização; como os que norteiam a racionalidade econômica/produtiva vigente, mas buscando refundar os alicerces de um novo sistema econômico que tenha como base principal as questões ecológicas e culturais. Esta nova ordem, que vai de encontro ao modelo vigente, parte do princípio de uma participação direta e ativa da sociedade civil e organizada na tomada de decisões, legitimando-a como peça fundamental na consolidação dos alicerces sociais.

Por isso, fazem-se necessários estudos que analisem os discursos da imprensa sobre meio ambiente, seja ela hegemônica ou não, uma vez que reconhecemos o poder que esses veículos exercem sobre as representações sociais que moldam nossas vidas. Esta pesquisa, assim, se junta a uma gama de estudos que têm voltado seus esforços no sentido de propor e desenvolver problematizações referentes à representação social da natureza sob diversos ângulos. As questões ambientais estão se tornando cada vez mais complexas e urgentes, e entendemos que, muito mais do que uma função, é uma responsabilidade dos veículos de comunicação levar esse debate ao público em geral de forma contextualizada, democrática, inclusiva, aprofundada e comprometida com uma mudança de consciência.

## 2 SOCIEDADE, POLÍTICA E MEIO AMBIENTE

*"A natureza não é um objeto,  
ela é um ser vivo e consciente.  
Ela sente, ela respira,  
ela é a mãe da vida"*

*(Davi Kopenawa em A Queda do Céu: Palavras de um Xamã  
Yanomami)*

Para os Yanomami, comunidade indígena composta por cerca de 665 tribos que coabita há mais de mil anos a região norte da floresta amazônica, a “urihi” (terra) não é apenas um território. Ela é uma entidade viva e sagrada, berço de uma complexa dinâmica entre seres humanos (*Yanomae thëpë*), não humanos (*Yaro pë*), antigos ancestrais dos atuais humanos e uma infinidade de seres invisíveis (*Yai thëpë*). Por isso, deve ser respeitada e preservada. Os Yanomami entendem que os homens coabitam a terra-floresta e não possuem privilégios ontológicos em relação aos demais seres. Torna, assim, estranha a perspectiva de se pensar o território a partir de um viés de propriedade e/ou exclusão. As fronteiras entre os homens e os outros seres da floresta “são entendidas como membranas porosas que permitem trocas entre os mais diversos grupos, e não barreiras fixas que os isolam” (SENRA, 2021)<sup>11</sup>. Neste mesmo território, há séculos, milhares de homens vindos de outras regiões do planeta derrubam árvores e extraem minerais do solo para lucrar. Ao finalizar o trabalho de exploração, retiram-se, deixando um rastro de destruição. Somente entre os anos de 2019 e 2022, foram mais de 5 mil hectares de terras devastadas na Amazônia pela prática do garimpo ilegal<sup>12</sup>.

A forma como compreendemos a natureza e nos relacionamos com ela é múltipla. Ela se dá, assim como as concepções que temos da realidade, a partir de uma construção social e cultural que vai sendo moldada com o tempo e o contexto em que estamos inseridos. Como nos convida a refletir Porto Gonçalves (2002), cada sociedade se configura a partir de um modo próprio de estar no mundo, em que o território se estabelece como um espaço que enseja identidades (territorialidades), que a cada momento se materializam a partir do compartilhamento de visões sobre a natureza, sobre os homens e suas relações. É a partir desta concepção que Berger e Luckmann (2008) entendem a realidade social a partir do modo pelo qual os homens revestem de sentido e tratam discursivamente os elementos da materialidade

---

<sup>11</sup> Revista online, sem paginação.

<sup>12</sup> Prática de extração de minérios em áreas não autorizadas pelo governo, sem licença e sem seguir as normas ambientais e de segurança.

tangível e também da subjetividade. Recorremos a esta definição para sustentar que, de acordo com Geertz (1989), "a natureza não é uma coisa em si mesma, mas uma ideia construída por nós a partir de símbolos, uma construção cultural que varia de acordo com o tempo e o espaço" (p.54). A partir deste sistema conceitual, definimos como irá se estabelecer a relação do indivíduo com o meio, ou seja, os julgamentos, as expectativas e as suas ações.

Nesta tese, centramo-nos nos enquadramentos discursivos sobre a Amazônia por jornais de referência brasileiros na cobertura sobre o desmonte da política ambiental durante o governo Bolsonaro, partindo do pressuposto que esses veículos são peça-chave na circulação de conhecimentos e na construção da realidade social. Por isso, entendemos como fundamental iniciar o trabalho propondo um resgate histórico sobre as diferentes concepções de natureza na sociedade ocidental a partir da história, da filosofia e da sociologia. Autores como Morin (2000), Beck (2010) e Giddens (1996, 2002) nos guiarão nas páginas iniciais desta tese para ajudar-nos a identificar não apenas a polissemia instalada no termo, mas também como tais mudanças conceituais implicaram novas e decisivas relações entre o homem e o meio em que vive. Entendemos que essas mudanças configuram os discursos que hoje permeiam a sociedade e, em última instância, guiam suas ações. Essas concepções são resultado de longos processos de conceituação e (re)significação do ambiente, em um movimento de constante devir.

## **2.1 A Natureza deslocada: um resgate histórico**

Se a concepção milenar dos Yanomami sobre a natureza permanece com bases sólidas ainda hoje, o mesmo não ocorreu no desenvolvimento da filosofia ocidental. Encontramos nos filósofos pré-socráticos (séc. VII-V a.C.), na Grécia Antiga, algumas das primeiras reflexões sobre a natureza. Eles partiam do conceito de *physis* – termo usado para se referir ao que seria o elemento primordial da Natureza, eterno e em perene transformação – para trazer a concepção sistêmica do cosmos como um conjunto que envolve o céu e a terra, homem e natureza integrados. Em seus escritos, de acordo com Carvalho et al. (2006), mostram-nos uma dimensão de pensamento mais originária do que as dicotomias e dualismos que marcaram o posterior desenvolvimento da filosofia ocidental e que tiveram desdobramentos na ciência, na tecnologia e no modo em que nos habituamos a ver o real e a nós mesmos.

Nesta compreensão, cada ser (e a totalidade do que existe) é experienciado como uma manifestação desta dinâmica de surgimento. À *physis* pertencem o céu e a terra, a pedra e a planta, o animal e o homem, o acontecer humano como obra do homem e dos deuses, e os próprios deuses, como a expressão mais brilhante da *physis*, sua ontofania (CARVALHO et al., 2006, p.26)

À época clássica grega, assim como na contemporaneidade Yanomami, a relação homem/natureza não era de dominação, mas sim de contemplação e respeito. A ruptura dessa relação harmoniosa, no entanto, não tardou a acontecer. Ela começa com a racionalização do pensamento, cerne da cultura ocidental. É em Sócrates (470-399 a.C.), o primeiro pensador do trio de antigos filósofos gregos que inclui Platão e Aristóteles, que são estabelecidos os fundamentos filosóficos desta cultura. Estes pensadores acreditavam que a razão era a ferramenta mais importante para se alcançar o conhecimento e a verdade, e passam a focar suas reflexões no indivíduo e na organização da humanidade a partir de critérios objetivos. Não cabe, aqui, aprofundarmo-nos nestes conceitos nem buscar abrigo na história da filosofia ocidental da Natureza, mas sim pontuar suas contribuições para a transformação das significações do termo.

Em um contexto histórico de guerras, do apogeu e da crise na democracia grega, começou a se consolidar essa nova forma de pensar, que partia de uma visão de natureza desumanizada, de uma separação entre o homem, com seu pensamento agora científico, e o restante do meio em que vive. Porto-Gonçalves (1990) explica que, além das reflexões de Platão e Aristóteles, que começam a privilegiar o homem, é sobretudo pela influência judaico-cristã que se acentua a oposição de homem-natureza, espírito-matéria. Com a afirmação que Deus teria criado o homem à sua imagem e semelhança, este passa a ganhar um novo significado dentro do meio que o cerca. Bursztyn e Bursztyn (2013, p.27) são precisos ao afirmarem que, “na marcha dos séculos, o conhecimento humano evoluiu constantemente”, e os conceitos de hedonismo e egoísmo marcharam junto, “de tal modo que a história da humanidade também é a história do antropocentrismo”.

Assim se desenvolveu o sistema capitalista, estabeleceram-se as relações de poder e se consolidou a própria ciência. De acordo com Severino (2006), são com pensadores do século XVI em que se começa a praticar o conhecimento de forma autônoma, dispensando a interferência de forças transcendentais (mitos, religião, crenças), e quando a visão racionalista e mecânica do mundo e da compreensão da natureza ganham uma dimensão mais ampla. Nesse contexto, o pensamento filosófico de Francis Bacon (1561-1626) e René Descartes (1596-1650) merecem destaque. Se em Bacon encontramos a reverência a um novo sistema de saber – a ciência moderna que, distinta tanto do sistema teológico como do sistema metafísico, seria

capaz de esclarecer a totalidade dos fenômenos do universo apenas com os recursos da razão natural (SEVERINO, 2006) –, em Descartes, considerado o fundador do método científico, estabelecem-se as diretrizes que passam a enxergar a natureza como um mecanismo a ser controlado, uma máquina a ser investigada, dominada e utilizada.

A filosofia cartesiana contribuiu para ratificar que todo conhecimento tivesse como base a ciência. Similarmente à filosofia socrático-platônica, o pensador via a razão como essência do ser humano, sendo todo resto isento de racionalidade. Essa mentalidade justificaria a posição dominadora do homem frente aos demais seres vivos e outros elementos da natureza. A relevância da teoria cartesiana se dá também com a concepção do homem “máquina”, que utiliza a metáfora de um relógio para explicar como o universo – e o homem – funcionam. Em todos os sistemas naturais, de acordo com Descartes, há uma interação entre as peças (como as de um relógio), sendo que cada uma apresenta funções distintas, matemáticas e precisas que devem trabalhar para o bem do todo. “Isso retrata politicamente uma concepção mecanicista e individualista, no sentido de que cada sujeito representa com o seu trabalho a manutenção da ordem do todo” (FEITOSA, 2021, p.216).

O mecanicismo cartesiano que alicerça a ciência moderna tem inúmeras consequências, como, por exemplo, a separação do sujeito/objeto e homem/natureza. Morin (2000, p.11) afirma que “Descartes formulou este paradigma essencial do ocidente ao separar o sujeito pensante (*ego cogitans*) e a coisa entendida (*res extensa*), isto é, filosofia e ciência, e ao colocar como princípio de verdade as ideias ‘claras e distintas’, isto é, o próprio pensamento disjuntivo”. Essa relação dicotômica conduz ao pensamento utilitarista da natureza, em que tudo que difere do humano deve estar a seu dispor. O útil é um dos valores no qual o homem passa a medir suas ações, isto é, tudo que for produzido será então com a medida da utilidade. Toda a filosofia moderna passa a ter como base esse conceito.

Para José Lutzenberger (1985), a visão cartesiana, que nos situa como observadores externos da natureza, por muito tempo foi a mais facilmente aceita, exatamente por dar uma falsa noção de controle sobre o planeta. Esta visão foi (e segue sendo) constantemente reproduzida em diferentes momentos da história, como, por exemplo, no Iluminismo, movimento intelectual francês que se tornou popular no século XVIII e que defendia o uso da razão sobre o da fé para entender e “controlar” o futuro.

O século XIX manifesta o auge desse mundo pragmático, com a consolidação do capitalismo moderno, cujo interesse é pautado na economia de mercado com objetivos de produzir e assegurar os interesses individuais de consumo. Assim, com a evolução das ciências, o estudo do meio ambiente fica limitado à física, química e biologia. Enquanto isso, o homem

é estudado segundo a cultura, a história e a psicologia. Dessa forma, a integração das duas partes fica cada vez mais distante. Porto-Gonçalves (1990) explica que as divisões sociais e técnicas de trabalho instigaram, então, um pensamento cada vez mais fragmentado: “A ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo” (PORTO-GONÇALVES, 1990, p.35).

Tal pensamento atinge seu ápice na Revolução Industrial, que dá início ao período do capitalismo fossilista e imperialista (PORTO-GONÇALVES, 2006), cuja lógica do processo de acumulação de capital se caracteriza pela criação incessante de novas necessidades de consumo (ROMEIRO, 2010), o que tem sido reproduzido até os dias de hoje, apesar de crescentes movimentos de resistência.

A natureza não é mais um parceiro com que se pode jogar, parceiro que convém respeitar, mas sim um objeto à mercê de exploradores que pode ser violentado à vontade. Dominar, domesticar, possuir, se se retomam as ocorrências cartesianas, constituem, então, o inconsciente coletivo moderno. Aliás, seria possível dizer burguesista, a tal ponto ele se encontra no que tudo (natureza e social) torna-se manipulável, manobrável. (MAFFESOLI, 2010, p.72.)

Segundo Maffesoli (2010), essa lógica pode ser creditada a uma determinada forma de pensar hegemônica que requereu, a seu ver, o neologismo “burguesista”, e que encontra, ainda hoje, um terreno fértil para seguir sendo reproduzida e internalizada nas sociedades ocidentais.

### **2.1.1 O Antropoceno e os limites da Terra**

O retrospecto histórico a que se propõe inicialmente este trabalho nos conduz ao atual cenário, em que os caminhos traçados pela sociedade industrial, calcada nos princípios do capitalismo e fundamentada na ciência moderna, começam a demonstrar sinais de insustentabilidade. Há algumas décadas, a percepção de que o modelo de pensamento dominante seria insuficiente e impreciso na dimensão das relações naturais abre espaço para a proposição do surgimento de uma nova era, que pensadores definiram como Antropoceno: uma época geológica determinada pela velocidade com que a Terra reage à ação do homem.

Vivemos no tempo dos pontos catastróficos e da reversão das curvas. Recordes de temperaturas altas são seguidos cada vez com mais frequência por recordes de temperaturas baixas, ainda que a tendência global seja alta. Discute-se quase que diariamente acerca da velocidade no aumento da concentração de CO<sub>2</sub> acumulado no sistema (...). O que tudo isso sugere é que

aquela aceleração do tempo – e a compressão correlativa do espaço –, vista usualmente como uma condição existencial, psicocultural, da época contemporânea, acabou por extravasar, sob uma forma objetivamente paradoxal, da história social para a história biogeofísica (DANOWSKI, VIVEIRO DE CASTRO, 2014, p.22 e 23)

O conceito de Antropoceno vem sendo amplamente disseminado para alertar sobre as consequências da interferência humana nos ciclos naturais da terra. O uso deste termo, no entanto, tem sido alvo de debates, uma vez que, ao mesmo tempo que pode alertar para a ameaça que a humanidade representa para si e para o planeta, também pode reforçar o papel de domínio do homem sobre a natureza. Nesta tese, trazemos este conceito nos alinhando com Latour et al. (2014, p.11) quando afirmam que, "apesar de suas ciladas, o conceito de Antropoceno oferece uma via poderosa, se usada de maneira sensata, para pôr fim à [...] separação entre Natureza e Humanidade, que tem paralisado a ciência e a política desde a aurora do modernismo". Beck (2010), também alinhado a esta visão, descreve a contemporaneidade como uma sociedade de risco, em que o atual sistema de produção nos coloca em uma situação limite, que desafia a vida em suas mais diversas formas. Para o autor, os riscos que a sociedade enfrenta hoje são criados por ela, por meio das concepções sociais que se estabeleceram no mundo contemporâneo, cujas consequências não respeitam fronteiras nacionais e podem afetar pessoas em todo o mundo, como é o caso das mudanças climáticas. Tal cenário, segundo o autor, gera incertezas e ignorância, uma vez que os “novos” riscos são complexos e desafiam as concepções há séculos determinadas pela sociedade ocidental na sua relação com o meio ambiente. O autor argumenta que a sociedade de risco representa um desafio para a democracia, pois exige novas formas de governança global e participação cidadã.

É o que Giddens (1991) chama de crise da modernidade. De acordo com o autor, “a modernidade é inerentemente globalizante, e as consequências desestabilizadoras deste fenômeno se combinam com a circularidade de seu caráter reflexivo para formar um universo de eventos onde o risco e o acaso assumem um novo caráter” (p.192). Florit (1998) sistematiza de forma precisa a teoria social de Giddens na relação entre homem e natureza. Para o autor, ela se configura em três pilares: o primeiro diz respeito à radicalização da transformação da natureza pelo capitalismo industrial, o que resulta em fenômenos desejados, mas também indesejados; o segundo está relacionado com a mudança sobre a percepção de controle (ou falta de) dos processos sociais e naturais, o que gera mais incertezas do que certezas (GIDDENS, 2002, p.26); e o terceiro, que seria uma consequência dos dois primeiros, está relacionado à ruptura com a tradição, que coincide também na ruptura com a natureza no sentido que era construído até então, situando-a como um fator externo à sociedade. Assim, vive-se em uma

época em que os “efeitos secundários” das inovações já não são propriamente secundários (GIDDENS, 1996, p.126), e na qual não podemos mais negar que os supostos objetos naturais, são na verdade, “híbridos” de natureza e cultura (LATOUR, 1994). Esse momento traz também a percepção de que a crise ambiental também é uma crise econômica e uma crise social.

Daí surge um conceito importante para se compreender os discursos ambientais que se configuram neste momento de crise. Beck (1995) entende que da sociedade de risco emerge uma “modernidade reflexiva”, que seria uma resposta às limitações da modernidade tradicional, antes marcada pela confiança no progresso, na ciência e nas instituições. Esta nova modernidade passa a questionar os riscos e as incertezas que o sistema vigente, calcado no desenvolvimento dentro dos padrões da sociedade industrial, traz.

Supõe-se que modernização reflexiva signifique que uma mudança da sociedade industrial – ocorrida sub-repticiamente e sem planejamento no início de uma modernização normal, autônoma, e com uma ordem política e econômica inalterada e intacta – implica a radicalização da modernidade, que vai invadir as premissas e os contornos da sociedade industrial e abrir caminhos para outra modernidade. (BECK, 1995, p.13)

O conceito de modernidade reflexiva é, em última instância, um conceito que surge da desconfiança gerada pelas consequências do modelo vigente, que trouxe, entre suas muitas consequências, a atual crise ambiental. Neste contexto, indivíduos e sociedades são levados a refletir sobre suas escolhas e ações, sobre os modelos institucionais vigentes e sobre novas formas de lidar com os desafios que se tornam cada vez mais evidentes. Surgem novas abordagens que, ao integrar diferentes perspectivas e formas de conhecimento, reorganizam os debates sobre a sociedade, pensando em futuros possíveis.

Uma das primeiras autoras a identificar o que hoje chamamos de “crise ambiental” e a inaugurar uma proposta questionadora ao modelo vigente foi a bióloga Rachel Carson, que, em 1962, lançou o livro *Primavera Silenciosa*, no qual denunciava os perigos do uso indiscriminado de pesticidas. Ainda que sua obra tenha se tornado leitura obrigatória em disciplinas voltadas ao meio ambiente, sua voz por muito tempo foi abafada. Isso porque ela foi uma das primeiras a identificar que estávamos ingressando em um momento de ruptura dos conceitos pré-concebidos de que o desenvolvimento tecnológico seria sinônimo de evolução e progresso. Mais do que isso, um momento de ruptura com a forma de se pensar o lugar que o homem ocupa e as identidades que surgem a partir deste lugar. A autora propunha um deslocamento de sentidos que havia até então se estabilizado em uma lógica dominante e que, desde então, passaram a se apresentar como elementos flutuantes, suspensos em uma teia de possíveis significados.

Apesar da resistência de diversos setores a essas novas visões de mundo, elas começam a ganhar relevância principalmente nas décadas de 1970 e 1980, imbricadas em diferentes discursos que se relacionam por reconhecer a emergência climática como um problema imediato. Alguns marcos destes movimentos são a publicação do relatório "Os Limites do Crescimento", em 1972, pelo Clube de Roma, uma organização internacional que reuniu líderes empresariais, políticos e acadêmicos de diversos países para avaliar os impactos do crescimento econômico e populacional na qualidade de vida das pessoas e no meio ambiente. No mesmo ano, ocorre o primeiro grande encontro internacional para se discutir as questões ambientais, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – também conhecida como Conferência de Estocolmo. O evento contou com a participação de representantes de 113 países e foi um marco importante na história do movimento ambiental global, pois estabeleceu alguns dos princípios fundamentais da proteção ambiental, como a importância da educação e da conscientização e a necessidade de cooperação internacional. Já na década de 1990, podemos destacar a realização da Rio-92, também conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), na cidade do Rio de Janeiro. Considerado até hoje um dos mais relevantes encontros sobre questões ambientais na história, a Rio-92 levou à adoção de dois importantes acordos internacionais: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a Convenção sobre Diversidade Biológica. Aqui, não desejamos esgotar a lista de acontecimentos marcantes para a evolução da consciência ambiental nas últimas décadas, apenas pontuar alguns exemplos que nos ajudarão a compreender e a situar temporalmente os discursos ambientais contemporâneos, que serão descritos no próximo item deste capítulo.

Convém ressaltar que esses marcos acima citados não apenas representam movimentos importantes que consolidam estratégias de combate à degradação ambiental, mas conforme defende Goldblatt (1996), também contribuem para a compreensão acerca da emergência dos movimentos ambientalistas e das políticas do ambiente na modernidade. De fato, foi a partir do reconhecimento que vivemos em um momento de crise, como explica Badiou (2009), que se desdobraram as fidelidades ambientalistas, ou seja, os discursos ambientais que passaram a ganhar relevância no contexto social e a guiar ações de diferentes grupos. Embora haja certo consenso<sup>13</sup> em torno do reconhecimento da influência da ação humana na atual crise climática,

---

<sup>13</sup> Utilizamos a expressão “certo consenso” pois, no campo científico, há evidências irrefutáveis sobre a influência do homem nas mudanças climáticas (o que foi confirmado pelo mais recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, de 2023), porém, ainda existem algumas correntes de pensamento que refutam a ciência e desprezam não somente a influência humana na crise climática como a própria existência de uma crise.

as discussões que marcaram o início dos anos 1970 e se desdobram até os dias atuais tiveram interpretações e correntes teórico-ideológicas diferenciadas. Essas correntes contribuíram tanto para a propagação de uma “consciência ambientalista” e da noção que mais tarde seria difundida no cenário internacional como Desenvolvimento Sustentável – conceito que será detalhado no item 2.2.1 desta tese, dentro da tipologia proposta por Dryzek (2013) –, quanto para correntes de pensamentos críticos aos valores que guiam essas concepções. Compreender esses movimentos é importante, pois nos leva a adentrar a dimensão política da questão ambiental, que é dada justamente pela disputa entre os diferentes atores na busca de uma hegemonia discursiva sobre a consciência ambiental.

Em última análise, trata-se da disputa entre diferentes concepções de sociedade e da relação, concreta ou subjetiva, do homem com o seu entorno, o que resulta em práticas sociais a elas associadas e por elas legitimadas (DRYZEK, 2013). Cabe destacar aqui que o que consideramos ambientalismo ou cultura ambiental são estruturas discursivas entendidas, com base em Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2004), como práticas que definem e promovem as diretrizes das relações sociais e que estão vinculadas com crenças que vão além da relação homem X ambiente, mas na forma como o homem entende seu lugar no mundo a partir do sistema social e econômico em que está inserido. Elas não são absolutas nem fechadas em si, mas, sim, representam campos de significação que, por meio do discurso, ambicionam uma unidade social em torno de determinados conceitos. Esse entendimento é importante, pois ele está presente em correntes de análise de discurso, principalmente nas influenciadas por Foucault (2006), Pêcheux (2009) e Althusser (2001), como é o caso da Análise de Discurso francesa (AD), que é usada como suporte teórico e metodológico desta tese, e que será tratado adiante.

## **2.2 Discursos ambientais contemporâneos**

Hoje, a ciência é clara quanto ao momento que Beck (2010) descreveu como sociedade de risco. Em março de 2023, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)<sup>14</sup> divulgou o seu mais recente relatório (AR6), considerado a mais abrangente avaliação das mudanças climáticas existente no mundo hoje, fruto de oito anos de análise sobre os mais importantes estudos científicos na área. As conclusões, que em muito reforçaram os relatórios anteriores, são claras: há evidências robustas de que a atividade humana, calcada no uso de combustíveis fósseis e da terra para agropecuária extensiva, é a principal causa das mudanças

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>> Acesso em jun. 2022

climáticas que observamos atualmente, e que já deixaram o planeta 1,2°C mais quente do que na era pré-industrial. Os efeitos deste aumento de temperatura já estão sendo sentidos em diversas partes do mundo, com ondas de calor extremas, enchentes, secas, aumento do nível do mar e danos aos ecossistemas.

Como vimos no item anterior, as discussões sobre este cenário, no entanto, vêm se configurando há algumas décadas, resultando na incorporação de uma vertente da Sociologia Ambiental dentro do campo das Ciências Sociais. Esta transfere o meio ambiente, antes exclusivo aos campos de estudo politicamente neutros – como se colocam os discursos científicos (LATOUR, 1994) –, a um campo de reflexão muito mais abrangente. Segundo Leff (2007), percebe-se que o ambiente não é mais “um objeto perdido no processo de diferenciação e especificação das ciências”. Ele agora emerge em sua complexidade:

A evolução e sucessão dos ecossistemas naturais são objeto da biologia e da ecologia; mas os processos de transformação dos ecossistemas não dependem tão somente das leis biológicas da evolução, senão que se veem afetados e superdeterminados pela apropriação econômica dos recursos naturais. A reprodução do capital não pode integrar-se no objeto da ecologia. Por isso, o estudo da transformação dos ecossistemas implica a articulação dos efeitos do modo de produção sobre os efeitos naturais e biológicos provenientes da estrutura funcional de cada ecossistema. (LEFF, 2007, p.35)

Na esteira deste entendimento, surgem correntes de pensamento que não só consideram a problemática ambiental, mas trazem alternativas para a resolução destes problemas a partir de reformas institucionais, políticas e conceituais. Ainda que os discursos ambientais estejam, atualmente e majoritariamente, vinculados à ideia de que vivemos em uma sociedade de risco, existem diferentes posicionamentos dentro dele, o que os afasta de qualquer pretensão de homogeneidade. Por isso, preferimos chamar de “discursos ambientais”, no plural. Grande parte deles carrega uma historicidade construída a partir da consolidação de uma natureza objetiva e exterior ao homem, ao mesmo tempo em que traz uma incontestável percepção sobre como a ampliação do domínio do homem sobre a natureza foi reveladora das próprias limitações desse domínio:

Mesmo que, em sua totalidade, o ambientalismo possa ser posicionado como um desafio ao industrialismo, ele não constitui um contradiscurso unificado. Antes, ele é composto por uma variedade de discursos que às vezes se complementam, mas frequentemente competem entre si (DRYZEK, 2013, p.22, tradução nossa<sup>15</sup>).

---

<sup>15</sup> A obra de John Dryzek não é traduzida para o português. Por isso, todas as referências e citações do autor trazidas nesta tese partem de uma tradução nossa.

Neste campo, encontramos diferentes pensadores que buscam, a partir de um ponto em comum – o meio ambiente (em crise) –, entender as diferentes correntes de pensamento que disputam a hegemonia discursiva do campo. Essas reflexões apresentam divisões que vão desde uma dicotomia entre a ecologia “profunda” e a “rasa” (*deep e shallow ecology*), clássica proposição de Arne Naess em 1973, até o complexo modelo de John Dryzek (2013), com quatro modalidades desdobradas em submodalidades. Em um trabalho que se propõe a uma análise discursiva, cabe ao pesquisador definir, a partir de seus objetivos, que espaço discursivo é esse. Para esta tese, que busca entender os enquadramentos discursivos sobre a Amazônia dados por jornais de referência a partir de um contexto político, optamos por propor uma convergência das tipologias estabelecidas pelos autores americanos Julia Corbett (2006, 2018) e John Dryzek (2013). Esta abordagem foi escolhida por identificarmos que os enunciados do *corpus* desta pesquisa dão conta da complexidade proposta pelos autores.

John Dryzek é professor honorário do Centro de Democracia Deliberativa e Governança Global, na Universidade de Camberra (AUS), doutor em Ciência Política pela Universidade de Maryland, Washington D.C. (EUA), e um dos cientistas políticos contemporâneos de referência em sustentabilidade e governança global. Julia Corbett é professora emérita do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Comunicação e Humanidades Ambientais da Universidade de Utah (EUA) e uma das pesquisadoras contemporâneas referência em comunicação ambiental. De acordo com Aguiar e Cerqueira (2012), ambos os autores reconhecem o sistema de crenças sobre a natureza como raiz da comunicação ambiental, indicando que mensagens ambientais são produzidas, compreendidas ou contestadas a partir dos mais diversos discursos ambientais, os quais contemplam todos os cidadãos e não somente os políticos e ambientalistas. Eles convergem, também, para a ideia de que o discurso extrapola o plano da linguagem e do texto, e desponta como um sistema complexo, oriundo de sua história, que orienta as práticas sociais, atuando na constituição dos sujeitos e das estruturas sociais, seja empenhado em assegurar sua manutenção, seja reivindicando transformações.

Ainda que as trajetórias de Dryzek e Corbett sejam distintas – o que resultou em propostas tipológicas igualmente diferentes – reconhecemos que apresentam premissas complementares, uma vez que os dois autores “manifestam em comum a consideração de que as percepções da natureza e da problemática ambiental são duplamente complexas, pois residem na interseção entre os ecossistemas naturais e os sistemas sociais humanos” (AGUIAR e CERQUEIRA, 2012, p.12). A tipologia de Dryzek (2013) permite-nos observar de forma mais explícita como os discursos ambientais reconhecem e atribuem responsabilidades pela causa e pelo

enfrentamento dos problemas ambientais, sendo, então, importante para compreender o discurso ambiental a partir de sua dimensão política, enquanto aquela apresentada por Corbett (2006) ocupa-se das relações homem/natureza em um contexto mais profundo, relacionado às ideologias. As classificações propostas pelos autores serão usadas, nesta tese, principalmente para fins analíticos. Por isso, aqui cabe uma ressalva: os estudos de Dryzek se centram nas reflexões originárias de países desenvolvidos. Segundo o próprio autor, (2013, p.10) “na maioria dos casos minha cobertura geográfica abrange Europa, América do Norte, Austrália e a arena global, apesar de que às vezes ela é apropriada para se olhar para outros lugares”. Entendemos que a classificação proposta pelo autor faz sentido em uma análise do contexto brasileiro, uma vez que situamos o país ainda imbricado em sua herança colonial, admitindo que a epistemologia do Norte global<sup>16</sup>, imposta ao Sul global, por meio do capitalismo e do imperialismo, “ainda influencia territórios e modos de ser e existir, pois há modelos de desenvolvimento e conhecimento que são considerados e validados e outros não, de acordo com a perspectiva de quem detém poder econômico, político e social” (LOOSE e GIRARDI, 2021, p.321). A seguir, trazemos as abordagens dos dois pensadores e explicamos a relação que estabelecemos entre elas para fins analíticos<sup>17</sup>.

### 2.2.1 Dryzek e Corbett: dos discursos às ideologias

Dryzek e Corbett são apresentados neste trabalho uma vez que reconhecem a linguagem enquanto materialização dos discursos, destacando a comunicação ambiental como arena decisiva para sua circulação. John Dryzek (2013, p.9) define que um discurso é uma forma compartilhada de entender o mundo:

Imerso em linguagem, ele permite àqueles que se inscrevem a ele a interpretar as informações e relacioná-las em forma de histórias coerentes. Discursos constroem significados e relações, ajudando a definir o senso comum e a legitimar o conhecimento.

---

<sup>16</sup> A divisão Norte Global e Sul Global é uma classificação socioeconômica e política utilizada para separar os países desenvolvidos, chamados de países do norte, dos países do sul, grupo de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

<sup>17</sup> Entendemos que existem outras formas de pensar a questão ambiental que não diretamente ligadas à relação homem-natureza, mas as escolhas aqui expostas já são fruto de um olhar mais aprofundado feito no *corpus* da pesquisa.

O autor reconhece na linguagem o seu potencial simbólico, uma vez que as questões ambientais são por ela construídas, interpretadas, discutidas e analisadas, seja com o objetivo de estabelecer políticas ambientais, seja no sentido de orientar estilos de vidas. Para tal, Dryzek (2013) se aproxima do conceito de discurso proposto por Michael Foucault (apud AZEVEDO, 2013), que o entende não como uma simples sequência de palavras, mas um modo de pensamento que se opõe à intuição. O discurso se forma a partir de uma rede de enunciados ou de relações que tornam possível haver significantes. A noção de Discurso é empregada, então, como:

Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT apud AZEVEDO, 2013, p.156).

A partir desta conceituação de Foucault, Dryzek (2013) defende que os discursos não são neutros, mas são moldados por relações de poder e refletem os interesses e as perspectivas de diferentes grupos dentro da sociedade. O autor difere de Foucault, no entanto, quando reflete sobre a penetrabilidade do discurso. Para o pensador francês, os indivíduos estão, em sua maioria, sujeitos aos discursos em que se movem e, portanto, raramente são capazes de recuar e fazer avaliações comparativas. Dryzek (2013) defende que os discursos são poderosos, porém não impenetráveis – ou seja, eles permitem deslizar em um campo de significados, se aproximando e se afastando de determinados enunciados. Argumenta também que não há apenas um discurso dominante em um tempo e lugar, mas sim vários discursos que disputam essa hegemonia. Aproxima-se do conceito de heterogeneidade discursiva da AD, que é utilizada por Pêcheux (1983) para destacar que todo discurso é atravessado pelo discurso do outro, ou por outros discursos. Concordamos com essa visão ao analisar os discursos ambientais contemporâneos, porém, aqui cabe destacar a existência, por trás desses discursos, de ideologias – essas sim dominantes no tempo e no espaço e que interpelam o sujeito ideológico. Alinhamo-nos à perspectiva da AD, que entende que o sujeito não se constitui como “origem do dizer”, trata-se de um sujeito ideológico, ou seja, aquele conduzido sem ter consciência de sua condução, pensando ser origem do dizer.

Por isso, nesta tese entendemos ser importante trazer a visão de Corbett (2006), que compartilha a definição de discurso ambiental de Dryzek (2013), mas ressalta o discurso ambiental como a lente através da qual a comunicação ambiental, seja ela midiática ou cotidiana, manifesta-se. Na obra *Communicating Nature – How We Create and Understand Environmental Messages*, Corbett (2006) observa que a filiação de um indivíduo a um dado

discurso é um processo complexo e resultado de fatores diversos, tais como suas experiências com o mundo natural e o contexto histórico e cultural no qual se encontra inserido. Decorre, portanto, deste contexto, seu interesse pelas questões relativas ao campo ideológico. Aqui encontramos uma aproximação com a AD pois, como afirma Orlandi (2005), o discurso é a materialidade específica (particular) da ideologia, enquanto a língua é a materialidade específica do discurso. Corbett (2006) entende que as ideologias são profundamente influenciadas pelas experiências da infância, pelos antecedentes históricos, políticos e culturais e pelas relações pessoais desenvolvidas com os lugares e a terra. A autora se aproxima, ainda, da noção de Formação Discursiva (FD) da Análise de Discurso francesa para entender as representações da natureza na mídia e na literatura. Formações Discursivas<sup>18</sup> são conjuntos de práticas discursivas que compartilham certas formas de pensar e falar sobre um determinado tema e que são influenciadas pelas condições sociais e históricas em que surgem. As FDs, segundo Pêcheux (2009, p.147) determinam “o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura”. Orlandi (2001, p.41-43) complementa esse pensamento ao relatar que “os sentidos são determinados ideologicamente” e que “[...] aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro”. O que fica evidente é que o sujeito, ao dizer algo, nega outros sentidos possíveis.

Trazendo essa perspectiva ideológica para o campo, Corbett (2006) organiza os discursos ambientais em um espectro polarizado entre perspectivas **antropocêntricas**, aquelas que assumem o homem como centralidade – espécie dominante e externa ao mundo natural –, e **ecocêntricas**, cujos discursos destituem a hierarquia entre as espécies do mundo natural, situando os seres humanos apenas como uma dentre tantas outras espécies integradas ao mundo natural. Aqui, a autora se aproxima da escola filosófica fundada pelo filósofo norueguês Arne Naess, no início da década de 1970, que propunha uma distinção entre a “ecologia rasa”, aquela centralizada no ser humano, que o vê acima ou fora da natureza e atribui um valor instrumental a ela, e a “ecologia profunda”, que reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos.

Para Corbett (2006), os **discursos antropocêntricos** orientam-se pela percepção utilitária da natureza, ora se aproximando da lógica industrialista, ora se afastando dela. Eles foram historicamente constituídos tendo como marcos relevantes o afastamento do homem em relação ao mundo natural, a descoberta da agricultura e o surgimento das cidades, do cristianismo e da ciência cartesiana. São discursos empenhados em assegurar a exploração dos

---

<sup>18</sup> O conceito de Formação Discursiva (FD) será detalhado no capítulo 3, uma vez que é central para o desenvolvimento do edifício teórico da Análise de Discurso francesa (AD)

recursos naturais, com ou sem limites, uma vez que o bem-estar humano é a razão fundamental para a proteção do capital natural. Trazem uma forte herança colonial, em que o pensamento eurocêntrico, do colonizador, separa de forma radical aquilo validado e respeitado pelo Ocidente de outras formas de conceber e existir no mundo, tornando-o único. Essa visão vai ao encontro do que o antropólogo Arturo Escobar (2014) define como o pensamento moderno europeu, que se pretende universal e se caracteriza por uma visão dualista do mundo, que separa o humano do não humano; o indivíduo da sociedade; a natureza da cultura. Discursos calcados nesta visão, quando se afastam do industrialismo, abraçam iniciativas como a de proteção ambiental e manejo sustentável, sempre sob a perspectiva de que tais ações são positivas pois protegem, em última instância, os seres humanos. Já os **discursos ecocêntricos** reconhecem a subjetividade da natureza, rejeitam a superioridade do homem sobre a mesma e suscitam relações pautadas pela ética ambiental. São considerados discursos de oposição ao *status quo*. Um dos principais autores que aborda esta perspectiva é o físico austríaco Fritjof Capra (2006a, 2006b). Para o autor, a proposta desta mudança de paradigma começa a emergir a partir da percepção sobre a insustentabilidade do modelo atual que guia o pensamento da cultura ocidental. Convergindo com a categorização de Naess (1973), Capra define como Ecologia Profunda a proposta de uma visão sistêmica, que entende o ambiente “não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados (...) e que reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos (...)” (CAPRA, 2006a, p.25-26). Essa corrente considera que todas as formas de vida – quaisquer que sejam elas, das mais simples às mais complexas, têm o mesmo direito universal à existência, e este direito não pode ser quantificado. De acordo com Bursztyn e Bursztyn (2013, p.50), a ecologia profunda, com base na ecosofia – uma filosofia da existência – serviu de “base e fundamento para correntes do ambientalismo, da ecologia e de movimentos sociais que buscam distância do que qualificam como ambientalismo antropocêntrico”.

Cerqueira (2016) entende que tais visões se alinham à perspectiva do discurso em Maingueneau (2005), que permite-nos observar os discursos ambientais a partir das especificidades de seus sistemas de restrições semânticas, diferenciando-se quanto à forma como significam o mundo natural, “sendo um deles empenhando em assegurar a exploração dos recursos naturais, no caso do industrialismo, enquanto o outro esforça-se por sua proteção, no caso dos discursos reivindicados pelos movimentos ambientalistas” (CERQUEIRA, 2016, p.135). Assim, antropocentrismo e ecocentrismo são as orientações que diferenciam a compreensão da natureza entre estes dois sistemas, o primeiro orientando-se pela percepção utilitária da natureza e o segundo reconhecendo sua subjetividade. Ainda, de acordo com

Corbett (2018), tais ideologias são reproduzidas pela “linguagem, que é muito mais do que um simples veículo para transmitir informações. É uma estrutura conceitual para a criação de significados que revela suposições culturais e visões de mundo de forma inconsciente (e consciente)” (p.123, tradução nossa). É ao observar esta amplitude que a autora “considera que ações comunicativas traduzem os sistemas de crenças sobre o mundo natural, os quais orientam as percepções sobre a utilidade da natureza na vida cotidiana” (AGUIAR e CERQUEIRA, 2012, p.13).

Dentro desse espectro polarizado, Corbett (2006) considera seis categoriais de discursos ambientais: *Instrumentalismo Irrestrito* (entende que os recursos naturais devem ser usados de forma irrestrita para atender a demanda dos homens); *Conservacionismo* (sugere a adoção de restrições no uso dos recursos naturais de forma a não esgotá-los, uma vez que isso poderia comprometer as necessidades humanas); *Preservacionismo* (sugere a preservação dos recursos naturais considerando não apenas aspectos econômicos, mas também científicos, estéticos e religiosos); *Discursos orientados por valores e pela ética* (reconhecem o valor intrínseco da natureza); *Discursos Transformadores* (são propostas que objetivam transformações radicais na relação do homem com o mundo natural); e *Tradições orientais* (contemplam as antigas cosmologias orientais, como budismo e xintoísmo, a partir de suas perspectivas destituídas de hierarquias entre homem e natureza).

Não entraremos, nesta tese, em detalhes sobre a categorização de Corbett, uma vez que, assim como Cerqueira (2016), encontramos semelhanças com a tipologia proposta por Dryzek (2013) e entendemos que esta última é mais adequada à análise do *corpus*, desde que inserida dentro do espectro polarizado antropocentrismo X ecocentrismo.

### **2.2.2 Uma proposta tipológica a partir de John Dryzek**

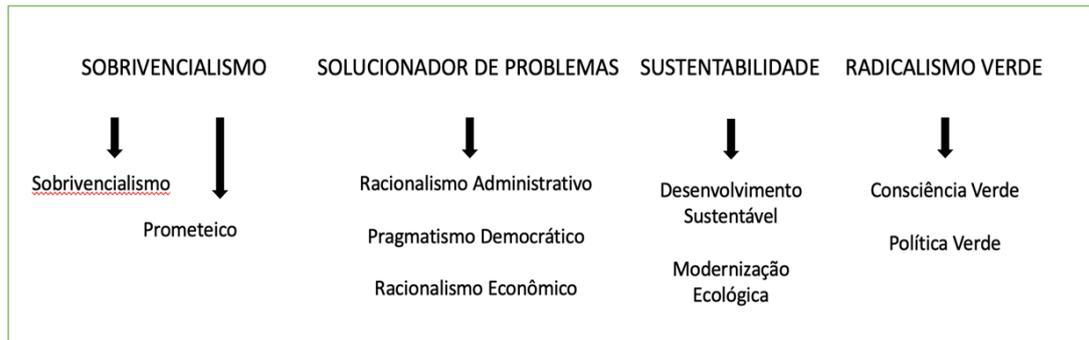
Considerando que o discurso é sempre um jogo estratégico, Dryzek (2013) se propõe, na obra *The politics of the Earth*, cuja primeira edição data de 1997, a refletir sobre o lugar que este ocupa na organização social desde que o industrialismo se torna dominante na arena ambiental. O autor entende que “o industrialismo pode ser caracterizado nos termos de um amplo compromisso com o crescimento na quantidade de bens e serviços produzidos e no bem-estar material que este crescimento traz” (DRYZEK, 2013, p.13), e que é a partir da hegemonia deste pensamento orientado a uma representação/apropriação utilitária da natureza em favor do crescimento econômico e da produção material que se formam os demais discursos que

circulam principalmente a partir da década de 1960, sejam eles reformistas, quando endossam a lógica social vigente sem reivindicar mudanças estruturais, sejam radicais, quando denunciam a incompatibilidade entre capitalismo e meio ambiente. Corroboramos com a visão do autor, mas entendendo que esses discursos, apesar de estarem fortemente ligados ao industrialismo, vêm sendo moldados tendo como base valores e símbolos anteriores, a partir de movimentos epistemológicos seculares que, ao longo do tempo, vêm estabelecendo a forma que o homem entende e se relaciona com a natureza.

A partir deste cenário, o autor propõe uma classificação que pode, “ao promover um quadro crítico e comparativo dos discursos ambientais” (DRYZEK, 2013, p.20), servir como base para diferentes análises sobre a sociedade contemporânea. Esses discursos são diferentes nos pressupostos sobre a natureza dos relacionamentos com o meio ambiente (baseados em competição ou em cooperação); na perspectiva que assumem sobre os atores (coletivistas ou individualistas); na ontologia (que diz respeito aos entes fundamentais reconhecidos ou construídos pelo discurso); e nas metáforas (ferramentas retóricas usadas para reforçar determinados sentidos).

A taxonomia proposta pelo autor é definida de acordo com duas dimensões. A primeira dimensão diz respeito ao grau em que as alternativas desejam se afastar das condições criadas pelo industrialismo: afastamentos reformistas ou radicais dos termos do discurso dominante. A segunda dimensão define ainda o caráter das alternativas propostas: prosaicas ou imaginativas. Alternativas prosaicas tomam o “tabuleiro de xadrez político-econômico estabelecido pela sociedade industrial como praticamente dado” (DRYZEK, 2013, p.14). Essas alternativas requerem mudanças, mas dentro do modelo de sociedade que já existe. Já alternativas imaginativas “buscam redefinir o tabuleiro de xadrez” (2013, p.13). De acordo com o autor, nesta perspectiva o meio ambiente é trazido para o seio da sociedade e de seus sistemas culturais, morais e econômicos, em vez de ser visto como uma fonte de dificuldades fora desses sistemas.

Apresentamos aqui os principais pontos que fundamentam a classificação proposta por Dryzek (2013), com os elementos que referenciam cada uma das categorias e subcategorias: a) Categoria Sobrevivencialismo (radical e prosaico); b) Categoria Solucionador de Problemas (reformista e prosaica); c) Categoria Sustentabilidade (reformista e imaginativa); e d) Categoria do Radicalismo Verde (radical e imaginativa). Ainda que as fronteiras entre os discursos propostos por ele sejam tênues, consideramos adequadas para proposta analítica (Quadro 1):

**Quadro 1** – Tipologia de John Drizek (2013)

**Fonte:** elaborado pela autora (2023)

a) Sobrivencialismo (radical e prosaico)

**Sobrivencialismo** é o discurso dos limites ecológicos, que ganhou força principalmente no final da década de 1960, definido por sua atenção aos limites da terra frente às ações humanas. É fundamentado em uma ontologia nominalista, pela qual o meio ambiente é um estoque de recursos não renováveis. É considerado radical porque desafia o crescimento econômico perpétuo e as relações de poder, indicando que o ritmo de crescimento econômico e demográfico levaria a uma situação catastrófica, sendo urgente a necessidade de medidas para retroceder esse quadro (DRYZEK, 2013). É prosaico porque as soluções são propostas dentro das restrições do industrialismo, a partir de uma relação de hierarquia e conflito, partindo do pressuposto que as elites são responsáveis pelo mundo, ou seja, toda ação relativa às decisões sobre o futuro do meio ambiente deve passar por essas instâncias, sejam elas compostas por administradores, cientistas e/ou outros profissionais em associação a governantes. A população não tem poder decisório nesta perspectiva, sendo apenas monitorada e controlada de acordo com as definições feitas pelas elites. O discurso surgiu em 1968, a partir da primeira fotografia da Terra tirada do espaço, que ganhou notoriedade pela hipótese Gaia, segundo a qual a Terra se comporta como se fosse um único organismo (LOVELOCK, 2010). Ganhou mais força poucos anos depois, com a publicação do relatório "Os Limites do Crescimento", em 1972, pelo Clube de Roma, constituindo-se como um dos discursos presentes até hoje nos debates sobre o meio ambiente. No mesmo ano, e a partir de discursos calcados nas mesmas premissas, aconteceu a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada na cidade de Estocolmo. O evento representou o primeiro grande passo no enfrentamento dos problemas ambientais e institucionalizou a temática ambiental na agenda política internacional, trazendo princípios como a de que as políticas ambientais devem

melhorar e não afetar adversamente o potencial desenvolvimentista atual e futuro dos países em desenvolvimento, e que o progresso da ciência e da tecnologia devem contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental (UNITED NATIONS, 1972). Dryzek (2013) destaca que os conceitos de limite da terra desta categoria são posteriormente reforçados nos anos 2000, a partir do conceito de Era do Antropoceno (descrito no item 2.1). Entre as soluções que foram propostas, ao longo dos anos, a partir deste discurso, estão as unidades de conservação, ações de manejo e o conceito de pegada ecológica. Entre as metáforas utilizadas está a do “colapso” do planeta e da “terra como nave-mãe”.

#### a.1) Discurso Prometeico

Dentro desta categoria, Dryzek (2013) apresenta o que seria o discurso de oposição ao sobrevivencialismo, um discurso dominante “sem limites” **prometeico** do industrialismo, emergido no século XVIII e que resiste até hoje. Personagem importante da mitologia grega, Prometeu é considerado uma divindade do fogo e aquele que teria aumentado enormemente a capacidade humana de manipular o mundo. “Prometeicos têm confiança ilimitada na capacidade dos humanos e suas tecnologias para superar quaisquer problemas, incluindo problemas ambientais”, explica Dryzek (2013, p.59). Segundo essa corrente, não existe a necessidade de haver preocupações quanto aos limites dos recursos naturais, pois, de acordo com sua posição ontológica, “os recursos naturais não existem; não existe um estoque de recursos, quando eles se tornarem necessários, eles vão ser procurados e encontrados” (SIMON, 1981 apud DRYZEK, 1997). O autor explica que, por vários séculos, na cultura Ocidental, a ordem prometeica foi dada como certa:

A Revolução Industrial produziu mudanças tecnológicas que transformaram materiais próximos de casa (como o carvão e, posteriormente, o petróleo) em recursos úteis. Ao mesmo tempo, a expansão colonial europeia abriu novos continentes e oceanos para exploração. O crescimento econômico capitalista poderia ser tomado como a condição normal de uma sociedade saudável. Mesmo aqueles que ansiavam por um futuro além do capitalismo, notadamente Karl Marx, aplaudiam o progresso tecnológico, o crescimento econômico e a conquista da natureza. (DRYZEK, 2013, p.59)

De acordo com Dryzek (2013), esse é o atual discurso político-econômico dos sistemas capitalistas liberais dominante em muitos países, onde governos veem como sua principal tarefa o crescimento econômico, e que este ainda geralmente flutua livre de qualquer senso de restrições ambientais. As entidades básicas do discurso de Prometeu são as pessoas, os mercados, os preços, a energia e a tecnologia, que se relacionam de acordo com a lógica de que

as mentes humanas possuem hierarquia sobre todo o sistema. Quando confrontados com discursos que consideram a dimensão finita dos recursos e/ou propõem uma mudança de paradigma na relação do homem com a Natureza, defendem que é sempre o avanço tecnológico e o crescimento que trarão as respostas. Dryzek (2013) exemplifica este discurso ao indicar que prometeicos responderiam às evidências das mudanças climáticas negando-as e atacando a ciência que as comprovam. A principal metáfora utilizada por essa categoria discursiva é a da máquina, remetendo ao desenvolvimento de tecnologias, criação de recursos e conserto de disfunções no ambiente.

b) Categoria Solucionador de Problemas (reformista e prosaica)

Esta categoria é composta por discursos que são prosaicos porque entendem como certo e imutável o *status quo* econômico-político do industrialismo. Defendem, no entanto, algum ajuste, e por isso são considerados reformistas. São abordagens que entendem que um conjunto de soluções práticas são o caminho para resolver a crise ambiental, e não necessariamente uma mudança profunda de consciência. De acordo com Dryzek (2013), estes discursos entendem que:

As interações humanas com o meio ambiente geram uma série de problemas (em vez de um grande problema, como a superação dos limites que ameaçam o colapso social ou a transgressão das fronteiras planetárias), para os quais os dispositivos humanos de solução de problemas podem ser direcionados. Variedades desse discurso revelam diferentes concepções sobre a melhor forma de organizar a resolução de problemas, especialmente quando os problemas sociais exigem a coordenação de um grande número de indivíduos (DRYZEK, 2013, p.73).

Nesta categoria se desdobram três discursos: o Racionalismo Administrativo, o Pragmatismo Democrático e o Racionalismo Econômico. A distinção entre os três recai sobre o agente que deve estar no controle das políticas ambientais: os especialistas, “o povo” ou o mercado. O **(b.1) Racionalismo Administrativo** coloca nas mãos dos peritos a solução e defende o processo de regulação como solucionador. De acordo com Dryzek, ele pode ser definido como (2013, p.75) “o discurso que enfatiza o papel do especialista em detrimento do cidadão ou produtor/consumidor na solução de um problema social, e que destaca as relações sociais de hierarquia em detrimento de igualdade ou competição”. Esta subcategoria entende ser necessário organizar conhecimentos científicos e técnicos em favor da burocracia do governo. O governo é tratado sob uma perspectiva técnica, racional, voltado para a resolução

de problemas. Ele se preocupa com o manejo e a exploração racional das florestas e recursos aquáticos, por exemplo, a serviço dos interesses industriais e não segundo preocupações com conservação ou poluição. O **(b.2) Pragmatismo Democrático** é entendido como um discurso “melhorado do Racionalismo Administrativo, uma vez que prevê a lógica da participação cidadã na formação e monitoramento de políticas ambientais, estando ligado à emergência dos discursos sobre governança e redes” (DRYZEK, 2013, p.74). Nessa concepção, todos atores podem participar das questões ambientais, sendo regidos por cooperação e competição, uma vez que os interesses são variados. Já o **(b.3) Racionalismo Econômico** considera as dinâmicas de mercado como a solução para os problemas ambientais e tem como instrumento básico a privatização da natureza: tanto por ser preciso haver direitos de propriedade para existir mercado quanto por isso representar uma solução para a crise. A ontologia do discurso do Racionalismo Econômico, que ganhou mais notoriedade nas décadas de 1980 e 1990, aposta na ideia de privatizar os recursos naturais e inseri-los no sistema de mercado, bem como a de estabelecer mecanismos de mercado que incentivem ou restrinjam a utilização de determinados recursos. O discurso considera os atores – individuais ou coletivos – como econômicos e motivados por interesses materiais, mas também admite a necessidade de alguma entidade responsável por cuidar do interesse público, que seria o Estado.

c) Categoria Sustentabilidade (reformista e imaginativa)

Essa categoria discursiva valoriza as possibilidades de manutenção do crescimento econômico a partir da resolução de dilemas e impasses sobre as questões ambientais. São discursos que trazem a necessidade de mudanças, e por isso reformistas, mas que entendem as soluções a partir de métodos imaginativos para dissolver os conflitos entre valores ambientais e econômicos. São perspectivas vinculadas ao capitalismo consciente, que defendem uma economia sustentável. Abriga o discurso do **(c.1) Desenvolvimento Sustentável**, cujo conceito ainda está em disputa, mas que, em última instância, propõe mudanças na exploração de recursos naturais de forma a assegurar o crescimento econômico indefinidamente. É um dos discursos ambientais mais influentes na atualidade e, de acordo com Dryzek (2013), deu mais visibilidade aos governos e às grandes empresas, eclipsando com os ambientalistas clássicos, e tomando a economia capitalista como um dado. A essência do discurso baseia-se na compreensão de que o desenvolvimento econômico é necessário, principalmente para atender às necessidades dos países mais pobres, mas que estes não poderão seguir o caminho trilhado pelos países ricos, pois o planeta Terra não suportaria. Assim, é necessário que o

desenvolvimento econômico seja guiado por princípios ambientais e sociais. Cabe destacar que a expressão “desenvolvimento sustentável” ganhou terreno a partir dos anos 1970 e, pelas conferências de Estocolmo e Rio-92, mantém o sentido de centralidade do ser humano na natureza, ou seja, uma relação antropocêntrica na qual cabe ao homem o uso da natureza (considerada um recurso), para seu único benefício. Bursztyn e Bursztyn (2013) explicam que o termo surge justamente a partir da proposta de um elo entre a economia (num sentido amplo, envolvendo também a dimensão social) e a ecologia, promovendo a reaproximação entre estes dois campos do saber. Para Diegues (2003), o termo aborda o desenvolvimento como um processo de mudança social, não apenas priorizando a conservação da natureza em si, mas numa perspectiva antropocêntrica – subjugada a serviço do homem.

Já o discurso **(c.2) Modernização Ecológica** se aproxima do desenvolvimento sustentável por entender que todos ganham com a preservação do meio ambiente, mas enfatiza os ganhos dos quais os empresários e industriais do sistema capitalista também podem desfrutar. Está focado em como construir a sustentabilidade na economia capitalista, a partir da ideia de ecoeficiência (melhor uso dos recursos naturais), visando à criação de um “mercado verde” pautado em critérios ambientais para conter a degradação ambiental, mas capaz de maximizar os lucros. Dessa forma, sustenta a necessidade da internalização de critérios ambientais no âmbito das atividades capitalistas, tanto na economia quanto na política, compreendendo que o enfrentamento da degradação ambiental favorece um mercado “verde” altamente lucrativo. A palavra modernização é associada à ideia de progresso, no sentido defendido tanto pelos industrialistas quanto por marxistas, social-democratas e liberais, de que a história se move em direção ao avanço do desenvolvimento social. Além disso, esse discurso reforça as relações de cooperação entre governo, ambientalistas moderados, mercado e cientistas para readequar as políticas das economias capitalistas aos termos ambientais.

#### d) Categoria do Radicalismo Verde (radical e imaginativa)

Estes discursos são radicais e imaginativos porque preveem uma mudança de consciência em um nível mais profundo, criticando o *status quo* e rejeitando as estruturas básicas da sociedade industrial. Compreendem perspectivas orientadas por valores e pela ética ambiental, ideologias transformadoras (sensibilidade ecológica, ecologia profunda, ecologia social, ecofeminismo, entre outros) e as tradições orientais. De acordo com o Dryzek (2013), “(...) o radicalismo verde surgiu para se desenvolver como uma abrangente crítica das falhas sociais, políticas, econômicas e ambientais da sociedade industrial. Como tal, ele representou talvez a mais significativa ideologia surgida no final do século XX” (p.225). Os discursos propõem

compreensões radicalmente diferentes das interações homem-ambiente e da sociedade humana. Neste campo, encontramos, por exemplo, o discurso da **(d.1) Consciência Verde**, que enfatiza as mudanças no plano individual e inclui movimentos como a Ecologia Profunda, o Ecofeminismo, o Biorregionalismo e a Cidadania Ecológica; e o da **(d.2) Política Verde**, que enfatiza a mudança estrutural tanto pessoal quanto social. Abrangem os partidos verdes (especialmente na Europa), os movimentos por Justiça Ambiental e os movimentos antiglobalização. Na concepção racionalista deste discurso, as mudanças devem ocorrer por meio de uma ação política radical e mudanças estruturais.

Exceto a categoria Radicalismo Verde, as demais são marcadas pela crença na supremacia do homem sobre a natureza, e seu sentido utilitário não sofre mudanças em relação ao industrialismo. Dryzek (2013) reconhece que existem modelos híbridos nestas tipologias, mas enfatiza que, dentre os diversos discursos ambientais, o que predomina é uma competição por uma hegemonia na percepção sobre o meio ambiente. No quadro a seguir, ilustramos a relação de “equivalência” encontrada entre as tipologias de Dryzek (2013) e Corbett (2006), a partir da proposta de Cerqueira (2016), e que posteriormente irá nos guiar na constituição do arcabouço analítico.

**Quadro 2** – Alinhamento dos discursos ambientais de Dryzek e Corbett



**Fonte:** elaborado pela autora (2023)

### 2.3 Política ambiental brasileira: um retrospecto

Como vimos no item anterior, a realidade social é instituída por uma multiplicidade de discursos e interesse que ganham contornos e visibilidade por meio de diferentes dispositivos.

Ela é, pois, não só uma representação (simbólica), mas uma simultânea e contínua construção social. Dentro de uma perspectiva construtivista (na qual iremos enquadrar o jornalismo no capítulo seguinte), Corcuff (2001, p.26) afirma que diferentes atores contribuem para que “as realidades sociais sejam apreendidas como construções históricas e cotidianas dos atores individuais e coletivos”. Uma vez que esta tese se centra na cobertura ambiental de veículos da imprensa hegemônica durante os dois primeiros anos da gestão de Jair Bolsonaro (2019/2020), entendemos que, neste momento, é importante mapear o histórico das políticas ambientais brasileiras para, assim, situar o contexto político que faz parte do recorte desta pesquisa.

As políticas ambientais são geralmente caracterizadas por alto grau de complexidade e conflito (CALDWELL, 1993). Elas abrangem grande número de problemas e de fenômenos socioambientais que interagem em múltiplas escalas de tempo e espaço, como poluição, mudanças climáticas, desmatamento e redução da biodiversidade (CAPELARI et al., 2020), além de permear, questionar e mobilizar diferentes áreas, como setores econômicos, ideologias, crenças, fronteiras, entre outros. Para Bursztyn e Bursztyn (2013), analisar os movimentos de institucionalização da função pública de regulação do meio ambiente é fundamental em qualquer exercício de análise sobre a crise ambiental. Não intencionamos, aqui, esgotar essa complexidade dentro do campo das políticas públicas, apenas apontar alguns marcos relevantes para a compreensão do contexto em que a pesquisa se insere, uma vez que nos alinhamos com a perspectiva de que mudanças sem precedentes na condução do subsistema de política ambiental brasileira ocorreram durante a gestão de Jair Bolsonaro, o que alterou radicalmente a sua narrativa oficial, bem como a distribuição de seus recursos políticos (HUNTER e POWER, 2019). Para apreender essas mudanças e o cenário na qual elas ocorrem, nos propomos, então, a percorrer um histórico sobre o tema, que vem se constituindo há mais de 500 anos.

### **2.3.1 Do Pau-Brasil à Rio-92**

Em qualquer pesquisa acadêmica sobre a construção histórica da relação dos brasileiros com seus biomas, é comum encontrar as primeiras referências à fauna e flora brasileira a partir do olhar dos viajantes europeus. Isso se dá porque foi este olhar, colonizador, que preponderou ao longo dos séculos e constituiu a relação com a natureza até hoje presente em setores importantes da sociedade. No entanto, entendemos ser fundamental pontuar que, muito antes

do período do descobrimento do país, milhares de indígenas, ribeirinhos e outros povos originários já habitavam o território, constituindo um olhar próprio que, ainda que ameaçado, segue até hoje presente, vivo e pulsante.

Nesta tese, interessa-nos analisar a relação que setores como o governamental, acadêmico e midiático estabeleceram com esse mesmo território, e por isso faz-se necessário retomar o olhar colonizador, que foi internalizado e até hoje exerce influência nos processos decisórios e na forma como nos situamos e nos relacionamos com o meio em que vivemos. Retomamos, assim, o período de chegada dos europeus em solo brasileiro e as percepções dos cronistas e naturalistas que aqui desembarcaram. José Augusto de Pádua et al. (1987) explicam que, na época do descobrimento, esses viajantes conjugavam dois olhares, opostos, sobre a paisagem que avistavam: um derivado da cultura renascentista, que enxergava na natureza a imagem do Éden divino, e a partir daí contemplavam-na; outro que enxergava a natureza em função de interesses mercantilistas e comerciais. Com o estabelecimento dos portugueses no país, foi a segunda que preponderou e marcou a relação que se estabeleceu desde então, fazendo com que a economia brasileira fosse marcada por ciclos caracterizados pela exploração intensiva de determinados recursos naturais – inicialmente pela exploração do pau-brasil e pela mineração e, posteriormente, pelo uso do solo para agricultura e pecuária.

Em uma proposta de sistematização da legislação ambiental brasileira desde o período colonial, a pesquisadora e advogada Ann Hellen Wainer (1999) aponta que a noção sobre a necessidade de preservação é presente desde o início da colonização, mas atrelada a uma visão utilitarista da natureza. Conservar para explorar foi o objetivo da política desenvolvida pela Coroa, por exemplo, nos 11 artigos do Regimento do pau-brasil, elaborado em 1605, que determinava que o corte das árvores só poderia ocorrer sob autorização real. Este contexto de exploração com base em uma conjuntura econômica acaba se repetindo nas décadas posteriores, com ordenações jurídicas que foram sendo expedidas para cuidado na exploração da madeira, proibição da caça de alguns animais e instruções de reflorestamento. A independência do Brasil e o início da era imperial não trouxeram mudanças significativas neste contexto, que seguiu os preceitos da legislação portuguesa. Um exemplo disso são as duas primeiras Constituições Brasileiras, uma à época do Império, outorgada em 1824, e a outra em 1891, no período republicano, que não apresentaram artigos relacionados ao meio ambiente. As diretrizes legais seguiram sendo constituídas por normas pontuais – como, por exemplo, o Código Criminal de 1830, que penalizava o corte ilegal de madeira.

É somente no período de reorganização do Estado brasileiro promovido por Getúlio Vargas que este cenário começa a apresentar algumas mudanças importantes. Historiadores

indicam a década de 1930 como um marco na evolução da política ambiental brasileira, pois foi quando tiveram início ações mais consistentes de regulamentação da apropriação dos recursos naturais necessários ao processo de industrialização e da crescente urbanização. Foi criado neste período grande parte dos instrumentos de regulamentação que se mantêm até hoje, como o Código de Mineração (1934), Código Florestal (1934), Código de Pesca (1938) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Apesar deste olhar mais atento às questões ambientais, elas ainda eram tratadas de forma independente do processo de industrialização, o que fica claro ao constatarmos que, no mesmo período, havia um incentivo à exploração intensiva de recursos naturais não renováveis, especialmente minério de ferro e petróleo, o que foi reforçado durante o período da ditadura militar (1964-1985). Então, instaurou-se uma política baseada nos ideais de nacionalismo extremo, desenvolvimentismo e segurança nacional. O resultado foi uma pauta ambiental sem participação popular, focada na realização de obras milionárias de infraestrutura que objetivaram ocupar espaços vistos como vazios, principalmente na Amazônia.

Cabe destacar, no entanto, que foi exatamente neste período que as demandas da sociedade civil começaram a ganhar voz em diferentes países, o que refletiu, ainda que timidamente, no Brasil. Movimentos que clamavam pelo respeito pela natureza e pregavam um estilo de vida que rejeitava os padrões de consumo já daquela época encontraram adeptos na América Latina. No país, um dos maiores exemplos é a fundação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), em 1971. A organização era formada por profissionais liberais liderados pelo ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Augusto Carneiro e pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger. Respeitada em todo o país, a Agapan passou a promover barulhentas campanhas contra agressões ambientais no Estado, repercutidas na imprensa do restante do país.

Arantes (2018) explica que, até a década de 1970, as legislações ambientais no Brasil eram esparsas e pontuais e apresentavam como meta principal o reconhecimento do território nacional e o uso dos recursos naturais, especialmente água e minérios, como estratégia para a garantia da soberania nacional. A autora pontua, no entanto, que é nesta década que as mudanças históricas e o cenário globalizado contribuíram para alterações conceituais nas normas, “através da compatibilização do crescimento econômico com a proteção ambiental e as análises dos impactos ambientais na vida humana, que passam a ser o fio condutor na elaboração das principais legislações ambientais brasileiras” (ARANTES, 2018, p.326).

A partir da segunda metade do século XX, também é possível verificar marcos internacionais importantes que influenciaram as políticas ambientais em âmbitos mundial e

nacional. Entre eles está a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo. Nesta ocasião, o Brasil se posicionou pouco disposto a priorizar o meio ambiente em suas ações governamentais, já que essas realizações entrariam em conflito com o objetivo central e imediato de crescimento econômico. Apesar da posição crítica ao evento, pouco tempo depois, em 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), órgão especializado no trato dos assuntos ambientais, sob a coordenação do Ministério do Interior.

Os movimentos em prol da proteção ambiental que surgiram timidamente nos anos de 1970 fortaleceram-se a partir da década de 1980, quando se dá o processo de redemocratização da sociedade brasileira depois de duas décadas de governos militares, principalmente por meio da Proclamação da República e, posteriormente, com a promulgação da nova Constituição Federal. Em 1981 foi instituída a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), lei que apresentava, pela primeira vez, e de forma unificada, os princípios e objetivos de uma política com a pretensão de preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental, assegurando as condições para o desenvolvimento socioeconômico. Sete anos depois, na Constituição de 1988, foi inserido um capítulo dedicado exclusivamente ao meio ambiente (Capítulo VI), trazendo novos paradigmas para a proteção ambiental. Souza, Leal e Sabino (2016) destacam que, com a Constituição, o meio ambiente passa a ser tratado nas normas constitucionais de forma sistemática e global: por um lado, ele deixa de ser encarado por setores (água, floresta, solos) e passa a ser entendido de forma unitária; por outro, “incorpora-se a proteção ambiental como responsabilidade das três esferas da federação (União, Estados e Municípios), da sociedade civil e nas disciplinas atinentes aos direitos fundamentais, à ordem econômica e financeira, à cultura, à política urbana e agrícola” (p.113).

Já no ano seguinte, em 1989, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), instituição que alcança um escopo muito mais abrangente do que as competências institucionais da SEMA, uma vez que assumiu as atribuições de diversos órgãos antes responsáveis pela execução da política ambiental de forma fragmentada. Foi neste mesmo período que o Brasil se abriu à concorrência econômica transnacional, começando, assim, a adotar algumas políticas ambientais que visavam a fundamentalmente conquistar credibilidade junto aos investidores externos.

Em 1992, a discussão sobre a crise ambiental e a necessidade de regulamentações mais rigorosas cresce com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio-92), realizada na cidade do Rio de Janeiro. O evento foi encarado como uma tentativa de reunir representantes de todos os países do mundo para discutir a recente percepção sobre o risco que

o industrialismo estava trazendo para o futuro do planeta. Na ocasião, deu-se destaque ao conceito de desenvolvimento sustentável sob um viés que deixou evidente a prevalência de uma mentalidade da economia neoclássica devido ao peso dos interesses empresariais nas discussões. Nesta Conferência, foram assinados importantes acordos ambientais, como as Convenções do Clima e da Biodiversidade, a Agenda 21, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração de Princípios para as Florestas. De acordo com Viola (2002), o posicionamento retoricamente avançado do governo brasileiro na Rio-92, oposto ao de 1972 em Estocolmo, foi influenciado pela crise simbólica do modelo desenvolvimentista (economicista e predatório); pela sensibilização do governo em relação aos problemas ambientais; pela existência de uma matriz energética brasileira baseada em recursos naturais renováveis (hidroelétrica e biomassa); e pela pressão por um compromisso globalista, já que o Brasil era o anfitrião da Conferência.

Historiadores entendem que, desde então, o Brasil inicia um novo período na história das políticas ambientais brasileiras, “marcado pelos processos de democratização e descentralização decisórias e pela rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável” (CUNHA e COELHO, 2015, p.46). Ainda que fortemente ligado à visão desenvolvimentista e colonialista – o que fica evidenciado pelo histórico de desmatamento na Amazônia, que desde a construção da Rodovia Transamazônica (BR-230) disparou e só começou a reduzir a partir de 2005<sup>19</sup> –, esse novo período traz, entre suas principais características, um fortalecimento das instâncias de proteção ambiental e uma crescente participação dos movimentos em defesa do meio ambiente nos processos decisórios. Para Viola e Franchini (2017), apesar das contínuas tensões, competições e fragilidades na sua implementação, o país conseguiu produzir e implementar uma extensa estrutura administrativa e jurídica para a proteção dos recursos naturais ao longo das últimas três décadas, sem deixar de lado o viés utilitarista da natureza. De fato, de acordo com Loose (2018, p.32), ainda que o colonialismo tenha se extinguido na maioria dos territórios, “a colonialidade, herança desse processo, que mantém, em diferentes âmbitos sociais, relações de poder assimétricas, permanece presente até os dias de hoje”.

---

<sup>19</sup> Segundo as medições dos satélites do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento na Amazônia variou em taxas altas desde o início do monitoramento, em 1988, até 2005, quando entrou em queda e se manteve em patamares mais baixos até 2019, quando voltou a subir sistematicamente. Disponível em <[http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal\\_amazon/rates](http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates)>. Acesso em: 30 mai. 2022.

### 2.3.2 Entre polêmicas e unidades de conservação

O início do século XXI foi marcado por mais avanços na legislação ambiental brasileira, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a aprovação de uma política nacional sobre mudança do clima, a criação do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a criação do Conselho Nacional de Biossegurança e a aprovação da lei que estabelece regras na gestão de florestas públicas para a produção sustentável. Em 2004, um marco na proteção da Amazônia foi a implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), criado com o objetivo de reduzir de forma contínua o desmatamento, propondo uma integração dos órgãos ambientais no combate à destruição da floresta. Tal projeto trouxe, nos anos seguintes, reduções drásticas no desmatamento da maior floresta tropical do mundo.

Apesar dos aspectos positivos desses primeiros anos, os valores e ideias gerais que orientaram as políticas ambientais continuaram fortemente caracterizadas pelo valor econômico dos bens ambientais, o que fica evidenciado pelo aumento concomitante de políticas indutoras do desenvolvimento sustentável e de outras que facilitavam a exploração dos “recursos ambientais”, como observam Cunha e Coelho (2015). Tais ações foram reflexo dos conflitos e tensões permanentes entre o subsistema de política ambiental e os setores produtivos e outros subsistemas responsáveis pela expansão econômica, como agricultura, infraestrutura e indústria. Em 2008, por exemplo, a então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deixou o cargo após relatar sofrer “crescentes resistências junto a setores importantes do governo”<sup>20</sup>. Ela se posicionava contra o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), coordenado pela então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, argumentando que tal iniciativa contrariava sua política ambiental. O PAC foi responsável pelo licenciamento de obras de infraestrutura na região amazônica que a ministra não compactuava. Outro exemplo foi uma poderosa articulação da chamada bancada ruralista, frente parlamentar que atua em defesa dos interesses dos proprietários rurais, que se mobilizou para a revisão do Código Florestal, em 2012, o que culminou na concessão de anistia de multas por desmatamento ilegal e tornou passível de desmatamento legal cerca de 88 milhões de hectares (SOARES FILHO et al., 2014).

Para Scantimburgo (2022, p.442), este período reflete um momento em que:

(...) ao mesmo tempo em que o país tentava levar adiante um papel de protagonista no meio ambiente, era perceptível uma contradição interna que se torna cada vez mais difícil de conciliar, que é a manutenção de uma

---

<sup>20</sup> Disponível em: [bit.ly/45uBkVz](https://bit.ly/45uBkVz). Acesso em: 21 abr. 2022.

economia que está cada vez mais pautada na exploração de recursos naturais, e ao mesmo tempo efetivar políticas ambientais para conter o desmatamento e a poluição, garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos, universalizar saneamento básico, efetivar políticas de resíduos sólidos, garantir a proteção de reservas indígenas e demarcação de terras, conter o garimpo ilegal, regulamentar de forma mais clara e eficiente o uso de agrotóxicos e promover políticas voltadas para agricultura familiar.

Tais conflitos entre diferentes perspectivas que vêm guiando as políticas ambientais brasileiras ficam mais evidentes a partir de uma análise extensa e detalhada de audiências no Congresso Nacional relacionadas às principais decisões que afetaram o subsistema da política ambiental brasileira entre 1992 e 2012, realizada pela urbanista, advogada e especialista em políticas públicas Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo<sup>21</sup>. Em sua tese de doutorado, defendida no Programa de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) em 2013, a pesquisadora baseou-se na taxonomia proposta por Dryzek (2013) para elaborar um quadro<sup>22</sup> que identifica a presença de quatro coalizões, ou sistemas de crenças, que influenciaram a chamada agenda verde, ou seja, os assuntos relacionados a biodiversidade e florestas, e que permite compreender a dinâmica de “mudança e estabilidade que marca essa área de políticas públicas” no país (ARAÚJO, 2013, p.18). São elas: *Tecnocratas Esclarecidos*, que dão prioridade para o conhecimento técnico-científico e uma ênfase nos instrumentos regulatórios, sendo mais rígidos do ponto de vista do cuidado com o meio ambiente, tendendo ao preservacionismo; *Socioambientalistas*, que valorizam o saber e os direitos tradicionais com foco na conciliação entre uso sustentável e preservação; *Desenvolvimentistas Modernos*, que também priorizam o conhecimento técnico-científico e valorizam os instrumentos econômicos de política ambiental; e os *Desenvolvimentistas Tradicionais*, que fazem forte oposição aos instrumentos da política ambiental e às unidades de conservação, explicitando a frase “eu quero crescimento econômico à moda antiga”, e trazendo uma visão antropocêntrica e de utilitarismo mais forte do que nas outras coalizões. Essa classificação proposta por Araújo (2013) se tornou uma das referências em análises de políticas públicas ambientais brasileiras, e serviu como base para trabalhos posteriores, que se propuseram a analisar as mudanças ocorridas entre os anos de 2019-2022, como será explicitado a seguir.

---

<sup>21</sup> Araújo foi consultora legislativa da Câmara dos Deputados de 1991 a 2020 e presidente do Ibama de 2016 a 2018, durante o governo de Michel Temer (MDB). Atualmente é especialista em políticas públicas do Observatório do Clima.

<sup>22</sup> A autora utiliza, para elaborar o quadro, o *Advocacy Coalition Framework* (ACF), um dos *frameworks* mais utilizados para explicar mudanças em políticas públicas com alto grau de competição e rivalidade.

### 2.3.3 Política ambiental brasileira na gestão Bolsonaro

As eleições presidenciais de 2018 representaram um novo marco nas políticas ambientais do país, com mudanças significativas na balança de poder entre as diferentes correntes que atuavam até então nos processos decisórios. As ações do governo de Jair Bolsonaro (PL) na presidência do Brasil entre os anos de 2019 e 2022 vêm sendo analisadas por diversas instituições e acadêmicos, dados os impactos em diferentes setores. Sauer, Leite e Tubino (2020, p.289) descrevem que o período foi caracterizado por uma "coalizão de conveniências", envolvendo "setores conservadores católicos, mas especialmente de evangélicos neopentecostais, forças armadas, concertação política do agronegócio, direita 'tradicional' e neoliberal, capital financeiro e neofacistas". Com a seara ambiental sendo um dos alvos desta política, Bolsonaro começou, desde os primeiros dias de seu governo, o processo de reformas institucionais na administração federal com uma série de atos infralegais. Em uma conversa com políticos americanos em Washington, realizada em março de 2019, o então presidente já alertava: "Nós temos de desconstruir muita coisa, de desfazer muita coisa para depois recomeçarmos a fazer"<sup>23</sup>. Uma das organizações do terceiro setor que se propôs a analisar o desmonte das políticas ambientais no Brasil durante este período foi o Instituto Talanoa, por meio da plataforma Política por Inteiro<sup>24</sup>, uma ferramenta que realizou, diariamente ao longo dos quatro anos de governo, varreduras no Diário Oficial da União e nas bases do Congresso Federal, capturando a presença de termos relevantes às temáticas ambiental e de mudança do clima, considerando a origem (ente público que emite a norma) e o tipo (projeto de lei, lei, medida provisória, decreto, portaria etc.) de norma. Ao final do mandato, foram identificados pela plataforma 2.189 atos infralegais relevantes para as políticas climáticas e socioambientais.

No relatório (Des)Reconstrução<sup>25</sup>, produzido pela instituição em parceria com especialistas de diferentes áreas com o objetivo de propor medidas ao governo eleito em 2022 para reconstruir a agenda ambiental do país, os autores afirmam que o monitoramento permitiu observar que o que houve entre os anos de 2019 a 2022 "foi muito além de uma simples paralisação das políticas públicas, mas uma tentativa deliberada de 'reprogramar' estruturas de ação, participação e controle social, realizada com método: o Método da Desconstrução" (TALANOA, 2022, p.10), e que "os ataques à ciência e as desregulações dos direitos sobre o

<sup>23</sup> Disponível em <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/18/nos-temos-e-que-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-durante-jantar.ghtml>> Acesso em: 12 fev. 2023.

<sup>24</sup> Disponível em <<https://www.politicaporinteiro.org/>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

<sup>25</sup> Disponível em <https://politicaporinteiro.org/publicacoes-especiais/> . Acesso em 04 de março de 2023.

território – seja por atos ou omissões – imobilizaram o Estado brasileiro no campo climático e socioambiental e contribuíram sobremaneira para o enfraquecimento da democracia” (p.11). Tais iniciativas estiveram ligadas à presença majoritária de um sistema de crenças vinculado à visão utilitarista da natureza, o que é demonstrado em um estudo de Capelari et al. (2020). Utilizando a categorização elaborada por Araújo (2013), os autores analisaram os dois primeiros anos do governo Bolsonaro e identificaram que as mudanças em larga escala no subsistema de política ambiental do país se deram a partir de uma predominância dos *Desenvolvimentistas Tradicionais* desde o início da gestão, em uma série de iniciativas que se aproximam do discurso prometeico detalhado por Dryzek (2013). De acordo com os autores, “esse movimento reúne, além do agronegócio, uma representação expressiva de militares, evangélicos, poderosos empresários que compartilham crenças, como antiesquerdismo, autoritarismo, redução da intervenção estatal e das políticas sociais e abertura de mercado” (CAPELARI et al., 2020, p.1965). Os estudiosos destacaram que:

O retorno ao poder formal de ideologias conservadoras e liberais, representadas pela coalizão *Desenvolvimentistas Tradicionais*, tem promovido mudanças na política ambiental por um esforço combinado de desmantelamento da política e luta contra o aprendizado, as negociações, a sociedade civil, a informação científica e os especialistas (CAPELARI et al., 2020, p.1703).

Este cenário fica evidente ao analisarmos não somente as mudanças legais e infralegais executadas pela pasta do Meio Ambiente durante os quatro anos de governo, mas também os discursos e ações que impactaram diferentes esferas, como a tentativa do governo de desacreditar e deslegitimar os dados produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre o desmatamento na Amazônia – bem como a própria instituição – e que culminaram, por exemplo, na exoneração do presidente do Instituto<sup>26</sup>, em agosto de 2019. Outro dado relevante para avaliar a atuação do governo na esfera ambiental é o aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEEs) no país durante o ano de 2020, período em que houve uma queda global de quase 7% nas emissões devido à pandemia de Covid-19. No Brasil, devido à alta no desmatamento da Amazônia e outros biomas, as emissões do país cresceram 9,5%<sup>27</sup>. Este processo de destruição da floresta seguiu nos anos seguintes. Em 2021, o desmatamento

<sup>26</sup> Disponível em <<https://oeco.org.br/noticias/diretor-do-inpe-e-exonerado-apos-bolsonaro-criticar-dados-do-desmatamento/>>. Acesso em: 2 mar. 2023.

<sup>27</sup> Dados extraídos do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG). Disponível em [https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/10/OC\\_03\\_relatorio\\_2021\\_FINAL.pdf](https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/10/OC_03_relatorio_2021_FINAL.pdf). Acesso em: fev. 2020.

na Amazônia atingiu 13.235 quilômetros quadrados<sup>28</sup>, um aumento de 22% em relação a 2020 e o maior em 15 anos, desde 2006. Neste mesmo ano, houve uma queda de 40% no número de autos de infração por crimes contra a flora aplicados pelo Ibama<sup>29</sup>, quando comparado com dados das últimas duas décadas.

Os embargos e as apreensões realizados por fiscais ambientais na Amazônia também despencaram no governo Bolsonaro. Em 2021, os embargos de propriedades rurais caíram 70% em relação a 2018<sup>30</sup>, último ano do governo de Michel Temer (2018). Até o final de seu mandato, Jair Bolsonaro cumpriu com a promessa de campanha de não demarcar “nenhum centímetro” de terra indígena e se posicionou abertamente favorável ao Marco Temporal, projeto em tramitação no Congresso e que está sob análise do Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta visa a criar um critério de demarcação, estabelecendo que os indígenas que não estivessem em suas terras na data da promulgação da Constituição de 1988 não teriam direito de reivindicar a demarcação da área – o que ignoraria o histórico de expulsões e violência contra os diferentes povos. Um estudo publicado na revista *Nature*<sup>31</sup> em agosto de 2021 mostrou, também, que operações de mineração ilegal em terras indígenas e em outras áreas formalmente protegidas por lei atingiram um recorde entre 2019 e 2020, “ressaltando temores de que suas políticas [do governo Bolsonaro] e retórica estejam prejudicando os direitos humanos e a proteção ambiental na maior floresta tropical do mundo” (TOLLEFSON, 2021, tradução nossa). Outro movimento importante do governo que impactou diretamente os povos indígenas foi a retirada da competência de demarcar terras indígenas da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), sendo passada para o Ministério da Agricultura. Além de acarretar uma disputa ainda mais acentuada pelo direito a essas terras, a política enfraqueceu a proteção dos territórios e resultou na morte de centenas (talvez milhares) de ribeirinhos, indígenas e outros povos da floresta. Esse processo implicou, também, a perda de traços culturais, históricos e materiais dos povos da floresta, seja pela pressão de aculturação vinda dos poderes federais, seja pela imposição da violência pelos garimpeiros. Apesar das constantes denúncias durante os anos de governo, o tema só ganhou maior relevância em janeiro de 2023, quando uma reportagem da revista *Sumaúma*<sup>32</sup> mostrou que, desde 2019, pelo menos 570 crianças com menos de cinco anos haviam morrido no território Yanomami pelo que as estatísticas

---

<sup>28</sup> Dados do Instituto de Pesquisas Espaciais, disponível em <https://bit.ly/3P1fYK9> Acesso em: mai. 2021.

<sup>29</sup> Ibama. Disponível em <https://bit.ly/45gobzF> Acesso em: mai. de 2021.

<sup>30</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3sbHqMa> Acesso em: 12 abr. 2022.

<sup>31</sup> Disponível em <https://www.nature.com/articles/d41586-021-02644-x> Acesso em: set. 2022.

<sup>32</sup> Disponível em: <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/> Acesso em: fev. 2023.

consideram “mortes evitáveis”. Tal denúncia resultou na abertura de uma investigação no Supremo Tribunal Federal (STF) pela suposta prática de genocídio de indígenas Yanomami. Segundo o despacho do ministro Luís Roberto Barroso, os órgãos deveriam apurar "a possível participação de autoridades do governo Jair Bolsonaro na prática, em tese, dos crimes de genocídio, desobediência, quebra de segredo de justiça, e de delitos ambientais relacionados à vida, à saúde e à segurança de diversas comunidades indígenas."<sup>33</sup> O processo ainda não foi julgado.

A soma dessas ações do governo Bolsonaro acabou impactando não somente a administração federal, mas se espalhando por todos os Poderes e esferas, seja sobrecarregando o Judiciário com ações contra o desmonte, seja atrapalhando o Legislativo de cumprir sua função de legislar ao ter de centrar esforços em conter as desregulações. Um dos mais importantes desfechos deste processo foi o chamado Pacote Verde, um conjunto de sete ações relacionadas à área ambiental protocoladas entre 2019 e 2020, atualmente em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF), que dizem respeito a atos e omissões do Governo Federal que levaram ao desmonte das leis ambientais brasileiras, à desproteção do meio ambiente como um todo e, em especial, da Amazônia, culminando na violação “do direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações”, instituído no artigo 225 da Constituição<sup>34</sup>, além de direitos como à vida, à dignidade, à saúde, dos povos e comunidades tradicionais, das crianças, adolescentes e jovens. O julgamento das ações é considerado histórico para o Direito Ambiental do Brasil e para a litigância climática internacional, pois foi a primeira vez na história do país que a Corte estabeleceu uma agenda comum para julgar ações específicas sobre o meio ambiente. No próximo item deste capítulo, trataremos um pouco mais de detalhes sobre o Pacote Verde e nos aprofundaremos em duas ações que se referem aos atos que farão parte do recorte da nossa pesquisa, como ficará mais detalhado no passo a passo metodológico, no capítulo 4.

### **2.3.4 O direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**

---

<sup>33</sup> Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=501416&tip=UN> . Acesso em: 13 fev. 2023.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=225> Acesso em nov. 2022.

Foi com um voto<sup>35</sup> contundente e favorável que a ministra Carmem Lúcia iniciou, em março de 2022, a série de julgamentos do Pacote Verde. Esse grupo de ações contempla as Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 760, 735 e 651, que pedem, respectivamente, a retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), questionam o decreto presidencial que retira autonomia do Ibama na fiscalização de crimes ambientais e a transfere para as Forças Armadas pela Operação Verde Brasil, e pede inconstitucionalidade de decreto que excluiu a sociedade civil do conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente; as Ações Diretas de Inconstitucionalidade por Omissão (ADOs) 54 e 59, que acusam o governo federal de omissão no combate ao desmatamento e pedem a reativação do Fundo Amazônia; e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 6148 e 6808, que questionam resolução do Conama que estabelece padrões de qualidade do ar sem estabelecer prazos para a mudança e contestam uma medida provisória que permite licença ambiental automática para empresas consideradas de grau de risco médio.

De acordo com a ministra, as alegações das ações mostraram existir um “estado de coisas inconstitucional”. O termo jurídico designa falhas estruturais nas ações governamentais em relação às políticas públicas classificadas como essenciais pela Constituição, resultando em massiva violação de direitos fundamentais. Carmem Lúcia chamou, ainda, o processo de desmonte como uma “cupinização institucional”, ou seja, “as instituições são destruídas por dentro, como cupim, sem que se mostre exatamente o que se passa. Promovem-se políticas públicas ineficientes, ineficazes”<sup>36</sup>.

Para aprofundamento nesta tese, selecionamos dois atos que foram contestados em duas dessas ações – uma já julgada e considerada procedente (ADPF760) e outra ainda em andamento (ADO 59) –, por entendermos que foram dois movimentos que impactaram de forma expressiva a proteção da Amazônia, sendo responsáveis pelo avanço descontrolado do desmatamento na maior floresta tropical do mundo durante os quatro anos de governo (2019 a 2022), pelo enfraquecimento da proteção aos povos indígenas e ribeirinhos, pela perda da biodiversidade e pelo aumento das emissões de gases de efeito estufa. Entendemos que este recorte inicial é importante para delimitar o objeto de pesquisa e nos atermos aos movimentos políticos que mais tiveram impacto para a proteção da floresta, pois somente com uma

---

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/VOTOADPF760.pdf> . Acesso em: ago. 2022.

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/VOTOADPF760.pdf> . Acesso em: ago. 2022.

delimitação assim é possível realizar a análise posterior de forma aprofundada, como é premissa da Análise de Discurso (AD).

### 1) Ação no STF

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 760<sup>37</sup>: ação de autoria dos partidos PSB, Rede, PDT, PV, PT, PSOL e PCdoB, que teve sua petição inicial feita em novembro de 2020. **Ela cobra a retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)**, criado objetivamente para o combate à perda de floresta na Amazônia Legal.

#### Ato

Decreto: 10.142/2019

Data: 28/11/2019

Descrição: Instituiu a Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa, mas, na prática, **acabou com o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)**, principal ferramenta para o enfrentamento do desmatamento no bioma desde 2004.

#### Contextualização:

O Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) foi instituído em 2004 e envolveu iniciativas de 13 Ministérios, sendo a principal política pública do governo federal para a Amazônia naquele período. Quando foi criado, o desmatamento na região atingia seus patamares históricos mais elevados, com uma taxa anual que superava 27 mil km<sup>2</sup> de floresta suprimida. Assunção, Gandour e Rocha (2012) destacam que a atuação integrada em monitoramento e controle, proposta pelo Plano – que previa ação em conjunto entre Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Polícia Federal, Polícia Rodoviária e Exército Brasileiro, subsidiada com o incremento de capacidade de monitoramento atribuída à implantação do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER) do INPE –, foi importante para uma queda drástica nessas taxas, que, em 2014, chegou a seu menor patamar histórico: 5.012 km<sup>2</sup> (ver Gráfico 1). Entre as principais ações do PPCDAm estavam o

---

<sup>37</sup> Disponível em <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6049993>> Acesso em: 5 mai. 2022.

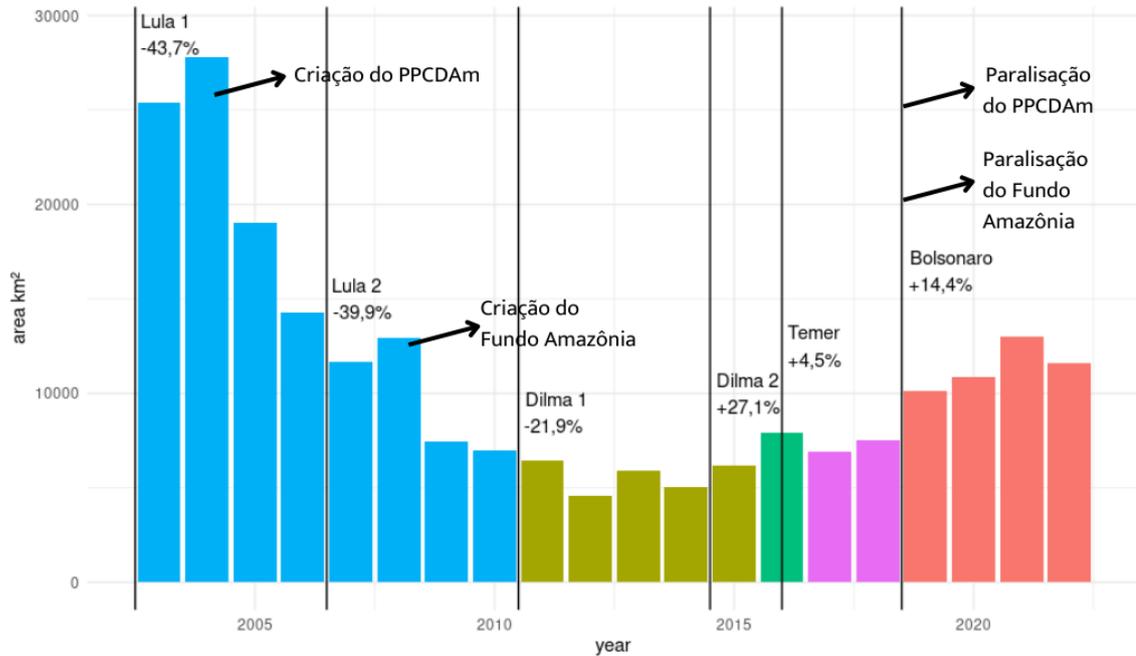
monitoramento da Amazônia por meio de satélites; a aplicação da lei ambiental, com o fortalecimento de órgãos fiscalizadores; a expansão de áreas protegidas, como terras indígenas e unidades de conservação; a restrição de crédito para fazendeiros que desmataram; e a política de municípios prioritários, que listou os locais da Amazônia com mais desmate e criou ações focalizadas. Além disso, Assunção, Gandour e Rocha. (2012) apresentam como fator importante a criação de unidades de conservação e o reconhecimento de terras indígenas durante o período de vigência do projeto.

No entanto, após uma década de trajetória decrescente no desmatamento desde a implementação do projeto, as taxas demonstram tendência de crescimento moderado a partir de 2015, em um ambiente de redução de orçamento público disponível para ações de fiscalização e controle e um congresso mais favorável ao agronegócio (FEARNSIDE, 2015). Tal cenário piorou significativamente a partir do início do mandato de Jair Bolsonaro (2019), quando o processo de enfraquecimento do PPCDAm atingiu seu ápice, e as estratégias de proteção da floresta foram substituídas por mecanismos ineficazes, como por exemplo a Operação Verde Brasil, que colocou um exército sem conhecimento da região e sem o devido preparo para realizar a fiscalização<sup>38</sup>. Em novembro de 2019, tais ações culminaram no decreto 10.142/2019, que resultou na paralisação oficial do PPCDAm. Como resultado, a destruição da floresta foi aumentando ano a ano, contabilizando um aumento de 59,5% do desmatamento nos quatro anos de governo Bolsonaro, na comparação com os quatro anos anteriores.

### **Gráfico 1** – Taxa anual de desmatamento da Amazônia Legal

---

<sup>38</sup> Disponível em <<https://conexoplaneta.com.br/blog/operacao-verde-brasil-qual-o-real-resultado-desta-acao-militar-para-a-protecao-da-amazonia/>> Acesso em: mai. 2022.



**Fonte:** elaborado pela autora (2023) a partir de dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe)

Em novembro de 2020, um grupo de partidos políticos ajuizou a ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que o governo fosse obrigado a voltar a executar o PPCDAm. A ação, que inaugurou as audiências do Pacote Verde no STF, ainda não foi julgada, mas, no voto inicial, da relatora Cármen Lúcia, a ministra reconheceu que houve um desmonte do plano “de modo a tornar inoperante a execução das políticas públicas de combate ao desmatamento”, “o que permite que cheguemos a taxas de mais crimes praticados naquela área da Amazônia, que é protegida constitucionalmente”<sup>39</sup>. Em 2 de janeiro de 2023, o recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) determinou a retomada do Plano.

## 2) Ação no STF

Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 59<sup>40</sup>: ação protocolada em junho de 2020 pelos partidos PSB, PSOL, PT e Rede Sustentabilidade. **Pede a reativação do Fundo Amazônia**, congelado desde 2019 depois que o então ministro Ricardo Salles tentou mudar as regras de sua gestão. O Fundo Amazônia tinha, no final de 2020, R\$ 2,9 bilhões paralisados, que poderiam ser usados no financiamento de projetos de preservação na Amazônia Legal.

<sup>39</sup> Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=484966&tip=UN>> Acesso em: 5 mai. 2022

<sup>40</sup> Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5930766>>. Acesso em: 5 mai. 2022.

## Ato

Decreto: 9.759/2019

Data: 12/04/2019

Descrição: Extingue e estabelece novas regras e limitações para colegiados da administração pública. Extinção do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC), o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) e sua respectiva Comissão (Conaveg), a Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio) e a Comissão Nacional de Florestas (Conaflor). **Extinguiu os comitês que faziam a seleção dos projetos para o Fundo Amazônia, entre eles o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA)**, formado por representantes da sociedade civil e dos governos federal e estaduais, criado para estabelecer critérios para o emprego dos recursos na floresta.

### Contextualização:

O Fundo Amazônia surgiu a partir de uma proposta apresentada pelo Governo Brasileiro em Bali, na Indonésia, durante a Conferência das Partes (COP 13), em dezembro de 2007. A iniciativa foi, posteriormente, autorizada pelo Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008. O principal objetivo do Fundo Amazônia era captar recursos para serem utilizados em projetos de combate ao desmatamento, entre eles o PPCDAm, e de promoção da conservação e desenvolvimento sustentável na maior floresta tropical do mundo. Considerado o maior programa de pagamentos por serviços ambientais do país, financiava projetos de combate ao desmatamento na Amazônia e ajudava a estruturar os órgãos ambientais, com compra de viaturas, pagamento de gasolina e treinamento de corpo técnico. Os principais financiadores do fundo até 2019 eram os governos da Alemanha, da Noruega e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), empresa de capital aberto cujo acionista majoritário é o governo do Brasil. Uma boa definição do Fundo Amazônia do ponto de vista do escopo e arranjo é apresentada por Kadri et al. (2018): “O Fundo é um instrumento econômico de política ambiental baseado na lógica de pagamento por resultados. Recebe recursos de doação com base nos resultados verificados de redução do desmatamento e destina-os a projetos que fortaleçam ou implementem políticas e ações que contribuam para novas reduções”.

De acordo com Lemos e Silva (2011, p.105), o programa “é reconhecido como a principal iniciativa do Governo Brasileiro no que tange à Redução de Emissão de Gases do Efeito Estufa por Desflorestamento e Degradação (REDD+)”. Antes de sua criação, havia desconfianças acerca da perda de soberania sobre o território por parte do Brasil a partir do

momento em que os projetos realizados na Amazônia fossem financiados com recursos advindos de doadores estrangeiros (VAN DER HOFF; RAJÃO; LEROY, 2018). No entanto, essas desconfianças foram paulatinamente afastadas a partir da constatação de que o controle das operações ficaria a cargo exclusivo de uma empresa diretamente controlada pelo Estado brasileiro, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), contando ainda com uma estrutura representativa da sociedade civil, a qual responderia pela emissão das diretrizes gerais (TOLEDO; BENEDETTO; BIZAWU, 2022).

O relatório Caminhos Para o Financiamento da Política Socioambiental no Brasil<sup>41</sup>, produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, mostra que, desde sua criação até 2019, o Fundo recebeu R\$ 3,4 bilhões em recursos (sendo 93,8% provenientes do governo Norueguês, 5,7% da Alemanha e 0,5% da Petrobras), teve 102 projetos aprovados, 27 projetos concluídos, e R\$ 1,85 bilhão alocados. Neste período, entre os instrumentos implementados, estão o apoio e proteção a 101 terras indígenas, incentivo a mais de 4 mil imóveis rurais com projetos de produção sustentável; benefícios concedidos a milhares de produtores rurais por meio de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de uma redução drástica no desmatamento da Amazônia a partir do apoio a estratégias de proteção desenvolvidas pelo PPCDAm. Em artigo que revisa a gestão do Fundo para verificar a existência de desdobramentos positivos para a proteção dos ecossistemas florestais amazônicos, Toledo, Benedetto e Bizawu (2022, p.346) concluem, ainda, que “a experiência do Fundo Amazônia é efetivamente um instrumento de proteção da Amazônia brasileira para além dos limites do direito sobre mudanças climáticas, alcançando os vínculos jurídicos próprios à conservação da biodiversidade”.

O Fundo Amazônia, que ficou suspenso desde abril de 2019, tinha, no final de 2020, R\$ 2,9 bilhões paralisados. Em 16 de maio de 2019, em uma tentativa de justificar a paralisação, o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, convocou jornalistas na sede do Ibama em São Paulo para anunciar que a pasta havia analisado 103 projetos de ONGs apoiados pelo Fundo e que teria encontrado cerca 30 contratos com algum grau de “inconsistência”. No dia seguinte, a embaixada da Noruega, maior doadora do Fundo, informou que estava satisfeita com os resultados que as entidades apoiadas pelo Fundo alcançaram nos últimos 10 anos, e o Tribunal de Contas da União (TCU), responsável pela auditoria do Fundo Amazônia, demonstrou que havia aprovado, em 2018, as últimas contas, consideradas satisfatórias. A paralisação do Fundo,

---

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Fundo-Amazonia-Inesc.pdf> . Acesso em: 2 set. 2022.

no entanto, foi efetivada e seguiu pelos anos seguintes, impedindo a continuidade de centenas de projetos que capacitavam indígenas a expressar sua autonomia e protagonismo na proteção de seus territórios; que promoviam eventos socioeducativos para desenvolver um conhecimento mais aprofundado sobre a Amazônia a fim de estimular movimentos de conservação do território; que realizavam monitoramento da cobertura florestal; que promoviam a proteção etnoambiental de povos isolados e de recente contato na Amazônia; que financiavam projetos socioambientais voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais; e que destinavam recursos para órgãos governamentais de proteção, como Ibama e ICMBio. Em 3 de novembro de 2022, a ADO59 foi julgada e, por 10 votos a 1, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) determinaram a reativação do Fundo no prazo de 60 dias. Para justificar a decisão, a maioria dos ministros concluiu pela inconstitucionalidade dos decretos que alteraram o formato da proposta e impediram o financiamento de novos projetos, manifestando-se também no sentido da retomada do modelo anterior. A Corte<sup>42</sup> avaliou que as alterações promovidas no formato do Fundo, desde 2019, com a extinção unilateral de Comitês sem a criação de outro órgão administrativo, impediram o financiamento de novos projetos e colaboraram com o enfraquecimento dos órgãos de proteção da floresta, o que configura omissão do governo em seu dever de preservação da Amazônia.

Entender esses movimentos de desmonte da política ambiental são importantes para subsidiar a análise deste trabalho, que buscará identificar os **enquadramentos discursivos sobre a Amazônia a partir da cobertura de jornais de referência brasileiros em relação a esses dois atos de desmonte**. Para tal, é necessário também entender o papel que o jornalismo ocupa, atualmente, na sociedade contemporânea, uma vez que ele é enquadrado, nesta tese, em uma perspectiva Interacionista, a partir da ótica construcionista da notícia (TRAQUINA, 2005), que situa o campo como um dos atores responsáveis pela construção da própria realidade. No próximo capítulo, nos aprofundaremos nas premissas dessa prática, a situaremos dentro de um contexto social e indicaremos algumas características de seu processo que são relevantes para entender o funcionamento possível (e ideal) do campo quando relacionado à cobertura ambiental.

---

<sup>42</sup> Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=496793&ori=1> . Acesso em 20 de dezembro de 2022.

### 3 JORNALISMO, DISCURSO E MEIO AMBIENTE: tensões, intersecções e as conexões ocultas

*“Fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: A Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza”*  
(**Ailton Krenak**, em *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*)

Ao longo do primeiro capítulo, percorremos o histórico das concepções sobre a natureza que foram sendo instituídas no decorrer dos séculos para situar os discursos ambientais que circulam atualmente, uma vez que os anos recentes correspondem ao recorte temporal da nossa pesquisa. Cabe aqui lembrar que ancoramos nossa tese no paradigma sociológico construcionista, a partir de Berger e Luckmann (2008), quando estes definem que, nas sociedades complexas, a realidade social é instituída por uma multiplicidade de discursos e interesses, por padrões de pensamento e comportamento socialmente definidos e aceitos, e por várias formas de interação que, por meios técnicos, dão visibilidade e legitimidade a determinadas formas de ser, estar e se relacionar. Para os autores, os indivíduos tendem a apreender a realidade como uma facticidade exterior e anterior às suas próprias existências, ou seja, ela não é totalmente dependente da volição de um indivíduo, mas existe antes dele. Os dois sociólogos austro-americanos identificaram, então, a existência de determinados atores sociais legitimados à negociação de significados e à criação de instituições sociais. Entre eles, políticos, líderes empresariais, líderes religiosos e a mídia. O jornalismo será enquadrado dentro dessa perspectiva para a sustentação teórica da tese, a partir de autores como Traquina (2001), Meditsch (2007) e Genro Filho (1988). No entanto, antes de situar teoricamente a prática, entendemos ser fundamental destacar alguns fenômenos recentes que provocaram novas reflexões sobre o papel da imprensa, em especial da imprensa tradicional<sup>43</sup> – escolhida como objeto desta pesquisa – na sociedade.

---

<sup>43</sup> Consideramos imprensa tradicional, também identificada como hegemônica, aqueles meios de comunicação de massa que existiam e se consolidaram como referência antes do advento da Internet e das plataformas digitais, que representam “a referência no campo jornalístico, seja por sua herança social, conquistada desde seu surgimento, seja pelo prestígio que consegue sustentar em razão dos capitais já adquiridos” (LOOSE, 2021, p.42)

### 3.1 Jornalismo, um campo em constante devir

Desde o fim do século passado, com a apropriação crescente de dispositivos de acesso à internet e o surgimento de numerosos veículos de comunicação alternativos à mídia hegemônica, a ideia de uma crise jornalística generalizada tem ganhado força entre profissionais e público, com valores da prática tradicional e seu reconhecimento social sendo desafiados constantemente. Em 1995, quando publicou a primeira edição de *A Mídia e a Modernidade*, o sociólogo John B. Thompson propôs uma análise do papel dos meios de comunicação na configuração da estrutura social. Sua hipótese era a de que, se desejássemos entender as sociedades modernas desde suas origens, seria preciso considerar a ascensão das instituições de mídia e a expansão das redes de fluxos de comunicação e informação, já que estas foram essenciais para a organização do poder simbólico no mundo moderno. À época, quando a sociedade recém começava a viver a revolução digital, o autor já destacava que o desenvolvimento dos meios de comunicação era, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, “uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si” (THOMPSON, 1998, p.19).

Corroborando com esta visão, Geertz (1989, p.4) descreveu que o “o homem é um animal suspenso em teias de significado que ele mesmo teceu” e assim, os meios de comunicação seriam rodas de fiar no mundo moderno, “pois ao usar estes meios, os seres humanos fabricam significação para si mesmos” (THOMPSON, 1998, 20). Naquele período, em que as grandes corporações midiáticas detinham um poder quase hegemônico na seleção e na propagação dos acontecimentos transformados em notícias, o autor desenvolveu uma teoria interacional dos meios de comunicação distinguindo três tipos básicos – e mais recorrentes - de interação: 1) interação face a face, de caráter dialógico, com um fluxo bidirecional de informação e direta; 2) interação mediada, também dialógica, mas que conta com um meio técnico, permitindo fluxo de informação no tempo e espaço; e 3) quase-interação mediada, que surge a partir do que ficou conhecido como “comunicação de massa” – ainda que o autor não considere o termo apropriado – mas que se configura por ser de caráter monológico (de um para muitos). A partir da construção de uma teoria social da mídia, o autor sistematizou e estabeleceu algumas das diretrizes do caráter transformador dos meios de comunicação no final do século XX a partir desta concepção de interação monológica, em que poucos falavam para muitos.

No entanto, nas últimas duas décadas, essa relação hierárquica vem sofrendo mudanças, e o fenômeno conhecido como convergência de mídias, que ocorre pelo “fluxo de conteúdos

através de múltiplas plataformas de mídia, pela cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e pelo comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação” (JENKINS, 2009, p.29), provoca novas reflexões sobre esse papel que a imprensa ocupa na organização social contemporânea. Por isso, recentemente, em um artigo publicado em 2018, Thompson revisita sua obra da década de 1990 e repensa o papel da mídia frente às novas formas de interação proporcionadas pelo avanço tecnológico, em especial as redes sociais.

É indubitável que o ambiente de informação e comunicação de nossas sociedades mudou significativamente desde aquela época [década de 1990]. A revolução digital, que estava apenas começando a se fazer sentir naquele momento, se desenvolveu em uma dimensão vertiginosa, e as rápidas ascensão e evolução da internet e das muitas formas de comunicação móvel e em rede deixaram intocadas poucas áreas de nossas vidas sociais e políticas (THOMPSON, 2018, p.18).

À luz da revolução digital e do crescimento da internet, o autor adicionou à sua proposta teórica um quarto tipo básico de interação: a interação mediada online, caracterizada por se utilizar de meios técnicos, ser dialógica, porém de “muitos para muitos” (p.21). Para o autor, esta envolve a extensão das relações sociais através do espaço e do tempo e permite uma multiplicidade de formas de interações, ainda que mantenha um certo “estreitamento no leque de pistas simbólicas”. Mielnickzuk e Trasel (2017) entendem que esse momento é caracterizado por um novo modelo de circulação de informações que “já não obedece unicamente a um modelo verticalizado, de cima para baixo, um esquema “um-todos” (p.249). Ele é definido a partir da circulação das informações ocorrendo também de forma horizontalizada, sendo a própria audiência um dos vetores de circulação.

É inegável que essas novas possibilidades de interação e a oferta de espaços ilimitados de transmissão de informação vêm desafiando as rotinas de produção e o próprio papel da imprensa tradicional no contexto social, que sempre esteve constrangida por limitações técnicas e comerciais dos canais em uso (PRIMO e TRÄSEL, 2006). O ambiente virtual, ao oferecer inúmeras possibilidades de negociação de sentidos, permite que os usuários escolham seus espaços de filiação, ou seja, que sejam sujeitos ativos na construção de seus espaços de circulação discursiva e ideológica por meio de suas escolhas individuais de navegação. Atualmente, o conteúdo difundido pelo próprio usuário da internet muitas vezes é quem delimita a agenda da mídia na web e, conseqüentemente, a agenda da mídia tradicional, que aproveita o conteúdo online mais acessado (PRIMO e TRÄSEL, 2006).

São muitos os pesquisadores que vêm se debruçando nessas transformações para entender como/se esse processo efetivamente é capaz de diminuir a assimetria de poder estabelecidas nas sociedades do final do século XX. Enquanto alguns defendem que esse processo já é visível, outros contra-argumentam que, na medida em que a elite política e midiática dispõe de mais recursos, provavelmente tenderá a centralizar a atenção também nas mídias sociais, reproduzindo desigualdades de outros meios (MARGOLIS e RESNICK, 2000). Nesta pesquisa, cujo objeto é o conteúdo publicado online por veículos da imprensa tradicional, entendemos ser importante uma reflexão sobre as implicações que essas mudanças provocam no poder da imprensa tradicional de ser um dos principais atores sociais legitimados à negociação de significados.

Thompson (2018) entende que, apesar de atenuado, o poder de construção simbólica da mídia tradicional parece seguir presente na sociedade contemporânea, e é possível afirmar isso mesmo enquanto se tenta “entender esse novo turbulento mundo de visibilidade mediada na era digital” (p.43). Isso é observado pelo pesquisador canadense Jean Charron, que, em 2004, elaborou, ao lado de De Bonville, um modelo para avaliar as transformações do campo midiático e, mais recentemente, revisitou seu trabalho do início do século para repensar a sociedade em transformação. Repassaremos, inicialmente, o modelo criado por Charron e De Bonville (2016) – uma vez que ele servirá como base para situarmos o jornalismo teoricamente – para depois levantar os questionamentos recentes do autor.

No livro *Natureza e Transformação do Jornalismo*, de 2004, os autores dividem a história desta prática em quatro períodos, ou quatro paradigmas<sup>44</sup>: Jornalismo de Transmissão; Jornalismo de Opinião; Jornalismo de Informação; Jornalismo de Comunicação. O primeiro, que seria o único desvinculado à ideia de poder do campo, data do século XVII e se refere às publicações que “recolhem, consignam e difundem em suas gazetas correspondências, anúncios e outras informações que lhes são enviadas” (CHARRON e DE BONVILLE, 2016, p.28-29). Então, nem os jornalistas nem os veículos possuíam uma identidade discursiva, algo que aparece décadas depois, com o Jornalismo de Opinião. Este, de acordo com os autores, surge dentro de um contexto de transformação das instituições políticas, com adventos como o desenvolvimento dos sistemas partidários, direitos de voto, entre outros, em que o jornalismo emerge como um agente a serviço das lutas políticas. O campo passa a ser um espaço de expressão e combate políticos, e assim se mantém até final do século XIX e início do século

---

<sup>44</sup> Os autores, propondo uma nova concepção da historiografia do jornalismo e da imprensa americana, partem do conceito de tipos puros ou ideais de Max Weber (CHARRON e DE BONVILLE, 2016, p. 36) para designar os paradigmas jornalísticos

XX, quando emerge o que Charron e De Bonville (2016) caracterizam como Jornalismo de Informação. Esta, uma prática calcada no comércio de notícias, a partir da prerrogativa de um negócio lucrativo, abandona o papel de expressão dos debates políticos para emergir com a prerrogativa do interesse público e serviço ao cidadão.

É neste período que a finalidade do jornalismo é definida a partir do seu poder de fornecer informação às pessoas para que estas sejam livres e capazes de se autogovernar. Traquina (2005) explica que é então que o campo jornalístico ganha forma nas sociedades ocidentais, sendo a partir da consolidação da sociedade capitalista-industrial que emerge a comunicação de massa, ancorada na ideia de um “quarto poder” em relação aos outros três: executivo, legislativo e judiciário. É ao longo do século XX que grande parte das reflexões teóricas sobre a prática jornalística se desenvolvem e ganham enquadramentos ainda hoje importantes nos estudos sobre a imprensa (como será explicitado no item seguinte). De acordo com Charaudeau (2015, p.63), “informar é possuir um saber que o outro ignora, ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro, ser legitimado nessa atividade de transmissão”. E é exatamente esse poder, no qual se ancora o jornalismo para legitimar sua existência, que passou a ser ameaçado, principalmente a partir do século XXI, com a superabundância de oferta de informação pela internet. Ingressasse, assim, no que Charron e De Bonville (2016) caracterizam como a era do Jornalismo de Comunicação, em que o surgimento de novos e numerosos veículos e plataformas de interação levam profissionais da informação a buscarem formas de distinguir-se da concorrência, e para isso, entre outras características, “deixam transparecer mais abertamente sua subjetividade e tentam estabelecer com o público, cada vez mais ‘especializado’, laços de convivência e de intersubjetividade” (CHARRON e DE BONVILLE, 2016, p.30). Neste momento, o papel já consolidado da imprensa, que em muito se ancorava na objetividade, também se vê reconfigurado.

Temos, assim, um amplo campo de reflexão que não se esgota, uma vez que mudanças importantes nesta prática estão acontecendo todos os dias, principalmente desde que o consumo de notícias passou a se dar também por redes sociais, em plataformas que contam com pouca ou nenhuma mediação, e que a abundância de informações desafia diariamente tanto leitores quanto jornalistas. Um movimento mais recente em que isso é possível de ser observado é a resposta à ascensão do que ficou conhecido como *Fake News*<sup>45</sup>. Desde que o compartilhamento de informações falsas começou a se disseminar por redes sociais – o que ganhou mais destaque a partir das eleições presidenciais americanas de 2016, que resultaram na eleição do republicado

---

<sup>45</sup> Termo definido por Derakhshan e Wardle (2017) como informações criadas com objetivos escusos sem, necessariamente, ter compromisso com a realidade.

Donald Trump –, valores e métodos de apuração tradicionais têm voltado a ganhar relevância, já dentro de uma perspectiva da subjetividade intrínseca à prática. De fato, o *fact-checking*, que surge como uma forma de apuração calcada em um método, nada mais é do que apuração jornalística tradicional: consultar fontes, cruzar dados, contextualizar, interpretar, para referenciar os já citados elementos do jornalismo (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004; REGINATTO, 2016).

Em uma entrevista<sup>46</sup> concedida à jornalista Livia Guilhermano, em 2021, para a Revista Intexto, enquanto ela cursava mestrado na UFRGS, Jean Charron revisita sua obra de 2004 e destaca um cenário de incertezas e mudanças rápidas, que não permitem a um pesquisador esgotar seu olhar sobre o tema. Em determinado momento da conversa, afirma que “do ponto de vista do paradigma jornalístico (eu) vejo muitas mudanças. Mas mudanças que não tiveram o tempo de se sedimentar, de se solidificar no fundo do rio. Ainda está nebuloso (...) Estamos ainda no turbilhão” (GUILHERMANO, 2021, p.7 e 8).

Apreende-se, a partir destas reflexões, que a instituição jornalística está em reconfiguração, e o fim desse processo ainda não é visível. Assim, considerando este cenário de incertezas e a partir dos nossos enquadramentos teóricos sobre o jornalismo contemporâneo, assumimos para este estudo o pressuposto de que as notícias divulgadas pela imprensa tradicional, seja pelo meio impresso, rádio, TV e/ou online, seguem sendo importantes mediadores da realidade, interferindo de forma significativa não só na definição do que é notícia, ou seja, do que é relevante saber, mas sim dos enquadramentos e sentidos que se dão aos fatos.

### **3.2 O jornalismo teorizado, da construção ao enquadramento**

Se estamos centrando nossa tese na imprensa hegemônica, ou tradicional – e sustentando que ela ainda conserva um poder, mesmo que relativizado, na construção social da realidade – precisamos, inicialmente, aprofundar-nos teoricamente sobre o campo. As mudanças descritas no item anterior ecoam em Rüdiger (1993), quando este entende que os conceitos da prática jornalística são mutáveis, ou seja, transformam-se conforme o período e a organização social de determinada época. Sua definição histórica – uma prática social que constitui um dos elementos de formação da opinião pública –, em muitos momentos, é superada por interesses outros que regem a sociedade.

---

<sup>46</sup> Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/82397>> Acesso em: mar. 2022.

Recorremos a Traquina (2005) para apontar algumas dessas transformações a partir do século XX, nos períodos caracterizado por Charron e De Bonville (2016) como do Jornalismo de Informação e Jornalismo de Comunicação, pois é a partir de então, de acordo com os autores, que o campo jornalístico ganha forma nas sociedades ocidentais. Traquina (2001) estabelece um mapa das principais abordagens e conceitos sobre a produção jornalística no último século, sistematizando-a em cinco orientações: teoria do “espelho”, teoria do *Gatekeeper*, teoria organizacional, teorias de ação política e, finalmente, as teorias da notícia como construção social, nas quais surgem as perspectivas das teorias estruturalista e interacionista. É principalmente a partir da última abordagem que nos deteremos para conceituar teoricamente o jornalismo, uma vez que esta entende que a notícia é sempre uma construção e não um espelho da realidade, ou seja, que “as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima, os acontecimentos, num produto, as notícias” (TRAQUINA, 2001, p.60). Após, traremos o jornalismo também sob a perspectiva do discurso a partir de autores como Brandão (1995), Benetti (2007) e Orlandi (2001; 2005) para constituirmos nosso arcabouço teórico-metodológico que dará suporte à análise do material selecionado neste estudo, e que acionará dispositivos da Análise de Discurso (AD), em conjunto com a noção de enquadramento discursivo, a partir de Moares (2015).

O paradigma que compreende a notícia como construção social da realidade pensa a vida social como processos de instituição dos sentidos e valores que orientam as ações e percepções dos grupos humanos. Os acontecimentos cotidianos, assim, refletem ‘uma realidade’ entre as múltiplas realidades possíveis, “daí a pertinência para se pensar o jornalismo e sua criação cotidiana de significados que, por sua vez, atribuem ‘sentidos’, valoração, prioridades de olhar, interesses e, enfim, participam da instituição dos modos coletivos de organização da vida humana” (GADINI, 2007, p.82). Os processos jornalísticos, conforme explica Alsina (1989), constroem uma realidade que vai se somar às outras situações, fatos e relações já socialmente existentes.

Para Berger e Luckmann (2008, p.35), “a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente”. A noção de realidade que aqui consideramos é aquela herdada também da perspectiva construtivista: “as realidades sociais são apreendidas como construções históricas e cotidianas dos atores individuais e coletivos” (CORCUFF, 2001, p.26). E o jornalismo, amparado em seus padrões de credibilidade historicamente (e ainda) legitimados, atua como agente construtor dessas realidades. Pereira Júnior e Rocha (2011) destacam que, apesar de as reflexões sobre a teoria construtivista seguirem diferentes correntes, todas partem

da premissa de que é preciso, para compreender a realidade, questionar o “dado”, o “naturalizado”. “Nesse sentido o construtivismo abre perspectivas para resgatarmos algo que é da própria experiência humana: homens e mulheres são seres sociais e contribuem decisivamente para a construção do mundo que os cerca” (PEREIRA JÚNIOR e ROCHA, 2011, p.748).

Partindo desta premissa, Gadini (2007) é preciso ao afirmar que a notícia, à medida que “presentifica” o acontecimento a que se remete, também o constrói. “Em outros termos, as ações humanas não se processam de modo (sempre) absolutamente inédito, mas ocorrem em situações históricas que, por sua vez, também são gradualmente transformadas por essas mesmas ações, sejam elas de atores individuais ou coletivos” (GADINI, 2007, p.80). O campo jornalístico não é entendido, assim, como uma instância responsável por repetir o discurso de outros campos. Por ter uma competência específica, ele atua no processo de instituição da realidade social a partir de sua capacidade de produzir formas de conhecimento singular.

Aqui, cabe definir que tipo de conhecimento é esse. A partir de uma análise sociológica da atividade jornalística, Park (1972) distingue o “conhecimento de” (conhecimento pela acumulação de experiências) e “conhecimento acerca de” (conhecimento formal, científico), localizando, assim, o jornalismo como uma forma especial de transmissão de conhecimento que desliza entre esses dois extremos e possui características únicas que o fazem cumprir um papel exclusivo no processo de cognição social. Ele surge “como uma forma de conhecimento que vai cumprir papel semelhante ao da percepção individual da singularidade dos fenômenos, só que agora é como se nos relacionássemos com a imediaticidade do mundo, de uma aldeia global” (GENRO FILHO, 1988, p. 81).

A definição de conhecimento acima proposta é referida por Meditsch (2007), que destaca um caráter singular neste campo comunicacional. O autor defende que o jornalismo revela as informações de forma diferente, nem mais nem menos do que outros campos. E é ao revelar de forma distinta que ele pode “revelar aspectos da realidade que outros modos de conhecimento não são capazes de revelar” (MEDITSCH, 2007, p.3). Para Genro Filho (1998), isso se dá uma vez que o fato jornalístico é uma construção, sempre interpretativa, elaborada a partir de um fenômeno e sob determinadas regras, ou rotinas. Há um “fenômeno e uma pluralidade de fatos”, e a escolha sobre como eles se entrelaçarão é resultado de jogos de interesses, da historicidade e do lugar onde o jornalista se insere. “É nessas tensões que são negociados, instituídos e sobrepostos os sentidos, valores, intenções e interesses que perpassam as dimensões do universo imaginário” (GADINI, 2007, p.80).

A Teoria Construcionista surge nos estudos de jornalismo, na década de 1970, em contraposição às visões filiadas ao paradigma positivista, que entendia o campo como capaz de refletir a realidade tal como ela é. É a partir desta percepção que a socióloga americana Gaye Tuchman, em seu livro *Making News: A Study in the Construction of Reality*, publicado em 1978, examina como as rotinas de produção de notícias e as práticas jornalísticas afetam a forma como os eventos são representados. De acordo com a autora, “as notícias não apenas conferem aos eventos sua existência como acontecimentos públicos, mas também conferem caráter a eles (...), atribuindo seletivamente detalhes específicos ou “particulares”. Eles [jornalistas] tornam esses detalhes acessíveis aos consumidores de notícias” (TUCHMAN, 1983, p.204, tradução nossa). Essa perspectiva reconhece que a seleção de eventos, a interpretação dos fatos e a apresentação das histórias são influenciadas pelas práticas e valores jornalísticos, bem como por fatores sociais, políticos e econômicos, e que o resultado dessas escolhas ou reforçam as normas sociais ou criam outros sentidos igualmente compartilhados pelos atores sociais. Para Pereira Júnior e Rocha (2011), se o mundo real é o mundo dos fatos e acontecimentos, o jornalismo cumpre o papel de “interpretar a realidade social para que as pessoas possam entendê-la, adaptar-se a ela e modificá-la” (p.752). Em última instância, de acordo com Gadini (2007), a informação jornalística institui, no processo de produção de sentido, um conhecimento que vai agregar, questionar ou negar a relação e comportamento que o usuário mantém no espaço coletivo das complexas sociedades contemporâneas.

O paradigma que compreende a notícia sob esta ótica é enquadrado sob uma perspectiva interacionista, uma vez que “encara o processo de produção das notícias como interativo, em que diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de negociação constante” (TRAQUINA, 2001, p.64). Apropriando-se dos conceitos criados por Gaye Tuchman (1983), a lógica interacionista, também conhecida como teoria etnoconstrucionista pela aproximação conceitual, ao mesmo tempo em que considera que um acontecimento, ao ser pautado pela mídia, gera uma notícia na forma de um produto a ser consumido pelos receptores, “a notícia também constrói o acontecimento, porque é um produto elaborado que não pode deixar de refletir diversos aspectos do processo de produção” (TRAQUINA, 2001, p.88). Esse processo, que transforma “fatos” em “notícias”, foi trazido nos estudos de McCombs e Shaw (2000), dois dos principais autores da hipótese do agendamento (*agenda-setting*), teoria amplamente debatida no campo do jornalismo, a qual entende que o campo teria o poder de definir os temas relevantes para os quais o público deve ter informações e discutir. Este processo, que estaria no cerne do papel do jornalismo na construção social da realidade, parte do princípio de que há critérios de noticiabilidade, entendidos como critérios, operações e instrumentos para a escolha

dos fatos que serão noticiados. O que, de acordo com Traquina (2005), é negociado entre repórteres, diretores e outros atores do processo produtivo das redações a partir de um entendimento comum do que seria um **valor-notícia**. Nas reflexões teóricas sobre o campo, encontramos elementos como atualidade, oportunidade, interesse público, frequência, emoção, novidade e singularidade como alguns desses valores, que são internalizados nas rotinas de produção.

Em suas reflexões iniciais, McCombs e Shaw (2000) concluíram que os meios exerciam uma grande influência “sobre o que o público pensa”. No entanto, quase três décadas depois, também revisitam a obra e, em artigo publicado nos anos 2000, propõem o que seria um segundo nível de agendamento, considerando que os meios influenciam não só o “sobre”, mas “como” o público pensa determinados temas. “As notícias dizem-nos também como devemos pensar sobre o que pensamos” (McCOMBS e SHAW, 2000, p.131). Isso se dá, de acordo com Schwaab (2014, p.51), porque o jornalista “se faz valer de técnicas, gêneros, formatos e processos de edição por meio dos quais é possível escolher, excluir ou acentuar determinados aspectos dos acontecimentos”. Nessa perspectiva, as rotinas de produção exercem um papel importante, uma vez que os profissionais são constantemente “confrontados com abundância de acontecimentos e escassez do tempo, lutando para impor ordem no espaço e ordem no tempo” (TRAQUINA, 2001, p. 75), e acabam criando uma rotina de “previsibilidade”, até para conseguir cobrir os principais fatos considerados noticiáveis para a edição do dia ou hora seguintes. A essa “operação”, e especialmente sob influência de Tuchman (1978), tem-se dado o nome de **enquadramento**.

Proposta originalmente pelo antropólogo britânico Gregory Bateson (1954), a noção de enquadramento surge a partir de suas reflexões no campo da psicologia e, posteriormente, foi incorporada aos estudos de comunicação. O autor utilizou o termo para explicar como as interações entre pessoas, por meio da comunicação, ancoram-se em quadros de sentido que moldam as interpretações e ações dos atores envolvidos. Tal reflexão partiu de um estudo em que Bateson buscava compreender o fenômeno da esquizofrenia, mas resultou, posteriormente, em uma ferramenta teórica para captar a dimensão simbólico-interpretativa das relações sociais, ganhando, assim, projeção em outros campos. Desde os anos 1980, quando o conceito de enquadramento (*framing*) foi relacionado à mídia e mais especificamente ao jornalismo por autores como Tuchman (1993), Ervin Goffmann (1986) e Todd Gitlin (1980), uma variedade de estudos se apropriou desta conceituação para pesquisas no campo. As contribuições estão relacionadas, por exemplo, com a teoria dos esquemas interpretativos de Goffmann na obra *Frame Analysis* (1986), em que é possível apreender variados níveis de interpretação da

informação que será ofertada ao outro. Ao autor interessava analisar como os indivíduos se utilizam dos enquadramentos como estruturas cognitivas que são fundamentais para a sua percepção e trânsito pelas diversas realidades sociais com as quais tomam contato. Partindo-se do pressuposto de que as notícias jornalísticas se configuram como recortes subjetivos da realidade operados pelos jornalistas, estudos no campo do jornalismo passaram a identificar que cada texto noticioso não pode mais ser verificado como uma unidade do real, mas sim como uma construção simbólica promovida por agentes especializados em sua tentativa de enquadrar a realidade. Nesse sentido, conforme Hangai (2012), as pesquisas fundamentadas na *frame analysis* debruçaram-se sobre como o jornalismo constrói seus enquadramentos acerca do mundo e quais recursos e medidas ele usa para isso. É a partir deste conceito que Gitlin (1980, p.7, tradução nossa) apresenta uma definição mais clara e sistemática de enquadramento midiático:

Os enquadramentos da mídia (...) organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira.

Na definição acima, enquadramentos são entendidos como recursos que organizam o discurso por meio de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão etc.) e que resultam em determinada interpretação dos fatos. Tuchman (1993), ao se apropriar desses conceitos para fundamentar suas reflexões sobre a participação do jornalismo nos processos de construção social da realidade, aponta que a prática institucionalizada do jornalismo, as visões dos jornalistas sobre o que é notícia, os constrangimentos organizacionais daí derivados e a tendência das notícias de veículos hegemônicos de privilegiar posições ideológicas hegemônicas, reforçando a manutenção do *status quo*, são fundamentais para uma compreensão dos modos como são promovidos os enquadramentos.

Aprendemos, assim, que ao promover enquadramentos, o jornalismo está colocando em ação mais do que a saliência de aspectos considerados relevantes para a interpretação dos acontecimentos narrados, ele se configura como “um processo no qual as interpretações, construídas simbolicamente pelo campo, organizam discursivamente o conhecimento sobre o acontecimento, com marcas de seleção, ângulo e ênfase” (MORAES, 2015). Recorremos também a Moraes (2015) quando esta afirma que a noção de enquadramento jornalístico como um espaço de construção do conhecimento sobre determinado tema “não significa

absolutamente uma percepção de que o jornalismo determina visões de mundo. Antes, entendemos que o jornalismo, assim como outros espaços sociais, realiza uma oferta de sentidos” (MORAES, 2015, p.89). Por isso a pertinência de se apreender que a prática jornalística está intimamente ligada à prática discursiva. Esta, de acordo com Gadini (2007), ao promover uma espécie de “mundo possível” entre os vários mundos possíveis, apresenta-o na forma de representações discursivas que ganham visibilidade social por meio das estruturas de produção, circulação e consumo.

Nesta tese, o enquadramento do jornalismo sob a ótica construtivista nos dá uma dimensão sobre a relevância do campo na construção de sentidos sobre a Natureza – neste caso, sobre a Amazônia. Já a noção de enquadramento nos indica algumas ferramentas na qual é possível apreender como as ofertas de sentido acontecem e quais os elementos que constituem esse processo. Para avançar nessa reflexão, no entanto, é preciso retomar alguns conceitos trazidos de forma simplificada no capítulo 2 da tese, quando falamos em discursos ambientais, a fim de entender como esse processo se materializa na linguagem e, mais especificamente, no jornalismo.

### **3.3 O discurso jornalístico sob a ótica da AD**

Situar o jornalismo pela ótica da **Análise do Discurso francesa (AD)** justifica-se pela compreensão de que a linguagem é uma mediação necessária entre o homem e a realidade social. Só que essa linguagem não é transparente – e essa mediação, que é o discurso, permite tanto a permanência como o deslocamento do real. A teoria construcionista coloca o jornalismo entre um dos atores responsável pela construção de modelos vigentes da realidade, e para analisar seu papel é preciso sempre ter em mente que todo texto está fundamentado em modelos simbólicos elaborados a partir de diferentes ideologias. Por isso, entendemos que analisar o texto é adentrar sua historicidade, considerar a posição que o sujeito ocupa e sentidos que mobiliza. É, em última instância, propor-se a uma relação menos ingênua com a linguagem. De acordo com Orlandi (2005, p.9), “não podemos estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. (É preciso) saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos”. Por isso, para entender o jornalismo sob a ótica da AD, partimos do pressuposto de que esta prática “lança mão de mapas culturais de significado que existem na sociedade e ajuda a reforçá-los ou apagá-los, contribuindo para o estabelecimento de ‘consensos’ a respeito de valores e atitudes” (BENETTI, 2006, p.4).

Embora este trabalho se inscreva no referencial teórico-metodológico da AD preconizada por Michel Pêcheux (1997) e aqui trazida por autores como Orlandi (1995, 2005) e Brandão (1995), resgataremos também outros pensadores, como Bakhtin (2006) e Foucault (2006) que, ainda com referenciais próprios, contribuíram para a construção das bases epistemológicas da teoria do discurso em diferentes fases<sup>47</sup> de sua teorização. Tais autores também ajudam a consolidar alguns dos referenciais que serão mobilizados nesta tese, retomados como dispositivos analíticos e entrelaçados na reflexão do jornalismo como prática discursiva.

Partimos da ideia de que os discursos são sempre construções de significados. Comunicar, educar, informar: tudo são escolhas (CHARAUDEAU e MAINGUENEU, 2004). E essas escolhas não se restringem ao conteúdo escolhido, às técnicas de escrita, mas sim aos efeitos de sentidos que produzem. Pêcheux (1997) propõe que pensemos o discurso como um objeto linguístico, desde que não seja entendido como inteiramente linguístico, mas também como objeto histórico, ideológico e social.

Quando Bakhtin inaugurou, nos estudos da **linguagem** na década de 1920, as reflexões que incluíam as relações com o social e com o ideológico, ele então propôs uma mudança de paradigma. Ao se contrapor à ideia de língua homogênea, na qual o sujeito não está contemplado, o autor passou a entender a linguagem como arena em que se confrontam valores sociais contraditórios, na qual se interlaçam a posição do sujeito e a posição ideológica. Ele identificou no signo linguístico um signo social e ideológico, que põe em relação a consciência individual com a interação social. A circulação de suas ideias, no entanto, ficou silenciada por mais de três décadas<sup>48</sup>, chegando à França somente na década de 1970. É então que elas ecoam nos estudos de Pêcheux a partir do conceito de heterogeneidade da linguagem, de discursos que se constituem a partir de sua exterioridade, interpelados pela ideologia. Os dois teóricos, no entanto, se distinguem em um ponto fundamental: enquanto para Bakhtin o sujeito é interpelado ideologicamente de forma consciente, Pêcheux (1997) entende que esse processo se dá de forma inconsciente, ou seja, propõe um sujeito do discurso que não é origem do seu dizer, ainda que carregue essa ilusão.

Para definir que **discurso** é esse, recorreremos novamente à Foucault (2006), que propõe uma conceituação corroborada e incorporada por Pêcheux e, posteriormente por Dryzek (2013),

---

<sup>47</sup> Ao longo de seu desenvolvimento, que teve início na década de 1960, a Análise do Discurso passou por três momentos definidores, ou três fases.

<sup>48</sup> Condenado ao exílio no Cazaquistão pelo governo soviético no final da década de 1920, o filósofo e pensador russo Mikhail Bakhtin (1895-1975) teve sua obra silenciada por décadas, sendo “redescoberta” na Rússia na década de 1960 e, posteriormente, em outros países da Europa.

e que o entende como uma rede de enunciados ou de relações que tornam possível haver significantes. Ele é constituído por um campo de regularidades, em que diversas posições de subjetividade podem se manifestar, ou seja, não é “como um documento, como signo de alguma coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial” (FOUCAULT, 2006, p.159). Cabe destacar que, de início, as reflexões foucaultianas não tinham como objetivo construir uma teoria sobre o discurso, uma vez que seu trabalho sempre teve como objeto principal o sujeito constituído a partir das relações de saberes e poderes de uma sociedade. No entanto, o termo aparece como central em sua obra quando ele percebe esse sujeito como uma fabricação, “uma construção realizada, historicamente, pelas práticas discursivas” (FOUCAULT, 2006, p.59) e entende que, para refletir teoricamente sobre este, “é preciso determinar e descrever a proliferação dos acontecimentos discursivos através dos quais, graças aos quais e contra os quais se formaram as noções, os conceitos que atravessam e constituem os objetos e engendram os discursos que falam sobre eles” (p. 59). O discurso caracteriza-se por ser um jogo estratégico e polêmico, o espaço onde poder e saber se articulam, pois, no jornalismo, por exemplo, quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. “Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional), é gerador de poder” (BRANDÃO, 1995, p.32).

Foucault (2006) e Pêcheux (1997) compartilham, assim, uma visão de discurso a partir da ideia de que este se configura como uma prática social que está imbricada nas relações de poder e ideologia e que, por isso, são constituídos a partir de determinadas regras. Entre elas está, conforme Orlandi (2005), a presença de dois tipos de “esquecimentos”, que pertencem a qualquer discurso. O da ordem da enunciação – significa que ao falarmos, “falamos de uma maneira e não de outra” (ORLANDI, 2005, p.36), através das **paráfrases**<sup>49</sup> – e o da ordem do ideológico, na qual “temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes” (p. 36). O conceito de **ideologia** é central nesta reflexão. Ele foi incorporado pela AD inicialmente a partir da proposta pelo filósofo marxista Althusser (1978), que, com bases marxistas, a definia como uma relação imaginária entre os indivíduos e sua existência, concretizando-se materialmente por meio de práticas cotidianas. Brandão (1995) atribuiu a esta noção de ideologia a função geral de mediadora na integração social, na coesão

---

<sup>49</sup> Ferreira (2001) define paráfrase como aquilo que se repete ao longo dos enunciados, ou seja, é o processo parafrástico que permite ao sujeito que, ao proferir um discurso, recupere um dizer que já está estabelecido e o reformule, abrindo espaço para o novo. Já a polissemia seria o dizer diferente (ORLANDI, 2005).

do grupo. Ela seria a que opera pela sociedade, de forma simplificadora e esquemática, sendo a partir dela que as pessoas pensam. Orlandi (1999, p.46), em uma conceituação revisada e atualizada, entende a definição discursiva de ideologia como “a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 1999, p.46) na medida em que, diante de qualquer objeto simbólico, o homem é levado a interpretar, a buscar o sentido das palavras e das coisas. Não há sentido sem interpretação, diz a autora. Portanto, não há discurso sem ideologia. “Assim considerada, a ideologia não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo” (ORLANDI, 1999, p.47). Por isso, quando pensamos no discurso, não podemos assumir que ele acontece na materialidade do texto, da fala ou da imagem. Ele acontece “entre os sujeitos da interlocução. É no espaço entre esses sujeitos que o discurso efetivamente se constitui” (BENETTI, 2008, p.17). Ainda, de acordo com a autora, há uma relação paradoxal no papel do sujeito quando refletimos sobre o campo, pois enquanto o discurso só se constitui a partir da relação entre os sujeitos, a sua origem é anterior a eles, ou seja, “o sujeito tem um poder de enunciação relativo, pois está submetido a regras que lhe são exteriores e anteriores” (p.17). Assim, na perspectiva da AD, o sujeito é atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, o que produz um sujeito cindido, clivado, descentrado, não se constituindo na fonte e origem dos processos discursivos que enuncia, ainda que tenha a ilusão de o fazer. O discurso é, dessa forma, heterogêneo por ser sempre atravessado por outros discursos.

Nesta pesquisa, mapear os sentidos ofertados pelos jornais sobre a Amazônia é uma etapa importante para responder à pergunta que guia esta tese. Para tanto, é importante compreender alguns conceitos da AD que serão acionados como ferramenta metodológica, uma vez que se pretende adentrar as memórias discursivas para extrair esses sentidos. Ao entendermos que todo o dito tem como origem um outro lugar, um dito anterior, uma historicidade que torna possível e sustenta cada palavra, entramos na noção de **interdiscurso**, sendo este o que carrega a “memória” da palavra. Ele pode ser definido como um conjunto de unidades discursivas (pertencentes a discursos anteriores do mesmo tema) com os quais um discurso em particular, no caso o discurso jornalístico sobre algo ou alguém, se constitui, pois todos os sentidos já ditos por alguém, em algum momento e em algum lugar, têm efeito sobre o que este discurso específico diz.

Essa compreensão sobre a exterioridade do discurso é particularmente importante para entender as condições de produção do jornalismo e, mais, para que toda e qualquer leitura do texto jornalístico considere que os sujeitos envolvidos neste processo (o leitor, o jornalista e o veículo de comunicação) são determinados por **Formações Ideológicas (FIs)**, que são as ideologias que interpelam o sujeito mesmo que anteriores e exteriores a ele, e mesmo que, nesta

perspectiva que nos filiamos, de forma inconsciente. Elas determinam aquilo que se diz a partir do campo do que se deveria dizer, e se manifestam por meio de uma ou várias **Formações Discursivas (FDs)** interligadas, conceito introduzido por Foucault e descrito por Pêcheux como ferramentas que permitem relacionar o conjunto de enunciados sócio-históricos com uma identidade enunciativa, pois “para uma sociedade, um lugar, um momento definido, somente uma parte do dizível é acessível, dizível esse que forma um sistema e delimita uma identidade” (MAINGUENEAU, 1984 apud MAINGUENEAU, 2000, p.68 e 69). A noção de Formação Discursiva se torna assim básica na AD para compreender o processo de produção de sentidos, sua relação com a ideologia e para identificar as regularidades que acontecem no funcionamento do discurso (ORLANDI, 2005).

Tais conceitos da AD permitem entender que o discurso jornalístico, assim como outros discursos, é guiado por vontades outras, anteriores ao dizer. Situar, assim, o jornalismo como campo discursivo é essencial pois estamos falando de um discurso de mediação entre os campos sociais e, como propõe Berger (1998, p. 188), um espaço de “[...] produção e proposição de sentidos e, assim, construção de determinado registro histórico”. As escolhas feitas pelos jornalistas e jornais, que determinam alguns entre os muitos possíveis enquadramentos (dada à diversidade de enunciados que cada tema carrega), constituem o centro do processo de produção de sentidos do discurso jornalístico. Benetti (2007), ao tratar o jornalismo como gênero discursivo, reforça este pensamento ao afirmar que o que é mostrado jamais deixará de ser apenas um enquadramento possível do acontecimento.

Assim, esta prática busca estabilizar um sentido “natural” para a realidade, amparado nas crenças sobre ela, que estão ancoradas em valores como objetividade, credibilidade e interesse público. Tal sistema se dá a partir de um contrato de comunicação, que é a condição para os parceiros de um ato de comunicação se compreenderem e poderem interagir, “co-construindo” o sentido (CHARAUDEAU e MAINGUENEU, 2004). Esse sistema é importante porque, na AD, o sentido não pode ser pensado como algo dado, mas sim como algo que é construído entre as posições que os sujeitos ocupam, “daí a necessidade de se falar em efeitos de sentido, ou então, em efeitos de sentido entre locutores, com o sentido dependendo das relações que se estabelecem no cenário discursivo” (ZAMIN e SCHWAAB, 2007, p.36). Pensar efeitos de sentido e lugar discursivo requer o entendimento do conceito de **Formações Imaginárias**, que surge em 1969, quando Pêcheux (1993) o descreve como o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro, o que pode ser exemplificado pelas perguntas “quem sou eu para lhe falar assim?” e “quem é ele para que eu lhe fale assim?”. Esse conceito é muito importante no campo do jornalismo, pois

enquanto o jornalista assume uma identidade alicerçada tanto em “ideais como verdade e credibilidade quanto na consciência (às vezes nem tão consciente assim, pois internalizada) sobre as condições de produção do discurso, o jornalista também tem uma imagem sobre seu leitor” (BENETTI, 2008, p.19). Estabelece-se, assim, um contrato entre os sujeitos a partir da função que o veículo e o jornalista assumem, o seu *ethos*<sup>50</sup>, e que é reconhecido pelo leitor.

### 3.4 Enquadramento Discursivo, um entrelaçamento entre jornalismo e discurso

Ao entendermos o jornalismo como prática discursiva e a partir da sua posição de “prática autorizada a narrar a realidade” (BENNETI, 2008, p.23), é preciso considerar que ela se dá em um ambiente com configurações bastante específicas, ou o que Charaudeau (2015) chama de condição de dispositivo: as condições em que um discurso se constitui. No jornalismo, uma série de constrangimentos – políticos, estruturais, temporais, de rotinas de trabalho, entre outros – além de questões técnicas e de acesso às fontes (SANTOS, 1997, 2004), também se mostram decisivas para a constituição do gênero. Se o jornalista possui a função institucionalizada de disseminar informação e contribuir para a construção da cidadania, “guiado pelo princípio soberano da atualidade, além de valores como interesse (público ou segmentado), notoriedade dos sujeitos e ineditismo” (BENETTI, 2008, p. 22), ele precisa fazer escolhas, mediante os constrangimentos, para cumprir sua função. O resultado de tais escolhas pode ser apreendido pela marcas presentes no texto, e é aí que temos o enquadramento como enredo essencial desta prática discursiva.

Retomamos o conceito de enquadramento explicitado no início deste capítulo, que o entende como esquemas interpretativos, padrões que organizam a cognição da realidade (GOFFMAN, 1986) para inseri-lo dentro da perspectiva do jornalismo como discurso. Chegamos, assim à noção de **enquadramento discursivo**, sendo este entendido como “um processo no qual as interpretações, construídas simbolicamente pelo campo jornalístico, organizam discursivamente o conhecimento sobre o acontecimento, com marcas de seleção, ângulo e ênfase” (MORAES, 2015, p. 101).

Partindo-se do pressuposto de que a informação que aparece nos meios de comunicação é um “universo construído”, já que ele é objeto de “racionalizações pelos critérios de seleção

---

<sup>50</sup> De acordo com Filho (2003), a teoria do *ethos* aplicada ao jornalismo foi desenvolvida por López Pan, a partir da ideia de que ele seria o “ponto de confluência e contato, o mundo comum de valores, ideias e atitudes diante da vida, a interação dos universos pessoais do jornalista e do leitor” (LÓPEZ PAN, apud FILHO, 2003, p.104).

dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhida” (CHARAUDEAU, 2007, p. 151), entendemos o enquadramento discursivo como central desta prática:

Assim, quando pensamos a noção de lugar discursivo, abre-se a perspectiva de indicar que o enquadramento discursivo tem tanto um valor social (na medida em que legitima o campo para o relato do acontecimento) quanto reforça uma relação imaginária entre o Jornalismo e a sociedade. É deste lugar que o Jornalismo exerce o enquadramento discursivo (MORAES, 2015, p. 93)

Seguimos a proposta de Moraes (2018) para pensar em como o processo de enquadramento se materializa no discurso jornalístico. Entendemos, a partir de Tuchman (1978), que ele é influenciado por cinco fatores (as normas sociais, pressões e constrangimentos das organizações, interesses de grupos, rotinas jornalísticas e orientações ideológicas de veículos e jornalistas) e que operam a partir de três variáveis independentes: seleção, angulação e ênfase. Estas, quando pensadas de forma integrada, podem indicar o enquadramento discursivo de temas/acontecimentos relatados em determinado tempo, lugar e veículo.

A primeira variável, a seleção, diz respeito aos critérios de noticiabilidade, uma vez que a seleção das notícias é considerada um processo fundamental nos estudos da área e, conforme Sousa (2001), porque a seleção dos acontecimentos a serem noticiados começa antes do fato em si, ou seja, a partir do compartilhamento de uma ideologia que determina o que pode e o que deve ser dito. O conceito de noticiabilidade, já explicitado no início deste capítulo, é aqui retomado a partir de Traquina (2001), que o define como:

[...] o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (2001, p. 63).

Já angulações e ênfases do discurso são perceptíveis ao observarmos o conteúdo da reportagem, a motivação da publicação, fontes escolhidas e editoriais nas quais se inserem, pois tais escolhas se referem à seleção de determinados enquadramentos em detrimento de outros, direcionando o leitor a um olhar que se dá a partir do lugar que os sujeitos ocupam. Afinal, o recorte que o jornalismo faz no ato de enunciar, e que se dá pela incapacidade de enquadrar o todo, resulta na exclusão e na diminuição de alguns sentidos para a manutenção de outros. Essa diminuição, ou silenciamento – como chamaremos nesta tese – não é facilmente apreensível,

nem imediatamente interpretável. Ele só se torna palpável quando se coloca em relação os múltiplos textos, os intertextos, ou seja, a sua materialidade histórica. Na AD, Orlandi (2005) propõe duas formas de silêncio: o Silêncio Fundador, entendido como aquele que, ao atravessar as palavras, é um acontecimento essencial da significação. Resulta, assim, que há uma incompletude da linguagem quanto ao sentido. O segundo sentido, que será usado analiticamente nesta pesquisa, é o **silenciamento** – aquele que entende que “como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito, ao dizer ele estará, necessariamente, não dizendo “outros” sentidos” (p. 55).

### **3.5 Jornalismo Ambiental: conceitos, aplicações e aspirações**

O arcabouço teórico que trouxemos até aqui nos permite compreender uma dimensão social da prática jornalística que vem se modificando e se readaptando às próprias mudanças sociais contemporâneas. Pudemos apreender que variáveis históricas, socioculturais, políticas, econômicas e tecnológicas incidem sobre o desenvolvimento da atividade jornalística desde suas origens, moldando-o como um campo heterogêneo e complexo, mas que segue se legitimando por algumas premissas que até hoje norteiam seu fazer, como o de ser “um veículo de informação para equipar os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos” (TRAQUINA, 2005, p.130). Por isso, entendemos ser não só pertinente, mas fundamental nos aprofundarmos nos potenciais do jornalismo (em transformação) frente à crise ambiental contemporânea, descrita no segundo capítulo desta tese, uma vez que um de nossos objetivos é tensionar os resultados desta pesquisa com as premissas do Jornalismo Ambiental (JA), a fim de entender de se/como os veículos analisados se aproximam dessas premissas.

Nos alinhamos à perspectiva de que todo jornalismo sobre meio ambiente, seja ele atrelado a grandes conglomerados midiáticos ou às mídias não hegemônicas, deveria constituir um *ethos* próprio, sendo uma prática comprometida com “(...) a qualidade de vida e com o efetivo exercício da cidadania” (BUENO, 2007, p.29). Mais do que uma especialidade jornalística, ele deveria sempre partir de uma abordagem complexa dos fenômenos, “a fim de evidenciar as conexões entre os fatores que acarretam os graves problemas ambientais observados na contemporaneidade” (GIRARDI et. al., 2023, p.25). Deveria, em última instância, estar alinhado à definição de Jornalismo Ambiental que parte de um ponto de vista diferenciado, engajado, envolvido. O conceito desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental – CNPq/UFRGS (S.d.), criado em 2008 pela professora e pesquisadora Ilza Maria Tourinho Girardi, define o campo:

O jornalismo ambiental, partindo de um tema específico (mas transversal), visa ser transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena. Para sua concretização, é necessário buscar respaldo em olhares mais abrangentes, que possibilitem ver as conexões, superar a fragmentação reiterada. Fundem-se, desta forma, a natureza do jornalismo especializado com as demandas socioambientais que acabam por compor o horizonte de reflexão dos paradigmas emergentes (GIRARDI *et al.*, 2012, p. 148).

Esta conceituação, que, em um primeiro olhar, parece afastar o jornalismo da premissa (já superada) de objetividade da prática, na verdade abarca de forma explícita – e necessária – a subjetividade que a compõe. Moraes e Fante (2018) apontam que a proposta de um afastamento do jornalista com o objeto notícia não mais dá conta da complexidade de elementos que envolvem a prática jornalística na atualidade, uma vez que o próprio jornalismo hegemônico, baseado na lógica econômica e política, é permeado por interesses outros que o afastam de qualquer pretensão de objetividade. “A escolha dos temas, das fontes e dos locais de observação, além do vital recorte das pautas, já demonstram uma tomada de posição que pode ou desestabilizar representações redutoras ou confirmá-las” (MORAES e FANTE, 2018, p. 216). O jornalismo que visa ser transformador, assim, se utiliza “sem constrangimentos da subjetividade, reconhecendo-a como um ganho fundamental na prática da reportagem e mesmo na notícia cotidiana” (p. 159). O conceito de JA se insere nesse contexto uma vez que ele emerge a partir da ideia de, para enfrentar a crise ambiental, “[...] os jornalistas deverão mudar, e seu modo de pensar, fragmentário, deverá tornar-se holístico, desenvolvendo uma nova ética profissional baseada na consciência social e ecológica” (CAPRA, 2006b, p.398-399). Ao descrever a necessidade dessa mudança, Capra se alinha à perspectiva de que, para enfrentar a atual crise ambiental, é necessária uma “mudança do paradigma mecanicista para o ecológico (...) e para isso será necessário reestruturar nosso sistema de informação e educação (...)” (CAPRA, 2006b, p. 398).

Seguindo a definição de Jornalismo Ambiental à qual nos alinhamos, recorremos a Bueno (2007) quando o autor afirma que a prática deve cumprir com três funções primordiais: a de informar, preenchendo a necessidade de atualização dos cidadãos sobre as questões ambientais, seja sob a ótica do impacto de determinadas posturas (hábitos de consumo, por exemplo), seja sobre aspectos positivos; a de educar, que “diz respeito à explicitação das causas e soluções para os problemas ambientais e à indicação de caminhos (que incluem necessariamente a participação dos cidadãos) para a superação dos problemas ambientais” (p.33); e a função política, que extrapola a questão político-partidária para se situar como veículo de mobilização dos cidadãos frente ao agravamento das questões ambientais. Para dar conta destas funções, o

JA deve assumir certas características ou singularidades, que foram sistematizadas por Girardi, Loose e Almeida da Silva (2018, p. 7) a partir de sete elementos requeridos pelo campo. O primeiro diz respeito à ênfase na contextualização dos acontecimentos, na tentativa de expor as relações entre causas e consequências, assim como das articulações dos diferentes campos sociais. A premissa está intrinsecamente ligada à cultura ambiental, que traz o pensamento sistêmico como proposta epistemológica. Essa corrente de pensamento rejeita as concepções cartesianas e propõe um olhar interrelacional, em que busca compreender os fenômenos a partir de sua complexidade, e não a partir de acontecimentos isolados.

Ser sistêmico, na prática, significa que o repórter precisa perceber o fenômeno principal da pauta associado a outros fenômenos. Só assim, tentando perceber o todo, será capaz de apresentar de maneira aprofundada os problemas com causas, consequências e possíveis soluções (GIRARDI et al, 2023, p.25)

O segundo ponto trazido pelas autoras está relacionado à pluralidade de vozes, que faria com que a prática fosse capaz de dar visibilidade a um verdadeiro “diálogo de saberes” (p. 54), necessário também para não limitar a natureza a representações e significações únicas. Neste ponto, em se tratando de questões ambientais, além de vozes oficiais e especialistas, um jornalismo comprometido deveria dar voz às pessoas em situação de maior vulnerabilidade (aqueles que mais sofrem as consequências das mudanças climáticas), povos das florestas, ativistas que lutam pela causa, entre outros. O terceiro e o quarto pressupostos do JA estão ligados com essa ruptura do pensamento hegemônico ao preverem uma nova abordagem para a prática jornalística, que deve promover a assimilação do saber ambiental. Segundo Leff (2001), ela seria um contraponto à racionalidade dominante e presente no jornalismo de hoje, e que contemplaria uma abordagem que permita que o leitor se sinta pertencente ao problema, a fim de estimular atitudes que modifiquem o contexto. Os dois últimos pontos trazidos pelas autoras estão relacionados com a preocupação em publicar notícias que desvelem as conexões entre economia, política, cultura, ambiente e as várias outras áreas que se entrelaçam e que nem sempre são visíveis, para indicar, assim, soluções, saídas, com a responsabilidade por uma mudança de pensamento (GIRARDI; LOOSE; ALMEIDA DA SILVA, 2018). Há um sétimo pressuposto, incluído posteriormente por Girardi et. al (2020), que diz respeito à incorporação do princípio da precaução, fundamental para alertar sobre as consequências que poderiam ser evitadas se não fossem silenciadas. Mais uma vez, tais premissas estão em sintonia com a proposta do pensamento sistêmico, que se destaca principalmente por trazer uma ruptura com o pensamento dominante liberal-capitalista, ao perceber que “a realidade que transcende a estrutura definida e atinge a consciência intuitiva da unicidade de toda a vida, a

interdependência de suas múltiplas manifestações e seus ciclos de mudanças e transformação.” (CAPRA, 2006b, p. 403). Por isso, para Dornelles (2008, p. 44), o Jornalismo Ambiental “não se encerra numa vertente meramente técnica, não se trata simplesmente de seguir (e reproduzir) os princípios estabelecidos pelos manuais de jornalismo [...]”. A autora entende que o campo deve estar ligado a um jornalismo cívico ou participativo, para o qual é preciso o engajamento comunitário para a resolução dos problemas, e aponta que, para as questões ambientais, este modelo serve mais à cidadania do que o jornalismo tradicional. A questão ambiental, nesta perspectiva, não é apenas um assunto ou uma pauta, mas uma espécie de lente com a qual compreendemos o lugar no qual estamos (LOOSE, 2021) – lugar este que está cada vez mais aberto a ressignificações por diferentes campos. Girardi (2018) corrobora com essa visão ao enquadrar o JA não apenas pelo seu papel de transmitir informação, mas também ao se propor como um veículo de formação para que os sujeitos tenham elementos que os permitam adotar uma postura engajada, comprometida com a vida.

E como isso se reflete na prática? As inquietações que levaram pesquisadores a conceituar o JA teoricamente também os levaram a refletir sobre as possibilidades de tais premissas serem incorporadas nas rotinas de produção da mídia hegemônica e nas novas práticas dos veículos não hegemônicos. Para tal, resgates históricos sobre o jornalismo ambiental no Brasil foram necessários para mapear os avanços, retrocessos e o cenário contemporâneo. Em um dos trabalhos mais completos sobre o tema, Belmonte (2017) identificou que a origem do jornalismo ambiental brasileiro está vinculada ao jornalismo científico de resistência praticado durante o Governo Militar, e que se consolida como uma especialização a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, no Rio de Janeiro. Surgido na esteira da especialização de temas científicos pela imprensa europeia e americana na metade do século XIX (OLIVEIRA apud BELMONTE, 2017), a prática então se configurava a partir do pressuposto de um tipo de jornalismo que abordava com complexidade determinados temas, considerando elementos como o aprofundamento, linguagem diferenciada e especialização dos profissionais. Importante destacar, no entanto, que além dessa vinculação ao jornalismo científico americano, no Brasil a prática também foi sendo moldada pelos “ecojornalistas”, termo criado para denominar um jornalismo ambiental mais alinhado aos movimentos ecologistas, que “ganhou destaque no país com a criação, também em 1990, do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, primeira entidade brasileira a congregar

jornalistas engajados na luta ambiental” (LOOSE e BELMONTE, 2023)<sup>51</sup> e que trazia, de forma mais evidente, o compromisso em mobilizar os cidadãos e em promover uma consciência ambiental. Ainda, a lógica comercial dos grandes conglomerados midiáticos orientou, ao longo dos anos, a um jornalismo ambiental a partir de uma perspectiva econômica. Dessa forma, em um mapeamento sobre a cobertura ambiental realizada no país desde a década de 1970, Belmonte (2020) identificou a existência de três tipos de jornalismo ambiental praticados pelo jornalismo brasileiro: o jornalismo ambiental de perspectiva científica, o jornalismo ambiental de perspectiva econômica e o jornalismo ambiental de perspectiva cidadã, sendo esses não tipos-ideias, mas enquadramentos “que marcam posições em disputa dentro do campo jornalismo ambiental” (BELMONTE, 2020, p. 201), e que ora se aproximam e ora se distanciam das premissas do JA descritas no início deste subcapítulo.

Neste trabalho, como nosso foco são os jornais de referência, buscamos ainda resgatar estudos que analisaram como a prática veio se configurando na imprensa hegemônica. De acordo com Girardi et al. (2020), entende-se que, no Brasil “o jornalismo sobre meio ambiente, muitas vezes, aparece de forma fragmentada, superficial e descontextualizada, características do formato notícia do gênero informativo” (p.284). Ainda, os autores pontuam que, na prática jornalística contemporânea dos grandes conglomerados, a escassez de profissionais especializados e o menor tempo disponibilizado para a produção jornalística dificultam ainda mais a incorporação das premissas do JA. A cobertura ambiental predominante nos veículos hegemônicos vem seguindo, majoritariamente, preceitos jornalísticos fundamentados no Positivismo, com rotinas padronizadas e fragmentando a informação.

O JA que assumimos não é o mesmo que jornalismo que cobre pautas ambientais (como se fossem pautas políticas, esportivas ou policiais), mas aquele que na sua prática considera os valores do campo ambiental (ao menos parte deles) na construção das matérias, sendo elas aprofundadas ou não (GIRARDI et al., 2020, p.2840)

A escassez de jornalistas especializados é um ponto importante pois, de acordo com Belmonte (2017), nos meios jornalísticos tradicionais, que fazem parte de grupos empresariais com interesses em diversos negócios, “a prática do jornalismo ambiental depende quase que exclusivamente da iniciativa e do empenho profissional de jornalistas que reconheçam a importância da luta socioambiental para a promoção da qualidade de vida planetária” (p.120). Conforme detalhado no capítulo introdutório desta tese, nos anos mais recentes, principalmente

---

<sup>51</sup> Documento ainda sem paginação. Disponível em [preprint: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6065/11662](https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6065/11662). Acesso em: 20 jul. 2023.

a partir do desmonte da política ambiental brasileira sob Bolsonaro (2019-2022), estudos têm apontado para uma ampliação da pauta ambiental na cobertura diária de veículos hegemônicos, mas que, na maioria das vezes, são trazidas “de forma superficial, compartimentalizada e sem considerar os pressupostos do Jornalismo Ambiental” (GIRARDI et al., 2020, p.20).

Ainda que o espaço ideal para coberturas que contemplem os pressupostos do JA seja aquele dedicado a reportagens em profundidade, nas quais há mais tempo e espaço para se fazer as conexões necessárias, para ouvir uma diversidade de fontes e para um maior aprofundamento no tema, entendemos que o noticiário fragmentado do jornalismo diário também pode – e deve – assumir tais pressupostos pois, de acordo com Girardi (2018, p.19-20), nem todas as premissas do JA precisam estar na mesma matéria, mas elas podem aparecer na proposição de novos enfoques, diversificação de fontes e/ou aumento na frequência de publicações sobre a pauta ambiental. Acrescentamos, ainda, que elas podem aparecer a partir dos enquadramentos discursivos e dos sentidos ofertados ao leitor. É neste ponto que destacamos a relevância desta pesquisa, que se soma aos estudos recentes sobre a cobertura ambiental brasileira para identificar, por meio de diferentes ferramentas analíticas, se, com a ampliação da pauta ambiental e a percepção sobre o momento de crise, também houve um avanço na qualidade dessa cobertura. De acordo com Pablo Gavirati (apud GIRARDI et al., 2020, p.283), “é preciso distinguir uma notícia que trata de um tema ambiental de uma notícia que é comunicada de uma perspectiva ambiental” e, por isso, na nossa análise, nos debruçaremos também sobre esses aspectos, como será descrito no capítulo a seguir, em que traçamos os passos metodológicos.

#### 4 CAMINHOS METODOLÓGICOS: percursos para desanuviar o olhar

*Para nós, Guarani Mbya, da origem de  
nossa ancestralidade, seguimos  
conservando nossa memória, cuidado do  
nosso território sagrado. Seguimos com as  
crianças, nossos rezadores e rezadoras,  
entoando cantos sagrados para que a  
floresta continue viva.*

*(Carlos Papá na obra Arandu Mirim:  
pequenas sabedorias)*

Cada pesquisa acadêmica tem especificidades que devem ser incorporadas aos processos metodológicos escolhidos, a fim de adaptá-los à investigação. Para cumprir os objetivos desta pesquisa, a metodologia foi construída de forma a reconhecer as peculiaridades do objeto e, então, identificar a maneira mais profícua para responder a pergunta que guia essa tese: **quais os enquadramentos discursivos sobre questões ligadas à Amazônia e como foram articulados por jornais de referência durante o processo de desmonte das políticas ambientais sob a gestão Bolsonaro?**

Para responder essa questão, adotamos a noção de Enquadramento Discursivo (descrita no capítulo anterior) a partir de Moraes (2015) que, em sua tese de doutorado, utilizou-o de forma inovadora como ferramenta metodológica para identificar os enquadramentos discursivos sobre mudanças climáticas em revistas brasileiras. No seu trabalho, a autora considerou a metodologia adequada para a análise de reportagens de revistas

na medida em que permite analisar não apenas o enquadramento jornalístico, mas os sentidos construídos em relação à determinada formação discursiva, evidenciando as marcas de seleção, ângulo e ênfase de cada revista, a partir do lugar social e discursivo do jornalismo que autoriza ver/selecionar/dizer “o que está acontecendo aqui” (MORAES, 2015, p.181).

Entendemos que a mesma proposta é adequada para identificar os enquadramentos discursivos sobre a Amazônia em jornais de referência brasileiros a partir da cobertura diária, mas que, para tal, é necessário realizar algumas adaptações metodológicas, que serão explicitadas na descrição do passo a passo. Nosso foco é perceber, em cada veículo, quais aspectos são convocados pelo discurso a partir de como o tema ambiental é construído, quais os problemas indicados, quais impactos e soluções são propostos, quais são os atores envolvidos, ouvidos e/ou citados, de que forma a relação entre homem-natureza, natureza-economia, natureza-política aparecem. A partir daí, buscamos tensionar os achados com os

preceitos do Jornalismo Ambiental, para, ao fim, refletir sobre como a mídia tradicional contribuiu (ou não) para uma reflexão mais abrangente e aprofundada sobre os movimentos da política ambiental brasileira durante o período analisado e promoveu (ou não) uma visão mais sistêmica sobre a temática ambiental.

Essa tese não busca, em absoluto, esgotar o tema, uma vez que ele é complexo, cheio de nuances e com vasto material de análise. Afinal, estamos falando de quatro anos de governo, mais de 2 mil atos governamentais com impactos na área ambiental, além da cobertura diária dos jornais de maior circulação do país. Por isso, é preciso fazer escolhas, recortes que permitam uma análise aprofundada do material selecionado. Neste capítulo, apresentamos e justificamos tais recortes, além de descrever o passo a passo metodológico.

#### 4.1 Apresentação dos *Corpus* Empírico e Discursivo

Selecionamos os jornais **Folha de S.Paulo** e **O Estado de São Paulo** para extrair o material de análise. A escolha se deve ao fato de serem dois grandes jornais de referência brasileiros, que ocuparam o segundo e terceiro lugares no ranking de maior circulação digital do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)<sup>52</sup> (Tabela 1). Identificamos que havia uma pertinência em trabalhar com os dois jornais pois, além de terem sede em São Paulo, cidade que é o centro econômico e do agronegócio – um dos atores mais influentes nas decisões políticas sobre meio ambiente –, eles têm duas das maiores agências de notícias do país (FolhaPress e Agência Estado), sendo que seus conteúdos também são distribuídos e publicados por dezenas de portais jornalísticos do Brasil. Outro fator foi a pertinência de trabalhar com veículos de comunicação de maior semelhança em termos de grupo empresarial.

**Tabela 1** – Circulação digital dos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo entre 2019 e 2022

Ranking	Jornal	Circulação Digital (média diária)			
		2019	2020	2021	2022
2	Folha de São Paulo	247.276	287.137	299.899	296.885
3	Estado de São Paulo	148.730	152.933	154.821	153.179

**Fonte:** elaborada pela autora (2023), com dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)

<sup>52</sup> Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/02/circulacao-jornais-no-impreso-digital-ivc-2015-2022-1.png>. Acesso em: mar. 2023

Esses veículos são considerados de referência, de acordo com pesquisa de Marocco, Zamin e Boff (2009), porque têm tradição no mercado, circulam em todo o território nacional e têm repercussão como fontes de informação para veículos de menor porte. Os veículos também se enquadram nas características do jornalismo de referência definidas por Benetti (2014) por terem ampla distribuição nacional; serem produzidos por organizações que investem em estrutura para o exercício do jornalismo; causarem repercussão de seus conteúdos originais; pautarem grandes debates públicos em outros veículos e serem reconhecidos no exterior como representativos do jornalismo brasileiro. Os dois diários produzem conteúdo em diferentes formatos e, de acordo com uma categorização simplificada dos gêneros jornalísticos, podemos dizer que contemplam as duas diferentes perspectivas: opinativo e informativo, sendo este último composto por notícias, reportagens e entrevistas. Em nosso estudo, selecionamos todo o material informativo publicado pelo jornal (notícias curtas e ampliadas), excluindo apenas entrevistas. Entendemos que a análise deste material, selecionado a partir de um recorte temporal específico, nos ajuda a compreender como o jornalismo diário articula os enquadramentos discursivos.

Cabe aqui, uma breve reflexão sobre os elementos que definem uma notícia, as aproximações e distinções entre notícia e reportagem, e a forma como os dois formatos por vezes se misturam no jornalismo online. A notícia, em sua conceituação clássica, é um relato altamente selecionado da realidade. Essa seleção ocorre não só quanto ao tipo de acontecimento, mas quanto à escolha dos aspectos que compõem o relato. De acordo com Souza (2001), as notícias ocupam-se com as aparências dos fenômenos que ocorrem na realidade social e com as relações que esses fenômenos estabelecem entre si, em um processo que ocorre a partir da “vontade de o enunciado produzido (notícia) ser semelhante à realidade enunciada” (p.83). Ao serem calcadas no princípio da informação por excelência, no imediatismo e na função primordial de informar os acontecimentos, primam pelo factual, muitas vezes deixando de lado elementos como contextualização e diversificação de fontes. Em uma diferenciação proposta a partir das classificações tradicionais, Sodré e Ferrari (1986) identificam que a reportagem seria um aprofundamento da notícia, e que esta teria a função de conduzir o leitor a um posicionamento mais crítico, revelando ângulos insuspeitados, ampliando desse modo a visão sobre determinado tema.

Lage (2012) entende, no entanto, que, na prática contemporânea do jornalismo impresso e online, existe a tentativa de transformar em reportagem cada fato programado, e que mesmo um fato inesperado pode ser complementado rapidamente por elementos que compõem uma

reportagem, o que poderia ser descrito como uma notícia ampliada. Assim, defende o autor, as fronteiras entre os gêneros se tornam muitas vezes imperceptíveis, principalmente quando as notícias apresentam a informação de maneira contextualizada. Nesta tese, uma análise inicial do *corpus* nos permite apreender que o material publicado pelos jornais contempla, majoritariamente, notícias factuais e ampliadas. Elas serão nosso foco de análise pois, como já explicado no capítulo anterior, a notícia jornalística não deixa de ser um tipo específico de discurso e, por isso, mesmo que na superfície do texto noticioso esteja a informação processada “supostamente com a isenção que lhe garante a técnica, ela também está sujeita aos olhares diversos que se lançam sobre os fatos” (OLIVEIRA, 2007 apud FIGUEIREDO JUNIOR, PAROLIN JUNIOR e SANTOS, 2008).

Na concepção de Moraes (2015), o jornalismo atua em função da atualidade e do encaixe que os acontecimentos ambientais têm em relação ao seu próprio fazer característico, entre eles a tendência a buscar a novidade em tudo que se movimenta no mundo. É neste sentido que entendemos ser importante acionar o conceito de enquadramento, à medida que esta tese busca entender como o jornalismo cerca o fato e o transforma, discursivamente, no acontecimento jornalístico, considerando que o enquadramento discursivo é compreendido como “um processo no qual as interpretações, construídas simbolicamente pelo campo jornalístico, organiza discursivamente o conhecimento sobre o acontecimento, com marcas de seleção, ângulo e ênfase” (MORAES, 2015).

Como entendemos que todo e qualquer discurso é produzido por um sujeito e pressupõe um destinatário, e que ambos ocupam um lugar determinado na estrutura de uma formação social, nesta etapa é importante aprofundar a reflexão sobre os jornais escolhidos para a análise a partir de sua história, a relação que estabelece com seu público e o que fala de si. Partimos do pressuposto de que o discurso jornalístico é uma prática social tanto produtora de sentido, a partir de indivíduos interpelados por uma ideologia própria (MARIANI, 1993), quanto difusora de vozes distintas, provenientes de diferentes formações imaginárias. Entende-se, assim, que este campo atua tanto na naturalização quanto na transformação dos efeitos de sentido e, por consequência, das formações imaginárias (LOOSE, 2010, p.78). A seguir, apresentamos uma breve descrição dos jornais que são foco de nossa análise.

O Jornal **Folha de S.Paulo** (FSP), fundado em 1921 como o nome de Folha da Noite, é um dos periódicos de maior circulação do país desde a década de 1980. Regido pelo Grupo Folha, um dos maiores conglomerados de mídia no Brasil, o veículo atribui seu crescimento à manutenção dos princípios editoriais de independência, pluralismo, apartidarismo e jornalismo crítico (MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRAZIL, 2017). Sua fundação se deu em oposição

ao então principal jornal da cidade, **O Estado de S. Paulo** (que representava as elites rurais e assumia uma posição mais conservadora), a partir de um posicionamento marcado por rupturas e por flexibilidades em relação ao contexto político de cada época. Um dos momentos importantes a ser destacado, que molda alguns dos princípios que regem o jornal até hoje, é o período entre 1950 e 1960, quando ocorre a consolidação da “grande imprensa” com a qualificação do jornalismo como profissão, o desenvolvimento dos meios gráficos, a criação de mercados consumidores de notícias mais exigentes, a ascensão da propaganda e o advento de outras mídias. Nesta etapa, o jornalismo passa a adotar padrões norte-americanos, principalmente em relação à estrutura do texto (HOHLFELDT e VALLES, 2008). Silva (1991) aponta que a influência norte-americana no jornalismo nacional corroborou, entre outras coisas, para transformá-lo em um produto de consumo de massa e, conseqüentemente, em um agente veiculador de ideologia, “ajudando a construir a hegemonia cultural dos valores do livre mercado” (p.62). Para o autor, a FSP é o maior exemplo de como o jornalismo americano influenciou as práticas dos jornais brasileiros: “[a Folha] é um caso de influência consciente, não ocasional, do jornalismo americano sobre o brasileiro. Uma diferença notável em relação ao que acontecia quando os primeiros agentes começaram a atuar” (SILVA, 1991, p.86 e 87). Uma leitura sobre a forma como o jornal se posicionou ao longo de sua história mostra que a linha editorial do periódico é fluida, e varia conforme o contexto social e histórico, tendendo em determinados períodos a uma visão governista, em outros, voltada à opinião pública, ou também sob uma ótica combativa. A FSP tende a se adaptar às mudanças do tempo e às preferências do público, embora sempre voltada à classe média brasileira (TASCHNER, 1992). Dois momentos em que isso fica evidente são a década de 1930, quando os jornais do grupo colocam-se contra a revolução suscitada por Getúlio Vargas, que resultou na deposição do então presidente Washington Luís e no impedimento de posse do eleito Júlio Prestes; e a década de 1960, quando o jornal se posiciona como apoiador do golpe civil-militar. Tal posicionamento se confirma pela própria instituição quando, em março de 2014, aniversário de 50 anos do golpe, publica um editorial<sup>53</sup> afirmando que “às vezes se cobra, desta Folha, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro”.

A versão online do jornal FSP data de 1995, e foi criada com o nome de Folha Web, sendo o primeiro jornal em tempo real<sup>54</sup> de língua portuguesa. Em 2010, ocorre a unificação das

---

<sup>53</sup> Disponível em: [bit.ly/47wRteZ](http://bit.ly/47wRteZ). Acesso em: 15 jun. 2023.

<sup>54</sup> Termo para definir plataformas de mídia que fornecem notícias e informações atualizadas diariamente e/ou instantaneamente, à medida que ocorrem.

redações do jornal impresso e online, junto com uma reforma gráfica e editorial. A plataforma online passa a chamar-se Folha.com, e são criados aplicativos para dispositivos móveis. Já em 2017, o FSP publica seu projeto editorial mais recente, em que se diz mais alinhado à “era de mudança de hábitos dos leitores”<sup>55</sup>. Divulga, pela primeira vez, uma lista de 12 princípios<sup>56</sup> que sintetizam os compromissos editoriais, políticos e éticos, em que sustenta uma linha de fiscalização crítica em relação a todos os governos. Define-se como veículo de inspiração liberal, reformista e aberto à pluralidade de tendências. Destes princípios, cabe destacar: a priorização de temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público; a promoção dos valores do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa, da equalização de oportunidades, da democracia representativa, dos direitos humanos e da evolução dos costumes; o cultivo à pluralidade, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas; registrar com visibilidade compatível pontos de vista diversos implicados em toda questão controvertida ou inconclusa; e a manutenção de uma atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão.

Em 2021, quando completou 100 anos, a FSP lançou a nova edição do Manual da Redação<sup>57</sup>, acrescida de trechos sobre liberdade de expressão, diversidade, mobilidade e assédio sexual e moral. Atualmente, a versão online da Folha de S.Paulo – de onde vem o recorte de nosso *corpus* – é dividida em editorias informativas e opinativas. No menu do site, encontramos Colunas e Blogs na seção opinativa. Na parte informativa, são destaque as editorias: Covid, Política, Mercado, Cotidiano, Mundo, Saúde, Ciência, Ambiente, Esporte, Ilustrada, entre outras. O jornal também oferece versões em inglês e espanhol. Retomando Taschner (1992), que posiciona a FSP como adaptável às mudanças do tempo e do público – embora sempre voltada à classe média brasileira –, cabe destacar que, no período de governo de Jair Bolsonaro, o jornal se posicionou reiteradas vezes, em seus editoriais e por meio de alguns de seus colunistas, contrário a decisões políticas e às ideias propagadas pelo então presidente. Já no dia seguinte à vitória de Bolsonaro nas urnas, em 28 de outubro de 2018, o editorial intitulado “Constituição acima de todos”<sup>58</sup> dizia que o presidente “[...] demonstrou desconhecer o papel

<sup>55</sup> Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia\\_da\\_folha.shtml?fill=4](https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4). Acesso em: 15 jun. 2023.

<sup>56</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3qH8AK1>. Acesso em: 15 jun. 2023.

<sup>57</sup> Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/manual-de-redacao-conduta/conduta.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.

<sup>58</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/10/constituicao-acima-de-todos.shtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

da imprensa livre nas sociedades modernas. Inconformado com uma reportagem, entrou com ação contra três profissionais deste jornal. Por meio de advogados, sugere que a Folha o transformou em alvo e agiu com o propósito de prejudicar sua imagem. Tais disputas discursivas e jurídicas seguiram o mesmo tom ao longo dos quatro anos de governo. Em 2020, por meio de uma parceria entre o grupo e a ONG Instituto Talanoa, hospedaram na editoria DeltaFolha, que fornece plataformas de monitoração e de dados aos leitores, o Monitor da Política Ambiental, que permitiu acompanhar em tempo real as atividades políticas sobre meio ambiente no país.

Mais antigo dentre os jornais da cidade de São Paulo, o jornal **O Estado de S. Paulo**, também conhecido como Estadão, foi fundado em 1875 com o nome de A Província de São Paulo. Sua criação, por um grupo de republicanos, deu-se em um contexto específico, com objetivo de “criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão” e com isso, de acordo com o posicionamento institucional que o orienta até a atualidade: “fazer da sua independência o apanágio de sua força” (ESTADÃO, s/d, documento eletrônico)<sup>59</sup>. “Pode-se dizer que, a partir de então, o jornal foi crescendo e influenciando cada vez mais a evolução política do país, com a responsabilidade de ser o principal veículo da mais republicana das cidades”, define o jornal (ESTADÃO, s/d, documento eletrônico). Atualmente, integra o Grupo Estado e associa sua imagem com credibilidade: “Pesquisas de mercado, há décadas, apontam o jornal como aquele que desfruta da maior credibilidade dentre todas as empresas jornalísticas brasileiras. E por várias vezes foi indicado por associações internacionais como sendo um dos diários mais completos do mundo, ao lado dos grandes jornais europeus e norte-americanos”<sup>60</sup>.

Ao longo de sua história, o Estadão participou ativamente de decisões políticas, sofrendo intervenção federal/militar em dois momentos. O primeiro na década de 1940, durante o Estado Novo, e o segundo no período do regime militar. Em 1964, o jornal se declarou, em editorial, favorável ao movimento militar que depôs o presidente João Goulart (PONTES, 2004), mas entendendo que tal movimento deveria ser transitório. De acordo com Pontes (2004), “quando se evidenciava que os radicais de extrema direita aumentavam sua influência, objetivando a perpetuação dos militares no poder, o Estado de S. Paulo retirou seu apoio e passou a fazer oposição”<sup>61</sup>. Os editoriais que se posicionavam contra o regime fizeram com que o jornal fosse censurado por quase seis anos, entre 1968 e 1975. Então, “denunciava a violência contra a

<sup>59</sup> Disponível em: [https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada\\_1870.shtm](https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm). Acesso em: 10 mai.2023.

<sup>60</sup> Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti8.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

<sup>61</sup> Documento eletrônico sem paginação.

liberdade de expressão publicando poemas de Camões no lugar das notícias proibidas<sup>62</sup> e receitas culinárias no lugar de informações que haviam sido censuradas<sup>63</sup>.

A estreia da versão online do jornal também data de 1995, quando o Grupo Estado lançou um portal para colocar seus conteúdos produzidos para o jornal impresso na web. Nos anos 2000, uma reformulação no jornal online o deixa com características mais semelhantes às atuais – layout claro, dividido por editoriais e com publicações em tempo real. Em seu Manual de Ética, o grupo assume quatro compromissos centrais com sua audiência: informar bem; garantir a pluralidade; prover a audiência de informação para o desenvolvimento sustentável; garantir a interatividade e prestar serviços. Ainda, de acordo com o documento, o Grupo se diz “sensível às mudanças históricas e aos avanços da ética” e que, por isso, “acrescentou ao compromisso com a democracia a luta pela defesa da liberdade de expressão e de imprensa, a promoção da livre iniciativa, da justiça e a permanente busca da verdade”<sup>64</sup>.

Batista (2017) aponta que O Estado de São Paulo está entre os veículos brasileiros de referência, considerando uma rede de informação com os países vizinhos, Argentina e Uruguai; portanto, no protagonismo no critério de referência internacional. Atualmente, na versão online, o Estadão apresenta uma divisão entre Opinião e editoriais Informativas, nas quais encontra-se Política, Economia, Brasil, Internacional, Sustentabilidade, Esportes, Saúde, Cultura, entre outras. O portal ainda oferece opções para “Ver e Ouvir”, que contemplam podcasts produzidos pelo Grupo e a TV Estadão. O jornal, que ao longo de sua história se caracterizou por posturas conservadoras na política e na defesa da economia de livre-mercado, também adotou um posicionamento crítico ao governo de Jair Bolsonaro, com editoriais que o descreveram como uma “ameaça à direita civilizada”<sup>65</sup>, com a capacidade de “arruinar a reputação do Brasil” e como um mandatário que agiu “cada vez mais como líder de facção, e não como presidente da República”<sup>66</sup>.

#### 4.1.1 A seleção do *corpus*: recortes e delimitações

O foco de nossa análise foi a cobertura, durante os dois primeiros anos do governo Bolsonaro (2019-2020), de dois movimentos que fizeram parte do desmonte da política

<sup>62</sup> Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/acervo/conheca-a-historia-da-fundacao-do-estadao>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

<sup>63</sup> A censura só é retirada em janeiro de 1975, no governo do general Ernesto Geisel.

<sup>64</sup> Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/codigo-etica/codigo-de-etica.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

<sup>65</sup> Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/opinioao/a-ameaca-de-bolsonaro-2/>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

<sup>66</sup> Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/opinioao/hostilidade-como-metodo/>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

ambiental brasileira: o congelamento do Fundo Amazônia e a paralisação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (**PPCDAm**). A escolha desses acontecimentos se deu por entendermos que representam dois dos movimentos que impactaram significativamente a proteção da Amazônia, seus povos e o clima, como descrito no capítulo 2 desta tese. Entendemos que este recorte temporal é adequado, pois, além de contemplar o período no qual ocorreram as principais movimentações no desmonte da política ambiental, permitem observar, de forma aprofundada, como se deram os enquadramentos discursivos sobre a Amazônia neste período.

Para identificar o material publicado nos sites dos jornais **Folha de S.Paulo** e **O Estado de São Paulo** sobre os dois temas, foi realizada uma busca individualizada, com palavras-chave nos campos de busca de cada portal: Fundo Amazônia, PPCDam e Plano de Ação para prevenção e controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Entendemos que, dados os aspectos particulares desta pesquisa, esta é a estratégia mais adequada para que, na análise, tenhamos o maior número de elementos que permitam responder as perguntas que mobilizam este estudo. Importante destacar que selecionamos apenas textos de “relatos” em forma de notícias e diretamente relacionadas ao tema, ou seja, foram descartados materiais opinativos, análises, entrevistas, blogs e outros. Nesta primeira etapa, encontramos, no site da Folha de S.Paulo, **124 resultados** sobre o Fundo Amazônia e **5 resultados** sobre o PPCDam. No Estadão, encontramos **311 resultados** sobre o Fundo Amazônia e **15 resultados** sobre o PPCDam. A partir de uma leitura do material resultante da pesquisa com palavras-chave, selecionamos aquelas que se referiam diretamente ao tema (foram excluídas notícias que apenas mencionavam os atos ao tratarem de outros assuntos) e que foram então escolhidas para compor o *corpus* de nossa pesquisa. A tabela abaixo detalha o resultado do recorte:

**Tabela 2** – Recorte de notícias diretamente relacionadas ao tema entre 01/01/2019 e 31/12/2020

Decretos	Palavras-chave	Folha de S. Paulo	O Estado de São Paulo
10.142/2019 e 9.759/2029	"PPCDam", "Plano de Ação para prevenção e controle do Desmatamento na Amazônia Legal", "Fundo Amazônia"	56	92
			<b>Total do Corpus: 148 textos</b>

**Fonte:** elaborada pela autora (2023)

## 4.2 O passo a passo da análise

O caminho metodológico foi sendo construído a partir de leituras e releituras dos textos selecionados, em um movimento que, de acordo com a própria teoria da Análise de Discurso (AD), é importante para provocar um estranhamento daquilo que é considerado natural. Neste sentido, ao explicar algumas características gerais da AD, Gill (2008) destaca que identificar pontos relevantes dos fenômenos estudados não tem ligação direta com a quantificação, embora ela possa ser usada em algum momento. Corroborando com essa perspectiva, Chaves (2016) destaca que, quando o analista identifica uma possível contribuição dos dados quantitativos para sua análise, ele pode empreender um tratamento do material empírico com dados sistematizados em forma de tabelas, gráficos, entre outros, para “destacar pontos importantes, que foram utilizados na compreensão da análise, bem como explicitar descobertas do processo investigativo, extraídas da análise dos dados, que não poderiam ser feitas sem a apresentação do resultado de quantificação” (p.495).

A observação inicial do material selecionado indica ser fundamental partir de uma leitura da superfície do texto para extrair componentes que permitirão um aprofundamento analítico. Na sua proposta metodológica, Moraes (2015) entende que algumas características do jornalismo “modo revista”, aquele cujas reportagens buscam ir além da informação factual, contextualizando o tema de forma mais ampla a partir de um número maior de fontes e de diferentes perspectivas, são adequadas para identificar a “visão específica de cada publicação, na direção do que analisamos como seu ‘enquadramento discursivo’”(p.179). Para tal, a autora extrai de cada reportagem, utilizando ferramentas da AD, elementos que permitem apreender esses enquadramentos, como as fontes utilizadas, as ênfases e angulações, assim como os efeitos de sentido a partir das Formações Discursivas.

Neste trabalho, entendemos serem necessárias algumas adaptações para que se possa extrair os mesmos elementos de análise na cobertura diária dos jornais em um período estendido, uma vez que as ênfases, critérios de noticiabilidade, diversificação de fontes, angulações e silenciamentos são mais perceptíveis quando adotamos um olhar abrangente, a partir do conjunto das publicações dentro do recorte temporal. Sendo assim, esta análise contempla duas etapas: a primeira, contextual, parte de dados quantitativos extraídos do *corpus* completo. A segunda, discursiva, se dá a partir da seleção de algumas notícias que, destrinchadas, nos permitiram adentrar uma camada mais profunda do texto, buscando identificar como são encaminhados os efeitos de sentido – e que foram, posteriormente, tensionados a partir das paráfrases identificadas em todo o *corpus*. A seleção das notícias que

são analisadas na segunda etapa se deu a partir de dois critérios. Inicialmente, identificamos, dentro do recorte de dois anos, os momentos considerados críticos por cada jornal, o que fica evidenciado pelo maior número de publicações nesses períodos. Em cada momento, selecionamos as notícias que se propuseram a um olhar mais ampliado, ou seja, não se limitaram ao factual, mas apresentaram ao leitor alguma contextualização. Assim, a análise se constituiu nas seguintes etapas:

**Análise Contextual:** após a seleção do *corpus* da pesquisa (148 matérias), foi feito um mapeamento quantitativo das fontes utilizadas nas matérias conforme suas origens (governo, especialistas, terceiro setor, entre outros); das editorias em que as notícias foram publicadas; dos enfoques de cada publicação; e dos períodos em que os jornais deram mais ênfase ao tema. Tais dados, apresentados em gráficos, permitem ao analista uma visão contextual, em que é possível extrair alguns elementos importantes para identificar os enquadramentos. Com esses dados, nos propomos uma reflexão inicial sobre como o acontecimento foi sendo constituído a partir destas variáveis, considerando também um paralelo entre as datas das publicações e as datas-chave do acontecimento. Assim, coletamos algumas pistas sobre os silenciamentos presentes, os critérios de noticiabilidade, os enfoques e as angulações, uma vez que entendemos que os modos de agir e de narrar do jornalista também auxiliam na construção do enquadramento.

**Tabela 3** – Matérias da FSP para mapeamento quantitativo de fontes

<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Editória</b>	<b>Hiperlink</b>
1/6/2019	Preservação que dá dinheiro pode desafiar discurso antiambiental de Bolsonaro	Ambiente	<a href="http://bit.ly/43MMofq">bit.ly/43MMofq</a>
1/6/2019	Chefe do Ibama nomeada por Temer rebate acusação de Bolsonaro e novo ministro	Ambiente	<a href="https://bit.ly/3DBVMrI">https://bit.ly/3DBVMrI</a>
1/6/2019	Ministério do Meio Ambiente suspende contratos e parcerias com ONGs	Ambiente	<a href="https://bit.ly/3Ko1nFM">https://bit.ly/3Ko1nFM</a>
1/16/2019	Projetos de agroecologia de SP e MG receberão R\$ 25 milhões em investimento	Empreendedor Social	<a href="https://bit.ly/3YyEJ3z">https://bit.ly/3YyEJ3z</a>
1/16/2019	Ricardo Salles recua e diz que parcerias em vigor com ONGs serão mantidas	Ambiente	<a href="https://bit.ly/3qeALjM">https://bit.ly/3qeALjM</a>
2/13/2019	Ministro do Ambiente aciona CGU para obter contratos de ONGs com Fundo Amazônia	Ambiente	<a href="https://bit.ly/3YkR5Mq">https://bit.ly/3YkR5Mq</a>
5/17/2019	Ministro aponta problemas e quer rever contratos de ONGs com Fundo Amazônia	Ambiente	<a href="https://bit.ly/44Q7IIH">https://bit.ly/44Q7IIH</a>
5/17/2019	Anúncio de Salles pega de surpresa doadores internacionais do Fundo Amazônia	Ambiente	<a href="https://bit.ly/3DDX0T9">https://bit.ly/3DDX0T9</a>

5/17/2019	Responsável pelo Fundo Amazônia no BNDES é afastada do cargo	Ambiente	<a href="https://bit.ly/47i2FvW">https://bit.ly/47i2FvW</a>
5/27/2019	Noruega e Alemanha se reúnem com Salles para definir futuro do Fundo Amazônia	Ambiente	<a href="https://bit.ly/3Qp866i">https://bit.ly/3Qp866i</a>
5/28/2019	Reunião entre governo e doadores do Fundo Amazônia termina sem decisão	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/UYIFs">https://11nk.dev/UYIFs</a>
5/29/2019	Chanceler diz que governo não recebeu reações de doadores a mudanças no Fundo Amazônia	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/xHnt6">https://11nk.dev/xHnt6</a>
6/11/2019	Noruega e Alemanha se posicionam contra mudanças no Fundo Amazônia	Ambiente	<a href="https://acesse.one/gUmKa">https://acesse.one/gUmKa</a>
7/1/2019	Estados usaram R\$ 359 milhões do Fundo Amazônia para implementar Código Florestal	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/opmrA">https://11nk.dev/opmrA</a>
7/3/2019	Salles, Noruega e Alemanha admitem que Fundo Amazônia pode acabar	Ambiente	<a href="https://acesse.one/hyinA">https://acesse.one/hyinA</a>
7/7/2019	Ribeirinhos e índios da Amazônia vendem artesanato pela internet	Cotidiano	<a href="https://acesse.one/eyoEH">https://acesse.one/eyoEH</a>
7/10/2019	Procuradoria abre inquérito para investigar Fundo Amazônia	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/O5l6c">https://11nk.dev/O5l6c</a>
8/12/2019	Por aumento de desmate, Alemanha suspende parte de verba que iria para a Amazônia	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/INV5i">https://11nk.dev/INV5i</a>
8/12/2019	Governo alemão rebate Bolsonaro sobre verba para a Amazônia	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/qrEnx">https://11nk.dev/qrEnx</a>
8/14/2019	Bolsonaro sugere a Merkel que use verba suspensa para reflorestar a Alemanha	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/rYQG6">https://11nk.dev/rYQG6</a>
8/15/2019	Noruega irá bloquear verba para o Fundo Amazônia	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/EpQ7v">https://11nk.dev/EpQ7v</a>
8/15/2019	Bolsonaro diz que Noruega mata baleia e não tem nada a oferecer ao Brasil	Ambiente	<a href="https://acesse.one/69Qvo">https://acesse.one/69Qvo</a>
8/15/2019	Após ataque de Bolsonaro, embaixada publica vídeo sobre florestas na Alemanha	Ambiente	<a href="https://acesse.one/MDxGq">https://acesse.one/MDxGq</a>
8/21/2019	Circular diplomática sobre meio ambiente critica ONGs e Fundo Amazônia	Ambiente	<a href="https://acesse.one/3GMrw">https://acesse.one/3GMrw</a>
8/22/2019	Salles quer criar força-tarefa com mineradoras e ONGs para a Amazônia	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/pU7nq">https://11nk.dev/pU7nq</a>
8/22/2019	Macron diz que queimadas na Amazônia geraram crise internacional e França oferece ajuda	Ambiente	<a href="https://acesse.one/2y7oS">https://acesse.one/2y7oS</a>
8/23/2019	Empresas e agronegócio reagem com temor diante de polêmica ambiental na Amazônia	Economia	<a href="https://acesse.one/Lqefd">https://acesse.one/Lqefd</a>
8/24/2019	Governo federal cobra participação dos estados no combate ao fogo na Amazônia	Ambiente	<a href="https://acesse.one/KW4Ez">https://acesse.one/KW4Ez</a>
8/25/2019	Após Fundo Amazônia, país pode perder bilhões sem ação ambiental	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/ELUIn">https://11nk.dev/ELUIn</a>
8/25/2019	Aeronave usada para combater queimadas em Rondônia foi adquirida com recursos do Fundo Amazônia	Ambiente	<a href="https://acesse.one/jy0oY">https://acesse.one/jy0oY</a>

8/26/2019	Decisões da gestão Bolsonaro fragilizam controle ambiental	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/Xsz97">https://11nk.dev/Xsz97</a>
8/27/2019	Em meio a crise, Bolsonaro prioriza críticas a reservas indígenas em reunião com governadores da Amazônia	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/niqZA">https://11nk.dev/niqZA</a>
9/1/2019	Salles foca agenda no agronegócio e deixa ambientalistas de lado	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/OIHMT">https://11nk.dev/OIHMT</a>
9/3/2019	É falso que Lula vendeu solo da Amazônia para empresa norueguesa em documento secreto	Ambiente	<a href="https://acesse.one/CcSNt">https://acesse.one/CcSNt</a>
9/4/2019	Projetos dependem da floresta em pé para gerar lucro na Amazônia	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/UkVmp">https://11nk.dev/UkVmp</a>
9/7/2019	Desmatamento na Amazônia em agosto cresce 222% em relação ao mesmo mês de 2018	Ambiente	<a href="https://acesse.one/H5pSF">https://acesse.one/H5pSF</a>
9/19/2019	Salles quer novo fundo para a Amazônia envolvendo o setor privado	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/ezPLX">https://11nk.dev/ezPLX</a>
10/11/2019	Desmatamento na Amazônia cresce 96% em setembro, indicam alertas do Inpe	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/BwH7a">https://11nk.dev/BwH7a</a>
11/18/2019	Desmatamento na Amazônia bate recorde e cresce 29,5% em 12 meses	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/Cshsu">https://11nk.dev/Cshsu</a>
11/21/2019	Após criticar países ricos, Bolsonaro vai pedir US\$ 50 milhões para Amazônia	Ambiente	<a href="https://acesse.one/EvH4i">https://acesse.one/EvH4i</a>
12/5/2019	Alemanha contesta declarações de Salles sobre avanços no Fundo Amazônia	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/MDzDt">https://11nk.dev/MDzDt</a>
12/24/2019	Salles muda política ambiental do Brasil e provoca desmonte	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/2TDQD">https://11nk.dev/2TDQD</a>
3/9/2020	Sob Bolsonaro, multas ambientais caem 34% para menor nível em 24 anos	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/cnXui">https://11nk.dev/cnXui</a>
5/28/2020	Mourão tira Salles do Fundo Amazônia, mas imagem negativa é obstáculo para volta do fundo	Ambiente	<a href="https://acesse.one/Sy1to">https://acesse.one/Sy1to</a>
6/5/2020	Entidades entram com três ações na Justiça contra política ambiental do governo Bolsonaro	Ambiente	<a href="https://acesse.one/QyG2U">https://acesse.one/QyG2U</a>
7/1/2020	Amazônia tem 14º mês seguido de aumento de desmate, e derrubada em junho é a maior desde 2016	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/oYePs">https://11nk.dev/oYePs</a>
7/6/2020	MPF pede que Justiça afaste Ricardo Salles do Meio Ambiente	Ambiente	<a href="https://acesse.one/igYsT">https://acesse.one/igYsT</a>
7/9/2020	Com avanço do desmatamento, Mourão ouve cobrança de estrangeiros por resultado	Economia	<a href="https://11nk.dev/bpQRT">https://11nk.dev/bpQRT</a>
7/11/2020	Queimadas na Amazônia são herança de governos anteriores, diz ministro Salles	Economia	<a href="https://acesse.one/AyCD9">https://acesse.one/AyCD9</a>
7/15/2020	Mourão diz que governo será avaliado por eficácia na Amazônia, mas não apresenta ações imediatas	Ambiente	<a href="https://acesse.one/DHSMH">https://acesse.one/DHSMH</a>
7/16/2020	Governo proíbe queimadas na Amazônia e no Pantanal por 120 dias	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/k15AH">https://11nk.dev/k15AH</a>
7/31/2020	Mourão abre diálogo com ONGs ambientais criticadas por Bolsonaro	Ambiente	<a href="https://acesse.one/mTKOk">https://acesse.one/mTKOk</a>

8/12/2020	Salles recua de enxugamento, reestrutura ministério e recria Secretaria do Clima	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/fErlg">https://11nk.dev/fErlg</a>
8/22/2020	'Brasil arde', diz El País; veja a repercussão das queimadas na mídia internacional	Ambiente	<a href="https://acesse.one/qL1ET">https://acesse.one/qL1ET</a>
8/28/2020	Salles anuncia suspensão de combate a queimadas e desmatamento, e Mourão nega bloqueios	Ambiente	<a href="https://acesse.one/kd0zg">https://acesse.one/kd0zg</a>
11/6/2020	Puxadas por desmate, emissões do Brasil crescem 10% no primeiro ano sob Bolsonaro	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/5LKQC">https://11nk.dev/5LKQC</a>
12/8/2020	Com desmate em alta, Salles diz que Brasil vai neutralizar emissão de gases-estufa até 2060	Ambiente	<a href="https://11nk.dev/Gi5T2">https://11nk.dev/Gi5T2</a>

**Fonte:** elaborada pela autora (2023)

**Tabela 4** – Matérias de O Estado de São Paulo para mapeamento quantitativo de fontes

<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Editoria</b>	<b>Hiperlink</b>
1/6/2019	No Twitter, Bolsonaro critica gastos do Ibama; órgão aponta 'completo desconhecimento'	Política	<a href="https://11nq.com/6Ux9m">https://11nq.com/6Ux9m</a>
1/16/2019	Ministério do Meio Ambiente suspende convênios com ONGs por 90 dias	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/t6cJM">https://11nq.com/t6cJM</a>
1/17/2019	Projetos em andamento executados por ONGs serão mantidos, diz ministério	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/2yDRn">https://ury1.com/2yDRn</a>
5/18/2019	Ministro diz que há indícios de irregularidades no Fundo Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/PucsS">https://11nq.com/PucsS</a>
5/19/2019	BNDES afasta chefe de departamento após críticas à gestão do Fundo Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/ITO0v">https://11nq.com/ITO0v</a>
5/23/2019	Após afastamento de funcionária, Joaquim Levy nega ingerência política no Fundo Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/L1mEI">https://11nq.com/L1mEI</a>
5/25/2019	Governo quer usar Fundo Amazônia para indenizar desapropriações	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/Orauc">https://11nq.com/Orauc</a>
5/27/2019	Tudo está em aberto', diz governo sobre uso do Fundo Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/Xk7IG">https://ury1.com/Xk7IG</a>
5/28/2019	Líder do MDB no Senado pede para convocar ministro Salles para explicar mudança no Fundo Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/qBH0p">https://urx1.com/qBH0p</a>
5/31/2019	Servidores do BNDES e Ibama farão protesto contra mudanças no Fundo Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/Yu7KB">https://11nq.com/Yu7KB</a>
6/4/2019	Comissão da Transparência do Senado chama governo para explicar Fundo Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/O9taJ">https://11nq.com/O9taJ</a>
6/5/2019	Manifestantes pedem saída de ministro em ato em defesa do Fundo Amazônia, no Rio	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/tzqE5">https://ury1.com/tzqE5</a>
6/11/2019	Em carta, Noruega e Alemanha defendem objetivos e governança do Fundo Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/D6QqW">https://urx1.com/D6QqW</a>

6/26/2019	Salles e Montezano vão se reunir para tratar de Fundo	Geral	<a href="https://ury1.com/DtDLf">https://ury1.com/DtDLf</a>
7/2/2019	Noruega fica no Fundo Amazônia se alvo for o combate ao desmatamento	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/Jlwhi">https://ury1.com/Jlwhi</a>
7/4/2019	Noruega rejeita proposta de Salles para mudar estrutura de gestão do Fundo Amazônia sem aval prévio	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/G0DgU">https://urx1.com/G0DgU</a>
7/4/2019	Alemanha retém doação de R\$ 151 milhões para Fundo Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/KroRp">https://ury1.com/KroRp</a>
7/5/2019	Mudança de Fundo Amazônia deve ter alinhamento com Estados, diz Salles	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/kweIH">https://urx1.com/kweIH</a>
7/6/2019	Eduardo Bolsonaro: 'Fundo Amazônia nada mais é do que um truque'	Geral	<a href="https://urx1.com/DtDLf">https://urx1.com/DtDLf</a>
7/12/2019	Parlamentares enviam carta às embaixadas da Noruega e Alemanha em defesa do Fundo Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/iPR3k">https://11nq.com/iPR3k</a>
7/23/2019	Especialistas defendem dados de monitoramento da Amazônia divulgados pelo Inpe	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/8MfBj">https://11nq.com/8MfBj</a>
8/2/2019	Governadores saem em defesa do Fundo Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/ahba1">https://urx1.com/ahba1</a>
8/8/2019	'Exploram petróleo no Ártico e caçam baleia', diz ministro sobre Noruega	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/gDoBh">https://ury1.com/gDoBh</a>
8/10/2019	Ministério alemão vai suspender financiamento a projetos de conservação na Amazônia, diz jornal	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/qKTHv">https://urx1.com/qKTHv</a>
8/11/2019	Ministro do Meio Ambiente diz que apresentará em breve estratégia de preservação da Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/JV0KG">https://11nq.com/JV0KG</a>
8/11/2019	Bolsonaro diz que Alemanha 'vai deixar de comprar à prestação a Amazônia'	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/IDm7G">https://urx1.com/IDm7G</a>
8/12/2019	Estados buscam doador europeu contra desmate	Política	<a href="https://urx1.com/kobcw">https://urx1.com/kobcw</a>
8/12/2019	Deputado propõe PL para regulamentar Fundo Amazônia	Geral	<a href="https://urx1.com/DtDLf">https://urx1.com/DtDLf</a>
8/14/2019	Helder alerta para risco de o Brasil sofrer embargos por questão ambiental	Geral	<a href="https://ury1.com/aTMnn">https://ury1.com/aTMnn</a>
8/15/2019	Bolsonaro ataca Noruega: 'Não é aquela que mata baleia no Polo Norte?'	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/vHPNO">https://urx1.com/vHPNO</a>
8/15/2019	Merkel, pegue essa grana e refloreste a Alemanha, diz Bolsonaro	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/9W9fe">https://ury1.com/9W9fe</a>
8/16/2019	Publicação usa imagens de caça a baleias na Dinamarca para atacar Noruega por corte de verba do Fundo Amazônia	Estadão Verifica	<a href="https://urx1.com/yE42C">https://urx1.com/yE42C</a>
8/16/2019	Noruega bloqueia repasse de R\$ 133 mi para preservação da Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/1tYF0">https://urx1.com/1tYF0</a>
8/17/2019	Bolsonaro diz que Brasil ganhará 'guerra da informação' da Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/kFXoU">https://ury1.com/kFXoU</a>
8/19/2019	Bolsonaro usa vídeo de caça a baleias na Dinamarca para atacar Noruega	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/P897B">https://11nq.com/P897B</a>
8/21/2019	'Recorde de queimadas reflete irresponsabilidade de Bolsonaro', rebatem ONGs	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/eD63L">https://11nq.com/eD63L</a>

8/21/2019	Em crise com Alemanha e Noruega, governo usa dinheiro dos europeus para apagar fogo na Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/BPvQT">https://ury1.com/BPvQT</a>
8/21/2019	Bolsonaro levanta suspeita sobre ONGs por queimadas na Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/4qkDX">https://11nq.com/4qkDX</a>
8/22/2019	Fundo Amazônia paga de camisetas dos brigadistas a caminhões do Ibama	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/E0oLP">https://11nq.com/E0oLP</a>
8/23/2019	Como o País virou vilão ambiental em 1 mês	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/hQWNz">https://11nq.com/hQWNz</a>
8/23/2019	São Paulo, Rio e Salvador têm protestos contra incêndios na Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/lbFPN">https://ury1.com/lbFPN</a>
8/23/2019	Governo orienta embaixadas a defender políticas de Bolsonaro para Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/BNUTI">https://urx1.com/BNUTI</a>
8/23/2019	Governador do AM atribui alta de queimadas a pecuária e madeireiros	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/x4Fqh">https://ury1.com/x4Fqh</a>
8/26/2019	Crítica de Bolsonaro a ONGs tem como base dados sobre repasse a saúde indígena	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/8BBx0">https://11nq.com/8BBx0</a>
8/26/2019	Na contramão de Bolsonaro, vizinhos pregam pacto global pela Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/dkr2Y">https://11nq.com/dkr2Y</a>
8/27/2019	Governadores querem tirar BNDES do Fundo Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/n7wgR">https://urx1.com/n7wgR</a>
8/27/2019	Ex-ministros de Ambiente, SBPC e OAB pedem moratória de leis que afetem Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/aTMnn">https://ury1.com/aTMnn</a>
8/29/2019	Produtora norueguesa de salmão ameaça suspender compra de soja brasileira	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/jPj3z">https://urx1.com/jPj3z</a>
9/2/2019	Entenda a guerra dos números sobre os focos de queimadas na Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/9ejS7">https://ury1.com/9ejS7</a>
9/4/2019	Relembra a crise das queimadas na Amazônia em 12 tuítes	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/GkOn8">https://ury1.com/GkOn8</a>
9/13/2019	Governadores da Amazônia Legal firmam agenda de acordo com europeus, sem apoio da União	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/SmgOo">https://urx1.com/SmgOo</a>
9/19/2019	Salles anuncia plano de criação de fundo com BID para Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/dF5e5">https://ury1.com/dF5e5</a>
9/20/2019	No Brasil, greve global pelo clima foca na Amazônia	Geral	<a href="https://ury1.com/DtDLf">https://ury1.com/DtDLf</a>
9/23/2019	Sem Brasil, Macron lança na ONU aliança para proteger florestas tropicais	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/TwbWW">https://ury1.com/TwbWW</a>
9/25/2019	Bolsonaro desafia Alemanha e volta a criticar Macron, em nova entrevista a TV	Política	<a href="https://ury1.com/vRYRy">https://ury1.com/vRYRy</a>
10/5/2019	STF notifica Bolsonaro por insinuar ligação de ONGs com queimadas na Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/2XNzA">https://ury1.com/2XNzA</a>
11/19/2019	Conter desmate na Amazônia passa por monitoramento e fiscalização, dizem especialistas	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/KdyAU">https://ury1.com/KdyAU</a>
11/26/2019	Brasil tenta retomar Fundo Amazônia antes da COP25	Geral	<a href="https://11nq.com/DtDLf">https://11nq.com/DtDLf</a>
12/2/2019	Sem cumprir meta de desmatamento, Brasil vai à Conferência do Clima pedir mais recursos	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/BSKqR">https://urx1.com/BSKqR</a>
12/6/2019	Alemanha nega acordo anunciado por Salles	Geral	<a href="https://ury1.com/DtDLf">https://ury1.com/DtDLf</a>

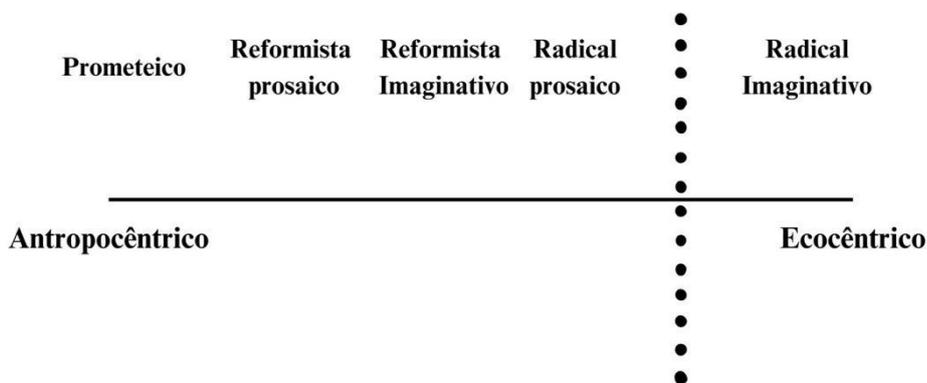
12/9/2019	Ministério do Meio Ambiente tem comando esvaziado e paralisação de programas	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/oMBp7">https://urx1.com/oMBp7</a>
12/10/2019	Com alta do desmate, Brasil precisará gastar US\$ 5 trilhões até 2050 para cumprir metas climáticas	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/Jm3ng">https://ury1.com/Jm3ng</a>
1/27/2020	Pressão da economia obriga Brasil a acelerar agenda ambiental	Geral	<a href="https://urx1.com/DtDLf">https://urx1.com/DtDLf</a>
6/1/2020	Salles nega culpa por impactos negativos de fala em reunião: 'Erro foi de quem divulgou'	Política	<a href="https://11nq.com/ZH8k9">https://11nq.com/ZH8k9</a>
6/5/2020	MP, partidos e ONGs entram com três ações na Justiça contra Ministério do Meio Ambiente	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/6hkhJ">https://urx1.com/6hkhJ</a>
6/23/2020	Investidores ameaçam sair do Brasil se destruição da Amazônia não parar, diz Financial Times	Economia	<a href="https://urx1.com/njx9A">https://urx1.com/njx9A</a>
7/2/2020	Pressionado, governo prepara carta com 'resposta' a investidores que criticaram desmatamento	Economia	<a href="https://ury1.com/I97B5">https://ury1.com/I97B5</a>
7/7/2020	Em carta, empresários pedem a Mourão política de proteção à Amazônia	Economia	<a href="https://ury1.com/QTOQq">https://ury1.com/QTOQq</a>
7/8/2020	Pressionado, governo chama empresários para tentar explicar ações contra desmatamento	Economia	<a href="https://ury1.com/EHvUf">https://ury1.com/EHvUf</a>
7/9/2020	Mourão diz que críticas internacionais ao desmatamento são 'disputa geopolítica' do agronegócio	Economia	<a href="https://11nq.com/BJ0a6">https://11nq.com/BJ0a6</a>
7/9/2020	Governo trava repasse de R\$ 33 milhões que seria destinado à Amazônia	Economia	<a href="https://ury1.com/JxJS1">https://ury1.com/JxJS1</a>
7/10/2020	Mourão é questionado sobre paralisação de programas do Fundo Amazônia	Economia	<a href="https://ury1.com/KQvgp">https://ury1.com/KQvgp</a>
7/10/2020	Governo diz que verba do Fundo Amazônia contra queimadas será usada até o fim do ano	Economia	<a href="https://ury1.com/DDJHD">https://ury1.com/DDJHD</a>
7/10/2020	Desmatamento na Amazônia em junho é maior em 5 anos, apesar de ação militar e pressão externa	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/X4B5s">https://11nq.com/X4B5s</a>
7/14/2020	Guedes vai pedir crédito extra para operação na Amazônia, diz Mourão	Economia	<a href="https://ury1.com/d3WQJ">https://ury1.com/d3WQJ</a>
7/24/2020	Mais de R\$ 100 milhões repassados ao Ibama para fiscalização da Amazônia estão parados	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/Ke0f5">https://11nq.com/Ke0f5</a>
7/30/2020	Por Fundo Amazônia, Mourão pode se reunir com ONGs	Geral	<a href="https://ury1.com/tLlSN">https://ury1.com/tLlSN</a>
8/4/2020	Organizações socioambientais pedem liberação de R\$ 2 bi dos fundos geridos por BNDES	Economia	<a href="https://ury1.com/O4HX9">https://ury1.com/O4HX9</a>
8/7/2020	Ibama reduz uso de helicópteros na Amazônia e exonera chefe que criticou medida	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/DW4CI">https://ury1.com/DW4CI</a>
8/7/2020	Desmate na Amazônia tem queda de 28% em julho, a primeira em 14 meses	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/UmV9l">https://urx1.com/UmV9l</a>
9/2/2020	Bolsonaro minimiza ajuda financeira internacional para a Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/g7Sij">https://11nq.com/g7Sij</a>

9/8/2020	Governo quer os militares em ações de preservação da Amazônia até 2022	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/3cAkK">https://ury1.com/3cAkK</a>
9/10/2020	Itamaraty reduz atuação em políticas ambientais	Política	<a href="https://ury1.com/I5Fw8">https://ury1.com/I5Fw8</a>
10/22/2020	Ibama e ICMBio acumulam mais de R\$ 25 milhões de dívidas; combates a incêndios são interrompidos	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/tLlSN">https://ury1.com/tLlSN</a>
10/22/2020	Ibama manda recolher todos os agentes de combate a incêndios por falta de recursos	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/hJaPO">https://urx1.com/hJaPO</a>
10/23/2020	Travado desde 2019, Fundo Amazônia congela R\$ 1,4 bi para 40 projetos ambientais	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/JK8V6">https://ury1.com/JK8V6</a>
10/23/2020	Após auditoria de 2018, TCU segue com nova inspeção sobre o Fundo Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/RxAIl">https://11nq.com/RxAIl</a>
10/23/2020	BNDES apoia novos 'parâmetros' para o Fundo Amazônia, diz presidente do banco	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/JMPjZ">https://urx1.com/JMPjZ</a>
10/27/2020	Auditoria usada por Salles para criticar Fundo Amazônia foi rejeitada pelo Parlamento da Noruega	Sustentabilidade	<a href="https://ury1.com/ewLtB">https://ury1.com/ewLtB</a>
11/9/2020	Governo Bolsonaro planeja norma para controlar ação de ONGs na Amazônia	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/BxWqq">https://urx1.com/BxWqq</a>
11/30/2020	Desmatamento da Amazônia tem alta de 9,5% em um ano e atinge o maior valor desde 2008	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/LOIhd">https://urx1.com/LOIhd</a>
12/3/2020	Salles cobra recursos para a Amazônia: 'Só crítica não adianta'	Sustentabilidade	<a href="https://11nq.com/8TAcV">https://11nq.com/8TAcV</a>
31/11/2020	Partidos entram com ação no STF por retomada de plano de combate a desmatamento	Sustentabilidade	<a href="https://urx1.com/XAZ25">https://urx1.com/XAZ25</a>

**Fonte:** elaborada pela autora (2023)

**Análise Discursiva:** Nos textos selecionados para a segunda etapa (23 matérias), recorremos a dispositivos de Análise de Discurso francesa (AD) para empreender uma leitura mais aprofundada, que buscou identificar as ofertas de sentidos e a compreensão sobre como diferentes formulações do discurso remetem a um mesmo dizer sedimentado, também apontando rupturas desses processos de significação, conforme Orlandi (2001). Para tal, trabalhamos com as noções de paráfrase e polissemia e procuramos as marcas discursivas que indicaram a abordagem do tema, selecionando as Sequências Discursivas (SD) para destacar essas marcas mais relevantes. Identificamos a quais Formações Discursivas (FDs) elas remetem e, conseqüentemente, a quais Formações Ideológicas (FIs). Aqui, é importante destacar que consideramos a tipologia proposta por Dryzek (2013) para definir as cinco regiões de onde partem os sentidos (FDs), assim como as ideologias (FIs) a qual estão vinculados a partir de Corbett (2006), conforme a seguir:

**Quadro 3** – FDs e formações imaginárias a partir de Dryzek (2013) e Corbett (2006)



**Fonte:** elaborado pela autora (2023)

Relembramos os pontos centrais de cada FD: (1) Os discursos vinculados à **visão prometeica** são aqueles que ignoram a necessidade de qualquer mudança no industrialismo tradicional, uma vez que não contempla a ideia de que há um limite para recursos naturais, ignorando o que a ciência traz sobre o assunto. Na classificação do autor, este discurso aparece como oposição ao Radical e Prosaico, mas para este estudo o consideramos como uma FD própria, desvinculada das demais. (2) A **visão reformista prosaica** entende como certo e imutável o *status quo* econômico-político do industrialismo, ou seja, não questiona profundamente os modos de vida da sociedade ocidental, mas defende a necessidade de alguns ajustes, um conjunto de soluções práticas, para resolver a crise ambiental. Tais soluções se dão dentro das organizações sociais já estabelecidas, a partir de iniciativas da sociedade, dos mercados ou do governo. Os limites da natureza são vistos como um empecilho a ser superado. (3) Os **reformistas imaginativos** também corroboram com a ideia de manutenção do crescimento econômico a partir da resolução de dilemas e impasses sobre as questões ambientais, mas por meio de estratégias que contemplem princípios ambientais e sociais, ou seja, com uma perspectiva mais ampla. Acreditam ser possível estabelecer um elo entre a economia e a ecologia. Entre os discursos mais difundidos desta categoria estão o do desenvolvimento sustentável e da modernização ecológica. (4) Os **radicais prosaicos** são caracterizados por desafiar o crescimento econômico perpétuo nos moldes do industrialismo tradicional, ao indicar que o ritmo atual levaria a uma situação catastrófica, sendo urgente a necessidade de medidas para retroceder esse quadro (DRYZEK, 2013). No entanto, não promovem uma reflexão sobre uma mudança de paradigma na relação do homem com o meio

ambiente, entendendo que a organização social por meio de relações de poder pode resolver os dilemas ambientais. (5) Já os discursos **radicais imaginativos** preveem uma mudança de consciência em um nível mais profundo, criticando o *status quo* e rejeitando as estruturas básicas da sociedade industrial. Compreendem perspectivas orientadas por valores e pela ética ambiental e ideologias transformadoras, que contemplam um olhar sistêmico sobre as relações entre diferentes formas de vida, atribuindo um valor intrínseco a cada uma, desvinculado de sua utilidade para o homem.

Essas FDs, conforme descrito no capítulo 2, estão fortemente vinculadas a ideologias, ou seja, a crenças que justificam as ações e comportamentos do homem em relação à natureza (CORBETT, 2006). De acordo com Corbett (2006), as ideologias podem ser enraizadas do ponto de vista **antropocêntrico** (FDs 1 a 4) ou **ecocêntrico** (FD 5). As ideologias antropocêntricas são aquelas que predominam nas sociedades ocidentais, em que a natureza é entendida e valorada a partir de seu potencial utilitário para o ser humano. Já as visões ecocêntricas surgem com a proposta de uma quebra de paradigma, trazendo um olhar que desafia o *status quo* ao deslocar o homem da centralidade.

A partir dessa proposta tipológica, analisamos discursivamente os textos observando as tensões (quando aparecem) entre paráfrases, ou seja, as diferentes formulações de um mesmo dizer já sedimentado, que estabiliza sentidos predominantes, e polissemias, que propõem deslocamentos que indicam novos processos de significação.

Pela identificação das FDs, mapeamos a forma como questões políticas, econômicas, sociais e ambientais foram sendo construídas e como se constituíram os efeitos de sentido. De acordo com Orlandi (2003), é a partir daí que o analista deve observar como os sentidos se produzem e se organizam no texto para identificar as formações ideológicas que representam o discurso. Tais achados são expostos nos quadros que destacam os “eixos do discurso”, apresentados ao final de cada análise. Esses quadros foram tensionados com os achados da análise contextual para, então, chegar-se aos enquadramentos discursivos do veículo sobre o tema.

No capítulo seguinte desta tese, o leitor será convidado a percorrer o trajeto traçado por cada veículo na cobertura sobre o desmonte das políticas ambientais a partir dos elementos identificados pelos dispositivos analíticos. Entendemos que esta análise nos trará elementos importantes para identificar e refletir sobre as aproximações e distanciamentos de jornais de referência brasileiros com os preceitos do Jornalismo Ambiental durante um dos períodos mais críticos da história ambiental do país.

## 5 ENQUADRAMENTOS DISCURSIVOS NOS JORNAIS: uma leitura sobre os sentidos e ideologias que permeiam a cobertura ambiental

*Somos seres criados livres.  
Livres para correr, para voar, para sorrir  
Que essa liberdade não seja para destruir  
Que cada filho tenha o devido respeito  
pela mãe Terra e por todo ser que nela habite  
Que se respeite a vida  
(Roni Wasiry Guara, em Olho D'água)*

Neste capítulo, compilamos os resultados da análise que busca identificar os enquadramentos discursivos dados à Amazônia na cobertura dos jornais **Folha de S. Paulo** e **Estado de S. Paulo** durante os anos de 2019 e 2020, tendo como foco dois atos que contribuíram de forma significativa para a desproteção do bioma: a paralisação do Fundo Amazônia e a extinção do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), movimentos que foram detalhados no capítulo 2 desta tese.

Relembramos, aqui, que o PPCDAm foi uma política pública criada em 2004 com o objetivo de reduzir o desmatamento na maior floresta tropical do mundo a partir de uma ação interministerial que se baseou na ideia de que o desmatamento não poderia ser enfrentado de modo isolado por órgãos ambientais, mas de forma abrangente e integrada por mais instâncias do governo. Entre os anos de 2004 e 2012, a iniciativa, considerada a principal política pública para a Amazônia, colaborou para uma redução em mais de 83% do desmatamento do bioma, que saiu de 27.772 km<sup>2</sup> para 4.571 km<sup>2</sup> ao ano. O sucesso do PPCDAm tornou o Brasil uma referência mundial no combate ao desmatamento, o que atraiu a confiança de outros governos e resultou, em 2008, na criação do Fundo Amazônia, projeto que passou a captar recursos de outros países para investir em estratégias de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de proteção de terras indígenas, apoio a iniciativas socioambientais com os povos da floresta, pequenos agricultores, entre outros.

Em 11 de abril de 2019, o governo Bolsonaro, por meio de decreto, anunciou que diversos colegiados ligados à administração federal que contavam com a participação da sociedade civil – entre eles o comitê que fazia a seleção dos projetos para o Fundo Amazônia – seriam extintos a partir de 28 de junho. A iniciativa consolidou a paralisação do programa e inviabilizou o repasse de parte de recursos para o PPCDAm. O plano, por sua vez, foi extinto oficialmente em

28 de novembro de 2019, também por decreto, que instituiu a Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa (2020-2023), um mecanismo que visava substituí-lo, mas que se mostrou vago e inefetivo, o que começa a ficar evidente já nos primeiros dois anos de governo, quando houve um aumento expressivo na destruição da Amazônia: em 2019, o desmatamento cresceu 34% quando comparado a 2018 e, em 2020, foi registrado um aumento de 30% em relação a 2019<sup>67</sup>. Além disso, houve um acréscimo, nesses dois anos, de 137%<sup>68</sup> nas invasões de terras indígenas na comparação com 2018. Os atos governamentais tiveram data e hora, mas o processo de desmonte começou já nos primeiros dias de governo, quando o então ministro Ricardo Salles lançou uma ofensiva para gerar desconfiança sobre a atuação de organizações não governamentais (ONGs) em relação ao uso dos recursos disponibilizados pelo Fundo Amazônia, argumento refutado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), porém mantido no discurso oficial do governo para dar sequência à paralisação do Fundo e, conseqüentemente, à extinção do PPCDAm.

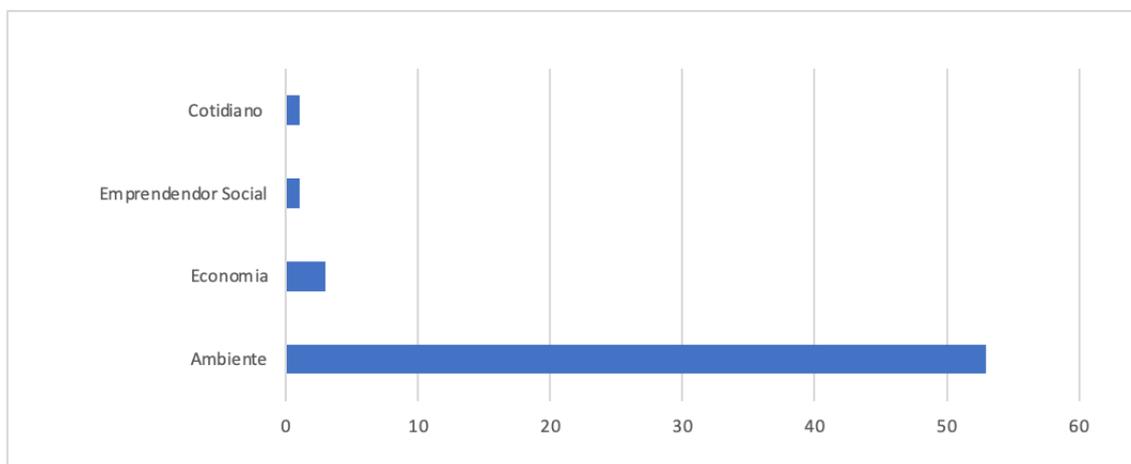
### **5.1 Folha de S.Paulo: crise diplomática, potencial econômico da floresta, discurso antropocêntrico**

A cobertura do jornal Folha de S.Paulo sobre o desmonte das duas principais políticas de proteção à Amazônia é publicada majoritariamente na editoria Ambiente, conforme mostra o gráfico 2. O dado levanta o questionamento se, por estar em uma editoria específica sobre o tema, há uma mudança no padrão das coberturas sobre meio ambiente por um jornal hegemônico, que, conforme Girardi et al. (2012), costuma ser insuficiente e redutor por ser calcado na fragmentação e na priorização de fontes com poder econômico, político ou social. Ao não estar inserido em editorias como Economia ou Política, o tema é explorado de forma mais abrangente, com pluralidade de vozes e enfoques? A sequência desta análise, que inicia de forma contextual (quantitativa) e depois adentra a linguagem discursiva (qualitativa), nos traz algumas pistas.

---

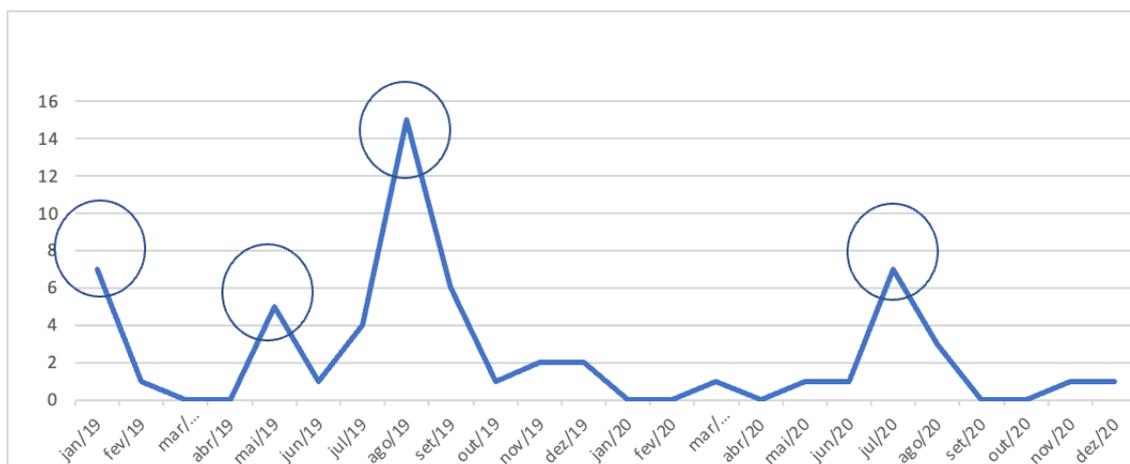
<sup>67</sup> Disponível em: [http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal\\_amazon/rates](http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates) . Acesso em: 4 nov. 2022.

<sup>68</sup> Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf> . Acesso em: 4 nov. 2022.

**Gráfico 2** – Matérias por editoria na Folha de S.Paulo (2019-2020)

**Fonte:** elaborada pela autora (2023)

É concomitante ao início do desmonte das políticas ambientais, já nos primeiros dias de governo Bolsonaro, em janeiro de 2019, que o jornal Folha de S.Paulo começa a publicar matérias referente à série de acontecimentos que resultaram no congelamento do Fundo Amazônia e na paralisação do PPCDAm. Nesse momento, enquanto alguns decretos enfraquecendo legislações eram assinados, o então ministro Ricardo Salles dá início a uma série de pronunciamentos públicos que lançam dúvida sobre a idoneidade do uso dos recursos do Fundo Amazônia por organizações do terceiro setor. Ainda que tais acusações tenham sido rebatidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelos próprios doadores do Fundo, o assunto é destaque no jornal, o que fica representado por um primeiro pico de atenção sobre o tema durante o período de análise, conforme mostra o gráfico a seguir.

**Gráfico 3** – Quantidade de matérias publicadas na FSP mês a mês

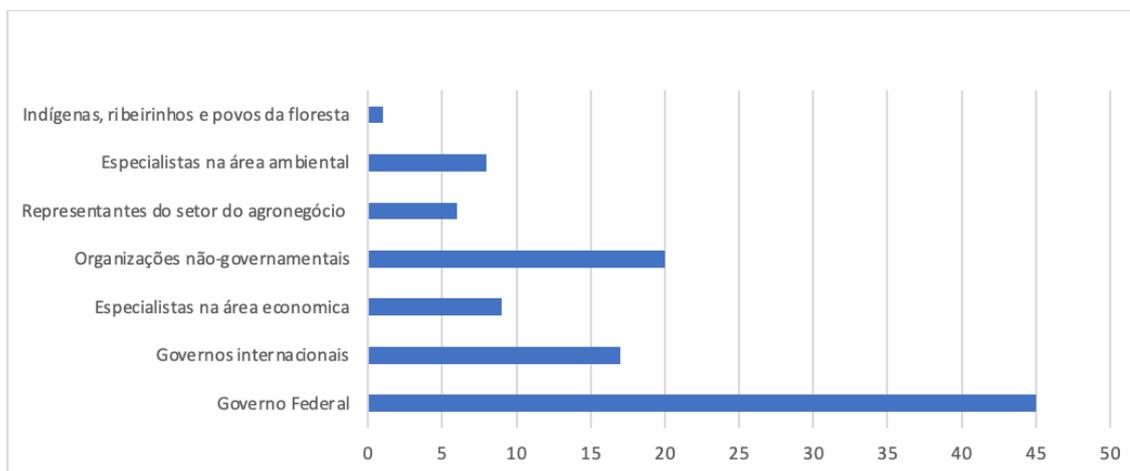
**Fonte:** elaborado pela autora (2023)

Esta análise panorâmica permite apreender que, depois deste pico inicial (1), o tema ganha um novo destaque logo a seguir, no mês de maio (2), quando ocorre uma rodada de negociações entre os doadores do Fundo e o governo brasileiro após o ministro Salles anunciar que iria rever todos os contratos com organizações não governamentais (ONGs) e afastar a gestora do Fundo no BNDES. É interessante observar que, em abril, quando o governo publica o decreto que viria a pôr fim nos conselhos federais com atuação da sociedade civil, a Folha de S.Paulo publica uma notícia<sup>69</sup> sobre o assunto, mas indica que o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) seria um dos afetados pelo ato. O assunto volta a receber maior atenção (3) entre os meses de julho, agosto e setembro de 2019, quando, devido à paralisação e ao fracasso na tentativa dos países doadores e do governo brasileiro de chegarem a um acordo sobre a reativação do Fundo, instaura-se uma crise internacional. Noruega e Alemanha suspendem repasse de verbas ao programa, e o governo brasileiro troca acusações com os mandatários europeus. Ao longo dos meses seguintes, dezenas de projetos são descontinuados, as taxas de desmatamento crescem e as invasões a terras indígenas passam a ocorrer com maior frequência. Na pesquisa realizada no site da FSP, não encontramos uma relação direta e/ou uma atenção maior entre esses acontecimentos com a paralisação dos mecanismos de proteção da floresta, o que fica evidente pelo baixo número de notícias que tinham como foco os impactos ambientais do desmonte desses programas. O decreto que extingue o PPCDAm, em novembro de 2019, também não é coberto pelo jornal, que volta a dar um pico de atenção somente em

<sup>69</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/entenda-decreto-que-poe-fim-a-conselhos-federais-com-atuacao-da-sociedade.shtml>. Acesso em: 12 mai. 2023.

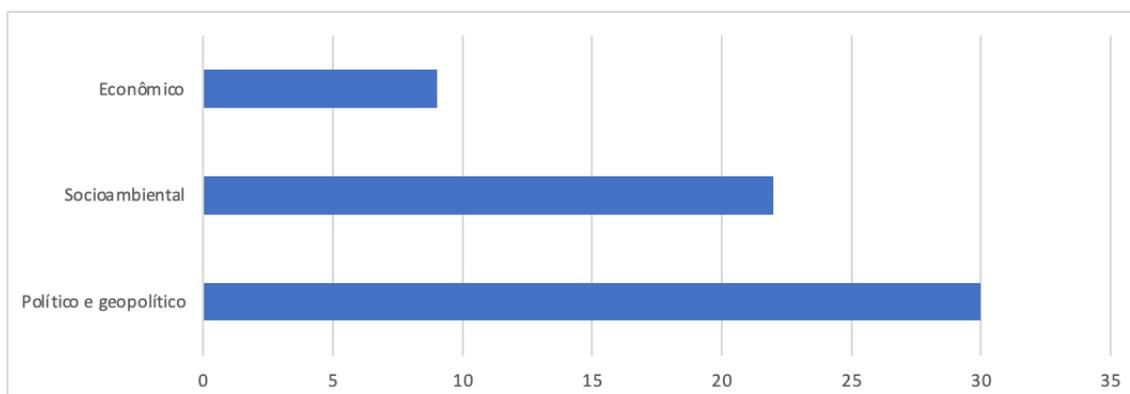
julho de 2020 (4). Naquele período, em que a Amazônia registra o 14º mês seguido de aumento do desmatamento – e um mês depois de partidos políticos entrarem com três ações no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o processo de desmonte das políticas ambientais –, houve uma série de movimentos do governo para justificar a destruição da floresta devido a uma nova pressão de governos internacionais. Temos, assim, ao longo desta cobertura, quatro picos de atenção, ou seja, quatro momentos que nos indicam os critérios de noticiabilidade adotados pelo veículo sobre o processo de desmonte desses dois mecanismos de proteção à Amazônia: (1) tensionamento político, (2) primeira crise diplomática, (3) segunda crise diplomática e (4) tensionamento político.

Kunckzik (2002, p.243) define o valor-notícia como suposições intuitivas dos jornalistas com relação àquilo que interessa a um público determinado, àquilo que chama sua atenção. Estes valores, ou critérios, seriam aquilo que ajuda a explicar o que torna algo "digno de ser noticiado", ou os critérios que levam o jornalismo a mostrar ao leitor aquilo que, apesar de ser uma leitura ou um recorte da realidade, apresenta-se como sendo a realidade. Esses critérios, que contemplam a seleção do fato que gera notícia, bem como a escolha das fontes a serem ouvidas, resulta em determinados enquadramentos que excluem outros ângulos e enfoques. De acordo com Moraes (2018), a seleção daquilo que é notícia, ou seja, as escolhas feitas pelo veículo a partir dos critérios de noticiabilidade, começam antes do fato em si. Elas se “colocam em uma parte ideológica partilhada coletivamente” (p. 9), o que pode ser apreendido com mais aprofundamento por meio da identificação das formações discursivas e das ofertas de sentido – o que será feito na etapa seguinte desta pesquisa. Ainda, segundo Moraes (2015), “quando o Jornalismo se posiciona em relação aos acontecimentos e até mesmo no uso das fontes, outras posições e sujeitos são deixadas de lado” (p.13). No gráfico abaixo, podemos ver que a seleção das fontes ouvidas e/ou reproduzidas pela Folha de S.Paulo, que são majoritariamente de órgãos oficiais, refletem e reforçam os critérios de noticiabilidade identificados quando avaliamos os picos de atenção.

**Gráfico 4** – Fontes ouvidas e/ou reproduzidas na Folha de S.Paulo

**Fonte:** elaborado pela autora (2023)

Bueno (2007) indica que a predominância de fontes oficiais em coberturas ambientais é algo recorrente nos veículos hegemônicos brasileiros, o que penaliza a qualidade da cobertura ambiental ao reforçar determinados pontos de vista em detrimento de outros, como os saberes populares, que são, para o campo do Jornalismo Ambiental, fundamentais no exercício de uma prática comprometida com o meio ambiente e com todos os cidadãos. Nesse gráfico 4, identificamos uma presença significativa de vozes do terceiro setor – organizações ambientais não governamentais (ONGs) –, o que pode indicar a presença de sentidos outros que não aqueles voltados à visão econômica da natureza, e que uma leitura mais aprofundada dos textos irá nos permitir observar. O enfoque socioambiental das notícias também aparece de forma significativa, ainda que não predominante, conforme o gráfico a seguir.

**Gráfico 5** – Classificação das notícias da Folha de S.Paulo por enfoque

**Fonte:** elaborado pela autora (2023)

O gráfico 5 reforça a percepção de que os jornais identificaram, durante a cobertura sobre o desmonte dos dois principais mecanismos de proteção à Amazônia, majoritariamente como valor-notícia, questões relacionadas a embates geopolíticos, direcionando, assim, o olhar para determinados aspectos do acontecimento em detrimento de outros. A partir da análise discursiva dos textos selecionados, encontramos mais indicativos sobre os sentidos que vão sendo construídos, reforçados e tensionados pelo jornal durante o período de recorte neste estudo. No quadro a seguir, sistematizamos os textos e respectivas Sequências Discursivas (SDs) que fazem parte desta etapa da análise.

**Quadro 4** – Títulos, datas e sequências discursivas das matérias analisadas na FSP

Picos de Atenção	Matéria	Data	SDs
1	Preservação que dá dinheiro pode desafiar discurso antiambiental de Bolsonaro	06/01/2019	1 a 12
	“Ministro do Ambiente aciona CGU para obter contratos de ONGs com Fundo Amazônia”,	13/02/2019	13 a 15
2	Ministro aponta problemas e quer rever contratos de ONGs com Fundo Amazônia	17/05/2019	16 a 18
3	Noruega irá bloquear verba para o Fundo Amazônia	15/08/2019	19 a 22
	Salles quer criar força-tarefa com mineradoras e ONGs para a Amazônia	22/08/2019	23 a 31
	Empresas e agronegócio reagem com temor diante de polêmica ambiental na Amazônia	23/08/2019	32 a 42
	Após Fundo Amazônia, país pode perder bilhões sem ação ambiental	25/08/2019	43 a 50
	Decisões da gestão Bolsonaro fragilizam controle ambiental	26/08/2019	51 a 52
	Projetos dependem da floresta em pé para gerar lucro na Amazônia	04/09/2019	53 a 56
4	Com avanço do desmatamento, Mourão ouve cobrança de estrangeiros por resultado	09/07/2020	57 a 61
	Mourão abre diálogo com ONGs ambientais criticadas por Bolsonaro	31/07/2020	62

**Fonte:** elaborado pela autora (2023)

Já nos primeiros dias da gestão Bolsonaro, quando o governo inicia o processo de desmonte das políticas ambientais com a emissão de atos infralegais e a deslegitimação de programas em andamento – com destaque às ameaças de paralisação do Fundo Amazônia –, o

jornal Folha de S.Paulo publica uma série de notícias sobre esse processo, majoritariamente sob um viés econômico. Em 6 de janeiro, a matéria “Preservação que dá dinheiro pode desafiar discurso antiambiental de Bolsonaro” (Anexo A) elenca uma série de possíveis impactos negativos desses movimentos, que são trazidos por meio de fontes acadêmicas, especialistas ambientais e representantes de setores do agronegócio. As fontes identificam, majoritariamente, os potenciais danos econômicos e diplomáticos que tais políticas trariam ao país.

**SD1 – o presidente Jair Bolsonaro se verá obrigado a ponderar suas decisões em prol de agendas mais “verdes”, seja por pressão internacional, pela importância do tema nas transações comerciais ou mesmo para agradar parte de seus apoiadores da bancada ruralista no Congresso.**

Já na abertura do texto (SD1), o jornal, ao indicar quem seriam os atores capazes de promover uma mudança no discurso antiambiental de Bolsonaro, exclui a voz de entidades e organizações que atuam em defesa do meio ambiente, assim como a dos povos da floresta, deslegitimando e subestimando seus papéis nas decisões políticas sobre a preservação dos biomas. Reforça, assim, o protagonismo de outros setores cujos interesses nem sempre estão diretamente relacionados à preservação por seu valor intrínseco, mas sim pelo seu potencial mercadológico. As aspas usadas na palavra *verdes* não deixam claro se há um questionamento sobre os reais objetivos desses atores, entre eles representantes do agronegócio, cuja posição indica uma clara preocupação em comprometer o valor dos produtos exportados pelo país, conforme sinaliza a SD2:

**SD2 – Além de dar liberdade para o país definir suas próprias metas de redução de emissões de gases-estufa, o acordo [Acordo de Paris] é visto pelo agronegócio como um selo de compromisso ambiental para as exportações das commodities brasileiras.**

Temos, nesta sequência, um discurso fortemente vinculado à FD reformista e prosaica, uma vez que entende as políticas ambientais como ferramenta para a manutenção do *status quo* econômico-político do industrialismo. As metas nacionais de redução dos gases de efeito estufa para cumprir o Acordo de Paris são aqui trazidas como um exemplo de como essa ferramenta pode ajudar o agronegócio a seguir implementando uma estratégia de exploração da natureza – ou recursos naturais, como o setor costuma chamar. De acordo com Dryzek (2013), este tipo de discurso entende que a interação humana com o meio ambiente pode ser geradora de uma série de problemas, sem contemplar a questão da insustentabilidade do modelo econômico. Por isso, a solução pode ser direcionada para dispositivos humanos, como novas tecnologias e implementação de legislações ambientais. Não há, neste discurso, uma abordagem sobre os

benefícios que tal política pode trazer para o bem-estar das vidas humanas e não humanas, e o jornal igualmente não fornece um contraponto a essa visão. Ao contrário, ela é reforçada na SD4, com a posição do então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, que, durante o período em que permaneceu no cargo, proferiu um discurso contrário à participação da sociedade civil nas decisões sobre políticas ambientais, defendendo que instituições e organizações teriam interesses escusos nestes processos.

SD4 – Ricardo Salles, que é um dos criadores do movimento Endireita Brasil, defende uma “atuação legalista” **contra a “atuação ideológica” na área ambiental.**

Mais uma vez, o jornal coloca aspas sem deixar claro ao leitor qual o objetivo de tal recurso: se é usado para indicar uma expressão *Ipsis Litteris* do ministro, ou se traz um questionamento sobre sua visão em relação a tais instituições. Independentemente do motivo para o uso das aspas, a expressão é lançada sem que haja uma reflexão sobre ela, o que pode semear uma dúvida nos leitores em relação ao que seria essa atuação ideológica e quais seriam os interesses de organizações cujos discursos e ações são majoritariamente vinculados à proteção ambiental. O jornal contextualiza, no entanto, que o recém indicado ministro havia sido recentemente condenado em primeira instância por improbidade administrativa pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, por fraude enquanto secretário estadual de Meio Ambiente. “Mas cabe recurso”, resume o veículo.

Um dos movimentos já executados pela pasta nos primeiros dias de governo, a extinção da Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas, que foi substituída pela Secretaria de Florestas e Desenvolvimento Sustentável, é mencionada pela FSP e qualificada pelas palavras do próprio ministro.

SD5 – Nesta primeira semana de governo, porém, a Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas já foi extinta e deu lugar à Secretaria de Florestas e Desenvolvimento Sustentável. (...) Segundo Salles, trata-se de um **upgrade para elevar a captação de recursos no exterior.**

Mais uma vez, os movimentos da política ambiental são justificados pela potencialidade lucrativa da floresta. Notemos que o termo “Mudanças do Clima” desaparece da titularidade da secretaria, o que reduz a importância deste fenômeno que é, de acordo com Beck (2010), o indicativo mais claro de que vivemos em uma sociedade de risco. De acordo com o autor, estamos diante de um cenário alarmante, no qual a própria estrutura social – com suas normas, valores e tradições – está sendo posta em risco pela emergência da crise ambiental moderna. Ao silenciar essa problemática, tão presente e discutida atualmente, o jornal reforça um discurso

de negação sobre as consequências das ações humanas sobre o planeta, uma vez que o movimento político executado separa em diferentes esferas dois elementos que, no Brasil, estão intimamente imbricados: a proteção da floresta e a crise climática. Atualmente, o Brasil ocupa o 4º lugar no ranking mundial de emissão de gases poluentes desde 1850, de acordo com o *think tank* internacional Carbon Brief<sup>70</sup>. Diferentemente dos demais países que lideram a lista, em que a maior fonte de emissão é proveniente de combustíveis fósseis e do setor industrial e automobilístico, no Brasil ela é resultado do processo de desmatamento, queimadas e outros usos da terra, como agropecuária. O movimento executado pelo governo não é questionado sob esse prisma pelo jornal, que apenas reproduz a justificativa do próprio ministro na atribuição econômica – e positiva – da mudança. Esse sentido de valoração da biodiversidade brasileira segue sendo reforçado quando o texto contempla o Fundo Amazônia como uma das políticas de sucesso, uma vez que ela “rende dinheiro”.

**SD6 – A proteção da floresta, inclusive, rende dinheiro.** Através do **Fundo Amazônia**, o Brasil recebe pagamentos da Noruega e Alemanha, feitos de acordo com a redução do desmatamento.

**SD8 – Da legislação à economia, não faltarão pressões por mais comprometimento com o meio ambiente** do que o prometido em campanha.

**SD9 – Especialistas da área apostam que Bolsonaro vá valorizar as oportunidades econômicas nas agendas ambientais** ao ouvir entidades empresariais.

Temos mais uma vez o reforço de um discurso vinculado à FD reformista e prosaica, que reconhece que a relação da natureza com o homem resume-se ao fato de que os recursos naturais são *inputs* para o sistema social e econômico que atende as necessidades humanas. Conforme aponta Dryzek (2013), o racionalismo econômico, um dos discursos inseridos nesta FD, surgiu a partir do Relatório Brundtland, “Nosso Futuro Comum” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988), com a promoção de instrumentos de mercado como solução política. Nas SDs 8 e 9, o jornal coloca a economia como elemento central para direcionar as decisões políticas ambientais. As outras fontes ouvidas pelo veículo, entre elas especialistas ambientais, aparecem mais adiante no texto. Cabe aqui destacar que tais setores (acadêmicos, especialistas ambientais, entre outros), assim como as organizações ambientalistas, também estão vinculados a uma pluralidade de discursos e visões sobre a

---

<sup>70</sup> Disponível em: <https://www.carbonbrief.org/analysis-which-countries-are-historically-responsible-for-climate-change/>. Acesso em: 30 mai. 2023.

natureza, que ora se aproximam do conceito de ecologia profunda e ora remetem à uma visão antropocêntrica. Capra (2006a) descreve que as correntes de pensamento ligadas à ecologia profunda reconhecem o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe a humanidade como sendo apenas um fio particular ligado à teia da vida, em uma rede de interdependência. Esses discursos se contrapõem a uma visão “antropocêntrica, ou centralizada no ser humano, que os enxerga situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de ‘uso’, à natureza” (CAPRA, 2006a, p.16). Na SD10, o jornal reforça esse sentido instrumental a partir da visão do agronegócio e de ambientalistas, ou especialistas na área ambiental, que enxergam uma valoração monetária e política da natureza.

SD10 – **Atores do agronegócio e ambientalistas** destacam que o **protagonismo brasileiro na defesa do ambiente**, que vem desde a Eco-92, também **importa para as transações comerciais internacionais**.

SD11 – De acordo com o pesquisador, o **agronegócio mais moderno** já sinaliza que a intenção é **aumentar a produtividade**, não o desmatamento. “Mas não existe só o agronegócio moderno no Brasil.”

SD12 – “O país, ao se transformar em uma **economia verde**, vai ter uma **oportunidade internacional de comércio** que será o grande diferencial, principalmente na agricultura. Precisamos parar de ser um país que não tem planejamento.”

Entre as fontes ouvidas pelo veículo estão o cientista brasileiro Carlos Nobre, um dos pesquisadores sobre aquecimento global mais renomados do mundo, que há décadas se dedica ao estudo sobre os impactos climáticos da redução do desmatamento da floresta. A presença de fontes de diferentes setores já havia sido identificada pela análise quantitativa, mas aqui cabe destacar que, para identificar os sentidos ofertados pelo veículo, um olhar aprofundado sobre o texto é importante. De acordo com Loose (2021), a oferta de sentidos se dá não apenas por meio da escolha das fontes, mas sim pelos trechos selecionados para serem reproduzidos, o contexto no qual eles se inserem e a forma como “são hierarquizadas em relação às demais informações também produzem sentidos diferentes” (p.129). Nobre, pesquisador que se colocou abertamente contrário à política ambiental do governo Bolsonaro, reconhece os limites da terra, entende que é necessário zerar o desmatamento e implementar políticas de proteção da biodiversidade para evitar os cenários mais críticos do aquecimento global. Na fala reproduzida pelo jornal (SD11), no entanto, o pesquisador se aproxima da visão utilitarista da natureza ao sinalizar que é possível conciliar crescimento econômico com preservação da natureza, dando ares de modernidade aos setores do agronegócio que desejam aumentar a produtividade utilizando tecnologias menos danosas ao meio ambiente. Na mesma linha, o jornal reproduz uma fala da

pesquisadora Thelma Krug, uma das principais autoras dos mais recentes relatórios sobre aquecimento global produzidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). No trecho publicado, a especialista destaca as oportunidades do país ao se transformar em uma “economia verde” (SD12). O termo Economia Verde, de acordo com Moraes (2015, p.22), surge na esteira do debate sobre desenvolvimento sustentável, posicionando-se como “operadora de um sistema capitalista para uma mudança leve do sistema econômico em direção à uma economia limpa”. São correntes vinculadas à FD reformista e imaginativa que, de acordo com Dryzek (2013, p.15), entendem como imutável o *status quo* econômico-político, mas reconhecem a necessidade de mudanças a partir de métodos imaginativos para “dissolver os conflitos entre valores ambientais e econômicos”. São perspectivas vinculadas ao capitalismo consciente, que defendem uma economia sustentável. Nestes discursos, a palavra modernização é associada à ideia de progresso, no sentido defendido tanto pelos industrialistas quanto por marxistas, social-democratas e liberais, de que a história se move em direção ao avanço do desenvolvimento social. Essa perspectiva mantém o sentido de centralidade do ser humano na natureza e, de acordo com Bursztyn e Bursztyn (2013), surge justamente a partir da proposta de um elo entre a economia (num sentido amplo, envolvendo também a dimensão social) e a ecologia, promovendo a reaproximação entre estes dois campos do saber. Outras vozes, como a dos povos da floresta e de alguns setores ambientalistas que majoritariamente apresentam visões mais vinculadas ao discurso dos limites ecológicos e da necessidade de uma mudança paradigmática, não são contempladas na matéria.

Neste período inicial da gestão Bolsonaro, quando identificamos o primeiro foco de atenção dado ao jornal sobre o desmantelamento dos programas de proteção à Amazônia, há um predomínio de notícias curtas e factuais, relatando o processo de rompimento dos contratos feitos com ONGs para projetos do Fundo Amazônia por causa da suspeita levantada pelo então ministro Salles sobre inconsistências nos gastos desses repasses. A referência ao que é o Fundo, seus potenciais e impactos, não são detalhados nas notícias, que apenas citam o valor arrecadado e o fato de ele financiar 103 projetos, sendo 54 coordenados por ONGs.

É somente em 13 de fevereiro que o jornal publica uma matéria de mais fôlego, intitulada “Ministro do Ambiente aciona CGU para obter contratos de ONGs com Fundo Amazônia” (Anexo B), contextualizando o imbróglio a partir de um pedido de Salles à Controladoria-Geral da União (CGU) para obter documentos sobre o Fundo Amazônia. Nas semanas anteriores, ele havia suspenso novos projetos e parcerias com ONGs ao se dizer insatisfeito com os relatórios apresentados pelo BNDES, administrador do Fundo, e voltado atrás da decisão, sob a condição

de obter novos dados. Nesta matéria, o enfoque centra-se no embate de posições entre o ministro, o banco e os auditores externos. As ONGs não são ouvidas.

SD13 – Desde antes de assumir o ministério, Salles externa posições críticas ao que já denominou "a **indústria das ONGs ecoxiitas**". Sua **opinião é compartilhada pelo presidente Jair Bolsonaro**, que diversas vezes atacou o que chama de "indústria da multa", que, segundo ele, beneficia organizações não governamentais.

Na SD13 identificamos, novamente, o veículo reproduzindo sem contraponto – ao contrário, usando a legitimidade do presidente como reforço – um discurso que se fez presente durante todo o governo, e que foi usado como justificativa para descontinuidade de diversos projetos de proteção ambiental: o fortalecimento de uma visão alinhada à coalizão Desenvolvimentista Tradicional que, de acordo com Capelari et al. (2020), a partir de ideologias conservadoras e liberais, promoveu um desmantelamento da política ambiental e inviabilizou o avanço de parcerias e negociações com a sociedade civil, ignorou a validade de dados científicos e rejeitou a parceria com especialistas nas tomadas de decisões. São sentidos que se aproximam da FD prometeica. Entendemos que um dos elementos mais influentes sobre a construção de um enquadramento está na escolha das fontes de informação e da estrutura narrativa utilizada no texto, e por isso o destaque para o recorrente uso de fontes oficiais vinculadas a uma determinada ideologia, sem que a mesma frequência seja observada na pluralidade de vozes. Enquanto descreve a sequência de reuniões, cobranças e respostas entre o governo e o BNDES, o jornal traz uma contextualização um pouco mais aprofundada, pela primeira vez, sobre o que é o Fundo Amazônia, destacando projetos ligados ao programa sem vinculá-los à uma valoração monetária ou ao seu potencial de atrair investimentos externos.

SD14 – **O Fundo Amazônia financia projetos** do terceiro setor como o Bolsa Floresta+, da Fundação Amazonas Sustentável, que recebeu R\$ 31,5 milhões para **apoiar pequenos empreendimentos** e arranjos produtivos florestais sustentáveis e **capacitar lideranças e associações locais**.

SD 15 – Investiu também R\$ 5,4 milhões no Sementes do Portal, do Instituto Ouro Verde, que **objetiva recuperar ambientalmente 1.200 hectares de áreas degradadas e revalorizar a agricultura familiar** por meio da difusão de sistemas agroflorestais.

Os projetos destacados pelo jornal (SDs 14 e 15), que são usados para demonstrar o potencial do Programa, estão majoritariamente vinculados à proteção da floresta, seja por meio de reflorestamento como pelo empoderamento de lideranças locais e agricultores familiares. Ao citá-los, a FSP demonstra reconhecer relevância de iniciativas cuja finalidade é a proteção

ambiental e não o posterior valor econômico a ela atribuído, mas não oferece ao leitor um aprofundamento sobre os benefícios de tais iniciativas.

O mal-estar que se estabelece entre o governo e o terceiro setor a partir das acusações sobre o uso de recursos da iniciativa resulta, em 11 de abril de 2019, no decreto que viria a extinguir os Comitês que faziam a seleção dos projetos para o Fundo Amazônia (o COFA, composto pelo governo federal, governos estaduais e terceiro setor). Neste período não foi identificado um pico de atenção dado ao tema pelo jornal. Em maio, servidores do BNDES e Ibama fazem protesto contra mudanças no Fundo Amazônia, e o governo se reúne com representantes dos países doadores para tentar chegar a um acordo. É então que, por meio da quantidade de matérias publicadas, localizamos um segundo momento crítico na FSP, majoritariamente com notícias pontuais sobre as tentativas de conciliação entre os países. Uma matéria que traz um pouco mais de contextualização é publicada em 17 de maio, com o título “Ministro aponta problemas e quer rever contratos de ONGs com Fundo Amazônia” (Anexo C). A ênfase é nos argumentos apresentados pelo governo para suspender os contratos com as ONGs e nos contrapontos, apresentados pelo próprio veículo, para deslegitimar as falas do ministro do Meio Ambiente, como fica evidente nas SDS16 e 17.

SD16 – O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, **afirmou ter encontrado problemas em contratos de ONGs** com o Fundo Amazônia e querer mudanças na escolha dos projetos beneficiados. **A afirmação, contudo, vem a partir da análise de apenas ¼ dos contratos do fundo.**

SD17 – No ano passado, o TCU (Tribunal de Contas da União) realizou uma auditoria no fundo e concluiu que, "de maneira geral, **os recursos do Fundo Amazônia estão sendo utilizados de maneira adequada** e contribuindo para os objetivos para o qual foi instituído."

O reforço à desconfiança sobre os benefícios do Projeto, no entanto, segue sendo reproduzido pelo jornal a partir dos posicionamentos de Salles (SD18). Ao questionar as ferramentas de mensuração de impacto, assim como questionou os dados de monitoramento de desmatamento produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), reitera um discurso que deslegitima a ciência, fortemente vinculado à FD prometeica.

SD18 – Salles reconhece o impacto de alguns projetos, mas diz que a **diminuição do desmatamento** associado ao fundo é uma "questão interpretativa", **sem comprovação**. O ministro diz querer melhores ferramentas de mensuração de impacto.

Essa visão é, ao longo de todo o texto, relativizada pelo jornal, que aponta dados consistentes sobre o sucesso do programa, reproduz trechos do relatório do TCU que indicam a “produção de resultados efetivos para as comunidades beneficiadas”, além de colocar, ao final, o posicionamento das próprias organizações do terceiro setor, que repudiaram as colocações do ministro. Neste período, não há mais matérias amplas sobre o tema, apenas notícias pontuais indicando o insucesso nas tentativas de negociações entre os mandatários.

A principal consequência da paralisação do Fundo reconhecida pelo veículo é a crise diplomática que se estabelece entre Brasil e os países doadores, o que fica explicitado no terceiro pico de atenção, entre os meses de julho, agosto e setembro de 2019. Dentre as várias notícias curtas sobre o tema, em 15 de agosto uma matéria mais extensa, intitulada “Noruega irá bloquear verba para o Fundo Amazônia” (Anexo D), aponta a decisão do governo norueguês de suspender os repasses para o Projeto pelo desmantelamento do modelo de governança do COFA, logo após a Alemanha também anunciar que suspenderia parte do financiamento de proteção ambiental para o Brasil.

SD19 – Segundo Eggen, a **imagem do Brasil na Europa sofreu grande piora** nas últimas semanas por causa do **aumento no desmatamento na Amazônia**. Ele afirma que a **má imagem** de Bolsonaro já chegou **até as empresas**. “Eles precisam de um governo previsível e também começam a se preocupar.”

SD 22 – Também há preocupação por parte do **presidente francês**, Emmanuel Macron, que colocou a **permanência do Brasil no Acordo de Paris como condição para concretização de acordos comerciais**.

As SDs 19 e 22, que trazem os posicionamentos dos governos norueguês e francês, reforçam a visão instrumentalista da natureza ao apontarem como consequência da destruição da floresta o rompimento de acordos comerciais entre os países. Ao relatar que a má imagem de Bolsonaro na Noruega chegou “até” as empresas, utiliza esse recurso para reforçar os aspectos negativos (economicamente) desta política. A escolha em reproduzir essa fala pelo jornal também reforça a posição ideológica do veículo. De acordo com Loose (2021), a ideologia é transversal ao discurso e todo processo de construção discursiva – “desde a escolha do tópico, a descrição dos atores e a seleção de suas falas, até a conformação do texto – é transpassado pela ideologia” (p.116). Neste caso, são posições vinculadas a uma ideologia antropocêntrica, e pela forma como colocam as “soluções para a crise” ambiental dentro de perspectivas meramente econômicas e sem questionar as hierarquias de poder, estão especificamente vinculadas à FD reformista prosaica. Dryzek (2013) destaca que os discursos que compartilham essa visão reconhecem os problemas ecológicos, mas os entendem como

tratáveis dentro da estrutura básica da economia política da sociedade industrial. O enredo básico é o da resolução de problemas, em vez da luta heroica (contra a crise climática, por exemplo) ou de uma reflexão mais aprofundada sobre as consequências amplas da crise ambiental. As posições do presidente brasileiro também são pontuadas pelo jornal, conforme as SDs 20 e 21:

SD20 – O governo Jair Bolsonaro (PSL) tem criticado a divulgação dos **dados de desmate** e afirmado que eles **podem prejudicar acordos comerciais**.

SD21 – Ao questionar os dados do desmatamento, Bolsonaro chegou a afirmar que Ricardo Galvão, então **diretor do Inpe**, poderia estar a "serviço de alguma ONG". Galvão se defendeu e fez a defesa da acurácia das informações de desmate. O governo vem falando ainda em **sensacionalismo na divulgação dos dados e prejuízo da imagem internacional do Brasil**.

Enquanto as marcas da SD20 reforçam como principal consequência do desmonte das políticas ambientais acordos comerciais, reforçado um sentido de valorização da natureza semelhante ao apresentado nas SDs 19 e 22, a SD21 traz novamente marcas do discurso vinculado à FD prometeica, cujo ceticismo científico se faz presente e permeia toda sua construção. Ao sugerir que dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre desmatamento seriam sensacionalistas, o mandatário questiona a veracidade e acurácia dos mesmos, o que é rebatido pelo então diretor do Inpe, Ricardo Galvão. O jornal apresenta o contraponto de Galvão e contextualiza que o especialista foi exonerado do cargo devido ao “constante questionamento dos dados de desmatamento”.

Na análise dos dois primeiros anos de governo, identificamos que é neste período de tensão diplomática – julho, agosto e setembro de 2019 – que há um maior número de matérias amplas sobre os dois atos de desmonte. Em 22 de agosto, com o título “Salles quer criar força-tarefa com mineradoras e ONGs para a Amazônia” (Anexo E), a publicação detalha um projeto do governo Bolsonaro que seria criado em resposta às acusações e ao contingenciamento de recursos dos países doadores do Fundo Amazônia. O texto detalha o plano de Ricardo Salles de criar uma força-tarefa “Pró-Amazônia”, contando com diferentes setores do governo, organizações do terceiro setor, madeireiras e mineradoras. Tal iniciativa buscaria combater o crescente desmatamento, e o jornal apresenta o projeto como uma novidade, sem contextualizar que ele ocorre na esteira do desmonte de outras iniciativas que há décadas apresentavam resultados satisfatórios na redução das taxas de destruição, e que não contavam com a participação de setores empresariais – como madeireiras e mineradoras, cujo interesse comercial é claro (SD23).

SD23 – Além de entidades do terceiro setor ligadas à **preservação da Amazônia**, a força-tarefa incluirá empresas e associações com **interesses econômicos na região, como madeireiras e mineradoras**.

SD24 – O objetivo, disse o ministro Ricardo Salles ao UOL, é “olhar a questão do desmatamento da Amazônia como um todo, em todas as frentes, e **transformar em realidade a história de que floresta em pé vale mais do que floresta deitada**”.

Na SD24, o jornal expõe uma fala de Salles para justificar o novo projeto, a partir da concepção de que o valor da floresta em pé está no seu potencial mercadológico. Aqui, é importante destacar que as ações do governo Bolsonaro foram, em sua maioria, guiadas por uma ideologia fortemente vinculada à FD prometeica, a partir da negação da ciência e promoção do enfraquecimento das políticas ambientais. No entanto, nos discursos oficiais constantemente reproduzidos pelos jornais hegemônicos, identificamos que as falas dos mandatários em muitos momentos se aproximavam das FDs reformistas ao reconhecer a problemática ambiental e propor soluções dentro do sistema capitalista, e que tal estratégia foi utilizada pelo governo por conveniência, ou seja, como forma de dialogar com outros países e convencê-los de um ilusório cenário de avanços nas políticas ambientais.

O enfoque do texto é na justificativa do governo para a criação desta nova força-tarefa, que, segundo o jornal, estaria relacionada à crescente “deterioração da imagem preservacionista do Brasil no exterior”, causada pelas altas taxas de desmatamento. Mais uma vez, governos de outros países são colocados como protagonistas na busca por mecanismos mais eficientes de proteção da floresta. As ações de ONGs, protestos de indígenas e outras frentes diretamente afetadas pela política não aparecem como agentes com voz para uma mudança. No detalhamento sobre as três frentes do novo projeto, o destaque é para soluções a partir do desenvolvimento econômico da floresta:

SD25 – A primeira buscará soluções para **desenvolver economicamente a Amazônia Legal**, onde residem 20 milhões de pessoas. A segunda vai adicionar um **novo sistema de monitoramento e controle do desmatamento** aos já existentes, fornecidos pelo Inpe. A terceira **reforçará as operações de fiscalização para coibir e punir as atividades ilegais** que causam dano à floresta.

SD26 – Para o ministro, a **pressão para destruir a Floresta Amazônica ilegalmente persistirá enquanto não houver alternativa econômica para explorar suas riquezas de forma sustentável**, protegendo o bioma e dando emprego à população da região.

SD27 – “Precisamos ter um **foco grande na participação do setor privado na bioeconomia da floresta** e, para isso, necessitamos que as empresas nos digam por que não investem na Amazônia”, diz Salles.

SD28 – Ele dá o exemplo das indústrias farmacêutica e de cosméticos, que poderiam **montar na região laboratórios dedicados a pesquisar intensamente a biodiversidade amazônica para o desenvolvimento de produtos.**

SD29 – Como parâmetro do que precisa ser feito, Salles cita o conceito de “Amazônia 4.0”, elaborado por Carlos Nobre, pesquisador do Inpe, e que consiste em **aproveitar o potencial econômico da Amazônia com tecnologia** e sem desmatamento.

As marcas destacadas nas SDs 25 a 29 mostram claramente o reforço da visão da floresta como recurso a serviço do homem – ou melhor, a serviço do sistema capitalista. Termos como “riqueza” e “bioeconomia” são usados dentro de um contexto que justificaria proteger a Amazônia, uma vez que isso resultaria em lucro e desenvolvimento. Olivieri (2009) destaca que a ideia de integrar qualidade/proteção ambiental com o crescimento econômico por meio da industrialização e da tecnologia, discurso que ganhou força vinculado à ideia de desenvolvimento sustentável, é apenas uma nova forma de atribuir uma valoração econômica e utilitarista da natureza, o que aqui aparece vinculado à FD reformista imaginativa. Como estratégia para legitimar o projeto proposto pelo governo, o jornal cita o pesquisador Carlos Nobre – que se posicionou contundentemente contra as ações de Bolsonaro e seus ministros durante os quatro anos de governo – a partir da ideia de que esse projeto de Salles se alinharia a uma proposta desenvolvida por Nobre para reduzir as taxas de desmatamento. A matéria explica ainda que Salles propõe um investimento alto na compra de novos satélites para monitorar o desmatamento, o que ocorre após sistemáticas acusações de que o Inpe, há décadas o principal instituto científico que faz avaliações sobre os usos das terras amazônicas, estaria manipulando os dados, ou seja, atuando de forma partidária para desacreditar o governo. Não é apresentado um contraponto de servidores do Inpe, nem do Imazon, outro sistema de monitoramento – este gerido por uma ONG –, cujos dados também são contestados na matéria pelo ministro do Meio Ambiente. Há uma menção, como forma de contrapor o argumento oficial, que ambos os sistemas de monitoramento apontam de maneira inequívoca que o ritmo da devastação da floresta segue aumentando. O jornal, ao expor o novo projeto do governo, contextualiza que ele se assemelha aos então existentes PPCDAm e Fundo Amazônia, e afirma que “representantes de organizações ambientalistas reclamam que Salles não está dando continuidade ao PPCDAm”. Neste trecho, é importante ressaltar o uso do “reclamam” para se

referir à contestação de organizações do terceiro setor, verbo associado ao campo semântico da militância, e não com efeito de neutralidade como “advertem”, “alertam”, “pontuam”.

SD30 – Salles atribui a **polêmica em torno do Fundo Amazônia** à sua preocupação com a **falta de participação da iniciativa privada** nas soluções para a preservação da floresta.

SD31 – Segundo ele, diversas ações bancadas com o dinheiro do fundo não estavam tendo resultados e **serviam apenas para transferir dinheiro para organizações ambientalistas**.

A dúvida sobre a idoneidade na atuação de organizações do terceiro setor, que havia sido difundida pelo governo desde os primeiros dias de mandato e foi usada como argumento para paralisar o Fundo Amazônia, é novamente trazida nesta matéria, quando o jornal reproduz a acusação do ministro de que o Projeto estaria sendo usado para “transferir dinheiro para as organizações ambientalistas”. Em janeiro, quando das primeiras acusações, o Tribunal de Contas da União (TCU) já havia comprovado a regularidade no uso dos recursos. Esse contraponto não é trazido nesta matéria, assim como não há um posicionamento das entidades diretamente acusadas. Ainda, o ministro atribui um potencial futuro sucesso do seu novo projeto “à participação da iniciativa privada”, cuja premissa é muito mais vinculada à exploração dos recursos naturais para crescimento econômico do que à proteção da floresta como fim.

No dia seguinte, em 23 de agosto, uma nova matéria mais longa e contextualizada é publicada, cujo foco é a preocupação de empresas e do agronegócio com a polêmica ambiental da Amazônia, que se instaurou a partir das trocas de ofensas entre governos com a suspensão dos repasses do Fundo Amazônia. Com o título “Empresas e agronegócio reagem com temor diante da polêmica ambiental na Amazônia” (Anexo F), a publicação destaca a preocupação sobre os potenciais danos econômicos que os setores podem sofrer por causa das políticas antiambientais de Bolsonaro.

SD32 – A coleção de imagens de desmatamentos e queimadas, além de declarações e atos polêmicos do presidente Jair Bolsonaro e seus ministros, **minaram a imagem do Brasil no exterior e levam a grandes empresas e associações de agronegócio do país a reagirem**.

SD35 – Presidente da associação Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), que congrega empresas da área de papel e celulose, o ex-governador Paulo Hartung também reforçou o **temor de fechamento de mercados e desvalorização dos produtos brasileiros no exterior** pelo discurso do atual governo.

SD36 – "Assim como outros empresários já citaram, há anos o **Brasil vem construindo uma imagem internacional de conservação** com produção e não podemos jogar fora esse trabalho. Vai **custar caro ao Brasil** reconquistar a confiança de alguns mercados internacionais."

Nas SDs 32, 35 e 36, há um reforço sobre o protagonismo de determinados atores – dos setores político e econômico – nas discussões sobre as consequências do desmonte das políticas ambientais, e novamente um silenciamento de outros que são diretamente afetados. Esse silenciamento de vozes que possuem majoritariamente uma visão que desafia o *status quo*, atribuindo à natureza valores outros que não aqueles vinculados ao capitalismo, contribui para o reforço de discursos outros que, ao se fazerem reiteradamente presentes, moldam a realidade do acontecimento. De acordo com Orlandi (2005), o estabelecimento de determinadas visões se configura também pelo lugar que outras ocupam, sendo esse um “lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido” (p. 83).

SD33 – O presidente da Eurochambers (Associação das Câmaras de Comércio e Indústria Europeias), Christoph Leidl, disse em nota à imprensa nesta sexta-feira (23) que a **mudança climática é algo real** e que os **líderes globais devem se comprometer com uma abordagem forte** para reduzir seu impacto.

SD34 – Já a Câmara de Comércio Brasil-Alemanha em São Paulo afirmou que a solução para **o problema da Amazônia deve ser encontrada da mesma forma que se chegou a um acordo de livre-comércio entre as regiões**.

Assim como o enquadramento do problema se dá pelo viés econômico, as soluções oferecidas pelo jornal, a partir das fontes ouvidas, também são propostas dentro desta perspectiva, o que fica evidente pelas SDS 33 e 34. Não há uma negação da problemática – pelo contrário, os setores ouvidos se posicionam contra as ações do governo – mas o enfoque sobre suas causas, consequências e soluções se dão dentro de uma mesma visão fortemente vinculada às FDs reformistas, o que fica evidente na sequência da matéria, quando são ouvidos representantes do agro e da indústria madeireira, que se posicionam como um setor “conhecido pelas boas práticas” com o meio ambiente.

SD37 – "Assim como outros empresários já citaram, há anos o Brasil vem construindo uma imagem internacional de conservação com produção e não podemos jogar fora esse trabalho. **Vai custar caro ao Brasil reconquistar a confiança de alguns mercados internacionais.**"

SD38 – Ex-ministro da Agricultura e um dos maiores empresários do agronegócio do país, Blairo Maggi diz que ao longo dos anos a **produção brasileira foi construindo uma confiança** e ganhou terreno por mostrar que a **grande produção é sustentável no país**.

SD39 – Cid Sanches, representante no Brasil da Certificadora RTRS, associação formada pelos integrantes da **cadeia da soja**, corrobora a avaliação. "Você está falando em conferências sobre certificação e aí vem essas notícias. Com o governo soltando essas pérolas, pode **perder essas oportunidades de negócios**", defendeu.

As SDs 37 a 39 exemplificam o posicionamento de setores que defendem que as medidas tomadas ao longo dos últimos anos para reduzir os impactos ambientais da agropecuária e da indústria madeireira foram positivos. De acordo com os especialistas ouvidos, ambos setores vêm ganhando reconhecimento internacional ao longo dos anos pelas iniciativas de proteção à floresta. No entanto, o relatório *Illicit Harvest, Complicit Goods: the state of illegal deforestation for agriculture*<sup>71</sup>, publicado em 2021 pela organização não governamental Forest Trends, aponta que, entre 2013 e 2019, o Brasil perdeu mais de 20 milhões de hectares de cobertura florestal, o que corresponde a mais de um quarto de toda a perda florestal em todos os trópicos, e que o principal impulsionador foi a agricultura comercial, responsável por 88% dessa supressão no país. Dado semelhante foi mostrado também no estudo *Disentangling the numbers behind agriculture-driven tropical deforestation*<sup>72</sup>, publicado em 2022 na revista Science, que constatou que entre 90% e 99% do desmatamento que ocorre nos trópicos é causado direta ou indiretamente pela agricultura, sendo mais da metade ligado a pastagens, soja e produção de óleo de palma (dendê). Ainda, de acordo com levantamento divulgado em 2020 pelo Mapbiomas<sup>73</sup> – projeto que envolve ONGs, universidades e empresas de tecnologia – o uso da terra para a agropecuária foi responsável por 90% da perda de vegetação natural do Brasil entre os anos 1985 e 2019. Nenhuma referência a esses e/ou outros dados sobre a relação entre o agronegócio brasileiro e o desmatamento da Amazônia é apresentada pelo veículo, ou seja, é reforçada a visão de que tais setores seriam reconhecidos pelas boas práticas em anos recentes, sem oferecer ao leitor fatos que contraponham esse recorte da realidade do fato.

SD40 – "O governo brasileiro está dando tiro pé, está dando bala para o adversário. O **européu é muito ligado nesta questão ambiental**. No mundo real, fake ou fato, **é o consumidor que temos que atender**", diz, lembrando que a União Europeia é o segundo comprador de produtos alimentares do Brasil, perdendo apenas para a China.

SD41 – A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou nesta sexta-feira que as **notícias sobre as repercussões das queimadas na Amazônia preocupam, mas que o agronegócio não pode ser responsabilizado**.

<sup>71</sup> Disponível em: <https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2021/05/Illicit-Harvest-Complicit-Goods.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2022.

<sup>72</sup> Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36074840/>. Acesso em 15 jan. 2023.

<sup>73</sup> Disponível em: <https://mapbiomas.org/o-brasil-perdeu-area-de-vegetacao-nativa-equivalente-a-10-do-territorio-nacional-entre-1985-e-2019-1>. Acesso em: 22 mai. 2022.

Outra fonte ouvida pelo jornal, que também se posiciona de forma crítica às iniciativas do governo (SD40), é a senadora Kátia Abreu (PDT-TO), ex-ministra da Agricultura e ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). A senadora se alinha à visão das demais fontes ouvidas na matéria, que apontam como principal consequência do aumento nas taxas de desmatamento a dificuldade de acordos comerciais com outros países. Para Abreu, essa seria a consequência mais grave, afinal, “é o consumidor que temos que atender”. Ainda, o jornal coloca o posicionamento da então ministra da Agricultura, Tereza Cristina (SD41), que reforça o discurso majoritariamente presente no texto, ao afirmar que “o agronegócio não pode ser responsabilizado” pelo aumento do desmatamento no país.

SD42 - Já Maggi diz que a ideia de que "**o mundo precisa do Brasil**", usada muitas vezes pelos **produtores**, pode ser equivocada. (...) "Nós nos enganamos muito com isso. O mundo não depende da gente, nós conseguimos espaço porque somos competentes, temos preço competitivo. No mundo existem outras regiões com as mesmas condições e que não são tão competitivas hoje, mas isso pode mudar", defende.

A visão utilitarista da natureza a partir de seu valor comercial é reforçada, mais uma vez, pela fala do empresário do agronegócio Blairo Maggi (SD42). Ao comentar sobre a ideia de que o mundo dependeria do Brasil pela sua capacidade de fornecimento de produtos retirados da fauna e da flora, como madeira, carne e soja, exclui o potencial da floresta de regular o ciclo de chuvas, contribuir para a manutenção da biodiversidade e exercer um papel central no combate às mudanças climáticas. Mais uma vez, os sentidos ofertados ao longo deste texto estão vinculados à FD reformista e prosaica, que não considera uma perspectiva ampla da crise ambiental, defendendo que alguns ajustes seriam suficientes para resolver problemas complexos.

Dois dias depois, em 25 de agosto, uma nova matéria mais extensa sobre as consequências da paralisação do Fundo Amazônia é publicada, desta vez com um enfoque mais abrangente, apontando (novamente) prejuízos econômicos, mas também destacando a paralisação de outros projetos de proteção à floresta e seus povos. Intitulado “Após Fundo Amazônia, país pode perder bilhões sem ação ambiental” (Anexo G), o texto começa reforçando as perdas monetárias, conforme fica explicitado nas SDs 43 e 44.

SD43 – **A presença de floresta gera captação de água e regulação de clima local** que, uma vez perdidos, **têm impacto direto na agropecuária**, inclusive em biomas fora da Amazônia.

SD44 – Segundo ele, **o aquecimento global deve trazer perdas de produtividade em culturas como feijão e milho**, o que qualificaria o país a acessar recursos internacionais de compensação – desde que demonstre avanço na redução de emissões por desmate.

É possível identificar, nessas marcas discursivas, uma filiação à FD reformista e prosaica, uma vez que o enfoque das consequências da crise ambiental que se instaurava no país foram diretamente relacionadas à forma com que afetavam o desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, as marcas mostram um entendimento de que a solução para a crise ambiental, ou seja, a forma de manter “a floresta em pé”, passa diretamente por investimentos financeiros. Diferentemente dos reformistas imaginativos, aqueles vinculados à perspectiva prosaica não consideram soluções que partem de novas formas de enfrentar os problemas – a partir, por exemplo, da cooperação entre populações locais e governos – nem contemplam questões sociais dentro da problemática. A solução é sempre apontada dentro do sistema de hierarquia e poder já estabelecido, onde governos, mercados e “especialistas” detém o poder. De acordo com Dryzek (2013), nesta perspectiva, “os problemas ambientais são sérios o suficiente para merecer atenção, mas não o suficiente para exigir mudanças fundamentais na forma como a sociedade está organizada” (p.89).

Nesse mesmo período em que a matéria foi publicada, dados do Inpe mostravam que as queimadas no bioma haviam aumentado 196% em relação ao mesmo mês do ano passado, chegando a 30.901 focos ativos. Tal dado não é mencionado no texto, ou seja, a relação entre o aumento da degradação e a paralisação do mecanismo “reconhecido como a principal iniciativa do Governo Brasileiro no que tange à Redução de Emissão de Gases do Efeito Estufa por Desflorestamento e Degradação (REDD+)” (LEMOS e SILVA, 2011, p.105) não é estabelecida. O jornal apenas afirma que “a verba no Fundo Amazônia tinha diversas destinações, inclusive o combate aos crescentes incêndios na Amazônia que desembocam na atual crise política e ambiental”. A valoração do meio ambiente sob o viés econômico fica evidente também nas marcas das SD45 e SD46, que novamente entende como principais benefícios da floresta preservada a manutenção de práticas que geram lucro, como a agropecuária.

SD45 – **A presença de floresta** gera captação de água e regulação de clima local que, uma vez perdidos, **têm impacto direto na agropecuária**, inclusive em biomas fora da Amazônia.

SD46 – Segundo ele, **o aquecimento global deve trazer perdas de produtividade em culturas como feijão e milho**, o que qualificaria o país a

acessar recursos internacionais de compensação – desde que demonstre avanço na redução de emissões por desmate.

A SD45 se refere à visão de Carlos Eduardo Young, economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma das fontes ouvidas na matéria. A escolha por um especialista deste campo do conhecimento em uma matéria que se propõe a analisar os impactos do congelamento do Fundo reforça o viés do “racionalismo econômico”, discurso vinculado à FD reformista prosaica. Além dele, a matéria traz as visões do então ministro do meio ambiente Ricardo Salles, que critica a atuação de ONGs sem que essas tenham um espaço de contraponto, e da economista Ana Toni, diretora-executiva do Instituto Clima e Sociedade (ICS), organização que atua captando recursos para projetos socioambientais no Brasil. Apesar de ser a única voz relacionada ao terceiro setor na matéria, as falas da especialista escolhidas no texto também estão relacionadas com a monetização da floresta.

SD47 – Segundo Ana Toni, um dos problemas da atual gestão ambiental do Brasil é **pensar que a preservação de floresta é cara e não ver a economia ambiental de forma integrada**, nem no contexto do Acordo do clima de Paris.

SD48 – “Se você souber o custo, você tem como pensar na **proteção da Amazônia como um *business plan* para negociar** com mecanismos multilaterais e bilaterais os recursos para cobrir esse custo.”

É possível identificar também, nas SDs 49 e 50, marcas que defendem ser possível conciliar economia, sociedade e natureza, porém a partir de uma perspectiva que considera mudanças importantes, como a produção de energia a partir de fontes renováveis.

SD49 – Segundo Young, **altos índices de desmatamento** (que resultam em emissão de CO<sup>2</sup>) **podem solapar** também a ambição do Brasil de **exportar etanol para a Europa**, que vê nos **biocombustíveis uma saída para cortar o consumo de combustíveis fósseis**, algo que o Acordo de Paris exige.

SD50 – O Acre teve aprovado em 2010 um projeto de R\$ 57 milhões para **incentivar financeiramente práticas sustentáveis**, como manejo florestal de produtos relacionados à madeira e reflorestamento de áreas degradadas.

Tais marcas estão diretamente relacionadas à FD reformista imaginativa, que promove um discurso sobre a sustentabilidade a partir da visão de que o crescimento econômico é fundamental, principalmente para os países mais pobres, porém o mesmo pode ser trilhado a partir de um caminho que não esgote os recursos ambientais. Uma reflexão sobre os impactos destas práticas sustentáveis, no entanto, não é trazida, assim como não há um questionamento

mais aprofundado e crítico sobre o impacto ambiental da lógica do sistema capitalista vigente. Ambas FDs identificadas nas marcas do texto, ainda que tragam algumas visões conflitantes, estão diretamente vinculadas à uma perspectiva antropocêntrica, uma vez que, de acordo com Corbett (2006), asseguram a visibilidade dos discursos ambientais hegemônicos (perpetuando a supremacia do homem sobre o mundo natural). Ainda nesta matéria, a FSP destaca, no entanto, alguns projetos também beneficiados pelo Fundo Amazônia que não estão diretamente relacionados à exploração da natureza. Além de pontuar que parte do Programa é destinado aos órgãos responsáveis pela proteção da floresta, cita projetos como a Operação Awá, na terra indígena Araribóia, que “usou verbas do fundo e auxiliou na proteção de áreas de tribos isoladas”, o projeto da “ONG Centro de Trabalho Indigenista visa exatamente a proteção de povos indígenas isolados” e um projeto de “pesquisa de 20 referências não confirmadas de índios isolados na Amazônia, além de melhorias na interlocução com indígenas e populações que vivem no entorno de povos isolados”. Não são ouvidos integrantes dos projetos sobre os benefícios de tais iniciativas.

Já no dia seguinte, uma nova matéria mais ampla sobre as consequências do desmonte das políticas ambientais é publicada, desta vez com um enfoque nos danos causados à floresta e aos mecanismos de proteção dos biomas (SD51). “Decisões da gestão Bolsonaro fragilizam controle ambiental” (Anexo H), publicada em 26 de agosto, descreve uma série de medidas adotadas pelo governo desde o início da gestão – como a exoneração de superintendentes do Ibama, anulação de multas ambientais, alteração do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), paralisação do Fundo Amazônia e contingenciamento de repasses a programas de fiscalização e combate à incêndios florestais.

SD51 – Decisões tomadas pelo governo Bolsonaro **fragilizaram as políticas de controle ambiental no país e podem ter contribuído para o aumento do desmate** registrado pelos alertas do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) nos últimos meses.

Há uma relação estabelecida, ainda que na condicional – “pode ter contribuído” –, entre as ações do governo e o aumento nas taxas de desmatamento, além de um detalhamento maior sobre as consequências pontuais de cada ação descrita na matéria (valor de contingenciamentos de repasses a mecanismos de proteção, afastamento de servidores, demissões, entre outros). O jornal destaca, no entanto, que a pressão para reverter esse cenário – e que teria potencial de promover mudanças – vem de governos de outros países e entidades comerciais.

SD52 – Diante da repercussão internacional **das queimadas na Amazônia e ameaça de cancelamento do acordo comercial com a União Europeia**, Salles e Bolsonaro agora **se esforçam para preservar o agronegócio**, dizendo que o setor não tem ligação com ações criminosas.

Neste mesmo período, indígenas se mobilizavam<sup>74</sup> para denunciar publicamente o aumento de invasões a suas terras, a morte de membros de suas comunidades, a contaminação das terras e a perda da biodiversidade. Esses eventos são silenciados, reforçando o protagonismo de outros setores no acontecimento. Apresenta-se, assim, o reforço de sentidos vinculados a uma ideologia antropocêntrica, uma vez que, de acordo com Orlandi (2007), o silêncio significa pela iminência do sentido e pela incompletude da linguagem, na relação que o “dizer” comporta com o “não dizer”, ou seja, o sentido não é dado, não está disponível de forma transparente, uma vez que a linguagem é opaca e a “significação é um movimento” (ORLANDI, 2007, p. 33).

Ainda neste período de pico de atenção ao assunto, em 4 de setembro a FSP publica uma última matéria com uma visão abrangente sobre os projetos do Fundo Amazônia, em que inicia trazendo os benefícios econômicos da “floresta em pé”, para depois apresentar outros projetos que propõem uma concepção diferente sobre o valor da conservação. Com o título “Projetos dependem da floresta em pé para gerar lucro na Amazônia” (Anexo I), o texto inicia:

SD53 – A **biodiversidade da Amazônia** pode ser a resposta para a sua própria **conservação, através da economia baseada em produtos** como o açaí, a castanha, o óleo de pau-rosa, a borracha e outros itens que não dependem da derrubada da floresta para se desenvolverem —pelo contrário, **precisam dela em pé**.

SD54 – À Folha, o ministro disse que é **preciso envolver o setor privado** na avaliação dos projetos. “Ninguém se preocupa em estudar a **viabilidade econômica e incluir a perspectiva de lucro**. Daí se tirar o subsídio, o projeto morre.”

SD55 – **O pau-rosa é valorizado pela extração de seu óleo**, cujo aroma é usado por grandes perfumarias. “Com esses **produtos, a floresta passa a valer cada vez mais**”, afirma Koury.

Nos exemplos trazidos pelo jornal e evidenciados nas marcas das SDs 53 a 55, há uma oferta de sentido para o leitor sobre o valor da proteção ambiental pela capacidade de sua biodiversidade ser transformada em produto, o que vai ao encontro da fala do ministro Ricardo

---

<sup>74</sup> Disponível em: <https://projetcollabora.com.br/ods15/lider-yanomami-pede-uniao-de-povos-contr-a-extracao-de-niobio-na-amazonia/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

Salles repetida diversas vezes e reproduzida pelo veículo. A FSP afirma que a “bioeconomia tem sido defendida pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, como estratégia de proteção ambiental”, em uma perspectiva, conforme as marcas selecionadas nas SDs acima, mais uma vez fortemente ligadas à FD reformista e prosaica, que se materializa na estratégia de manejo dos recursos naturais, ou seja, a exploração racional da biodiversidade, a serviço de interesses industriais e não segundo preocupações com conservação e poluição (DRYZEK, 2013).

A SD55 traz o exemplo de um aplicativo desenvolvido pela ONG Idesan para rastreamento de produtos oriundos de negócios encabeçados pelas comunidades da floresta. Na fala do diretor técnico do instituto, há uma repetição do reconhecimento da biodiversidade amazônica pelo seu valor para grandes cadeias comerciais. Seguindo nos exemplos trazidos pela matéria, no entanto, encontramos alguns deslizamentos de sentidos (SD56), como na fala de Marcelo Salazar, coordenador do programa Xingu do Instituto Socioambiental (ISA), outra organização beneficiada pelo Fundo Amazônia. O texto destaca que tal projeto, focado em estratégias para manter as comunidades na floresta, ainda que seja calcado no desenvolvimento econômico de tais comunidades, traz benefícios que vão além:

SD56 – “Uma **terra indígena**, por exemplo, **é direito daquela população, seja economicamente produtiva ou não**. Hoje, onde tem população tradicional é onde tem floresta”, diz.

Na fala de Salazar, encontramos esse deslizamento de sentido, identificado pela Análise de Discurso como uma ruptura, ou seja, a emergência do diferente, daquilo que é pré-construído a partir da multiplicidade de sentidos no discurso. Ao valorar o território e os indígenas pelo seu direito intrínseco de existir, independentemente de como/se ele se insere na lógica capitalista, a fonte ouvida – assim como o trecho selecionado para entrar na matéria – promove esse deslocamento, que se aproxima de uma filiação à FD radical e imaginativa, mais especificamente ao discurso da Ecologia Profunda. Não há um aprofundamento sobre o projeto e nem sobre a visão das comunidades envolvidas.

Nos meses seguintes, a FSP publica algumas matérias – em sua maioria notícias curtas – relacionando o aumento nas taxas de desmatamento com a paralisação dos programas de proteção dos biomas e com os novos mal-estares entre governos. Em 28 de novembro de 2019, quando o PPCDAm é oficialmente paralisado por decreto, não há nenhuma menção sobre o tema no jornal. O novo pico de atenção ocorre somente em julho e agosto de 2020, quando o governo realiza algumas mudanças internas na pasta ambiental para tentar amenizar a imagem do país no Exterior. Ricardo Salles é afastado da gestão do Fundo Amazônia, que passa a ser

gerido pelo então vice-presidente Hamilton Mourão. Em 9 de julho de 2020, uma publicação de mais fôlego, intitulada “Com avanço do desmatamento, Mourão ouve cobrança de estrangeiros por resultado” (Anexo J), detalha alguns dos movimentos do vice-presidente para retomar repasses de outros países à proteção da Amazônia. O foco da matéria é na cobrança de gestores de fundo de investimento internacionais, entre eles do Fundo Amazônia, no aumento do desmatamento e em como isso pode prejudicar os acordos econômicos entre os países.

SD57 – A manifestação desses fundos, que juntos administram cerca de US\$ 4,1 trilhões (R\$ 21,6 trilhões), preocupou o Palácio do Planalto, que passou a **temer uma fuga de investimentos com a deterioração da imagem internacional do país.**

Mais uma vez, o enquadramento da matéria está nas desavenças diplomáticas entre países devido à paralisação dos mecanismos de proteção da floresta e em como isso impacta economicamente o Brasil e outras nações que possuem acordos comerciais com o país. A motivação para a busca de soluções é calcada nos possíveis danos econômicos, a partir de um viés fortemente ligado à visão utilitarista da natureza. A FSP reproduz alguns trechos de uma nota publicada pelo fundo de pensão norueguês Storebrand (Noruega era o principal doador do Fundo Amazônia), em que estabelecem uma relação entre o desmatamento e o agravamento da crise ambiental, porém também aos riscos financeiros que esse processo implica, conforme as marcas destacadas nas SDs 58 e 59.

SD58 – Após a teleconferência, o fundo de pensão norueguês Storebrand, que age como porta-voz do grupo, divulgou nota. No texto, afirma que as **florestas tropicais têm papel crucial no combate às mudanças climáticas e na proteção da biodiversidade e de ecossistemas.**

SD59 – “Nós vamos continuar a monitorar os acontecimentos no Brasil para medir nossa exposição aos **riscos financeiros provenientes do desmatamento**”, afirmavam o fundo na nota.

O jornal divulga, também, as posições oficiais do governo brasileiro, tanto pela reprodução de uma fala do vice-presidente como por trecho de nota oficial, apontando os encaminhamentos após a reunião.

SD60 – “A ideia é que gente vá, pouco a pouco, para usar uma expressão gaúcha, arrinconando os que cometem ilegalidades, para que a gente chegue a um **número de desmatamento que seja aceitável**”, afirmou Mourão.

SD61 – À noite, a Secretaria-Geral da Presidência da República informou em nota que o “Diário Oficial da União” desta sexta-feira (9) trará um decreto que prorroga até 6 de novembro a operação Verde Brasil 2, que emprega Forças

Armadas na GLO (Garantida da Lei e da Ordem) na Amazônia Legal, para a **realização de ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais**, direcionada ao desmatamento ilegal, além do combate a focos de incêndio.

Na fala de Mourão (SD60) sobre chegar a um “número de desmatamento que seja aceitável” como uma solução para não prejudicar acordos comerciais, subentende-se que o “aceitável” é aquele desmatamento aceito pelos países que possuem esses acordos com o Brasil. Ou seja, se dá a partir de uma valoração calcada em conceitos já pré-estabelecidos e compartilhados entre os países, regidos por uma lógica de mercado, de crescimento e desenvolvimento. A natureza, nesta concepção, é vista como fonte de recursos e suas limitações como obstáculos a serem enfrentados para que se mantenha o ritmo de crescimento, a partir de visões mais uma vez ligadas às FDs reformistas, que não questionam o *status quo*, mas que são múltiplas na responsabilização pela gerência dos “recursos naturais” e pelo tipo de solução que propõe. Cabe destacar que estudos já vêm apontando, há anos, que a única forma de o Brasil cumprir com as metas estabelecidas em 2015<sup>75</sup> no Acordo de Paris (de diminuir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 e em 50% até o início da próxima década, e que são fundamentais para evitar os piores cenários do aquecimento global) é alcançar o desmatamento líquido zero (que ocorre quando cada hectare desmatado é compensado com o reflorestamento ou a recomposição de vegetação de outro hectare). De acordo com artigo publicado em 2013 na revista *Science*<sup>76</sup>, apostar no desmatamento líquido zero poderia levar à compensação de perdas florestais ricas em vida selvagem e carbono por espécies exóticas e com baixo potencial para ajudar no combate às crises do clima e da perda de diversidade biológica. Na matéria, não há um aprofundamento sobre o que seria esse “desmatamento aceitável” mencionado por Mourão, nem nas implicações dessa proposta para a crise climática. Bastava ser aceita pelos países em negociação.

Em 31 de julho, uma última matéria da cobertura da FSP que traz um pouco mais de contextualização é publicada. Intitulado “Mourão abre diálogo com ONGs ambientais criticadas por Bolsonaro” (Anexo K), o texto enfatiza o que é considerado um movimento de aproximação do governo brasileiro com ONGs ambientais. Uma fala de Mourão é reproduzida,

---

<sup>75</sup> No Acordo de Paris, assinado por 195 países – entre eles o Brasil – durante a Conferência das Partes das Nações Unidas (COP21), em 2015, cada país se comprometeu a enviar à ONU a sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), um documento com as metas de redução nas emissões de gases de efeito estufa – e que deveria ser atualizado, com metas cada vez mais ambiciosas, pelos governos a cada cinco anos. A NDC brasileira sofreu duas atualizações durante o governo Bolsonaro, que trouxeram metas menos ambiciosas que a NDC original, de 2015, aumentando a taxa de emissões nas próximas décadas. Por causa disso, em abril de 2021, um grupo de jovens entrou com uma ação no Tribunal de Justiça de São Paulo pedindo a anulação desses documentos.

<sup>76</sup> Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.1241277> . Acesso em: 29 mai. 2022.

em que ele afirma que “não excluirá (essas ONGs) do debate em torno da preservação da floresta amazônica”. A tônica das conversas que teve com essas organizações não é revelada pelo jornal, nem o posicionamento das instituições que participaram das conversas. O jornal publica, no entanto, a fala do então deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), que se posicionava abertamente contra o governo Bolsonaro e fortemente ligado ao movimento ambientalista, em que ele afirma que Mourão seria “cabeça aberta, aceita dialogar”. Com esse movimento, o governo buscava mostrar para empresários e mandatários de outros países que poderiam voltar a investir no país (SD62), e a fala de Agostinho aparece no texto para reforçar esse discurso.

**SD62 – Há, ainda, a intenção de atrair investidores que, nos últimos meses, ameaçaram se afastar e retirar dinheiro do país por causa da política ambiental do governo.**

A cobertura do jornal Folha de S.Paulo sobre o desmonte dos dois principais mecanismos de proteção da Amazônia ao longo dos primeiros anos de governo Bolsonaro (2019-2020) privilegiou fontes oficiais, silenciou as vozes de povos da floresta e trouxe como principal destaque, ou valor-notícia, as consequências relacionadas ao embate que tais medidas trouxeram na relação do Brasil com outros países por meio de seus acordos comerciais. Partindo-se da premissa que é no discurso que acontece a materialização entre o ideológico e o linguístico, foi possível apreender, a partir das ferramentas da AD, que, durante os períodos considerados críticos pelo jornal, o que predominou foi uma visão utilitarista da natureza, relacionando sua destruição aos prejuízos econômicos e embates políticos. No quadro abaixo, apresentamos os principais eixos discursivos a partir das repetições em relação aos principais temas que foram a tônica da cobertura: Amazônia e seu valor econômico; mecanismos de proteção da floresta (Fundo Amazônia e PPCDAm); consequências geopolíticas; soluções: tecnologias e desenvolvimento econômico.

**Quadro 5** – Eixos do discurso da Folha de S.Paulo

<b>Amazônia e seu valor econômico</b>	<b>Mecanismos de proteção da floresta</b>	<b>Consequências geopolíticas</b>	<b>Soluções: tecnologias e desenvolvimento econômico</b>
Veículo para captar recursos no exterior	Importante seja por pressão internacional, pela importância do tema nas transações comerciais	Imagem do Brasil na Europa sofreu grande piora	Aproveitar o potencial econômico da Amazônia com tecnologia
Importante para a economia	Agrada parte de seus apoiadores da bancada ruralista	Podem prejudicar acordos comerciais	Transformar em realidade a história de que floresta em pé vale mais do que floresta deitada
Oportunidades econômicas	Visto pelo agronegócio como um selo de compromisso ambiental	Prejuízo da imagem internacional do Brasil	Desenvolver economicamente a Amazônia Legal
Oportunidade internacional de comércio	Rende dinheiro	Levam grandes empresas e associações de agronegócio do país a reagirem	Participação do setor privado na bioeconomia da floresta
Biodiversidade amazônica para o desenvolvimento de produtos	Importa para as transações comerciais internacionais	Custa caro ao Brasil	Pesquisar intensamente a biodiversidade amazônica para o desenvolvimento de produtos.
Produtos brasileiros	Oportunidade internacional de comércio	Perdas de produtividade em culturas como feijão e milho	Força-tarefa incluirá empresas e associações com interesses econômicos na região, como madeireiras e mineradoras
Oportunidades de negócios	Serve para apoiar pequenos empreendimentos	Podem solapar também a ambição do Brasil de exportar etanol para a Europa	Participação da iniciativa privada
Biodiversidade da Amazônia pode ser a resposta para a sua própria conservação, através da economia baseada em produtos	Condição para concretização de acordos comerciais	Riscos financeiros provenientes do desmatamento	
O pau-rosa é valorizado pela extração de seu óleo	Brasil vem construindo uma imagem internacional de conservação		

**Fonte:** elaborado pela autora (2023)

Os eixos foram construídos a partir da identificação de paráfrases que, ao reforçarem um mesmo sentido a partir da ancoragem e retomada dos sentidos históricos, pré-construídos, ofertam sentidos por meio das operações sintáticas, das ênfases, seleções e exclusões (TRAQUINA, 2005), “organizando discursivamente o conhecimento sobre determinada temática” (MORAES, 2015, p. 95).

Entendemos que o ato de anunciar do jornalismo é incapaz de enquadrar o todo, e uma análise discursiva é capaz de identificar o que Orlandi (2007) chama de silenciamentos constitutivos, ou seja, discursos que, ao não estarem presentes, se fazem presentes na consolidação de outros discursos. Ao tensionarmos tais achados com os dados quantitativos extraídos de todo o material coletado da Folha de S.Paulo (58 matérias), encontramos aproximações sobre os enquadramentos identificados nesta segunda etapa: uma priorização de fontes oficiais e um enfoque nas disputas geopolíticas que se estabelecem a partir dos movimentos políticos – o que está intrinsecamente ligado à uma visão econômica (e que só ficou evidente quando adentramos uma camada mais profunda do texto pela AD).

Assim, o enquadramento discursivo da FSP pode ser resumido da seguinte forma: o valor da Amazônia está no seu potencial econômico, e políticas de desmonte das iniciativas de proteção à floresta podem trazer prejuízos financeiros ao país e minar a imagem do Brasil nos acordos comerciais com outras nações. As soluções passam por tecnologias e ações de proteção do bioma que garantam a continuidade da exploração de seus recursos.

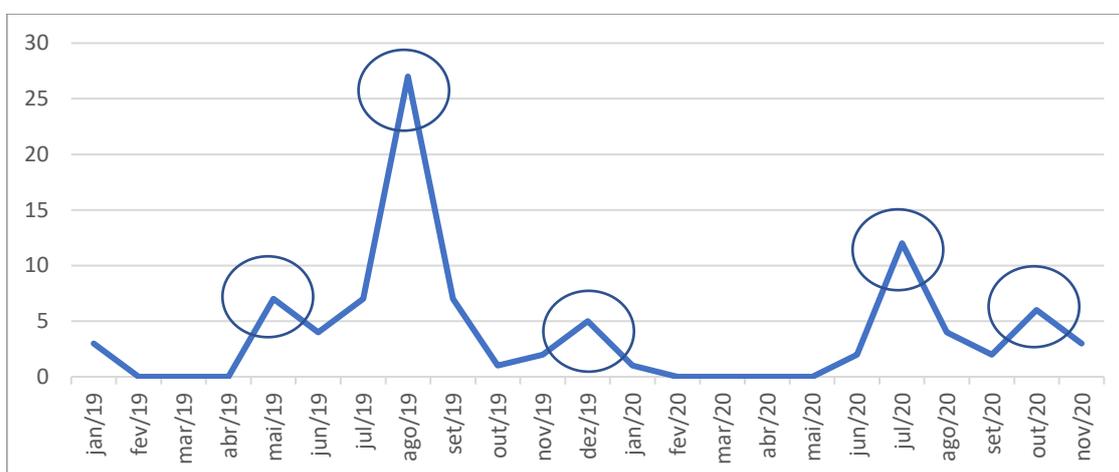
Observando o Quadro 5, identificamos a predominância da FD reformista prosaica, que se caracteriza por endossar a lógica social vigente sem reivindicar mudanças estruturais, ou seja, não corrobora com a ideia de uma incompatibilidade entre o sistema capitalista e a proteção ambiental. Os sentidos atribuídos à natureza estão vinculados ao seu valor comercial, e a crise ambiental é vista como empecilho que deve ser resolvido para manter o desenvolvimento no ritmo atual, sem que seja necessário modificar as hierarquias de poder. Há um atravessamento da visão imaginativa, que, mesmo se posicionando acrítica ao *status quo*, propõe soluções que levam em consideração aspectos sociais e ambientais, entendendo que todos (homem e natureza) ganham com a preservação ambiental, mas que está focada em como construir um futuro sustentável sem uma crítica à economia capitalista. No entanto, na cobertura da FSP, o predomínio é em soluções vinculadas à iniciativa privada e ao desenvolvimento tecnológico, sem considerar questões sociais e a participação de outros setores. São visões fortemente ligadas à ideologia antropocêntrica que, de acordo com Corbett (2006), assumem o homem como centralidade, como espécie dominante e externa ao mundo natural.

## **5.2 O Estado de São Paulo: Amazônia sob viés técnico-científico, crise diplomática e soluções sustentáveis**

Uma visão panorâmica sobre a cobertura do Estadão em relação aos dois atos de desmonte das políticas ambientais do governo Bolsonaro aqui analisadas nos permite identificar

que houve, ao longo dos dois primeiros anos de governo, cinco momentos de maior atenção dada ao tema pelo jornal, conforme o gráfico 6. O pico maior de atenção (2), que podemos chamar de momento mais crítico, ocorre entre os meses de julho, agosto e setembro de 2019, quando se instaura uma crise diplomática dos governos alemão e norueguês, principais doadores do Fundo Amazônia, com o governo brasileiro, o que resulta no corte de repasses para o Programa e em uma troca de acusações entre os mandatários. A desconfiança gerada pelo ministro Ricardo Salles no início do governo em relação a atuação das ONGs dentro do programa é coberta pelo jornal, porém com pouca atenção, o que fica evidente ao observarmos a quantidade de matérias publicadas em janeiro de 2019.

**Gráfico 6** – Quantidade de matérias publicadas no Estadão mês a mês



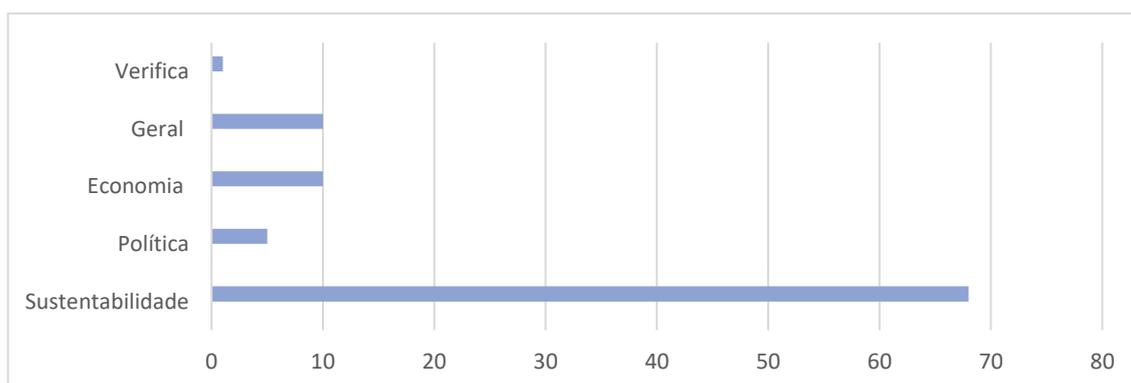
**Fonte:** elaborado pela autora (2023)

O primeiro pico (1) de atenção ocorre somente entre maio e junho de 2019, quando a denúncia de inconsistências nas contas do Fundo, feita sem provas pelo ministro Salles, resultou na demissão da chefe do Departamento de Meio Ambiente do BNDES, banco gestor do Fundo Amazônia. Naquele período, ocorreram manifestações políticas e da sociedade civil contra o início do processo de paralisação do Projeto. Após o segundo momento considerado crítico (2), quando se instaura a crise diplomática, o Estadão diminui a cobertura sobre o tema, apesar do constante e crescente aumento nas taxas de desmatamento da Amazônia e invasão de terras indígenas. É somente entre os meses de novembro e dezembro, quando ocorre a Conferência anual das Nações Unidas sobre Mudanças Climática (COP25), que reúne chefes de Estado para debater soluções para a crise climática, que o tema volta a ganhar destaque (3). Neste período, é possível identificar que o jornal faz uma associação importante entre a paralisação de mecanismos de proteção à floresta e suas consequências para o aquecimento global. No ano

seguinte, em 2020, identificamos dois picos de atenção: (4) entre os meses de julho e agosto, quando o governo brasileiro tenta apresentar medidas de reestruturação de algumas políticas ambientais para reverter a imagem do país no exterior; e (5) entre outubro e novembro, quando o jornal apresenta diversas consequências socioambientais sobre a paralisação do fundo e novas auditorias para analisar o destino dos repasses são realizadas. Temos, assim, ao longo desta cobertura, cinco picos de atenção, ou seja, cinco momentos que nos indicam os critérios de noticiabilidade adotados pelo veículo sobre o processo de desmonte desses dois mecanismos de proteção à Amazônia: (1) tensionamento político, (2) crise internacional, (3) COP25, (4) crise internacional e (5) consequências socioambientais.

A maior parte das matérias publicadas pelo Estadão está na editoria Sustentabilidade. É possível observar que, além de nesta editoria, poucas matérias também aparecem em Política, Geral e Economia, e uma na editoria Estadão Verifica, espaço destinado à checagem de informações. O veículo verificou a veracidade de uma postagem sobre matança de baleias em território norueguês, que viralizou após o então presidente Bolsonaro acusar o governo da Noruega de não ter preocupação com o meio ambiente e ser um país que “mata baleia e explora petróleo”.

**Gráfico 7** – Editorias identificadas no jornal Estadão



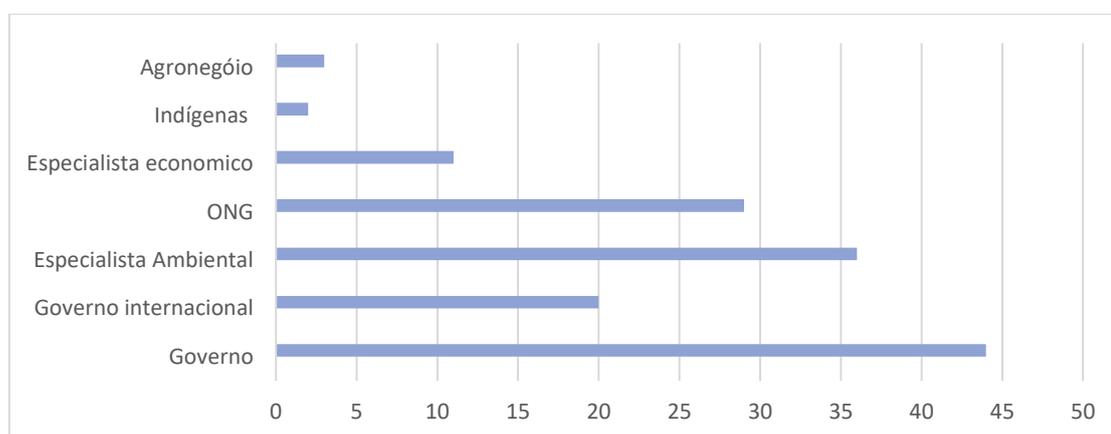
**Fonte:** elaborado pela autora (2023)

O fato de a maior parte das publicações estarem em uma editoria especificamente dedicada às questões ambientais nos remete, assim como no jornal Folha de S.Paulo, ao questionamento sobre o tipo de cobertura que foi praticada pelo veículo nesse período. É uma cobertura que considera diferentes aspectos do acontecimento e promove uma reflexão mais

ampla sobre a crise ambiental? Mais uma vez, a análise discursiva dos textos que será feita a seguir nos trará algumas respostas.

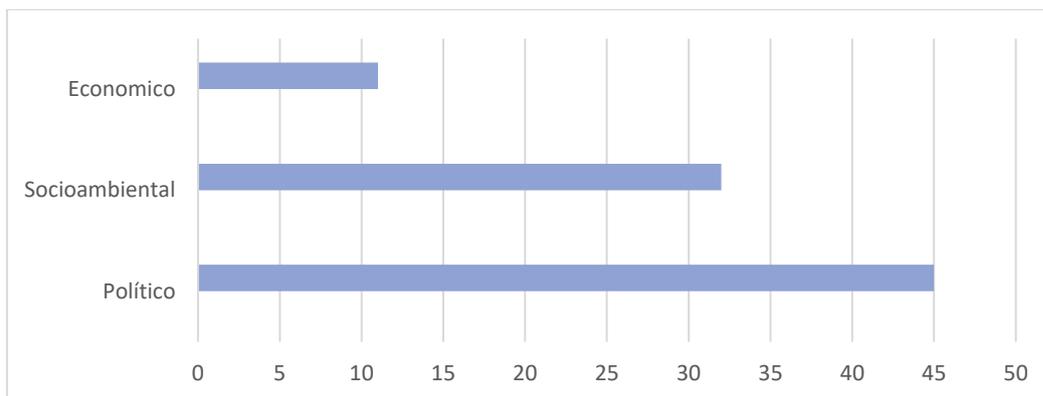
Podemos observar, no Estadão, que apesar de fontes oficiais serem majoritárias, assim como comumente ocorre em veículos hegemônicos, há uma diversificação mais evidente de vozes, com um destaque para especialistas na área ambiental (ex-ministros, pesquisadores, entre outros), e para organizações do terceiro setor. Ainda que essa variação de fontes ouvidas/reproduzidas sinalize uma pluralidade de visões, é somente com uma análise mais aprofundada – discursiva – que conseguimos identificar se ela reflete também a oferta de sentidos outros que não aqueles vinculados ao *status quo* ao longo da cobertura.

**Gráfico 8** – Fontes ouvidas e/ou reproduzidas no Estadão



**Fonte:** elaborado pela autora (2023)

Um último indicativo quantitativo que observamos para trazer uma visão macro dos enquadramentos dados pelo jornal é o enfoque das matérias. Benetti (2010), ao discorrer sobre a forma como a notícia transforma o fato em acontecimento, afirma que o jornalismo pode por si só tomar o lugar do acontecimento na medida em que faz a reprodução “sistemática de temas, enfoques e sentidos”, representando o fato como verdade, e não como uma reprodução de sentidos hegemônicos. No Estadão, uma leitura superficial dos textos indica que o enfoque principal dado pelo veículo sobre o desmonte das duas políticas ambientais esteve vinculado à crise diplomática e política que gerou, porém com uma atenção também importante para os impactos socioambientais, como fica exemplificado no gráfico abaixo:

**Gráfico 9** – Classificação das notícias do Estadão por enfoque

**Fonte:** elaborado pela autora (2023)

A partir dos cinco momentos de maior atenção identificados, selecionamos as matérias mais amplas e contextualizadas para, com ferramentas da análise discursiva, identificar de forma mais aprofundada os sentidos ofertados pelo veículo e como eles se constituíram a partir de sua historicidade e do contrato de leitura que, no caso da mídia hegemônica, é amparado na credibilidade de jornalistas e fontes (BENETTI, 2006, p.3). Afinal, de acordo com Orlandi (2005), a língua não é apenas um mecanismo de transmissão de informação pois, “no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos” (p.21). No quadro a seguir, sistematizamos os textos e respectivas sequências discursivas que fazem parte desta etapa da análise.

**Quadro 6** – Títulos, datas e SDs das matérias analisadas no Estadão

Picos de Atenção	Matéria	Data	SDs
1	Governo quer usar Fundo Amazônia para indenizar desapropriações	25/05/2019	63 a 69
	Em carta, Noruega e Alemanha defendem objetivos e governança do Fundo Amazônia	11/06/2019	70 a 71
2	Noruega fica no Fundo Amazônia se alvo for o combate ao desmatamento	02/07/2019	72 a 74
	Estados buscam doador europeu contra desmate	12/08/2019	75 a 77
	Recorde de queimadas reflete irresponsabilidade de Bolsonaro’, rebatem ONGs	21/08/2019	78 a 80
	Como o país virou vilão ambiental em 1 mês	23/08/2019	81 a 84
	Entenda a guerra dos números sobre os focos de queimadas na Amazônia	02/09/2019	85 a 86
3	Conter desmatamento na Amazônia passa por monitoramento e fiscalização, dizem especialistas	19/11/2019	87 a 90
	Sem cumprir meta de desmatamento, Brasil vai à Conferência do Clima pedir mais recursos	03/12/2019	91 a 93
4	Investidores ameaçam sair do Brasil se destruição da Amazônia não parar, diz Financial Times	23/06/2020	94 a 98
	Desmatamento na Amazônia em junho é maior em 5 anos, apesar de ação militar e pressão externa	10/07/2020	99 a 102
5	Travado desde 2019, Fundo Amazônia congela R\$ 1,4 bi para 40 projetos ambientais	23/10/2020	103 a 108

**Fonte:** elaborado pela autora (2023)

Durante o primeiro pico de atenção do Estadão sobre o tema, é publicada em 25 de maio uma matéria com o título “Governo quer usar Fundo Amazônia para indenizar desapropriações” (Anexo L). Nela, o jornal adianta aos leitores algumas das mudanças sobre o Fundo intencionadas pelo governo. A ênfase é na proposta de utilizar o dinheiro do Programa para financiar a compra de propriedades localizadas em áreas protegidas e, assim, eliminar passivos acumulados. A prática de tentar solucionar “problemas ambientais” legalizando atividades consideradas ilegais se tornou algo recorrente no governo Bolsonaro, que, posteriormente,

propôs, por exemplo, a estratégia de regulamentar a mineração em terras indígenas para “resolver” o problema da ilegalidade desta prática. Neste caso, o jornal apresenta a proposta sem questionar os possíveis danos ambientais de regularizar moradias em áreas de proteção ambiental, apenas pontua que não estão de acordo com as diretrizes do Fundo Amazônia (SD64). Pelo contrário, reproduz uma fala do ministro Ricardo Salles sobre os potenciais benefícios de tal medida, conforme a SD63:

SD63 – “Podemos usar parte do dinheiro do Fundo Amazônia para **fazer regularização fundiária. Vamos diminuir o problema desses conflitos.** Isso significa **menos madeira ilegal** sendo retirada, **menos garimpo ilegal**”, disse. “Os problemas estão aí. Tem de ter uma certa criatividade e ousadia para resolver.”

É interessante lembrar que, de acordo com Silva (2005), o jornalismo muitas vezes recorre ao uso de aspas como forma de manter distância do que se diz, colocando a responsabilidade para o outro. No entanto, a escolha das fontes, o recorte dos trechos a serem reproduzidos e o contexto no qual são inseridos também fazem parte da constituição do discurso e resultam na oferta de determinados sentidos em detrimento de outros. Benetti (2006) lembra que, no jornalismo, mesmo que o autor real ou empírico de determinado enunciado seja a fonte, “quem se apresenta como locutor do discurso é o jornalista – e a responsabilidade sobre a veracidade ou não do enunciado recai sobre o locutor” (p. 8). Na SD63, identificamos uma fala fortemente ligada à FD reformista e prosaica, que admite que as interações humanas com o meio ambiente gerem uma série de problemas pontuais, mas que os mesmos podem ser resolvidos com soluções também pontuais. São visões que, apesar de admitir a existência de problemas, não os enxerga de forma complexa – ou seja, dimensionando-os como desafios globais e interrelacionados. Na SD64, no entanto, o veículo, ao descrever o principal objetivo do Fundo Amazônia, oferece ao leitor outro sentido, mais amplo, este vinculado a uma visão macro sobre a crise ambiental, apontando o desmatamento como indutor das mudanças climáticas, que são uma questão global e não pontual. O jornal não se propõe a uma reflexão maior sobre essa perspectiva, ou seja, não fornece ao leitor mais informações que permitam estabelecer as conexões entre o enfraquecimento das políticas ambientais, os danos à floresta e o aquecimento global.

SD64 – As regras atuais do Fundo Amazônia não preveem a utilização de seus recursos para bancar esse tipo de indenização. O estatuto da iniciativa carimba o dinheiro a projetos que, de alguma forma, atuem no **combate ao desmatamento** e, conseqüentemente, levem à **redução dos efeitos das mudanças climáticas.**

SD65 – Uma segunda mudança pretendida pelo governo vai incluir a **redução do número de membros do Comitê Orientador do Fundo Amazônia**. Esse grupo, responsável por criar as diretrizes e critérios para aplicação dos recursos, é formado atualmente por 23 membros, entre representantes do governo federal, governos dos Estados da Amazônia e entidades da sociedade civil. O plano do governo é reduzir esse quadro para algo em torno de sete a dez membros, dando mais poder para a representação federal.

A iniciativa do governo de reduzir a participação de membros da sociedade civil no Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) – que resultou na paralisação do Fundo – é citada pelo jornal, porém como uma “mudança pretendida” (SD65). Tal mudança já havia sido colocada em prática. O decreto determinou a extinção de colegiados da administração pública federal, incluindo conselhos, comitês, grupos e fóruns, na data de 11 de abril, quando foi publicado no Diário Oficial da União. Na ocasião, o governo manteve a prerrogativa de recriar alguns conselhos em junho. Os que não servissem mais para a nova administração não seriam recriados, como foi o caso do COFA. Entendemos que o silenciamento sobre esse processo tem um impacto importante na forma como a sociedade percebe o problema e se mobiliza, ou não, para buscar soluções. A falta de percepção sobre a importância do decreto resulta em uma falta de mobilização social contra ele, que acaba se concretizando de forma natural.

A sequência da matéria contempla um esforço do jornal para contextualizar o que é o Fundo Amazônia e seus potenciais benefícios – aqui focados na preservação da floresta.

SD66 – Em 2016, o Ibama negociou com os doadores e chegou a usar, em caráter excepcional, R\$ 56,3 milhões para financiar o aluguel de carros e helicópteros para **fiscalizar regiões que eram alvo de forte desmatamento**.

SD67 – O compromisso é que o Brasil apresente um **desmatamento anual inferior à taxa de 8.143 km<sup>2</sup> por ano na região**, para ter acesso aos recursos. Se superar essa marca, fica impedido de utilizá-los.

As SDs 66 e 67 apontam alguns dos destinos dos recursos do projeto relacionados diretamente com a redução das taxas de desmatamento. Não são mencionados os ganhos econômicos de tais iniciativas, por exemplo, nem as formas como colabora para projetos de desenvolvimento na região. Esses exemplos, quando são trazidos ao leitor, ajudam a descolar a imagem do valor econômico de iniciativas de proteção à floresta, promovendo, ainda que de forma discreta, uma janela para a percepção do valor da preservação em si.

A visão utilitarista da natureza aparece, no entanto, pela reprodução de uma nota da embaixada da Noruega, principal país doador do Fundo, que, ao ser reproduzida pelo veículo,

ressalta o potencial do projeto de promover um “uso sustentável” da floresta, um dentre os vários objetivos do Fundo.

SD68 – A Embaixada da Noruega também reagiu, por nota, declarando estar satisfeita e ver a gestão do fundo como “uma das melhores práticas globais de financiamento com **fins de conservação e uso sustentável de florestas**”.

Leff (2009) aponta que as sociedades modernas – tanto as capitalistas quanto as socialistas – seriam produtivistas e antiecológicas, e que uma forma encontrada para se distanciar disso, a partir do entendimento sobre os limites da Terra, seria o desenvolvimento de iniciativas sustentáveis. Esta é uma visão, de acordo com Dryzek (2013), que reforça as relações de cooperação entre governo, ambientalistas moderados, mercado e cientistas para readequar as políticas das economias capitalistas aos termos ambientais. Wilson (2019) enxerga que o poder dos discursos que surgem vinculados à FD reformista imaginativa, como a economia verde e a modernização ecológica, foram facilmente se tornando protagonistas no campo dos debates ambientais porque, ao não questionarem nossos modelos de vida, reafirmam “nossa fé no progresso para sustentar uma estratégia fracassada de crescimento econômico irrestrito” (p. 86). Sendo assim, conforme é possível observar, muitas dessas iniciativas não rompem com a noção da natureza como sendo um recurso, ou seja, não partem de uma mudança profunda de consciência.

SD69 – A gestão do **Fundo Amazônia virou foco de uma crise na semana passada**, depois que o ministro **Ricardo Salles declarou ter encontrado “fragilidades na governança e implementação”** dos projetos do fundo em contratações feitas pelo BNDES. Paralelamente, o banco público, que administra os recursos, **afastou a chefe do Departamento de Meio Ambiente**, Daniela Baccas.

É possível identificar, ainda, que o jornal traz a crise política (SD69) como uma das consequências desse processo de desmonte, porém de forma secundária, mais ao final do texto. A prioridade, pela forma como o texto é estruturado e pela hierarquia das informações está nas decisões políticas e suas possíveis consequências na preservação da floresta. Ainda durante o mês de maio, o Estadão publica, entre as notícias curtas sobre os embates políticos que as mudanças no Fundo provocaram, duas relacionadas a protestos e manifestações encabeçadas pela sociedade civil e por servidores de órgãos como Ibama e BNDES. Ao não silenciar tais vozes, o jornal as coloca também como protagonistas do processo. Em 11 de junho, uma matéria mais ampla traz o posicionamento dos dois principais doadores do fundo: os governos da Alemanha e da Noruega. Intitulado “Em carta, Noruega e Alemanha defendem objetivos e governança do Fundo Amazônia” (Anexo M), o texto reproduz o posicionamento de ambos os

países sobre as mudanças efetuadas pelo governo brasileiro nas diretrizes do projeto. O tom é de desavença destes países, que se colocam contrários, por exemplo, à restrição da participação da sociedade civil e ao afastamento de funcionários do banco gestor do Fundo, o BNDES, como é possível observar nas SDs 70 e 71.

SD70 – “O comitê diretor do Fundo (COFA) tem a participação ampla do governo federal, de governos estaduais e da sociedade civil. Ele toma decisões por consenso entre esses três grupos. A governança do fundo segue **as melhores práticas globais de governo aberto e participação democrática**”, diz a carta.

SD71 – “A cada ano, a gestão do fundo pelo BNDES é sujeita a auditorias financeiras e avaliações de impacto, feitas de acordo com padrões internacionais. Até agora, essas auditorias e avaliações têm sido unânimes no reconhecimento geral do uso eficiente dos recursos e dos **impactos mensuráveis na redução do desmatamento** por parte do Fundo Amazônia”,

Não há, pelo menos nos trechos selecionados pelo jornal para a matéria, nenhuma referência direta sobre benefícios econômicos do Fundo Amazônia, que aumentaram, por exemplo, a exportação de produtos extraídos da floresta. O que percebemos é uma visão dos benefícios da preservação para a própria floresta e para o mundo, a partir de uma visão da crise ambiental como uma problemática ampla e urgente, mas cujas soluções estariam dentro do próprio sistema capitalista. Não pode ser considerado, dentro da tipologia de Dryzek (2013), um discurso filiado à visão radical, pois não questiona o crescimento econômico nem as relações de poder. Ao contrário, evidencia os benefícios de um “governo aberto”, sendo este aquele que tem como princípio a transparência, a participação cidadã e os mecanismos de responsabilização. Encontramos mais uma vez uma aproximação à FD reformista imaginativa, uma vez que prevê que a solução para a crise ambiental deve ser alcançada “por meio de esforços cooperativos e não competitivos” (DRYZEK, 2013, p.157), e porque reconhece que os agentes capazes de promover as mudanças necessárias não se limitam a governos e especialistas, mas sim a representantes de diversos setores e em diversos níveis, como especialistas, ONGs, entre outros. Contempla o discurso que vê o crescimento econômico e a proteção ambiental como complementares – uma visão que surgiu na Europa e se espalhou por outros países – e que traz um tom integrador ao cobrir questões ambientais locais e globais, entendendo suas inter-relações. Ao reproduzir esta visão sem contraponto, ou melhor, como um contraponto às medidas implementadas pelo governo Bolsonaro, oferta ao leitor a perspectiva de que soluções dentro deste sistema seriam adequadas à crise ambiental. Ainda, nesta matéria, o jornal contextualiza as decisões políticas do então ministro Ricardo Salles que levaram à crise

diplomática, e ressalta como principal objetivo do Fundo Amazônia o incentivo a projetos que “produzam redução na emissão de gases do efeito estufa associados ao desmatamento”, trazendo ao leitor mais uma vez a relação direta entre o desmatamento da Amazônia e o aquecimento da Terra a partir da concepção da crise ambiental como um problema global, e não como problemas pontuais.

Depois deste período de atenção (1), em que o desmonte do Fundo Amazônia é trazido ao leitor com diferentes enfoques, logo há um novo momento crítico, que ocorre entre os meses de julho a setembro de 2019. É neste período, considerado pelo veículo o mais crítico, que os principais doadores do Fundo suspendem repasses ao projeto, e ocorre uma troca de ofensas entre os mandatários dos dois países europeus e o governo brasileiro. Identificamos seis matérias mais contextualizadas neste período. A primeira, em 2 de julho, foca em uma tentativa de reconciliação da Noruega com o governo brasileiro. Em “Noruega fica no Fundo Amazônia se alvo for o combate ao desmatamento” (Anexo N), o veículo traz o posicionamento do principal doador do Fundo, que se mostra disposto a continuar o Projeto, desde que ele volte a ser calcado na promoção do desenvolvimento sustentável e na redução do desmatamento.

SD72 – A colaboração com o fundo, porém, não se dará de qualquer forma. "Estamos sempre abertos a discutir propostas que possam melhorar a eficiência e o impacto do Fundo, desde que esses ajustes contribuam para **reduzir o desmatamento** e promover **o desenvolvimento sustentável na região amazônica**."

A ideia de promover o desenvolvimento da região de forma sustentável é trazida pelos países doadores e reproduzida diversas vezes pelo veículo. Este é apenas um dentre os vários objetivos do Fundo, porém é o que ganha maior destaque ao longo de toda cobertura. De acordo com Dryzek (2013), desde o início dos anos 1980, quando o desenvolvimento sustentável se tornou extremamente popular como um discurso integrador que cobre questões ambientais do local ao global, bem como uma série de preocupações econômicas e de desenvolvimento, o termo “sustentabilidade” se tornou uma espécie de "discurso nodal", ou seja, uma concepção em torno do qual outros diversos discursos que passaram a dominar os debates políticos e sociais sobre a crise ambiental se agrupam. O autor destaca que o que o desenvolvimento sustentável significa, na prática, ainda é uma questão controversa. No entanto, ele se configura como um discurso hegemônico, que se dobra aos interesses econômicos e os entende como um caminho para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas. Oferta uma possibilidade de enfrentar essas questões sem romper com o mesmo modelo econômico que levou ao surgimento dos problemas contemporâneos. A repetição desse

discurso pelo jornal, sem questionamento, resulta em uma oferta de sentidos vinculados à FD reformista e imaginativa, reforçando uma visão utilitarista da natureza, calcada em uma ideologia antropocêntrica. Na sequência do texto, o jornal traz um fato novo, que é a concretização da paralisação do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), ocorrida dias antes, quando se esgotava o prazo estabelecido no decreto de abril. Não é apresentado nenhum posicionamento do terceiro setor – diretamente afetado – sobre o tema, apenas é reproduzida a fala de Ricardo Salles, que, na ocasião, “não deu nenhum detalhe e limitou-se a dizer que “esse assunto está em aberto ainda””. O texto segue contextualizando o leitor sobre os movimentos políticos dos meses anteriores que levaram à paralisação do Projeto, e destaca, ao final, um viés econômico sobre suas consequências, o que fica evidenciado nas SDs 73 e 74.

SD73 – Durante viagem ao G-20, o presidente Jair Bolsonaro reagiu a declarações dos governos da Alemanha e França sobre questões de **desmatamento na Amazônia**, o que causou mal-estar e lançou dúvidas sobre a continuidade do programa. **Acordos comerciais entre a União Europeia e o Mercosul, no entanto, passaram a ser vistos como uma nova plataforma para negociações e exigências sobre acordos ambientais.**

SD74 – "O Fundo Amazônia não é um projeto de governo, mas uma conquista da sociedade brasileira, fruto de negociações internacionais climáticas, cujo **consenso gira em torno da construção de um modelo economicamente sustentável na Amazônia que inclua, em sua concepção, os interesses dos povos originários e tradicionais que vivem para e pela floresta em pé**", declaram a Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES) e a Associação dos Servidores Públicos do Ibama e ICMBio (Asibama).

Na SD 73, o jornal traz um exemplo de como mecanismos mercadológicos podem ser uma via para concretizar acordos ambientais e, assim, solucionar os problemas relacionados à crise ambiental. Essa visão exclui a perspectiva da necessidade de uma mudança mais profunda para a resolução do problema, que incluiria uma alteração na estrutura básica da sociedade industrial e na maneira como o meio ambiente é conceitualizado. A silenciar essa perspectiva, reforça os sentidos da natureza a partir da ideologia antropocêntrica. Isso fica evidente na também SD74, a partir do recorte de uma carta escrita por funcionários do BNDES e de órgãos ambientais, em que é apresentada como mais importante diretriz do Fundo a “construção de um modelo economicamente sustentável” e que, também, inclua interesses dos povos originários e tradicionais. Neste texto, é possível observar essa clara visão reformista e imaginativa, que até considera a importância de proteger os povos originários ao reconhecer seu valor, mas sempre por meio de uma solução que não fuja do discurso hegemônico da sociedade capitalista. As vozes desses povos da floresta, que são trazidos ao texto a partir da visão de funcionários do BNDES, não são apresentadas aos leitores.

Ao longo dos meses de julho e agosto, o jornal publica notícias mais curtas pontuando diferentes posicionamentos sobre a crise diplomática. São matérias que focam nas tentativas dos países doadores de manter o Fundo, nas respostas do governo brasileiro, no posicionamento de governadores de outros Estados brasileiros, no posicionamento de Bolsonaro e seus filhos, e também na visão de especialistas, que defendem os mecanismos de controle e vigilância do desmatamento. Em 12 de agosto, uma matéria mais ampla, intitulada “Estados buscam doador europeu contra desmate” (Anexo O), publicada na editoria de Política, descreve uma série de iniciativas de governadores de Estados da Amazônia para encontrar formas alternativas de repasse de recursos à região que não passassem diretamente pelo governo federal. O pano de fundo é o desmantelamento do Fundo Amazônia, e o enquadramento da matéria é nas articulações políticas que, de acordo com as fontes ouvidas, compartilhariam um mesmo interesse com financiadores internacionais em relação à Amazônia: buscar alternativas para manter “a floresta em pé”. As soluções propostas e reproduzidas pelo veículo passam majoritariamente pelo viés econômico, como fica evidente pela fala do então governador paraense, Helder Barbalho (MDB) (SD75) e pela perspectiva apresentada pelo jornal em relação à visão do Planalto (SD77).

SD75 – “Temos de buscar **alternativas econômicas que possam garantir a sustentabilidade da floresta em pé**. Está muito claro que Alemanha e Noruega estão buscando parceiros. Nós temos o desejo e a demanda. Se isso será feito por meio de uma articulação federal, não somos contrários a isso. Agora, nós não vamos ficar a reboque disso”, disse. “Já temos parceria com a Alemanha. Agora estamos consolidando uma agenda para fazer um road show com a Noruega, que possa permitir a formalização de nossas parcerias.”

SD77 – Internamente, a visão do Planalto em relação à **questão ambiental não é vista como um bom negócio** pelos governadores, que buscam saídas para a falta de recursos especialmente em áreas carentes da floresta.

Na SD75, observamos a repetição de termos (economia e sustentabilidade) que, ao serem reproduzidos em um mesmo contexto, reforçam a ideia de possibilidade de conciliação entre proteção ambiental e crescimento econômico, o que se tornou comum nos discursos filiados à FD reformista e imaginativa e que abriu a possibilidade de o termo “sustentabilidade” ser apropriado e normalizado por visões calcadas no desenvolvimento econômico. Após descrever alguns dos acordos que já vinham sendo firmados entre países e empresas diretamente com governadores, o jornal reproduz uma fala do governador do Amazonas Wilson Lima (PSC). Aliado de Bolsonaro, Lima contesta os “embates” que teriam paralisado o Fundo Amazônia e

afirma que é preciso responder aos interesses “de quem mora na Amazônia”. Não há um aprofundamento sobre quais seriam esses interesses, nem uma reflexão sobre a variedade de discursos e perspectivas que coexistem entre os grupos que moram na Amazônia – sejam populações urbanas ou povos da floresta. A ênfase do texto acaba, assim, nos problemas, necessidades e soluções identificados por políticos, que reforçam a associação entre natureza, desenvolvimento e economia, o que fica evidente na SD77, quando o jornal afirma que as políticas ambientais federais não são vistas como “um bom negócio” pelos governadores. A escolha da palavra “bom negócio” reforça um sentido que vem sendo construído sem contraponto em toda a matéria. Na sequência do texto, o Estadão traz ao leitor, mais uma vez, uma explicação sobre todo o processo que levou à paralisação do Fundo, e que começou com uma desconfiança do governo sobre a atuação de ONGs no conselho do projeto. As organizações envolvidas não são ouvidas, e a posição do governo brasileiro é contestada apenas pelo posicionamento oficial da Noruega e da Alemanha, que haviam afirmado “que nunca encontraram problema na gestão do Fundo”. Ao final da matéria, com o subtítulo “Embate”, o jornal resume as trocas de ofensas realizadas, naquelas semanas, principalmente entre mandatários brasileiros e noruegueses após Bolsonaro e Salles terem argumentado que a Noruega não teria direito de criticar o Brasil porque teria “passivos ambientais graves”. A resposta da Noruega é resumida na matéria, conforme a SD76.

SD76 – Na semana passada, as relações entre o governo brasileiro e o da Noruega se desgastaram ainda mais. Em audiência na Câmara, Salles disse que os noruegueses não podiam criticar o Brasil porque tinham passivos ambientais graves, como explorar petróleo no Ártico e caçar baleias. O país reagiu e declarou que sua indústria petrolífera “é líder global em padrões de saúde, segurança e proteção ambiental” e que suas **atividades petrolíferas** “estão entre as **mais limpas do mundo**”.

Neste trecho, podemos identificar que o país europeu defende a continuidade da exploração de petróleo, que corresponde a 14% de seu PIB, argumentando que sua atividade está entre “as mais limpas do mundo”. O jornal reproduz tal argumento sem contextualizar que a exploração e a dependência do uso de combustíveis fósseis estão impulsionando de forma esmagadora o aquecimento global, algo que os relatórios do IPCC já vêm denunciando há décadas. Ao não questionar o que seria uma exploração “limpa”, ou até se isso seria possível, reforça sentidos vinculados à uma visão de que não são necessárias mudanças radicais para conter a crise climática – as soluções estão na própria tecnologia e na lógica de mercado.

Nas semanas seguintes, após algumas notícias factuais sobre novas trocas de ofensas entre mandatários, o Estadão publica a primeira matéria desde o início da cobertura dando ênfase à visão das organizações não governamentais sobre o tema. Com o título “Recorde de queimadas reflete irresponsabilidade de Bolsonaro’, rebatem ONGs” (Anexo P), o veículo traz o posicionamento de dezenas de entidades do terceiro setor que, juntas, emitiram cartas de repúdio ao desmonte das políticas ambientais, destacando suas consequências. Há um deslizamento de sentido para o valor da natureza que não passa necessariamente por uma perspectiva utilitarista nem econômica, uma vez que o enquadramento da matéria é nos danos à fauna e flora. O jornal, ao reproduzir trechos das cartas, oferece ao leitor visões que até então estavam majoritariamente silenciadas na cobertura.

SD78 – Em nota divulgada à imprensa, a coordenação do OC pontuou que as ações do governo federal contribuíram para o **aumento do desmatamento** na região e que “o fogo reflete a irresponsabilidade do presidente com o **bioma que é patrimônio de todos os brasileiros, com a saúde da população amazônica e com o clima do planeta, cujas alterações alimentam a destruição da floresta e são por ela alimentadas**, num círculo vicioso”.

SD79 – “Também sinalizaram a falta de interesse em **combater o desmatamento e prover alternativas econômicas sustentáveis para a região** ao suspender o Fundo Amazônia, que banca esse tipo de atividade. Ao mesmo tempo, empoderaram criminosos ambientais, sinalizando, por exemplo, a abertura das terras indígenas à exploração e a tolerância com a impunidade. Alguns governos estaduais também ajudaram a acender o pavio, ao reduzir a participação de suas PMs nas operações de fiscalização ou sinalizar que desmatadores não seriam punidos.”

Na SD78, observamos a pontuação de diversos impactos do enfraquecimento das políticas ambientais, que vão desde a saúde das populações locais até o clima global. É estabelecida essa relação de interdependência entre os fenômenos, o que dá subsídios ao leitor para se propor a um olhar mais amplo sobre a questão. No entanto, ao afirmar que o “bioma é patrimônio de todos os brasileiros” (SD78), encontramos um forte viés antropocêntrico, que entende a natureza como um bem, algo que teria dono: os brasileiros. Também, em outro trecho da carta reproduzido pelo veículo (SD79), as organizações não deixam de lado a ideia de que há uma necessidade de “prover alternativas econômicas sustentáveis para a região”, um discurso fortemente ligado à FD reformista imaginativa. Na sequência da matéria, o jornal apresenta os mais recentes números do desmatamento e busca trazer ao leitor o senso de urgência por meio da repercussão desses números no Twitter. Afirma que, ao longo daquele dia “a hashtag #PrayforAmazonas ficou em primeiro lugar nos *trending topics* da rede social. Até

as 18h, já somava mais de 722 mil tweets”. Ao utilizar esse recurso, o jornal parte do pressuposto de que os dados sobre a destruição da floresta não seriam suficientes, sozinhos, para dar a dimensão do problema, mas a mobilização em redes sociais, sim. A SD80 contempla outro trecho de uma das cartas das entidades do terceiro setor que também traz uma oferta maior de sentidos, indicando tanto o impacto do desmatamento no aquecimento global quanto na economia, conforme as marcas destacadas.

SD80 – “O **aumento do desmatamento** e das queimadas representa, também, o **aumento das emissões brasileiras de gases do efeito estufa**, distanciando o país do cumprimento das metas assumidas no Acordo de Paris. Enquanto o governo justifica a flexibilização das políticas ambientais como necessárias para a melhoria da economia, a realidade é que **enquanto as emissões explodem, o aumento do PIB se aproxima do zero**”, continuam as organizações.

Permite, assim, que o leitor que não tem familiaridade com o assunto entenda as dimensões múltiplas da destruição do bioma. Ao contrário do que ocorre em vários momentos ao longo da cobertura – quando divulga as acusações do governo contra as ONGs sem ouvir o posicionamento das entidades e apresentar um contraponto –, neste texto o Estadão coloca a posição do governo de forma secundária, na sequência da divulgação dos trechos das cartas. O veículo reproduz algumas falas do presidente, que se defende reafirmando o discurso que vinha sendo divulgado desde janeiro – e já rebatido pelo TCU – de que as ONGs estariam desviando recursos do Fundo. “Pode estar havendo, não estou afirmando, ação criminosa desses ‘ongueiros’ para exatamente chamar a atenção contra a minha pessoa, contra o governo do Brasil. Essa é a guerra que nós enfrentamos”, disse Bolsonaro, em fala que foi reproduzida pelo veículo. Essa fala foi feita em um momento em que as alarmantes taxas de desmatamento chamavam atenção de todo o mundo, mas, para o presidente, o verdadeiro motivo de preocupação era a disputa de narrativas entre o governo federal e as instituições do terceiro setor.

Alguns dias depois, em 23 de agosto, na proposta de uma matéria mais ampla e analítica, o jornal publica, na editoria Sustentabilidade, “Como o país virou vilão ambiental em 1 mês” (Anexo Q). A jornalista que assina a matéria recorre a entrevistas com especialistas nas áreas de meio ambiente, agricultura e relações internacionais para trazer uma análise cuja ênfase é nas consequências do desmantelamento das políticas ambientais a partir de dados. Com essas escolhas, já promove um enquadramento sobre o assunto, indicando ao leitor que as principais consequências do recente desmonte das políticas ambientais estão nos danos à natureza, no setor agrícola e nas relações do Brasil com outros países. Também, ao escolher especialistas

para analisar o tema, repete uma prática já consolidada do jornalismo tradicional – e contestada por pesquisadores do Jornalismo Ambiental – de privilegiar fontes vinculadas ao pensamento técnico-científico em detrimento de outras que são diretamente afetadas pela crise ambiental e que, em sua maioria, apresentam diferentes visões sobre a natureza e a forma como o homem se relaciona com ela. De acordo com Loose (2021, p.68), “a mediação jornalística é indissociável dessas muitas crises [ambientais] que envolvem o colonialismo e o capitalismo em suas múltiplas formas de dominação, sendo necessária uma revisão ampla”. Por isso, a escolha de quem fala sobre o assunto, ou seja, de quem tem autoridade para falar e trazer elementos que componham a realidade do acontecimento, também reforça determinadas visões em detrimento de outras.

Antes de avançar, é importante pontuar que, ao longo de toda a cobertura do Estadão, identificamos que o campo técnico-científico foi recorrentemente acionado, sobretudo para explicar as causas, efeitos e possíveis soluções para a crise ambiental que se instaurava no país. Essa visão moderna de que a ciência detém o conhecimento universal e pretensamente neutro na verdade está impregnada de uma ideologia antropocêntrica, na qual as soluções ambientais são buscadas a partir de ferramentas e estudos produzidos majoritariamente em países do Norte global, que nem sempre consideram as especificidades dos países do Sul. Reconhecemos a importância do campo científico nesta problemática, entendemos que ele deve sempre ser acionado e mobilizado – principalmente para enfrentar o negacionismo –, mas que qualquer cobertura sobre o tema não deve se limitar a essa perspectiva, considerando também outras visões e possibilidades de soluções.

Retornando à matéria publicada em 23 de agosto, é evidente já, desde o início do texto, o posicionamento crítico da jornalista sobre o governo, quando ela refere que, enquanto Bolsonaro se preocupava em “achar culpados” para a crise diplomática (SD81), os “problemas reais” – desmatamento, queimadas e a mudança da imagem do Brasil no exterior – estavam acontecendo.

SD81 – Em pouco mais de um mês, o governo Bolsonaro – que já recebia críticas pontuais de outros países desde o início do ano por sua atuação ambiental – azedou de vez o humor estrangeiro após uma sequência de ataques a dados científicos, a instituições e a pessoas. Até ONGs foram acusadas de botar fogo na floresta e governadores foram chamados de coniventes com o problema. Mas enquanto o presidente buscava arrumar culpados por “prejudicar o Brasil lá fora”, foram os **problemas reais, como desmatamento e queimadas**, e suas falas polêmicas que mudaram a imagem do Brasil no exterior.

O veículo recorre aos especialistas para que respondam à questão: “como chegamos a esse ponto?”. Inicialmente, o diplomata Rubens Ricupero, ex-ministro do Meio Ambiente e da Fazenda, indica uma série de medidas implementadas ao longo do primeiro semestre que enfraqueceram a proteção ambiental para mostrar como o país teria chegado “a esse ponto”. Ele pontua a falta de espaço que foi dado ao tema Mudanças Climáticas, a tentativa de fusão do Ministério do Meio Ambiente com o da Agricultura, a colocação de militares nas chefias de órgãos ambientais importantes como Ibama e ICMBio, a paralisação do Fundo Amazônia, entre outros. Na sequência, o jornal descreve outras iniciativas importantes para esse desmonte, como a redução no número de autos de infração aplicados pelos órgãos de fiscalização ambiental. A posição da pesquisadora Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasília, é trazida a seguir. Ela fez parte de uma coalizão de cientistas que analisou os impactos de ações do governo Bolsonaro na esfera ambiental. De acordo com o veículo, a especialista fez um resgate histórico, ponderando que os indicadores de desmatamento já vinham piorando desde antes de Bolsonaro assumir o poder, mas que se agravaram durante sua gestão. Os dois especialistas que aparecem inicialmente na matéria trazem análises contextuais, relacionando as políticas públicas de proteção do meio ambiente com a recente crise ambiental. Já Roberto Rodrigues, membro do Centro de Estudos do Agronegócio (FGV Agro), aparece a seguir destacando como tais movimentos resultaram na piora na imagem do agronegócio brasileiro.

SD82 – Segundo ele, “comunicamos mal” que a **agricultura do Brasil se expandiu nos últimos anos com avanço tecnológico**, com a produtividade crescendo 5 vezes mais do que a área plantada. “Mas desmatamento, queimadas, mesmo numa taxa normal, não são aceitáveis. E o governo precisa para isso ter ações específicas.”

SD83 – Para ele, a questão das queimadas pode ter sido o que faltava para **piorar os ânimos de produtores europeus** que não estavam felizes com o acordo entre Mercosul e União Europeia. “Naturalmente, o problema dos **incêndios** deu argumentação para esses grupos, de **aumentarem a pressão**, o que é legítimo. Ao deixarmos vazar dessa forma, demos os argumentos que faltavam pra eles.”

Pela fala do representante do setor do agro, é trazida a visão de um agronegócio brasileiro que, até o início da gestão Bolsonaro, cultivaria uma imagem positiva no Exterior por estar preocupado com a preservação ambiental e por adotar práticas menos danosas à natureza graças ao “avanço tecnológico”. O jornal não traz informações importantes sobre o setor, como o fato de ele ser o maior responsável pelo desmatamento da Amazônia nas últimas décadas e pelas emissões de gases de efeito estufa no Brasil. De acordo com o especialista, ainda, uma

das principais consequências dos danos ambientais causados pelo enfraquecimento das políticas ambientais é o “desânimo de produtores europeus”. Ainda que não tenha sido usada a palavra “recursos naturais”, o discurso é todo calcado nessa visão da natureza que, em última instância, existe para servir ao mercado. Por último, a matéria reproduz uma rápida entrevista com o climatologista Carlos Nobre, uma das autoridades mundiais em mudanças climáticas. Ele resume os primeiros meses de governo Bolsonaro como um retrocesso aos anos 1970, época em que o discurso desenvolvimentista predominava na política nacional. Então, a natureza era vista como algo a ser dominado, algo que estaria atrapalhando o desenvolvimento. Não havia preocupação com os danos que aquela visão de progresso trazia para o meio ambiente. Não havia a noção de limites da Terra. O especialista aponta, no entanto, a incorporação do discurso do desenvolvimento sustentável como uma superação à essa lógica.

SD84 – É como voltar aos anos 70, quando o **desmate era política pública**. Para retirar empréstimo do banco, tinha de comprovar seu lote desmatado e queimado. **Tínhamos superado isso**. Houve demarcação de terras indígenas. Desde a Eco-92, o País se posicionou na **sustentabilidade**. Houve combate à explosão do desmate em 2003, 2004 e 2005, com fiscalização, inteligência, quadrilhas desbaratadas. Isso, simbolicamente, foi para o lixo.

Nobre traz o acontecimento da Rio-92 como um marco para a superação da visão desenvolvimentista. Este foi, de fato, um dos momentos em que, pela primeira vez, a sociedade ocidental começou a olhar para as consequências ambientais do capitalismo e, dali em diante, outras visões sobre a relação do homem com o meio ambiente passaram a pautar os debates sociais e políticos. No entanto, ao afirmar que o discurso do desenvolvimento sustentável representaria a evolução ao desenvolvimentismo – e não apenas uma dentre as várias visões que evoluíram dali e que contemplam as correntes da ecologia profunda, por exemplo – limita a reflexão para perspectivas que consideram o *status quo* político-econômico como dado. De acordo com o pesquisador, a gestão Bolsonaro teria trazido de volta um discurso prometeico, que não reconhece a crise ambiental e enxerga a natureza como um empecilho a ser superado para manter uma política de desenvolvimento a qualquer custo. Não há espaço, nesta matéria, para um contraponto do governo.

Ainda durante este período, em 2 de setembro de 2019, o Estadão publica mais uma matéria ampla sobre o aumento das queimadas, que resultou em uma crise diplomática, só que dessa vez com foco técnico-científico, oferecendo ao leitor dados que permitem entender o histórico de desmatamento no país por dados e gráficos. Em “Entenda a guerra dos números sobre os focos de queimadas na Amazônia” (Anexo R), a jornalista que assina o texto recorre a

diferentes elementos (dados por satélite, adoção de políticas públicas, condições climáticas, entre outros) para oferecer ao leitor um panorama amplo sobre o acontecimento. Busca, assim, contestar falas do presidente Bolsonaro, que negava a gravidade da situação ao dizer que a Amazônia “não estava queimando tanto assim”. A matéria explica como são compilados os dados de destruição dos biomas, quais tipos de satélites fazem esse monitoramento, fala sobre a importância de se comparar períodos iguais em diferentes anos por questões climáticas que influenciam diretamente a ocorrência de fogo e traz dados históricos que mostram os aumentos e quedas de desmatamento no país relacionando a algumas das principais políticas públicas de proteção dos biomas.

SD85 – Comparar os focos de incêndio para todo o Brasil também tira o foco do real problema neste ano, que são as queimadas na Amazônia. De todos os incêndios registrados até agora (1º de setembro), 52% são no bioma. Então **é preciso olhar para os dados do bioma especificamente.**

SD86 – País. Foi em 2008 que entrou em vigor o principal programa de combate ao desmatamento da Amazônia (PPCDAm), que diminuiu as taxas de desmatamento. **Comparar os dois períodos só olhando os números de queimadas deixa de levar em conta que o cenário começou a mudar a partir de 2008.**

Ao contextualizar a situação daquele momento com dados mais abrangentes e comparando com outros períodos históricos, o veículo fornece ao leitor elementos que permitem uma reflexão mais aprofundada sobre o tema, evitando a reprodução de recortes do acontecimento que distorcem a realidade. Se contrapõe, assim, a uma prática recorrente do governo Bolsonaro, que utilizou diversas vezes uma estratégia de desinformação conhecida como *cherry-picking* (seleção ou supressão de evidências). Este é um tipo de falácia em que se divulga apenas informações favoráveis à tese defendida, ocultando outros dados que fazem parte daquela realidade, e trazem como resultado um cenário muito diferente do que é o contexto mais amplo. Bolsonaro usou essa estratégia, por exemplo, para afirmar que a Amazônia queimou menos nos seus dois primeiros anos de governo (2019-2020) do que nos dois primeiros anos do governo Lula (PT), entre 2003 e 2004. De fato, as taxas foram menores, mas isso ocorreu porque, no início do século, quando Lula começou sua primeira gestão, não havia mecanismos eficientes de proteção à floresta, que foram implementados durante a primeira gestão de Marina Silva como Ministra do Meio Ambiente, de 2003 a 2008, e levaram a quedas importantes nas taxas de desmatamento (o que fica evidente no gráfico 1 (no capítulo 2). Apesar de altas, as taxas de desmatamento nos dois primeiros anos do governo Lula estiveram em queda. Nos anos de governo Bolsonaro, aumentaram sistematicamente.

É neste texto que, pela primeira vez na cobertura do Estadão, o PPCDAm é mencionado, sendo referido como o “principal programa de combate ao desmatamento da Amazônia”. Não há, no entanto, uma contextualização sobre o processo de desmonte do programa, que já estava em curso, mas se concretizou meses depois por meio de decreto. Este tipo de análise ofertado pelo jornal, que contextualiza, apresenta dados e estabelece relações vai ao encontro da ideia de que todo jornalismo sobre meio ambiente deveria partir de uma visão complexa sobre os acontecimentos, englobando diferentes aspectos. De acordo com Girardi et al. (2012, p. 147), neste tipo de jornalismo, “tudo é informação, incluindo o próprio ambiente, o espaço e as diferentes manifestações que abriga. Este pressupõe uma prática que, partindo do tema ecológico, englobe os vários matizes nos quais este tema se desdobra, suas diversas tematizações possíveis (...)”. Apesar de não esgotar o assunto, ao trazer um enquadramento exclusivo na ciência do desmatamento, apresenta ao leitor uma angulação diferente daquela que estava sendo o tom da cobertura, cujo enfoque maior era nos embates políticos e soluções a partir da perspectiva sustentável.

O próximo pico de atenção (3) dado pelo Estadão ocorre entre os meses de novembro e dezembro de 2019, período em que aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP-25 (2 a 13 de dezembro de 2019), evento que reúne anualmente chefes de Estado para debater a crise climática e buscar soluções. A COP-25 inicialmente teria como sede o Brasil, mas acabou sendo transferida para o Chile e, posteriormente, para a Espanha. O país havia oferecido sediar o evento em 2017, durante a gestão de Michel Temer, quando o ministro do Meio Ambiente era Sarney Filho. No ano seguinte, a oferta foi aceita, mas, quando Bolsonaro foi eleito, retirou a proposta. Esta foi a primeira COP em que o Brasil participou com uma delegação do governo bolsonarista, e ocorreu em meio à crescente crise diplomática decorrente do enfraquecimento das políticas ambientais e do aumento nas taxas de desmatamento. Neste período, o jornal publica algumas matérias sobre dados da destruição dos biomas e outras relacionando a crise gerada pela paralisação do Fundo Amazônia com a presença do país no evento. Em 19 de novembro, uma publicação intitulada “Conter desmatamento na Amazônia passa por monitoramento e fiscalização, dizem especialistas” (Anexo S) traz o ponto de vista de diversos especialistas ambientais sobre o panorama ambiental do país, indicando possíveis soluções. O foco da matéria é nas causas que levaram a essa elevação da destruição dos biomas, com uma ênfase nas decisões políticas que foram sendo tomadas ao longo do ano. O veículo traz, assim como na matéria publicada em setembro, um retrospecto das decisões políticas que levaram ao desmantelamento de órgãos de fiscalização, reforça o valor das políticas de preservação, mas traz como soluções possíveis aquelas

relacionadas às práticas de desenvolvimento sustentável. O primeiro especialista ouvido é o engenheiro ambiental Raoni Rajão, pesquisador da Universidade Federal de Minas. Na sua fala, ele afirma que a consequência “direta do desmonte da política ambiental” é o enfraquecimento da fiscalização, conforme a SD87. Já a especialista que aparece a seguir, a climatologista Thelma Krug, também relaciona a crise ambiental do país com a flexibilização das políticas de controle e proteção da floresta (SD88), além de pontuar a expansão de monoculturas (cana-de-açúcar) como um dos vetores do desmatamento.

SD87 – “De janeiro a setembro, o número de **autuações de crimes contra a flora na Amazônia Legal caiu 40%** com relação ao mesmo período de 2018. O que vemos é **consequência direta do desmonte da política ambiental**”, disse o pesquisador Raoni Rajão, da Universidade Federal de Minas Gerais.

SD88 – “O que até hoje **mostrou ter efeito foi o monitoramento e controle**. Na hora que se alivia isso, não tem jeito, o desmatamento vai subir. A gente já sabe que tem de botar dinheiro nisso e que é prioridade. A gente sabe que a grilagem ocorre nas terras públicas sem destinação. O controle tem de estar lá”, diz a pesquisadora Thelma Krug, do Inpe, uma das responsáveis pela implementação do Prodes e pelo PPCDAM. Ela também **critica a potencial expansão da cana na Amazônia e no Pantanal**, com a revogação de decreto que vetava esse tipo de cultivo nos dois biomas.

Nas duas falas, o que predomina é uma visão técnica, sem uma explícita valoração econômica, ambiental e/ou social da natureza. O discurso calcado na ciência fica evidente também quando ambos os especialistas criticam falas negacionistas do governo. A matéria adota um tom crítico à gestão federal, mas expõe, ao final, o contraponto do ministro Salles, que, de acordo com o veículo, “rechaçou a conexão entre o aumento do desmate e as declarações de integrantes da gestão Bolsonaro”.

Após apresentar aos leitores as possíveis causas do aumento nas taxas de desmatamento e queimadas pela visão de especialistas ambientais (SDs 87 e 88), o veículo recorre a outros pesquisadores para indicar quais seriam as soluções mais eficientes para reverter o quadro.

SD89 – A pesquisadora Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasília (UnB), pondera que a série histórica de desmate indica que, **mesmo com todo o sucesso dos mecanismos de comando e controle, ainda se permanecia com uma taxa residual de supressão da floresta**, o que já indicava a **necessidade de avançar mais nos mecanismos de desenvolvimento sustentável**.

SD90 – O economista Ricardo Abramovay, da Universidade de São Paulo (USP), concorda com Mercedes: “A grande chance de mudar o jogo está numa

**aliança entre ativistas, populações tradicionais, empresários que já investem na economia da floresta em pé** e governadores que percebem o imenso prejuízo para seus Estados da **economia da destruição da natureza**”, disse.

A visão da bióloga e pesquisadora Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasília (UnB) é trazida pelo jornal como um certo contraponto aos pesquisadores ouvidos no início do texto. De acordo com a especialista (SD89), somente políticas de proteção não seriam suficientes para melhorar o cenário, mas sim a implementação de mecanismos de desenvolvimento sustentável na floresta. A fala dela é corroborada pelo economista Ricardo Abramovay, da Universidade de São Paulo (USP), que defende, como fundamental, uma aliança entre populações tradicionais, ativistas e empresários para garantir a proteção da floresta (SD90). Note que essa aliança, de acordo com ambos os especialistas, é calcada na ideia de desenvolvimento sustentável a partir da concepção de que os povos da floresta estariam alinhados com determinadas políticas de exploração da natureza. São visões fortemente vinculadas à FD reformista e imaginativa. As vozes desses povos não são ouvidas, o que impede o leitor de ter uma visão mais abrangente sobre suas percepções em relação ao território em que vivem. Apesar de trazer uma crítica à política de governo, a matéria prioriza fontes que ajudam a construir uma proposta de solução para a crise ambiental vinculada à ideia de que o ambiente não é um sistema em separado dos sistemas sociais e econômicos, e que o crescimento econômico, a justiça social e a sustentabilidade de longo prazo são objetivos que se fortalecem mutuamente, numa relação de cooperação. Há um reforço da ideia de que os grandes responsáveis pela destruição dos biomas brasileiros são as atividades ilegais, sem que haja um questionamento em relação às atividades regulamentadas do setor do agronegócio. O enfoque é nas soluções técnicas e econômicas, e a questão se fecha em torno da ideia de que não há alternativas que não aquelas vinculadas à manutenção do crescimento econômico e do sistema capitalista. A natureza é enquadrada, mais uma vez, a partir de seu valor utilitário, estando a serviço da sociedade.

Já nos primeiros dias da COP-25, em 3 de dezembro, o Estadão publica uma das únicas matérias em que contextualizam a presença do Brasil no evento com o imbróglio gerado pela paralisação do Fundo Amazônia. Intitulada “Sem cumprir meta de desmatamento, Brasil vai à Conferência do Clima pedir mais recursos” (Anexo T), a publicação adota, mais uma vez, um tom crítico ao rumo que a política ambiental tomou desde a posse de Bolsonaro, e foca no desafio que o governo deverá enfrentar na conferência global para “superar as críticas internacionais que recebeu ao longo do ano”. Ao indicar que o desmonte do Fundo Amazônia

pesará contra o governo brasileiro, a jornalista que assina o texto aponta algumas das possíveis estratégias que serão usadas pelo ministro Salles para reverter o corte de recursos de outros países à proteção da floresta, e reforça algumas das diretrizes adotadas pelo governo ao longo do ano, como a ameaça de sair do Acordo de Paris. As falas do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo (SD91), são destaque.

SD91 – Ao mesmo tempo, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, **questionou diversas vezes até mesmo a existência do aquecimento global e a responsabilidade humana sobre ele** – o que é considerado **inequívoco por quase a totalidade dos cientistas de clima**.

O tom usado na matéria, ao reproduzir o posicionamento negacionista do ministro e contextualizar o que a comunidade científica diz sobre o aquecimento global, mostra uma posição inequívoca do Estadão de defesa de visões que se alinham à ciência. Refuta, assim, visões alinhadas à FD prometeica. A seguir, a matéria mostra que manifestações da sociedade civil nas ruas de Madrid também marcaram o início das negociações. O destaque a essas vozes, ainda que secundário, coloca-as também como atores importantes no contexto de debates sobre a crise ambiental. Ao afirmar que “a pressão da ciência se junta à das ruas”, o veículo contextualiza os leitores sobre os diversos protestos que vêm acontecendo ao longo do ano encabeçados pela sueca Greta Thunberg, jovem que virou símbolo da luta contra a crise climática.

Na sequência do texto, são elencadas falas de membros do governo que iriam ser expostas na conferência com o objetivo de mostrar resultados positivos da política ambiental durante o ano de 2019. Para cada uma, o Estadão contextualiza os leitores a partir de uma visão mais abrangente e complexa, relativizando o viés dos recortes feitos pelo governo e mostrando que eles seriam, na verdade, uma distorção. A ênfase às possíveis soluções para reverter a visão pessimista dos países em relação ao Brasil é trazida pela fala de Paulo Braga, do Itamaraty. Ele expõe alternativas propostas pelo próprio governo, que não só relativiza o problema, como aponta na tecnologia o caminho para resolvê-lo. Defende que o Brasil estaria seguindo uma trajetória positiva de redução das emissões de gases de efeito estufa (SD92), e que isso poderia ser intensificado com “implementação e transferência de tecnologias”. Ainda, destaca o papel fundamental da transição energética no combate às mudanças climáticas.

SD92 – Paulo Braga, do Itamaraty, que vai chefiar os negociadores, confirmou essa posição. “O **Brasil segue da trajetória de cumprir suas metas**. Queremos ambição para meios de **implementação e transferência de tecnologia**.” Traduzindo do diplomatiquês, o País deve mais cobrar do que dar.

SD93 – “Tratar de **florestas é importante, mas não vamos mudar o que está acontecendo se não falar de transição energética**, daqueles **setores que são os maiores emissores**, que têm a maior contribuição para a mudança do clima. Todo mundo tem de fazer sua parte, mas somos bem defensores de que sem cortar emissões de energia, talvez o resto será um esforço em vão”, disse, sinalizando como deve ser a posição do País na COP.

Além de haver uma evidente negação do efeito do aumento das emissões de gases de efeito estufa no Brasil devido à destruição da floresta, a fala do diplomata recorre a outras duas estratégias que foram recorrentemente usadas nos discursos do governo: a de apontar soluções a partir da ideia de privatizar os recursos naturais e inseri-los no sistema de mercado por meio de novas tecnologias; e a de se isentar da responsabilidade pela crise climática, atribuindo-a a outros países. Ao dizer que a solução está na “transição energética”, o diplomata relativiza o papel das emissões oriundas do desmatamento – maior fonte de emissões no país, que está entre os cinco maiores emissores do mundo –, e aponta como principal solução uma mudança que permita a continuidade do crescimento econômico e desenvolvimento por meio de novas fontes de geração de energia. É importante destacar que, dias depois, em 10 de dezembro, o jornal publicou uma outra notícia, ainda que curta, sobre a apresentação de um estudo feito por pesquisadores brasileiros na COP-25, indicando que a falta de políticas públicas no Brasil que levassem à queda do desmatamento na Amazônia nos próximos anos tornaria quase impossível o país cumprir suas metas de redução das emissões de gases poluentes estabelecidas no Acordo de Paris.

Após a COP-25, é somente entre os meses de junho, julho e agosto de 2020 que identificamos um novo momento considerado crítico pelo jornal (4), que aumenta a cobertura sobre os o desmonte das duas políticas ambientais aqui analisadas. Este é o único período em que a maior parte das matérias é publicada na editoria de Economia (veja tabela 4). O foco da cobertura é na publicação de uma carta assinada por empresários que ameaçavam retirar investimentos do país caso as taxas de desmatamento seguissem aumentando, e na reação do governo frente a essa ameaça. É interessante observar que, neste mesmo período, partidos políticos haviam entrado com três ações contra o ministério do Meio Ambiente pela paralisação de mecanismos de proteção dos biomas brasileiros, fato que foi divulgado pelo jornal em uma matéria curta, mas que não teve desmembramentos em outras publicações.

A primeira matéria mais ampla deste período, publicada na editoria Economia em 23 de junho, traz uma contextualização sobre a paralisação do Fundo Amazônia a partir desta manifestação de instituições financeiras, que enviam uma carta ao governo brasileiro com um enfoque exclusivo nas consequências econômicas do aumento do desmatamento. O veículo

resgata uma notícia do periódico americano Financial Times sobre a publicação de uma nota assinada por quase 30 instituições financeiras exigindo que o governo brasileiro freasse o crescente desmatamento. Com o título “Investidores ameaçam sair do Brasil se destruição da Amazônia não parar, diz Financial Times” (Anexo U), o jornal adota um tom catastrófico para se referir aos possíveis danos econômicos na desproteção da floresta. Já no início do texto, reproduz trechos da carta que condiciona o aumento do desmatamento a uma crescente insegurança sobre investir no país, conforme as SDs 94 a 96.

SD94 – Para o grupo, a continuidade da prática criou "uma **incerteza generalizada sobre as condições para investir ou fornecer serviços financeiros ao Brasil**".

SD95 – “Considerando o aumento das taxas de desmatamento no Brasil, **estamos preocupados com o fato de as empresas expostas a desmatamento potencial em suas operações e cadeias de suprimentos no Brasil enfrentarem uma dificuldade** crescente de acessar os mercados internacionais. Também é provável que os títulos soberanos brasileiros sejam considerados de alto risco se o desmatamento continuar”, escreveram, conforme reproduziu o jornal.

SD96 – "Como instituições financeiras, que têm o dever fiduciário de agir no melhor **interesse de longo prazo de nossos beneficiários**, reconhecemos o **papel crucial que as florestas tropicais desempenham no combate às mudanças climáticas, protegendo a biodiversidade e assegurando serviços ecossistêmicos**", afirmou a carta, assinada por 29 instituições financeiras que gerenciam mais de US\$ 3,7 trilhões em ativos totais.

O sentido utilitário da natureza, cujo valor é calcado no seu valor econômico, é evidente nos trechos reproduzidos pelo veículo, mesmo quando reconhecem os impactos da proteção ambiental para além das trocas comerciais. Na SD96, identificamos essa referência ao papel crucial da floresta para combater as mudanças climáticas, proteger a biodiversidade e suas funções ecossistêmicas. No entanto, nas SD95 e SD94, percebemos que tais valores importam porque refletem no bem-estar dos beneficiários das empresas, ou seja, nos seus clientes.

O tom alarmista aparece ao longo de toda a matéria (SDs 97 e 98), quando são reproduzidas as falas de outros empresários do setor de investimentos, que ameaçam retirar negócios do país caso as taxas de desmatamento não diminuam. Ainda que tragam uma visão mais ampla sobre a crise ambiental (mudanças climáticas, biodiversidade, entre outros), são discursos que mais remetem à FD reformista e prosaica, uma vez que entendem que o meio ambiente pode ser tanto desencadeador como solucionador de problemas por meio de soluções

que passam pelo mercado, “colocando etiquetas de preços em danos e benefícios ambientais” (DRYZEK, 2013, pag. 15).

SD97 – “Eventualmente, se não virmos esse tipo de mudança, o risco de permanecer investido poderá chegar a um ponto em que **não permaneceremos investidos**”, continuou.

SD98 – Um gerente de portfólio de um grupo europeu de gerenciamento de ativos, que assinou a carta, disse: “Não é apenas uma ameaça. **Consideraríamos desinvestir**. Acreditamos que o Brasil pode enfrentar desafios econômicos estruturais se não ajustar seu curso de ação.”

Após apresentar as ameaças dos investidores, a matéria contextualiza a crise ambiental, descrevendo os movimentos políticos que levaram à paralisação do Fundo, porém não traz outras vozes para apresentar diferentes perspectivas sobre o tema. Privilegia as fontes e o enfoque do jornal americano, sem problematizar o desmantelamento das políticas ambientais para além dos prejuízos comerciais. O enquadramento é majoritariamente sob a visão econômica e mercadológica.

Uma segunda publicação mais contextualizada neste período data de 10 de julho, quando o Estadão traz um compilado sobre a atuação do governo naquele momento, que se mobilizou para apresentar um discurso aos investidores estrangeiros indicando que a situação não estaria tão grave, período em que as taxas de destruição eram as mais altas dos últimos cinco anos. Na matéria “Desmatamento na Amazônia em junho é maior em 5 anos, apesar de ação militar e pressão externa” (Anexo V), são apresentados alguns dos argumentos do governo para tentar convencer os empresários a seguir investindo no país, ao mesmo tempo em que o veículo contrapõe tais argumentos com dados científicos. O foco da matéria é na tentativa do vice-presidente Hamilton Mourão de negociar com os empresários, mas, ao fazer isso, o Estadão não deixa de oferecer ao leitor informações relevantes que mostram outros ângulos do acontecimento.

SD99 – **O desmatamento da Amazônia manteve o ritmo de alta no mês de junho**, mesmo com uma ação de militares na região desde maio e com a **pressão que vem sendo feita por investidores estrangeiros** para que o governo controle o problema.

É interessante observar que, mesmo adotando um tom crítico às medidas tomadas pelo governo Bolsonaro, o jornal traz como principais atores da discussão investidores e governos (SD99), sem considerar as demandas e visões de outros setores igualmente afetados com a crise ambiental. Comunidades indígenas que se beneficiavam de programas não são ouvidas, e

organizações do terceiro setor, cujos programas de proteção da Amazônia foram diretamente afetados por medidas como a paralisação do Fundo Amazônia, aparecem somente no final do texto.

SD100 – Nesta quinta-feira, 9, o vice-presidente **Hamilton Mourão**, que coordena o Conselho da Amazônia e também a Operação Verde Brasil 2, **liderou uma reunião de ministros com investidores estrangeiros** a fim de **tentar melhorar a imagem do País no exterior**, que vem sendo cobrado para reduzir a destruição da Amazônia.

SD101 – Ele procurou **retirar qualquer responsabilidade do governo sobre o avanço do desmatamento** e declarou que **as críticas internacionais** sobre a derrubada da floresta no País refletem **interesses comerciais e disputa geopolítica**, por causa da **força do Brasil no agronegócio**.

A mobilização feita pelo vice-presidente se dá a partir da necessidade de “melhorar a imagem do Brasil no exterior”, e não necessariamente de reduzir as taxas de desmatamento para a proteção da biodiversidade. Na SD101, é possível identificar um tom crítico do jornal ao reproduzir a visão de Mourão, que, repetindo a estratégia do governo, isenta-se da responsabilidade pelo desmatamento, atribuindo a situação “a interesses comerciais e disputas geopolíticas”. O Estadão fornece ao leitor diversos dados sobre as crescentes taxas de destruição detectadas por diferentes satélites, e reitera que o vice-presidente “demonstra desconhecimento sobre como funciona o monitoramento da região”. Assim, o veículo se posiciona mais uma vez contra um discurso vinculado à FD prometeica, que nega a ciência quando lhe convém. Posiciona-se, dessa forma, reconhecendo a crise ambiental como um fato, sem margem para questionamento. O questionável, de acordo com o veículo, são as posições do mandatário. Para trazer um outro olhar sobre o tema, o veículo busca fontes de funcionários dentro dos órgãos oficiais de fiscalização ambiental que vinham sendo desmantelados desde o início da gestão Bolsonaro. Em condição de anonimato, eles revelam diversas dificuldades que foram surgindo ao longo dos meses para cumprir com suas funções devido às mudanças implementadas pelo governo. Criticam, com maior ênfase, a atuação de militares na Amazônia a partir de um projeto que veio substituir o já bem-sucedido PPCDAm. Meses antes, Mourão havia decretado uma nova Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para atuar na região, a chamada Operação Verde Brasil 2. A operação não foi capaz de reduzir as crescentes taxas de desmatamento e de queimadas. A posição crítica dos funcionários é reforçada pela fala de representantes de organizações não governamentais que atuam na região.

SD102 – Cristiane Mazzetti, da campanha de Amazônia da organização, disse por meio de nota que para mitigar e reverter os danos à floresta e à imagem do País é preciso mais. "Precisamos de resultados concretos, e para isso será necessário **um plano robusto para conter tamanha destruição, na linha do que foi o PPCDAM** (*plano de combate ao desmatamento que vigorou nas últimas gestões*), a começar por ações de comando e controle em caráter permanente e executadas por órgãos competentes e bem aparelhados. Este é um caminho, já conhecido, que este governo insiste em ignorar", disse.

Na SD102, a fala da especialista Cristiane Mazzetti, do Greenpeace, deixa claro que a solução para resolver a crise ambiental é retomar mecanismos de fiscalização e proteção que já foram eficientes em outros momentos. Não há nenhuma referência, ao longo de todo o texto, sobre o papel da implementação de ações que visassem o desenvolvimento sustentável da região. Ainda que o foco da matéria seja a tentativa do governo de responder a investidores estrangeiros, o veículo não oferece ao leitor soluções dentro do âmbito mercadológico. Oferta, assim, um outro caminho para a solução da crise ambiental.

O último pico de atenção dado pelo veículo (5) durante o recorte desta pesquisa foi entre os meses de outubro e novembro de 2020, quando novas auditorias são realizadas pelo TCU em uma nova tentativa de destravar a paralisação do Fundo. Neste período, identificamos uma matéria mais ampla sobre o assunto, em 23 de outubro. Com o título “Travado desde 2019, Fundo Amazônia congela R\$ 1,4 bi para 40 projetos ambientais” (Anexo X), a publicação traz um panorama sobre o processo de desmonte do programa e avalia alguns dos prejuízos. A ênfase é no potencial do Fundo de reduzir o desmatamento e de promover “práticas econômicas sustentáveis” (SDs 103 e 104).

SD103 – A suspensão tem duas consequências principais. Primeiro, atinge ações de fiscalização contra o **desmatamento ilegal e combate a queimadas**, a cargo dos governos locais. O fundo financiou equipamentos para Ibama e Corpos de Bombeiros estaduais, assim como iniciativas de cadastramento de propriedades rurais pelos Estados.

SD104 – A outra consequência do congelamento do Fundo Amazônia é a **inviabilização de projetos de fomento a práticas econômicas sustentáveis**. São iniciativas que, além de contribuir para a diminuição da derrubada da floresta, poderiam **impulsionar a economia de baixo carbono na Região Amazônica**.

O Fundo Amazônia tinha, além das funções descritas pelo veículo e apontadas nas marcas das SDs 103 e 104, que estão vinculadas a mecanismos de desenvolvimento sustentável, outras diretamente ligadas à proteção dos povos da floresta e manutenção de seus estilos de vida. No entanto, o impacto positivo do Projeto é apresentado pelo seu potencial de manter o desenvolvimento ao “impulsionar a economia de baixo carbono”. Não há, mais uma vez, um

questionamento sobre a manutenção de uma lógica de crescimento e desenvolvimento, mesmo que calcado nos princípios da sustentabilidade e da modernização ecológica. O veículo apresenta estudos acadêmicos e análises de ONGs que, ao pontuarem os objetivos de determinados projetos paralisados pelo Fundo, evidenciam esse viés fortemente ligado à FD reformista imaginativa, o que fica evidente nas SDs 105 a 108.

SD105 – Os projetos das ONGs, geralmente, são voltados para capacitação técnica de pequenos produtores locais. Focam comunidades ribeirinhas e indígenas, alguns ficam em assentamentos de reforma agrária. Desenvolvem **atividades econômicas alternativas**, evitando plantios predatórios ou mesmo o arrendamento de terras para grandes produtores e madeireiros

SD106 – No rol de pedidos congelados, está um projeto do Ipam com foco em assentamentos. Previa o **fortalecimento de cadeias produtivas de açaí e de cacau**.

SD107 – O Instituto Socioambiental (ISA) também tem suspenso um pedido, para o **desenvolvimento de cadeias produtivas do extrativismo**, como a coleta de castanhas e a produção de óleos.

SD108 – A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) também deixou de levar adiante um projeto de R\$ 60 milhões para desenvolver **atividades baseadas na bioeconomia de recursos nativos**.

Dryzek (2013) explica que, desde que o conceito de desenvolvimento sustentável se tornou popular nas esferas políticas, muitos sentidos foram sendo atribuídos a ele. Alguns se mantiveram fiéis à ideia de priorizar a proteção ambiental, enquanto outros focaram no desenvolvimento econômico como prioridade. Dentre eles, derivou o da “modernização ecológica”, que seria aquele que aborda a reestruturação da economia política capitalista ao longo de linhas mais ambientalmente defensáveis. A chave deste discurso é o de que há dinheiro a ser ganho nessa reestruturação e transição. “Em um nível, a modernização ecológica diz respeito à busca de tecnologia de produção verde e, especialmente, de energia limpa. Mas essa busca também abre portas para possibilidades intrigantes de transformação mais completa” (DRYZEK, 2013, p.146-147). Ao longo desta cobertura, foi possível identificar uma repetição de discursos vinculados à FD reformista imaginativa que, de acordo com Dryzek, apesar de não ser radical, é a mais próxima de evoluir para uma visão que superaria a lógica da sociedade industrial, uma vez que reconhece o valor da justiça social e da conservação do meio ambiente para além de sua valoração unicamente econômica. Corroborando com esta perspectiva, Leff (2001, p. 49) entende que são os desafios que surgem a partir do conceito de desenvolvimento

sustentável e modernização ecológica que indicam a necessidade de formar capacidades para orientar um desenvolvimento fundado em bases ecológicas de

[...] equidade social, diversidade cultural e democracia participativa. Isto estabelece o direito à educação, à capacitação e à formação [...] que permita a cada pessoa e cada sociedade produzir e apropriar-se de saberes, técnicas e conhecimentos para participar na gestão de seus processos de produção, decidir sobre suas condições de existência e definir a sua qualidade de vida. (LEFF, 2001, p. 49)

A cobertura do Estadão sobre o desmonte dos dois principais mecanismos de proteção da Amazônia ao longo dos primeiros anos de governo Bolsonaro (2019-2020) abordou o tema a partir de diferentes enfoques, que consideraram principalmente questões políticas, geopolíticas e ambientais, sempre calcadas em um olhar técnico-científico. Apesar de as fontes oficiais serem majoritárias, foi possível identificar uma pluralidade maior de vozes, com destaque para especialistas ambientais de diferentes esferas e representantes do terceiro setor. Apesar dessa pluralidade de enfoques, identificamos que as ofertas de sentido estavam fortemente vinculadas a uma ideologia antropocêntrica. De acordo com David Orrell (apud CORBETT, 2018, p.137), a compreensão da natureza a partir de um olhar científico, ainda que não esteja atrelado diretamente ao valor econômico da floresta, é atravessado pela visão do homem como centralidade porque

nós, da sociedade industrial, ainda tendemos a ver o mundo em termos objetivos, como algo a ser manipulado e controlado, escravos das leis das causas e consequências (...). Ao transformar a natureza em um objeto, nós podemos controlá-la. A gente nega a vida existente nela. A gente escolhe proteger a natureza somente se valoramos ela.

As visões de outros atores importantes e diretamente afetados pelas decisões governamentais sobre a proteção da Amazônia – como os povos da floresta, que muitas vezes rompem com essa perspectiva utilitarista da natureza – não foram reproduzidas pelo jornal.

A valoração econômica da Amazônia, ou seja, o uso de seus recursos para fins mercadológicos não foi o enfoque mais recorrente quando relacionado à destruição da floresta, mas aparece de forma consistente quando são apontadas soluções, em sua maioria calcadas nos princípios do desenvolvimento sustentável e da incorporação de novas tecnologias. O principal enfoque do jornal, no entanto, foi nas consequências locais e globais do processo de desmonte das políticas ambientais, com ênfase aos dados técnicos sobre aumento de desmatamento e queimadas e aos embates geopolíticos. No quadro 6, apresentamos os principais eixos discursivos a partir das repetições em relação aos principais temas que foram a tônica da cobertura: Amazônia a partir de um olhar técnico-científico, políticas de proteção da floresta

(Fundo Amazônia e PPCDAm) e seu potencial de proteger a floresta, consequências do desmonte das políticas ambientais, soluções tecnológicas e de desenvolvimento sustentável.

**Quadro 7** – Eixos do discurso de O Estado de São Paulo

<b>Amazônia, olhar técnico e estratégico</b>	<b>Políticas de proteção da floresta</b>	<b>Consequência, destruição da floresta e crise geopolítica</b>	<b>Soluções: tecnologia e desenvolvimento sustentável</b>
Redução dos efeitos das mudanças climáticas	combate ao desmatamento	virou foco de uma crise	desenvolvimento sustentável na região amazônica
povos originários e tradicionais que vivem para e pela floresta em pé	redução dos efeitos das mudanças climáticas	Acordos comerciais entre a União Europeia e o Mercosul	construção de um modelo economicamente sustentável na Amazônia
combate às mudanças climáticas	fiscalizar regiões que eram alvo de forte desmatamento	piorar os ânimos de produtores europeus	alternativas econômicas que possam garantir a sustentabilidade da floresta em pé
florestas é importante	fins de conservação e uso sustentável de florestas	aumento do desmatamento	alternativas econômicas sustentáveis para a região
combate às mudanças climáticas	melhores práticas globais de governo aberto e participação democrática	aumento das emissões brasileiras de gases do efeito estufa	avançar mais nos mecanismos de desenvolvimento sustentável
biodiversidade e assegurando serviços ecossistêmicos	impactos mensuráveis na redução do desmatamento	desmatamento e queimadas	aliança entre ativistas, populações tradicionais, empresários que já investem na economia da floresta em pé
cadeias produtivas	reduzir o desmatamento	desmatamento da Amazônia manteve o ritmo de alta no mês de junho	implementação e transferência de tecnologia
recursos nativos	autuações de crimes contra a flora na Amazônia Legal caiu 40%	incerteza generalizada sobre as condições para investir ou fornecer serviços financeiros ao Brasil	projetos de fomento a práticas econômicas sustentáveis
	mostrou ter efeito foi o monitoramento e controle	empresas expostas a desmatamento potencial em suas operações e cadeias de suprimentos no Brasil enfrentarem uma dificuldade	impulsionar a economia de baixo carbono na Região Amazônica
	contra o desmatamento ilegal e combate a queimadas	Consideraríamos desinvestir	atividades econômicas alternativas
			atividades baseadas na bioeconomia de recursos nativos

**Fonte:** elaborada pela autora (2023)

Ao tensionarmos os eixos identificados na análise discursiva com os mapeamentos quantitativos, encontramos uma relação direta entre a pluralidade de vozes e a diversificação de visões apresentadas pelo veículo. A variedade de enquadramentos, que apareceu nos enfoques da análise quantitativa, também ficou demonstrado na análise discursiva, ainda que esta leitura aprofundada tenha nos permitido identificar que, apesar dessa pluralidade de enfoques, eles não extrapolaram a visão utilitarista da natureza. Isso ficou evidenciado também a partir das soluções apresentadas pelo Estadão para enfrentar a crise ambiental, que foram majoritariamente ligadas ao desenvolvimento sustentável e à implementação de novas tecnologias, o que mostra uma oferta de sentidos que não se deslocam do hegemônico, que situa e valora a natureza a partir de um posicionamento acrítico em relação à sociedade industrial-capitalista.

Concluimos, assim, que a FD reformista imaginativa foi predominante na cobertura do veículo. Ela esteve calcada em uma visão mais complexa sobre a crise ambiental a partir da concepção de que os seus reflexos são tanto locais quanto globais e englobam diferentes esferas, como a social, a ambiental e a econômica. Traz uma perspectiva, no entanto, que entende ser possível encontrar uma harmonia entre o modelo de sociedade vigente e seus sistemas culturais, morais e econômicos, e a proteção do meio ambiente. As soluções estão vinculadas à reestruturação leve da economia política capitalista ao longo de linhas mais ambientalmente defensáveis, por meio de políticas de desenvolvimento sustentável e introdução de tecnologias mais “limpas”, que permitam a continuidade do crescimento econômico sem a necessidade de uma transformação mais complexa nas sociedades ocidentais. O enquadramento do Estadão pode ser definido da seguinte forma: as taxas de desmatamento da Amazônia refletem o desmantelamento das políticas ambientais de proteção da floresta, afetando as relações políticas e comerciais com outros países. As soluções estão no aprimoramento de práticas de desenvolvimento sustentável e introdução de novas tecnologias.

Ao analisarmos os discursos reproduzidos e reforçados pelos dois veículos, percebemos que há uma visão específica de cada jornal sobre as causas e consequências do processo de desmonte das políticas de proteção da Amazônia a partir dos enquadramentos discursivos identificados. Apreendemos que, desde a seleção dos temas, fontes utilizadas, enfoques e critérios de noticiabilidade, o acontecimento vai se constituindo para o leitor a partir do lugar discursivo que os veículos hegemônicos ocupam, considerados autorizados para a enunciação a respeito das questões públicas. Enquanto a ênfase da Folha de S.Paulo está na valoração econômica da floresta e nas consequências geopolíticas e mercadológicas de sua destruição, o

Estadão oferece ao leitor um olhar um pouco mais amplo, que considera esses vieses sem deixar de lado outros aspectos do acontecimento, como os efeitos do enfraquecimento das políticas ambientais para a crise climática global. A análise discursiva nos permite enxergar, no entanto, que apesar desses deslizamentos de sentidos ocorrerem dentro dos veículos (ao longo da cobertura) e entre eles, há o predomínio de discursos empenhados em orientar gerenciamentos dos recursos naturais no sentido de assegurar condições necessárias à manutenção do crescimento econômico. São, portanto, visões com nítida filiação antropocêntrica, mas que estimulam diferentes valorações do mundo natural. São, ao fim, visões que se contrapõem ao discurso oficial do governo, mas cuja contestação se dá dentro de um mesmo espectro ideológico, em que o homem se mantém como figura central, a natureza como recurso, e o sistema capitalista como dado.

No capítulo seguinte, aprofundaremos essas reflexões sobre os sentidos ofertados pelos veículos a partir dos enquadramentos discursivos identificados e as ideologias a que estão atrelados para, a partir daí, refletir sobre se/como os dois jornais contribuíram para um maior aprofundamento sobre a crise política e ambiental que se instaurava no país a partir das premissas do Jornalismo Ambiental.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Hoje vi um beija flor assentado no  
 batente de minha janela.  
 Ele riu para mim com suas asas a mil.  
 Pensei nas palavras de minha avó:  
 Beija-flor é bicho que liga o mundo  
 de cá com o mundo de lá.  
 É mensageiro das notícias dos céus.  
 Aquele-que-tudo-pode fez deles seres ligeiros para que  
 pudessem levar notícias  
 para seus escolhidos.  
 Quando a gente dorme pra sempre,  
 acorda beija-flor  
 (Daniel Munduruku, na obra *Meu  
 Vo(o) Apolinário*)*

Temos uma enorme facilidade de prever e imaginar fins de mundo, mas uma incapacidade quase absoluta de imaginar o fim do capitalismo. Na ficção, um amontoado de séries e filmes ilustram, de forma cada vez mais criativa, o dia em que nosso modo de vida esgotará a viabilidade da vida na terra. Nos meios de comunicação, a reprodução de previsões catastróficas aponta para a aproximação, cada vez mais rápida, destes cenários apocalípticos. Nas ciências exatas, dados, cálculos e projeções indicam de que forma este futuro se manifestará (ou já está se manifestando). Capra (2006a) entende que a crise ambiental é consequência de um entrelaçamento entre aspectos biológicos, sociais e econômicos que formaram um padrão de teia, no qual as ações e reações repercutem em várias esferas. A imutabilidade de alguns desses aspectos – como a nossa concepção sobre o modo de vida da sociedade ocidental – é que nos levou à era do Antropoceno, caracterizada pela consolidação de uma racionalidade instrumental e pelo enraizamento da lógica econômica guiada pelo capitalismo. Isso se manifesta pela internalização de valores e percepções sobre nosso lugar no mundo que nos afastam de uma ontologia relacional (ou não dualista), da qual decorre uma visão que desconstrói a imagem antropocêntrica. É por isso que esta Era geológica se configura como um momento de crise, em que a insustentabilidade do modelo de sociedade vigente requer respostas rápidas, profundas e guiadas pela emergência de uma racionalidade ambiental ou até pela construção de um novo

paradigma que dê conta das complexidades que se apresentam diariamente para desenhar um futuro possível. Mas para que uma mudança ocorra, ela precisa ecoar nos espaços legitimados do dizer – aqueles ambientes ou contextos em que o discurso é autorizado, aceito ou reconhecido.

Nos anos recentes no Brasil, mais especificamente entre os anos de 2019 e 2022, durante a gestão de Jair Bolsonaro, as portas das esferas políticas se fecharam para esse diálogo de saberes que vêm se consolidando desde a percepção sobre a crise ambiental. Abriram-se, no entanto, para discursos retrógrados que, ao negar a ciência, reforçaram visões já superadas sobre a possibilidade de desenvolvimento sem limites, de natureza como recurso infinito. Foi um período em que o papel desempenhado por outros espaços legitimados do dizer, como o jornalismo, fizeram-se fundamentais para estruturar a percepção sobre a crise ambiental, para direcionar os debates, identificar causas e apontar soluções. É neste ponto que essa tese se centrou, buscando identificar de que forma veículos de imprensa hegemônicos – que se posicionaram editorialmente críticos e contrários às decisões políticas na esfera ambiental durante a gestão Bolsonaro – contribuíram (ou não) para os avanços nestes debates e para o enfrentamento da crise ambiental a partir da oferta de sentidos outros que não aqueles vinculados às ideologias que nos trouxeram para esse momento.

O aprofundamento dos estudos em Jornalismo Ambiental, principalmente ao longo da última década, tem identificado que, na imprensa tradicional brasileira, as coberturas sobre a temática tendem a ser majoritariamente distantes dos princípios do campo ao não contemplar elementos como a pluralidade de vozes, a oferta de um olhar sistêmico com ênfase na contextualização e o comprometimento com a assimilação do saber ambiental. Partimos deste lugar para estruturar nossa tese, a partir da hipótese de que essa prática seguiu distante de tais premissas mesmo em um dos momentos mais críticos da história ambiental do país, quando houve um aumento na percepção sobre a crise ambiental – e conseqüentemente um aumento na cobertura sobre o tema – durante o sistemático desmonte das políticas ambientais e do aumento exponencial nas taxas de destruição dos biomas brasileiros que ocorreu durante a gestão Bolsonaro.

Assim, o objetivo geral de nossa pesquisa foi compreender os enquadramentos discursivos e identificar como foram articulados pelos jornais Folha de S.Paulo e Estado de São Paulo na cobertura sobre o desmonte de duas das principais políticas de proteção da Amazônia. Para tal, nos guiamos pela busca de respostas às inquietações sobre quais sentidos expressaram os discursos sobre a Amazônia nesses veículos, quais foram as vozes presentes e os critérios de noticiabilidade, quais foram as disputas ideológicas e como isso se manifestou por meio daquilo

que foi dito e do que foi silenciado. Pela identificação dos enquadramentos e observação das regularidades discursivas (dois dos objetivos específicos da tese), verificamos que, na Folha de S.Paulo, a valoração econômica da natureza é bastante evidente tanto a partir das referências sobre as consequências do desmonte das políticas de proteção ambiental – cuja ênfase centrou-se nos prejuízos financeiros a partir do rompimento de contratos com outros países – quanto pelas soluções para a crise indicadas pelo veículo, que se mantiveram, majoritariamente, vinculadas a propostas de privatizar os recursos naturais e inseri-los no sistema de mercado. O jornal identificou como principal valor-notícia a desestabilização diplomática gerada pelo desmonte e priorizou fontes oficiais (tanto brasileiras quanto de outros países). O recorrente silenciamento de muitas das consequências desse enfraquecimento institucional da proteção aos biomas, que resultaram em perdas significativas da biodiversidade e no agravamento da crise climática, assim como a supressão de vozes dos povos da floresta e representantes de outros setores que trazem muitas vezes uma ruptura com o sentido utilitário da natureza, se constituíram como elementos centrais no reforço de um discurso fortemente vinculado à Formação Discursiva reformista prosaica. Identificamos, ainda, um leve atravessamento da Formação Discursiva reformista imaginativa, principalmente quando indicadas as possíveis soluções para a crise, que muitas vezes apareciam calcadas nos princípios do desenvolvimento sustentável e da modernização ecológica.

Já a cobertura do Estadão trouxe uma visão um pouco mais abrangente do acontecimento, a partir da oferta de sentidos que perpassaram as esferas econômica, política, diplomática e principalmente científica. O veículo empregou de forma recorrente dados e referências técnico-científicas tanto para demonstrar a dimensão do problema quanto para propor soluções. Se por um lado desvinculou a relação direta da valoração econômica da natureza ao apresentar o aumento nas taxas de destruição da Amazônia como consequência-fim do processo – e não como uma etapa da posterior crise mercadológica –, por outro, as soluções propostas estiveram vinculadas à lógica capitalista, que não considera alternativa senão o desenvolvimento e o crescimento econômico para acabar com a crise ambiental. Isso fica evidente pela recorrente referência a alternativas calcadas no discurso do desenvolvimento sustentável. Reforçamos, novamente, a ideia de que o discurso técnico-científico, mesmo que goze de uma pretensa neutralidade, acaba também silenciando outras formas de percepção da temática, uma vez que considera aspectos da realidade restritos à sua forma de entender o mundo, desconsiderando sujeitos que não respondem à sua lógica. Esse silenciamento foi reforçado, durante a cobertura do jornal, com a invisibilidade de outras visões e percepções sobre o tema. Assim como na FSP, fontes ligadas a perspectivas que rompem com a lógica dominante não foram contempladas. Os

discursos mais presentes no Estadão estiveram vinculados à Formação Discursiva reformista imaginativa, e isso fica evidente também pelo fato de considerarem a questão da justiça social como um dos elementos importantes no debate sobre a crise ambiental, porém com esta sendo trazida majoritariamente pela visão de outros (políticos, especialistas) que não aqueles diretamente afetados, como as comunidades periféricas e os povos da floresta.

Assim, seguindo a nossa trilha de objetivos específicos que guiou esta pesquisa, identificamos que os sentidos expressados nos discursos sobre a Amazônia nos veículos analisados estiveram fortemente vinculados a uma ideologia antropocêntrica, que não considera outra perspectiva sobre o mundo senão aquela em que o homem é centralidade, e a natureza, periférica. Ainda, ao se posicionarem acríticos ao *status quo*, reforçaram a racionalidade econômica, esta dominante, como única via de compreender e se relacionar com a natureza, aqui entendida a partir da ideia de recurso natural, a partir de perspectivas ligadas às visões reformistas. Os enquadramentos discursivos identificados durante a cobertura dos veículos nos permitiram avançar na reflexão sobre a forma como os jornais se aproximaram, ou não, das premissas do Jornalismo Ambiental. Destacamos, inicialmente, a (1) ênfase na contextualização e o (2) comprometimento com a qualificação da informação, entendidos pelo campo como uma forma de superar o pensamento fragmentado que, ao silenciar elementos constituintes do acontecimento, reforça olhares enviesados. Apesar das coberturas terem sido longas, nenhum dos veículos utilizou o espaço e a atenção dados ao tema para oferecer ao leitor visões mais amplas, tecendo relações de causas e consequências sob perspectivas que não aquelas vinculadas ao capitalismo moderno. Isso ficou evidente, também, pelo silenciamento de fontes envolvidas com a questão, mas que fogem dos conceitos já estabelecidos de legitimidade científica, empresarial ou política para tratar assuntos relacionados ao meio ambiente. Assim, a (3) pluralidade de vozes, tão importante para ofertar sentidos que não os hegemônicos, não esteve presente na cobertura dos veículos. Isso se refletiu também na função do JA de realizar uma (4) cobertura próxima à realidade do leitor, trazendo as questões ambientais para perto do cotidiano. Uma vez que as causas, impactos e consequências foram representados pelos jornais majoritariamente por meio de fontes oficiais e a partir de embates políticos e econômicos, reforçaram o distanciamento já tão presente das interconexões inerentes à sociedade e ao meio em que vivem. Não contemplaram de forma eficaz, ainda, o (5) princípio da precaução ao não orientar o leitor para uma visão mais abrangente do impacto das medidas de desmonte da proteção das florestas, a fim de evitar as consequências mais graves deste cenário. Assim, os veículos se mantiveram distantes das premissas de (6) assimilação do saber ambiental e (7) responsabilidade com a mudança de pensamento, possíveis apenas por meio de uma oferta de

sentidos que não aqueles que vêm orientando as percepções e ações da sociedade industrializada.

A nossa hipótese se confirmou, e a noção de “enquadramento discursivo” se mostrou adequada para esta análise, uma vez que permitiu identificar que, mesmo que os enquadramentos tenham sido pontos de diferenciação entre a Folha de S.Paulo e O Estado de São Paulo ao longo da cobertura sobre o desmonte das duas principais políticas de proteção da Amazônia (PPCDAm e Fundo Amazônia), eles estiveram vinculados a discursos que partem de uma mesma visão acrítica em relação ao *status quo* (FDs reformistas), e conseqüentemente fortemente vinculados a uma ideologia antropocêntrica.

Tais achados só foram possíveis quando adentramos a camada mais profunda dos textos, por meio da análise discursiva, e posteriormente quando confirmamos a recorrência desses discursos a partir do tensionamento com a análise quantitativa, que mostrou uma regularidade, ao longo de toda a cobertura, na escolha de fontes, nos enfoques e nos critérios de noticiabilidade. Ainda, a metodologia nos permitiu identificar alguns poucos momentos de deslizamentos de sentidos, como pelas falas de alguns representantes de entidades do terceiro setor que reconhecem o valor da proteção ambiental e dos povos da floresta como objetivo-fim, sem relacionar essa proteção a estratégias vinculadas ao desenvolvimento sustentável. A presença, ainda que muito tímida, de sentidos emergentes, é fundamental para apontar que outros caminhos na cobertura ambiental são possíveis, o que afasta as reflexões sobre as potencialidades do Jornalismo Ambiental de qualquer ideia de utopia.

Entendemos que o jornalismo desempenha um papel nevrálgico na concretização das relações interdiscursivas que moldam a identidade dos diversos discursos e como estes são acolhidos ou confrontados ideologicamente. A partir do seu lugar legitimado socialmente, o jornalismo se materializa – por meio do texto, da imagem ou do áudio – situando esses discursos como lugares de verdade, ainda que essa verdade não esteja em si mesma, mas no efeito que produz. Contribui, assim, para gerar e encaminhar debates em diferentes esferas, sejam elas sociais, econômicas, políticas ou ambientais, a partir do reforço ou do rompimento com as ideologias hegemônicas. É neste ponto que a prática se faz tão relevante em momentos críticos, como a atual crise ambiental que enfrentamos.

A Análise do Discurso nos define como sujeitos interpelados pela ideologia, que a materializamos de forma inconsciente pelo discurso, a partir da ilusão de sermos a origem do dizer. Mas esse atravessamento ideológico não é absoluto, e ao mesmo tempo em que o sujeito reforça os sentidos no qual está imerso, pode ser também uma via de perturbação, de resistência à realidade percebida e internalizada. Afinal, somente assim é possível superar paradigmas e

evoluir. Por isso, a coerência em estudar a forma como o jornalismo tradicional/hegemônico vem se consolidando na modernidade a partir da reflexão sobre a forma como ele acompanha a pluralidade de discursos ambientais que tem surgido em outros campos do conhecimento.

Este trabalho não pretende, em absoluto, encerrar-se unicamente como uma crítica à prática dos veículos hegemônicos, mas sim emergir como uma peça importante no quebra-cabeça de estudos que analisam os limites do jornalismo na epistemologia moderna e buscam caminhos para que seja uma via de superação desse paradigma. Ao longo da análise, alguns pontos importantes surgiram como inquietações ainda sem respostas. Identificamos, por exemplo, que os discursos oficiais reproduzidos pelos veículos ora traziam uma visão negacionista, refutando a ciência, e ora se inseriam na perspectiva das FDs reformistas. Entendemos que um aprofundamento sobre os contextos em que cada tipo de discurso foi reproduzido pelos veículos poderia nos trazer questões importantes para pensar não somente na conveniência do governo de deslizar entre essas visões, mas também dos jornais em reproduzi-las. Ainda, entendemos que o uso do “enquadramento discursivo” como dispositivo de análise para jornais diários em períodos longos pode ser uma ferramenta importante para novas pesquisas que pretendam adentrar outros movimentos de desmonte da política ambiental brasileira e aprofundar a reflexão sobre o papel da imprensa no enfrentamento da crise ambiental.

Afinal, há décadas Leff (2006) nos alerta que o momento em que vivemos se configura como uma crise da razão, do pensamento, do conhecimento, e cada vez mais enxergamos que a emergência de uma racionalidade ambiental pode emergir como única forma de superação e enfrentamento dessa crise.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Um processo sem sujeito nem fim. **Posições**. v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Aparelhos ideológicos do estado**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- AGUIAR, L. A. Meio ambiente: discursos jornalísticos e representações da desordem global. **Revista PJ:BR – Jornalismo brasileiro**. São Paulo: ECA/USP, v. 5, n. 8, jul. 2007.
- AGUIAR, Sonia; CERQUEIRA, Jean Fábio. Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos. **Comunicação & Inovação**. São Caetano do Sul: v. 13, n. 24, pp. 11-20, jan-jun 2012.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.
- ARANTES, Maria Regina Lopez. A legislação ambiental brasileira do império ao terceiro milênio: premissas técnicas. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia (MG), v. 19, n. 66, pp. 325-344, 2018.
- ARAÚJO, B.; CAMPOS, F. S. S. Populismo autoritário e meio ambiente no Brasil: Enquadramentos do discurso antiambiental de Jair Bolsonaro em editoriais nacionais e internacionais. **Media & Jornalismo**, [S. l.], v. 22, n. 40, pp. 141-159, 2022. Disponível em: <<https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/10273>>. Acesso em: 8 ago. 2023.
- ARAÚJO, S. M. V. G. **Política ambiental no Brasil no período 1992-2012: um estudo comparado das agendas verde e marrom**. Brasília (DF): Universidade de Brasília, 2013.
- ARAUJO, R.; VIEIRA, I. C. G. Deforestation and the ideologies of the frontier expansion: the case of criticism of the Brazilian Amazon monitoring program. **Sustainability in Debate**, [S. l.], v. 10, n. 3, pp. 354–378, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/27258>>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- ASSUNÇÃO, J.; GANDOUR, C.; ROCHA, R. Deforestation slow-down in the Legal Amazon: prices or policies. **Climate Policy Initiative Working Paper**, 2012. Disponível em: <<https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2012/03/Deforestation-Slowdown-in-the-Brazilian-Amazon-Prices-or-Policies-Technical-Paper.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Revistas Eletrônicas Filogenese**. Vol. 6, nº 2, 2013.p. 148-162.
- BADIOU, Alain. **A fundação do universalismo**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARROS, Antonio Teixeira; SOUSA, Jorge Pedro. **Jornalismo e ambiente: análise de investigações realizadas no Brasil e em Portugal**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2010.

BATISTA, Jandr  Corrêa. **O lugar da notícia nos processos regionais de integra o**: os enquadramentos dos jornais de referência sobre as C pulas de Chefes de Estado do Mercosul. Tese (Doutorado em Comunica o e Informa o). Faculdade de Biblioteconomia e Comunica o, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradua o de Sebastiao Nascimento. São Paulo: Ed. 34; 2010.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASCH, Scott. Moderniza o reflexiva: Política, tradi o e est tica na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1995.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da M dia**, São Paulo, vol. 6, n  2, pp. 110-125, 207. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656>>. Acesso em: 07 jun 2022.

\_\_\_\_\_. **O jornalismo ambiental**: três perspectivas em cinco décadas de especializa o no Brasil megadiverso. Tese (Doutorado em Comunica o e Informa o) Programa de Pós-Gradua o em Comunica o. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

BENETTI, M rcia. jornalismo e perspectivas de enuncia o: uma abordagem metodológica. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 14, pp. 1-11 janeiro/julho 2006.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, M rcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. O jornalismo como g nero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, pp. 13-28, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, M. e FONSECA, V. **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 143-164.

\_\_\_\_\_. Os vínculos dos leitores com o jornalismo: emo o, ethos e leitura como prática discursiva. **Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

BENETTI, Marcia; REGINATO, Gisele. O vínculo emocional do leitor ao jornalismo: estudo da revista Veja no Facebook. **Revista Famecos**: m dia, cultura e tecnologia. V. 21, n. 3. Porto Alegre: PUC-RS, 2014.

BERGER, Christa. **Campos em confronto**: a terra e o texto. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **Constru o social da realidade**. 26  edia o. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdu o   análise do discurso**. 4 ed. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1995.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente** – teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de política e gestão ambiental** – caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond. 2013.

CALDWELL, L. K. **Environmental policy as a political problem**. Review of Policy Research, 12(3-4), p. 104-117, 1993.

CAPELARI, M. G. M., ARAÚJO, S. M. V. G. de, CALMON, P. C. D. P., BORINELLI, B. (2020). Mudança de larga escala na política ambiental: análise da realidade brasileira. **Revista De Administração Pública**, 54(6), pp. 1691–1710, 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/0034-761220190445>> Acesso em: 10 mai. 2022

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos seres vivos**. 1 ed. São Paulo: Cultrix, 2006a.

\_\_\_\_\_. **O ponto de mutação**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 445p., 2006b.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. 2 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura de et al. (org.). **Pensar o ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2006.

CERQUEIRA, Jean Fábio Borba. **Da natureza da animação à animação da natureza: discursos ambientais nas “Enviro-toons” brasileiras veiculadas nos festivais Fica, Festeineamazônia e Filmambiente**. Tese (Pós-Graduação em Comunicação) – Universidade Federal do Pernambuco, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick, MAINGUENEU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Tradução Fabiana Komesu (coord.). São Paulo: Contexto, 2004.

CHARRON, Jean; DE BONVILLE, Jean. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

CHAVES, Helena Lucio Augusto. Operacionalização da análise de discurso na investigação social: um exemplo de percurso metodológico. In: **Investigação qualitativa em ciências sociais**. Vol. 3, 2016.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988

CORBETT, Julia B. **Communicating nature**. How we create and Understand Environmental Messages. Washington: Island Press, 2006

\_\_\_\_\_. **Out of the woods: seeing nature in everyday things**. 2018. Nevada: University of Nevada Press, 2018

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias**: construções da realidade social. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

CUNHA, Luiz Henrique; COELHO, Maria Célia Nunes. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira (eds.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 43–79, 2015.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Ensaio sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

DORNELLES, Beatriz Correa P. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e no ambiental. In: GIRARDI; Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (org.). **Jornalismo Ambiental**: desafios e reflexões. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

DRYZEK, John. **The politics of the earth**: environmental discourses. 3a edição. Nova York: Oxford University Press, 2013.

DRYZEK, John; SCHLOSBERG, David et al. **Debating the Earth**. 2a edição. Nova York: Oxford University Press, 2009.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: UNAULA, 2014.

ESTADÃO. **História do grupo Estado nos anos 1870**. São Paulo: Grupo Estado. Disponível em [https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada\\_1870.shtm](https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm). Acesso em: 10 mai. 2023

FLORIT, L.F. Teoria social e relação sociedade - natureza a partir da obra de Anthony Giddens. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, Pós-Graduação em Sociologia - IFCH/UFRGS, n.10, 1998. pp. 61-86.

FEARNSIDE, Philip. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazonica**, v. 36, n. 3, pp. 395-400, 2015.

FEITOSA, Zoraida M. L. O conceito de natureza: os gregos tinham razão. **Journal of Philosophy**, v. 118, n. 36, pp. 210-223, 2021.

FERREIRA, P.C. **Efeitos discursivos da paráfrase e da polissemia em O Brasil que eu Quero**. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural). Unicamp, Campinas, 2021.

FIGUEIREDO JUNIOR, S.R.; PAROLIN JUNIOR, A.; SANTOS, P.M. Análise de Discurso Francesa Aplicada à Notícia de Jornal. *Revista de Letras Norte@mentos Estudos Linguísticos*, Sinop, v. 1, n. 2, p. 156-162, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/norteamentos/article/download/6767/5169/26258>. Acesso em: 3 mai. 2023.

FILHO, Clóvis de Barros. **Ética na comunicação**. 4.ed. São Paulo: Summus, 2003.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 8a edição, 3a tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 7a edição Rio de Janeiro: Forense, 2005.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 13a edição. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GADINI, Sérgio Luis. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. **Revista Famecos**. Porto Alegre, no 33, ago/2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - Por uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1988.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Trad. Pedrinho Guareschi. 7 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

GIRARDI, I.M.T.; MASSIERER, C.; LOOSE, E. B.; SCHWAAB, R. Jornalismo ambiental: caminhos e descaminhos. **C&S**, 34 (1), p. 131-152. jul./dez. 2012.

GIRARDI, I. M. T.; MORAES, C. H.; LOOSE, E. B.; BELMONTE, Roberto Villar (Org.). **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. 1 ed. Porto Alegre: Metamorfose, p.111 – 124, 2018.

GIRARDI, I. M.; LOOSE, E. B.; ALMEIDA DA SILVA, J. O jornalismo ambiental na concepção de quem o faz: estudo com jornalistas da América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países africanos de língua portuguesa. **Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, Palmas, v. 2, nº 2, p. 48-66, 2018.

GIRARDI, I. M. T.; LOOSE, E. B.; CAMANA, A. Panorama da pesquisa em Jornalismo Ambiental no Brasil: o estado da arte das dissertações e teses entre 1987 e 2010. **Intexto** (UFRGS, online), v. 34, pp. 362-384, 2015.

GIRARDI, I. M. T.; LOOSE, E. B.; STEIGLEDER, D. G.; MASSIERER, C. Meio ambiente no Jornal Nacional: das tragédias às disputas políticas. **Animus**. Revista Interamericana de Comunicação Midiática, [S. l.], v. 22, n. 48, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/68800>>. Acesso em: 8 ago. 2023.

GIRARDI, Ilza M. T.; LOOSE, Eloisa B.; STEIGLEDER, Débora G. Novos rumos da cobertura ambiental brasileira: um estudo a partir do Jornal Nacional. In: **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, n. 7, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25965/trahs.2054>. Acesso mar 2022.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_. **Novas regras do método sociológico**. Lisboa: Gradiva, 1996.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Trad. Pedrinho Guareschi. 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

GITLIN, Todd. **The Whole World is Watching: mass media in the making and unmaking of the new left**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1980.

GOLDBLATT, David. **Social theory and the environment**. Boulder, CO: Westview, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Boston, Northeastern University Press, 1986.

GUILHERMANO, L. a crise não é do jornalismo, mas do seu financiamento: entrevista com Jean Charron. *Intexto*, abril de 2019, pp. 5-15. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/82397>> Acesso em: mar. 2022

HANGAI, Luis Antonio. A Framing Analysis de Goffman e sua aplicação nos estudos em Comunicação. **Revista Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Vol. 2, No. 1, Ano 2012.

HOHLFELDT, A.; VALLES, R. **Conceito e história do Jornalismo brasileiro na “Revista de Comunicação”**. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2008. Disponível em <<http://bit.ly/2uD0D9p>>. Acesso em: 13 mai. 2022.

HUNTER, W., POWER, T. J. Bolsonaro and Brazil’s Illiberal Backlash. **Journal of Democracy**, 30(1), 68-82, 2019.

INDURSKY, Freda. O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas. In: **Gragoatá**, 5: pp. 111-120, 1998

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

KADRI, N. et al. Fundo Amazônia: financiamento climático em prol da conservação e do desenvolvimento sustentável da Amazônia. **Cepal**, 2020. Disponível em: <<https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso97-FinanciamentoClimaticoemProdaConservacao.pdf>> Acesso em: 14 mai. 2023.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KUNCKZIK, Michel. **Conceitos de jornalismo; norte e sul**. 2ed. São Paulo: Edusp, 2002.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. 2a edição. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 4a edição, revista e atualizada. Insular: Florianópolis, 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno et al.. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 1, pp. 11-31, 2014. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26605446>> Acesso em: 7 jan. 2022.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia ambiental**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007

\_\_\_\_\_. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEMOS, A. L. F; SILVA, J. A.; Desatamento na Amazônia Legal: Evoluções, Causas, Monitoramento e possibilidades de mitigação através do Fundo Amazônia. **Floresta e Ambiente**. Jan/mar, 2011.

LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalismo ambiental em revista: das estratégias aos sentidos**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo e mudanças climáticas desde o sul: os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade**. Tese (Doutorado em Comunicação), UFRGS, 2021.

LOOSE, E. B.; GIRARDI, I. M. T. Interfaces entre o debate colonial e os estudos de jornalismo ambiental. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58, p. 319-333, jul./dez. 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/75877/44915>>. Acesso em: 12 mai. 2022

LOOSE, Eloisa Beling; MORAES, Cláudia Herte. Mudança do clima (e de pauta!). In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar (Org.). **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. 1 ed. Porto Alegre: Metamorfose, pp.111 – 124, 2018.

LOOSE, E. B.; BELMONTE, R. V. O ativismo no jornalismo ambiental: como quatro momentos-chave ajudaram a configurar uma prática engajada no Brasil. **SciELOPreprints**: 2023. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6065>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

LOVELOCK, J. **Gaia: alerta final**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca Ltda., 2010.

LUTZENBERGER, José. **Ecologia do jardim ao poder**. 10. Ed, Porto Alegre: L&PM, 1985.

MAFESSOLLI, Michel. Saturação. Tradução de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2010.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2005.

\_\_\_\_\_. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, P. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

MARCOVITCH, J.; PINSKY, V. C. Financiamento da sustentabilidade: Fundo Amazônia. **Revista de Administração**, [S. l.], v. 49, n. 2, p. 280-290, 2014. DOI: 10.5700/rausp1146. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/86386>. Acesso em: 1 ago. 2023.

MARGOLIS, M.; RESNICK, D. **Politics as usual: the cyberspace “revolution”**. Thousand Oaks, Sage, 2000.

MARIANI, Bethania. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni (org.). **Discurso fundador**. Campinas: Pontes, 1993.

MAROCCO, B. A. ; ZAMIN, A ; BOFF, F. Os jornais e o Acontecimento Obama. In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2009, São Paulo. **Anais Eletrônicos SBPJor [...]**, 2009.

McCOMBS, Maxwell. SHAW, Donald. A função do agendamento dos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL **Grupo Folha**. 2017. Disponível em: <http://brazil.mom-gmr.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/grupo-folha/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MEDITSCH, Eduardo. Prefácio. In: GIRARDI, Ilza [et al.]. **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

\_\_\_\_\_. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento?** Cursos da Arrábida - Universidade de Verão, 2007. Disponível em <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/viewFile/1084/5273>>. Acesso em 20 de março de 2022.

MIELNICKZUK, L.; TRASEL, M. Jornalismo guiado por dados como inovação profissional e seus desafios para a educação. In: Revista Contemporânea - Comunicação e cultura. V. 15 n. 02. mai/ago 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/21510> Acesso em: 3 mai. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 73, p. 59-76, 2010.

MORAES, Cláudia Herte de. **Entre o clima e a economia**: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

\_\_\_\_\_. O impacto, o significado e a repercussão na prática do jornalismo ambiental. In: **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Natal, 2008.

\_\_\_\_\_. Acontecimento inesperado: um ordem de discurso. In: **8º Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, São Luiz, 2010.

\_\_\_\_\_. Noções teóricas para pensar o enquadramento discursivo. In: **XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, São Paulo, nov. 2018. Disponível em: <https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1481/759> Acesso em: 15 ago 2022.

MORAES, Cláudia H. de; GIRARDI, Ilza Maria. As cheias de 2010 na Revista Veja: a narração jornalística diante do "inesperado". In: **Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**. Curitiba, v. 1, pp. 1-25, 2012.

MORAES, Cláudia H. de; GIRARDI, Ilza. Legitimação do campo econômico no discurso jornalístico sobre alterações climáticas. In: **II Congresso Internacional de Comunicação Cognição Media - Discurso político e econômico**. Braga: Universidade Católica Portuguesa, v.1. pp.134 – 135, 2012

MORAES, Cláudia Herte de; FANTE, Eliege Maria. Cartografia do midiativismo ambiental em Porto Alegre. In: BRAIGHI, Antonio Augusto; LESSA, Cláudio Humberto; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do midiativismo: do conceito à prática**. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018. p.336-355. Disponível em: <<https://interfacesdomidiativismo.wordpress.com/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v.12, n.2, p.204-219, jan/jun.2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.153247>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

MORIN, Edgar. **O método**. A vida da vida. Vol.3. Porto Alegre: Sulina, 1998.

\_\_\_\_\_. **Saberes globais e saberes locais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

MUNDURUKU, Daniel. Kabá Darebu. São Paulo: Brinque-Book, 2002.

NAESS, Arne. The shallow and the deep, long-range ecology movement: a summary. **Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy**, v. 16, n. 1-4, p. 95–100, 1973. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00201747308601682> . Acesso em 5 de maio de 2021.

OLIVIERI, Alejandro Gabriel. **A teoria da modernização ecológica**: uma avaliação crítica dos fundamentos teóricos. Tese (Doutorado em Sociologia), UnB, Brasília, 2009.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**. Formulação e circulação de sentidos. Campinas, Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Análise do Discurso** – Princípios e procedimentos. 6a ed. Campinas, SP: Pontes, 1999, 2005.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas, SP, Pontes Editores, 2007.

PÁDUA, José Augusto (org). et al. **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles (org). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972.

PÊCHEUX, Michel. Análise de discurso: três épocas. In: F. GADET e T. HAK. **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Ed. da UNICAMP, pp. 311-319, 1993.

\_\_\_\_\_. **O discurso** – estrutura ou acontecimento. Trad. Orlandi, E. P. 2 ed. Campinas: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4 ed. Trad. ORLANDI, Eni. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PEREIRA JÚNIOR, A. E. V.; ROCHA, H. C. L. da. Jornalismo construtivista: algumas considerações epistemológicas. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 746–764, 2011. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/10380>>. Acesso em: 8 ago. 2023.

PONTES, José Alfredo Vidigal. **Resumo histórico**. 2004. Disponível em: <http://site.estadao.com.br/historico/estadao.htm> Acesso em: 12 mai. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do ambiente**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

\_\_\_\_\_. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades (2002). In: CECEÑA, Ana E.; SADER, Emir. (org.) **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, pp. 217-256, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

PRIMO, Alex ; TRÄSEL, Marcelo. Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias. **Contracampo (UFF)**, v. 14, pp. 37-56, 2006.

RAYNAUT, Claude. Meio Ambiente e Desenvolvimento: construindo um novo campo à realidade do mundo e se revelarem, cada vez mais, ligados a representações construídas dessa realidade. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 21-32, jul.-dez. 2004.

REGINATTO, Gisele. **As finalidades do jornalismo**: o que dizem veículos, jornalistas e leitores. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/140809>> Acesso em: 11 jul. 2022.

ROCHEDO, P. R.; SOARES-FILHO, B.; SCHAEFFER, R.; VIOLA, E.; SZKLO, A.; LUCENA, A. F.; RATHMANN, R. The threat of political bargaining to climate mitigation in Brazil. **Nature Climate Change**, 8(8), pp. 695-698, 2018.

ROMEIRO, Ademar R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, Peter H (Org.). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997

\_\_\_\_\_. **Jornalistas e fontes de informação**: a sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo. Coimbra: Minerva, 2004.

SAUER, S.; LEITE, A. Z.; TUBINO, N. L. G. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 285–318, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12518>. Acesso em: 8 ago. 2023.

SCANTIMBURGO, A. Economia reprimarizada e desmonte do regime regulatório ambiental no governo Bolsonaro. **Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**, pp. 67–79, 2022.

SCHWAAB, R.; ZAMIN, A. O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso. **Vozes e Diálogo**, v. 13, p. 46-62, 2014. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/5387>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SENRA, Estevão Benfica. Da Terra-floresta à terra indígena: a construção de um território político yanomami. **Confins [En ligne]**, 53 | 2021. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/43174>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SEVERINO, A. J. Bacon: a ciência como conhecimento e domínio da natureza. In: CARVALHO, I.C. M.; GRÜN, M.; TRAJBER, R. (Orgs). **Pensar o ambiente**: bases filosóficas para a Educação Ambiental. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, pp. 51-62, 2006.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Sumus, 1991.

SILVA, Gustavo A. P. da. **Pragmática**: as representações do Eu e seus efeitos de sentido. A ordem dêitica do discurso. São Paulo. Enelivros, 2005.

\_\_\_\_\_. Quatro décadas de pioneirismo. In: **Um país aberto**: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo. São Paulo: Publifolha, 2003.

SOARES, B. A.; PEDRINI, J. C. B. F. “Canetadas”, meio ambiente e covid 19: como o jornal Folha de S.Paulo noticiou o “passar da boiada” do governo Bolsonaro em 2020. **Afluente: Revista de Letras e Linguística**, São Luís, v. 8, n. 23, jun., pp. 229–252, 2023. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/21534>>. Acesso em: 8 ago. 2023.

SOARES-FILHO, B. *et al.* Cracking Brazil’s Forest Code. **Science**, v. 344, pp. 363-364, 2014.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnicas de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SORDI, Jaqueline. **Os sentidos do verde nas páginas de Zero Hora**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

SOUSA, J. P. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2001.

SOUZA, Klauss Correa de; LEAL, Fábio Gesser; SABINO, Rafael Giordani. A fundamentalidade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. **Revista Âmbito Jurídico**. Rio Grande, XX, n. 165, out. 2016.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Orgs.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

TALANOA, 2022. **Reconstrução**: 401 atos do Poder Executivo Federal (2019 - 2022) a serem revogados ou revisados para a reconstituição da agenda climática e ambiental brasileira. 171 pag. Instituto Talanoa, 2022.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. A interação mediada na Era Digital. In: **Theory, Culture & Society, Thousand Oaks**, nov. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i3p17-44>>. Acesso em 14 fev 2022.

TOLEDO, A. P.; BENEDETTO, S. D.; BIZAWU, K. REDD+ e proteção de ecossistemas florestais: o caso do Fundo Amazônia no Brasil. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 19, n. 43, pp. 345-379, jan./abr. 2022. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/2309>>. Acesso em: 3 set. 2022.

TOLLEFSON, Jeff. Illegal mining in the Amazon hits record high amid Indigenous protests. **Nature**. 598, 15-16, 2021. Disponível em <<https://www.nature.com/articles/d41586-021-02644-x>> Acesso em: set. 2022.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **Making news: a study in the construction of reality**. Nova York: Free Press, 1978.

\_\_\_\_\_. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Gili, 1983.

\_\_\_\_\_. Contando 'estórias'. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

UNITED NATIONS. **United Nations Conference on the Human Environment**. Stockholm, Sweden, June 5-16, 1972.

UOL. Íntegra da reunião ministerial: assista ao video completo. YouTube, 23 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6cg5AAcjjv4>>. Acesso em: 01 out. 2022.

VAN DER HOFF; R.; RAJÃO, R.; LEROY, P. Clashing interpretations of REDD+ "results" in the Amazon Fund. **Climatic Change**, n. 150, pp. 433-445, 2018.

VEIGA, José E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VERÒN, Eliseo. **Construir el acontecimiento**. Buenos Aires: Gedisa, 1987.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil: do ambientalismo à ecopolítica. IN: PÁDUA, José Augusto (org). et al. **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

VIOLA, E. O regime internacional de mudança climática. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 50, pp. 25-46, 2002.

VIOLA, E., FRANCHINI, M.. **Brazil and climate change: beyond the Amazon**: Routledge, 2017

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. IN: HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2a ed. Campinas, sp: Editora da UNICAMP, 1995.

WARDLER, C.; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder – Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking**. Council of Europe, 2017. Disponível em <<https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>> Acesso: set. 2022.

WAINER, Ann Helen. **Legislação ambiental brasileira**: subsídios para a história do Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Revista forense, 1999.

WILSON, Mark. The green economy: the dangerous path of nature commoditization. **Revista Consilience**, no. 21, 2019, pp. 86–99. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26775085>  
Acesso em: 10 mai. 2022.

ZAMIN, Ângela Maria; SCHWAAB, Reges Toni. Relações entre lugar discursivo e efeitos de sentido no discurso jornalístico. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. IV, No 1, p. 33-41, 1º semestre de 2007.

## ANEXOS

## ANEXO A - Preservação que dá dinheiro pode desafiar discurso antiambiental de Bolsonaro



☰
**FOLHA DE S.PAULO**  
\*\*\*
🔍

---

ambiente > planeta em transe
amazônia sob bolsonaro
ciência

---



PUBLICIDADE

DESAFIOS DE BOLSONARO
GOVERNO BOLSONARO

## Preservação que dá dinheiro pode desafiar discurso antiambiental de Bolsonaro

Contenção de desmate, que faz parte do Acordo de Paris, porém, enfrenta déficit de profissionais

📘
📧
🐦
📌
📄
🗨️
⋮

---



Área de pasto queimado às margens da BR-319, em Manaus; plano de governo incluía pavimentação, o que pode incentivar o desmatamento - Lalo de Almeida/ Folhapress

---

6.jan.2019 às 2h00

🔊 Ouvir o texto
A-
A+

**Fabiano Maisonave**

**Phillippe Watanabe**

**Ana Carolina Amaral**

**MANAUS e SÃO PAULO** Eleito com um [discurso marcadamente contrário a pleitos ambientalistas](#), o presidente Jair Bolsonaro se verá obrigado a ponderar suas decisões em prol de agendas mais “verdes”, seja por pressão internacional, pela importância do tema

nas transações comerciais ou mesmo para agradecer parte de seus apoiadores da bancada ruralista no Congresso.

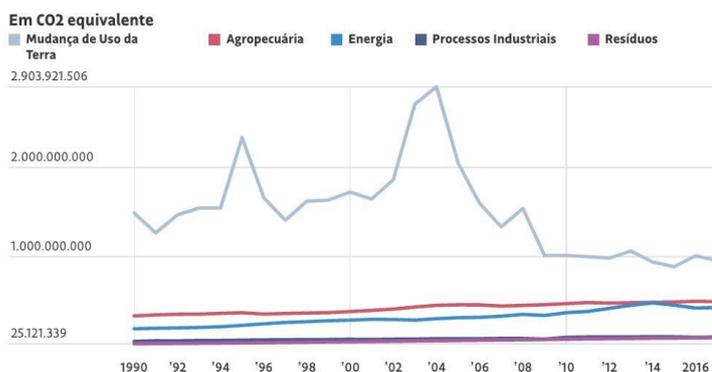
Entidades do agronegócio —como a Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso e a Sociedade Rural Brasileira— pressionam para que Bolsonaro reconsidere sua promessa de deixar o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, que já é lei no Brasil e em outros 183 países.

Além de dar liberdade para o país definir suas próprias metas de redução de emissões de gases-estufa, o acordo é visto pelo agronegócio como um selo de compromisso ambiental para as exportações das commodities brasileiras.

Bolsonaro já admitiu que pode rever sua posição de deixar o Acordo de Paris. Seus ministros da Agricultura, Tereza Cristina, e do Meio Ambiente, Ricardo Salles, já se pronunciaram pela permanência.

“O acordo não traz custos ao setor produtivo, só demanda recursos para investimentos tanto no setor privado quanto no setor público”, disse à Folha João Adrien, diretor da Sociedade Rural Brasileira.

#### Emissões de gases-estufa



Nesta primeira semana de governo, porém, a Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas [já foi extinta](#) e deu lugar à Secretaria de Florestas e Desenvolvimento Sustentável. As atividades passarão para uma assessoria especial de mudança do clima que atuará com a Secretaria de Relações Internacionais. Segundo Salles, trata-se de um upgrade para elevar a captação de recursos no exterior.

Também foi a bancada ruralista que influenciou na decisão de não submeter o Ministério do Meio Ambiente ao da Agricultura. Reconhecendo a abrangência de funções da pasta ambiental, o setor alegou que a fusão geraria acúmulo de outras tarefas que não se relacionam com o agronegócio. Houve ainda críticas internacionais.

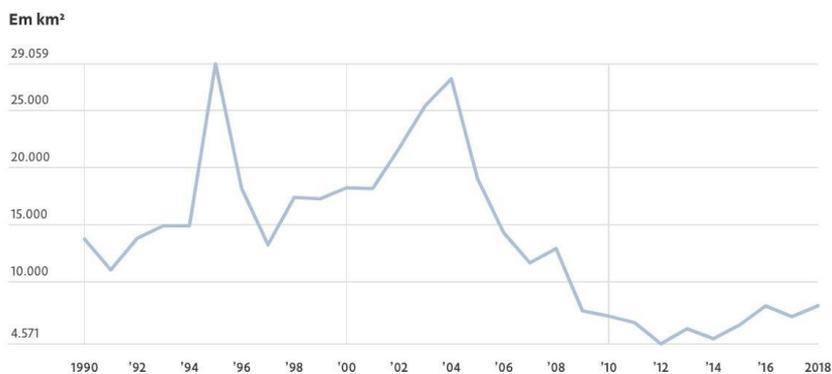
A [subordinação do Meio Ambiente à Agricultura](#), porém, se mantém. Bolsonaro submeteu a nomeação de Ricardo Salles à aprovação do agronegócio.

Dez dias após sua indicação, Salles foi condenado em primeira instância por improbidade administrativa pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

A acusação de fraude em mapas de um decreto, supostamente para beneficiar empresas

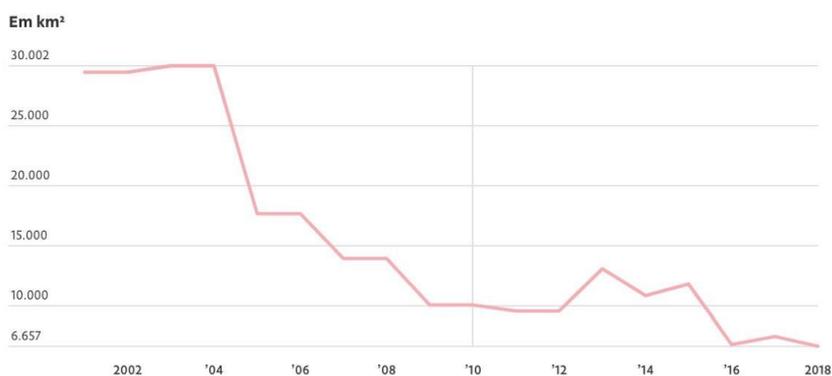
que atuam na várzea do Tietê, foi feita pelo Ministério Público e se refere ao período em que Salles foi secretário estadual de Meio Ambiente em São Paulo, na gestão Alckmin. Cabe recurso.

#### Desmatamento na amazônia



Fonte: Prodes

#### Desmatamento no cerrado



Fonte: Prodes

Ricardo Salles, que é um dos criadores do movimento Endireita Brasil, defende uma “atuação legalista” contra a “atuação ideológica” na área ambiental. Entre outras mudanças já anunciadas por ele está a transferência do Serviço Florestal Brasileiro e do licenciamento da pesca para a Agricultura, mais uma mostra da proximidade das pastas, mesmo sem a fusão.

O ministro negou que se trate de um esvaziamento. “Trata-se de uma questão de coerência administrativa.”

#### Desmatamento na mata atlântica

**Em km<sup>2</sup>**

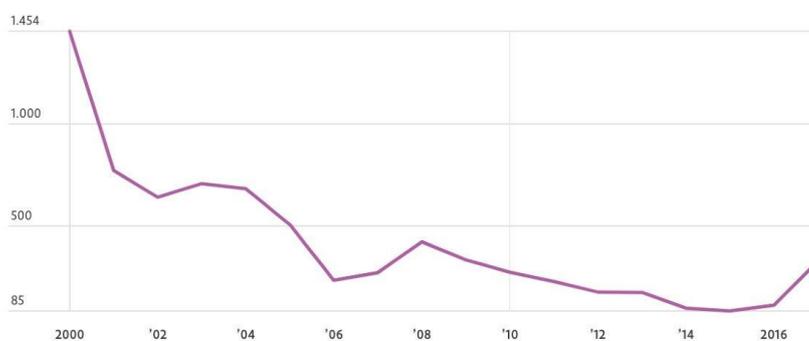
1.072,96



Fonte: SOS Mata Atlântica

### Desmatamento em terras indígenas

Em km²



Fonte: Prodes

Uma esperança dos setores é que o combate ao crime ambiental e ao desmatamento ilegal —uma das metas brasileiras no Acordo de Paris— seja encampado pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro, e reforçado pela Polícia Federal.

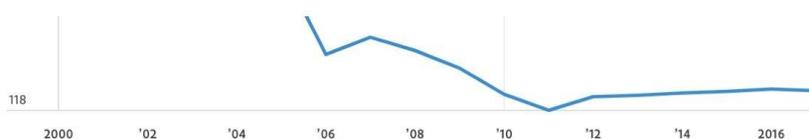
Segundo Carlos Nobre, pesquisador do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), a bandeira de combate ao crime e à corrupção pode favorecer a preservação ambiental, caso aplicada também às áreas rurais do país.

“Se não atacar o crime, é muito difícil atacar a devastação. Uma política de redução do crime tem que ser nacional, também olhar o crime organizado que está na raiz do desmatamento da Amazônia.”

### Desmatamento em unidades de conservação

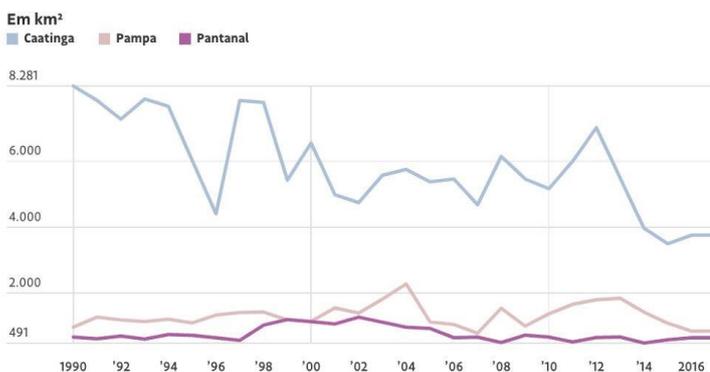
Em km²





Fonte: Prodes

## Desmatamento



Fonte: MapBiomias

Como o país abriga a maior floresta tropical do mundo, o sucesso das políticas ambientais muitas vezes é medido —e avaliado internacionalmente— pelas taxas de desmatamento da Amazônia, que estão em tendência de alta.

Em 2018, a floresta registrou o pico de destruição da última década, com aumento de desmate de 14% em relação ao ano anterior. A pecuária é a maior responsável.

A proteção da floresta, inclusive, rende dinheiro. Através do Fundo Amazônia, o Brasil recebe pagamentos da Noruega e Alemanha, feitos de acordo com a redução do desmatamento. Em dez anos de programa, o Brasil recebeu R\$ 3,1 bilhões de reais.

Além da fiscalização, o combate ao desmatamento pode se dar pela implementação efetiva do novo Código Florestal, que completará uma década de existência no último ano deste mandato, em 2022.

Na prática, porém, o Código Florestal ainda não saiu do papel, segundo Raoni Rajão, pesquisador da UFMG.

A primeira etapa de operação do código exige o cadastro das propriedades (CAR, o Cadastro Ambiental Rural), para determinar o percentual da propriedade a ser preservado e fiscalizar quanto do desmate é ilegal.

Em 2018, pela quarta vez, a data limite para entrada no CAR foi adiada, o que, segundo especialistas do setor, causa a desmoralização do processo e desincentiva o cumprimento das regras.

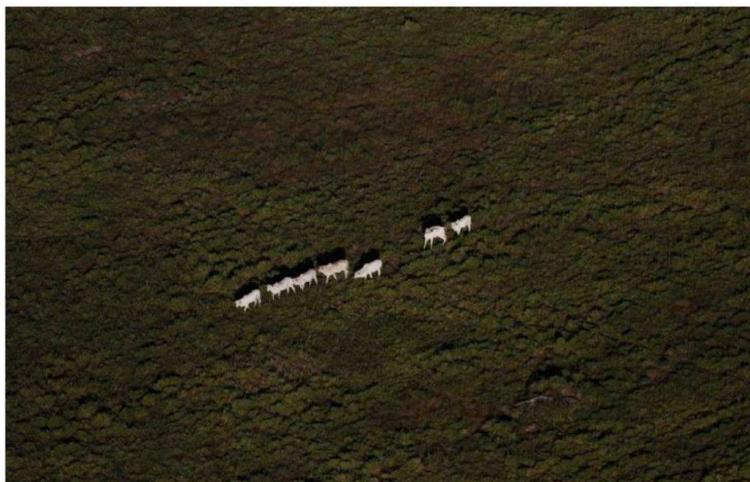
Agora, com a transferência do Serviço Florestal Brasileiro, o CAR passa a ser responsabilidade da Agricultura.

Segundo dados inéditos da ONG Observatório do Clima (OC), cerca de um quarto do Brasil

é de áreas protegidas. Países desenvolvidos como Alemanha, Reino Unido, Japão e França possuem, proporcionalmente, taxas maiores.

Em redes sociais, Bolsonaro afirmou que quer promover o [turismo](#) nas UCs (Unidades de Conservação). “O que queremos não é demarcar como parque nacional, estação ecológica, seja lá o que for, unidade de conservação e resolver o assunto. Nós queremos é fazer o turismo nessa região, porque dá divisas para a gente. O turismo preservaria o meio ambiente, não dessa forma xiita que o Ibama vem fazendo até hoje”, disse.

☰ 1/9 Amazônia



Gado anda em meio a região desmatada da Amazônia Nacho Doce/Reuters

[LEIA MAIS](#)



Para Paulo Carneiro, que deixou a presidência do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade) com a posse de Bolsonaro, os principais desafios deste ano serão a preparação de unidades de conservação para o turismo e conter o desmatamento e as invasões de áreas protegidas na Amazônia.

Mas, segundo ele, a falta de pessoal é o principal gargalo do órgão. Hoje, o ICMBio conta com 1.248 vagas não preenchidas, o que corresponde a 44% do total de servidores previstos.

O déficit tem dificultado a proteção das áreas protegidas. Apenas somando as unidades de conservação terrestre, o ICMBio é responsável pela gestão de 378 mil km<sup>2</sup>, área um pouco maior do que o estado de Mato Grosso do Sul.

A falta de pessoal do Ibama, cujas atribuições principais são [fiscalização e licenciamento ambiental](#), é também dramática, com os mesmos 44% das vagas em aberto num total de 2.387. O órgão estima que 287 devam se aposentar neste ano.

Ambos os órgãos solicitaram realização de concurso público ao Ministério do Planejamento durante a gestão Temer, mas não há previsão para que isso ocorra.

Em linha semelhante, a presidente do Ibama na gestão Michel Temer, Suely Araújo, diz que os grandes desafios para este ano incluem a implementação do Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental, com cerca de 1.200 operações previstas em todo o país. A falta de pessoal, diz ela, é um empecilho.

## Déficit de funcionários nos órgãos ambientais



**167 milhões de hectares** é a soma das 335 UCs sob responsabilidade do ICMBio, entre áreas terrestres e marítimas, área equivalente a quase 7 estados de São Paulo

**2.808** é o número de licenciamentos em análise pela Diretoria de Licenciamento Ambiental, que conta com 238 analistas. Em 2015, havia 453 analistas

Fontes: Ibama e ICMBio

“O Ibama conta com recursos orçamentários para todas essas operações, mas tem uma força de trabalho claramente aquém do necessário, afirma. “A fiscalização nos dias atuais é baseada em muita inteligência e tecnologia, a autarquia executa importantes operações por via remota, baseadas em cruzamento de imagens de satélite e dados públicos, mas nunca se eliminarão as ações em campo.”

Araújo diz que os órgãos ambientais estaduais precisam se envolver mais para minimizar o déficit. “O Ibama fiscaliza praticamente sozinho em algumas áreas, especialmente na Amazônia.”

Ela também defendeu a continuidade do programa de conversão de multas em serviços ambientais, considerados um dos principais legados da gestão Temer no setor e que alocou cerca de R\$ 1 bilhão para projetos como a recuperação do rio São Francisco. O governo Bolsonaro, porém, já ameaçou cancelar a iniciativa, sob o argumento de que o dinheiro irá para ONGs.

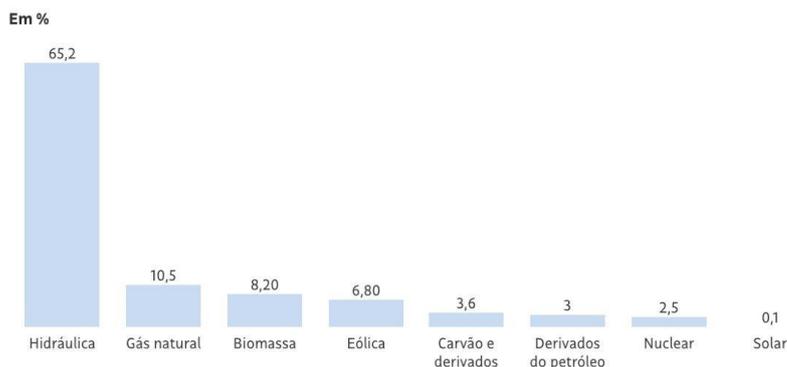
“O Ibama acabou de selecionar os projetos apresentados no primeiro chamamento público da conversão indireta, que beneficia as bacias do São Francisco e do Parnaíba. Com a conversão, reúne-se montante sem precedentes de recursos não orçamentários, que serão aplicados em recuperação florestal e também em ações nas áreas urbanas”, disse Araújo.

Da legislação à economia, não faltarão pressões por mais comprometimento com o meio ambiente do que o prometido em campanha.

Especialistas da área apostam que Bolsonaro vá valorizar as oportunidades econômicas nas agendas ambientais ao ouvir entidades empresariais. Um sinal disso está em seu programa de governo, que citava incentivo às energias renováveis, como as de fontes solar e eólica.

Avanços tecnológicos têm convencido investidores e governos sobre a viabilidade econômica e a segurança energética das fontes renováveis.

Matriz elétrica brasileira em 2017



Fonte: IBGE

Atores do agronegócio e ambientalistas destacam que o protagonismo brasileiro na defesa do ambiente, que vem desde a Eco-92, também importa para as transações comerciais internacionais.

“A lógica da legislação ambiental não é de direita contra esquerda. É curto prazo versus longo prazo. É importante que a briga política não contamine a discussão do planejamento territorial do país nos próximos anos”, afirma Rajão, da UFMG.

O cientista Carlos Nobre diz que não faz sentido associar o aumento da produtividade agrícola a uma suposta necessidade por mais terras.

De acordo com o pesquisador, o agronegócio mais moderno já sinaliza que a intenção é aumentar a produtividade, não o desmatamento. “Mas não existe só o agronegócio moderno no Brasil.”

Para Thelma Krug, pesquisadora do Inpe, mais do que pensar nos custos relacionados à contenção do desmatamento e emissões, é importante ver as oportunidades que começam a surgir para o futuro.

“O país, ao se transformar em uma economia verde, vai ter uma oportunidade internacional de comércio que será o grande diferencial, principalmente na agricultura. Precisamos parar de ser um país que não tem planejamento.”

★ ★ ★



## tópicos

LEIA TUDO SOBRE O TEMA E SIGA:

amazônia

desmatamento

meio ambiente

### sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](#)). Também

## ANEXO B – Ministro do Ambiente aciona CGU para obter contratos de ONGs com Fundo Amazônia

The screenshot shows the top navigation bar of the Folha de S. Paulo website. It includes the UOL logo, links for INGRESSO.COM, UOL HOST, PAGBANK, CURSOS, UOL PLAY, and UOL ADS. On the right, there are links for BATE-PAPO and EMAIL. Below the navigation bar, the site name 'FOLHA DE S. PAULO' is displayed with three stars. A search bar with the text 'BUSCAR' and a user profile icon are also visible. The breadcrumb trail reads 'ambiente > planeta em transe > amazônia sob bolsonaro > ciência'. A Google AdSense placeholder is present, showing 'Anúncios Google' and buttons for 'Enviar comentários' and 'Anúncio? Por quê?'. The word 'PUBLICIDADE' is at the bottom right of the ad area.

# Ministro do Ambiente aciona CGU para obter contratos de ONGs com Fundo Amazônia

Fundo para combater desmatamento recebe doações da Noruega; Salles critica indústria das "ONGs ecoiitas" e suspendeu contratos



13.fev.2019 às 14h53

EDIÇÃO IMPRESSA

Ouvir o texto A- A+

Thais Bilenky

**BRASÍLIA** Depois de uma reunião tensa na semana passada com funcionários do BNDES, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, acionou a CGU (Controladoria Geral da União) para obter documentos sobre o [Fundo Amazônia](#).

O Fundo Amazônia, administrado pelo BNDES, é destinado ao combate ao desmate e ao desenvolvimento sustentável. O fundo recebe dinheiro da Alemanha e da Petrobras, mas a maior parte dos recursos é oriundo da Noruega. O valor doado varia de acordo com as taxas de desmatamento da floresta amazônica. Há mais de 90 projetos.

Desde antes de assumir o ministério, Salles externa posições críticas ao que já denominou "a indústria das ONGs ecoiitas". Sua opinião é compartilhada pelo presidente Jair Bolsonaro, que diversas vezes atacou o que chama de "indústria da multa", que, segundo ele, beneficia organizações não governamentais.

Em janeiro, já empossado, Salles anunciou a suspensão por 90 dias de convênios e parcerias com o terceiro setor ainda não iniciados. Solicitou

notícias da folha no seu email

Digite seu e-mail

relacionadas



Ministério Público Federal investiga anulação de multa ambiental de Bolsonaro

Fotógrafo explora natureza de Alter do Chão de barco

Todos podemos lucrar com a preservação da natureza e com a diversidade



Dor ao evacuar: Faça isso antes que seja tarde  
Floralívio | Patrocinado

portaboola

Quer saber mais sobre criptoativos? Ouça o podcast

Escute o primeiro da série Economia e Negócios nos Novos Tempos, parceria da ESPM com o Estúdio Folha

também um levantamento dos repasses de fundos como o Amazônia.

Segundo apurou a **Folha**, as informações prestadas pelo banco não atenderam às expectativas do ministério, que uma semana antes havia formulado um pedido de acesso integral aos contratos em execução.

Salles viajou ao Rio, acompanhado de cinco servidores do ministério, e foi recebido inicialmente pelo presidente do BNDES, Joaquim Levy. O ministro então ficou a sós com os funcionários do banco. Um deles disse à reportagem que houve um choque de culturas — Salles tem estilo mais enérgico e demandou informações precisas como metas, índices comparativos e relatórios sobre atividades. Os servidores, por sua vez, são mais protocolares e atentaram para regras de sigilo e procedimentos burocráticos envolvendo a demanda. Houve incômodo, por exemplo, quando servidores do ministério fotografaram documentos digitalizados.

O Fundo Amazônia tem 103 contratos em vigência, cerca de metade deles com organismos do terceiro setor, e já recebeu R\$ 3,4 bilhões (US\$ 1,3 bilhão), a maior parte do governo da Noruega.

1 / 24 Desmatamento na floresta amazônica



Mina de ouro localizada em área desmatada da floresta amazônica é vista perto de Castelo dos Sonhos, no Pará Nacho Doce/Reuters

[LEIA MAIS](#)

O ministro do Meio Ambiente é o presidente de seu órgão gestor, o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa), composto por 23 representações.

O ministério havia demandado não apenas valores e prestadores de serviço, mas também o andamento e as metas de cada um. Por insatisfação com a resposta obtida pelo BNDES, Salles acionou o ministro da CGU, Wagner Rosário, que tem a prerrogativa de ter acesso a qualquer documento da administração federal. A previsão é que a análise dos contratos demore 60 dias, depois dos quais eventuais medidas poderão ser tomadas.

Procurado, o ministro disse que vai aguardar o encaminhamento das investigações para se manifestar.

O BNDES disse, em nota, que "o Fundo Amazônia, gerido pelo banco, tem sido sistematicamente auditado e avaliado. Assim, o compartilhamento estruturado de informação com a presidência do Comitê Orientador do Fundo Amazônia não gera nenhum desconforto ou controvérsia, sendo inerente à sua governança".

Estúdio**FOLHA**:  
projetos patrocinados

**ESPM**



PUBLICIDADE

## veja também



PLANETA EM TRANSE

Acompanhe a cobertura sobre mudanças climáticas no Brasil e no mundo

DESAFIOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Série mostra problemas ambientais dos nove estados da Amazônia Legal

**Booking.com**

**Costão do santinho resort all inclusive**  
Florianópolis

**Ponta dos ganchos exclusive resort**  
R\$ 7 006  
Governador Celso Ramos

PUBLICIDADE

Anselmi

**ANSELMi**  
entretelas

Peças com até 40% off

Visite Site

O auditor externo das contas do fundo é a KPMG e, da compliance, a BDO. O fundo foi recentemente avaliado positivamente pelo KFW, banco de desenvolvimento alemão. O Fundo Amazônia financia projetos do terceiro setor como o Bolsa Floresta+, da Fundação Amazonas Sustentável, que recebeu R\$ 31,5 milhões para apoiar pequenos empreendimentos e arranjos produtivos florestais sustentáveis e capacitar lideranças e associações locais.

Investiu também R\$ 5,4 milhões no Sementes do Portal, do Instituto Ouro Verde, que objetiva recuperar ambientalmente 1.200 hectares de áreas degradadas e revalorizar a agricultura familiar por meio da difusão de sistemas agroflorestais.

Há projetos também da União, governos estaduais e municipais, universidades e agentes internacionais.

No mesmo dia da visita de Salles, o BNDES assinou contrato de R\$ 9,3 milhões para apoiar a regularização ambiental nos nove estados da Amazônia Legal, executado pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, cujo presidente é o ex-prefeito do Rio Israel Klabin.

★ ★ ★



## tópicos

LEIA TUDO SOBRE O TEMA E SIGA:

amazônia

desmatamento

ibama

meio ambiente

noruega

### sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](#)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](#) ou na [Google Play](#) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENVIE SUA NOTÍCIA

ERRAMOS?

## comentários

Os comentários não representam a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem.

DENIS TAVARES

13.fev.2019 às 19h55

Tem coisas um tanto suspeitas com relação à Amazônia, que a imprensa parece que ainda não entendeu. A Folha poderia deixar em suspenso o criticismo ao governo e começar a apurar o que se passa. Sugiro que entrevistem os militares e, na entrevista, incluam perguntas sobre as reservas indígenas e a participação de ONGs financiadas por governos estrangeiros. A questão passa pela internacionalização da Amazônia.

RESPONDA 0

DENUNCIE

ALEXANDRE SILVA DE SOUZA

13.fev.2019 às 19h21

Esse cara representa o agronegócio, então projetos que incentivem produção familiar livre de agrotóxicos. comércio justo se tornaram alvos. Não adianta ser auditados por órgãos internacionais. Ele quer acabar mesmo.

## ANEXO C – “Ministro aponta problemas e quer rever contratos de ONGs com Fundo Amazônia”

uol INGRESSO.COM UOL HOST PAGBANK CURSOS UOL PLAY UOL ADS BATE-PAPO EMAIL

MENU ASSINE **FOLHA DE S.PAULO** ☆☆☆ BUSCAR

ambiente > planeta em transe amazônia sob bolsonaro ciência

# Ministro aponta problemas e quer rever contratos de ONGs com Fundo Amazônia

Análise foi feita em apenas 25% dos contratos; auditorias externas e do TCU não viram irregularidades

Facebook WhatsApp Twitter Print Email Messenger More

17.mai.2019 às 12h15  
Atualizado: 17.mai.2019 às 13h14

Ouvir o texto A- A+

**Phillippe Watanabe**

**SÃO PAULO** O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou ter encontrado problemas em contratos de ONGs com o [Fundo Amazônia](#) e querer mudanças na escolha dos projetos beneficiados. A afirmação, contudo, vem a partir da análise de apenas ¼ dos contratos do fundo.

O fundo é o maior projeto de cooperação internacional para preservar a floresta amazônica. Em dez anos, recebeu R\$ 3,1 bilhões em doações —93,3% desse dinheiro veio da Noruega. O valor, gerido pelo BNDES, é repassado a estados, municípios, universidades e ONGs.

O cálculo para a doação da Noruega é baseado em resultados —quanto mais redução no desmatamento, maior o valor da doação. Para chegar ao valor, o Ministério do Clima e Meio Ambiente do país escandinavo utiliza um nível de referência de desmatamento em km<sup>2</sup>.

A análise dos contratos feita pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi divulgada na manhã desta sexta (17), no auditório do Ibama, em São Paulo.

Segundo Salles, a análise em contratos do fundo com entes governamentais e ONGs encontrou problemas como concentração de recursos em pagamento de pessoal, gestão, viagens e treinamento. Ele afirmou que no universo dos

notícias da folha no seu email

**relacionadas**

Macron recebe líder indígena Raoni e oferece apoio para proteger o Xingu

Grupo brasileiro perde selo mundial de boas práticas de manejo florestal por fraude

Empresário quer salvar o mundo com hambúrguer vegano que sangra

Lanterna mais potente do mundo chega ao Brasil (é genial!)  
ilumina Max | Patrocinado

por laboola

**Como a ArcelorMittal torna a construção civil mais sustentável**

Uma das maiores siderúrgicas do mundo, empresa lança produtos ecoeficientes e de alta resistência

Estúdio **FOLHA** :

contratos analisados há uma concentração média de 40% a 60% em gastos dos contratos com mão de obra. No entanto, esse gasto não configura irregularidade.

"Isso nos parece uma absorção muito elevada", diz Salles. "Há destinações importantes [entre os contratos], mas há falta de estratégia na escolha desses projetos, eles não conversam entre si."

O ministro não citou as entidades analisadas e não especificou como os contratos foram escolhidos para a análise.

Salles disse que a Noruega e Alemanha —os dois maiores doadores do fundo — estavam desde o início cientes das informações apresentadas à imprensa. "Ontem conversei com eles sobre a informação de hoje. Eles tem acesso ou terão em uma profundidade que nós não podemos divulgar."

Contudo, segundo a **Folha** apurou junto a uma fonte ligada ao fundo, não houve divulgação de informações para os países interessados na análise. Segundo o ministro, as conversas com os países doadores do fundo devem ser aprofundadas na próxima semana.

No ano passado, o TCU (Tribunal de Contas da União) realizou uma auditoria no fundo e concluiu que, "de maneira geral, os recursos do Fundo Amazônia estão sendo utilizados de maneira adequada e contribuindo para os objetivos para o qual foi instituído."

A auditoria do tribunal analisou in loco a atuação de entidades e de um projeto do governo do estado do Pará.

"Os projetos desenvolvidos pelas instituições do terceiro setor amostrados ocorrem em lugares longínquos, mais precisamente em áreas remotas da região Amazônica. São lugares extremamente carentes onde a presença do Estado é mínima. No contato com as comunidades abrangidas nesses projetos percebeu-se a importância das ações desenvolvidas, bem como a seriedade com que elas são executadas, com a produção de resultados efetivos para as comunidades beneficiadas", afirma o relatório do TCU.

Salles reconhece o impacto de alguns projetos, mas diz que a diminuição do desmatamento associado ao fundo é uma "questão interpretativa", sem comprovação. O ministro diz querer melhores ferramentas de mensuração de impacto.



Vista aérea mostra uma área de floresta amazônica desmatada em Santarém (PA) - Reuters

projetos patrocinados ArcelorMittal



PUBLICIDADE

### veja também



#### PLANETA EM TRANSE

Acompanhe a cobertura sobre mudanças climáticas no Brasil e no mundo

#### DESAFIOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Série mostra problemas ambientais dos nove estados da Amazônia Legal

R\$ 207,60

Feito Sob Encomenda

elo7

PUBLICIDADE

ANSELMÍ  
entretramas

Sale+ 10% Off na 1ª compra

Só no site da Anselmi: até 40% Off nas peças mais desejadas da coleção. Aproveite.

PUBLICIDADE

A análise feita pelo MMA, segundo Salles, será repassada à CGU (Controladoria Geral da União), ao TCU (Tribunal de Contas da União) e ao BNDES, órgãos que poderiam tomar ações concretas. "Não vamos recomendar [o que fazer] porque não é nosso papel. Levantamos as fragilidades", disse Salles.

Questionada pela reportagem, a CGU afirmou que não se envolveu na análise do MMA. "A CGU não efetuou testes de auditoria sobre esses contratos ou avaliou os resultados que serão apresentados. As conclusões são de exclusiva responsabilidade do MMA", afirma em nota.

1/16 Meio Ambiente com Ricardo Salles



Investigado pela Polícia Federal, ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, pede demissão Ueslei Marcelino - 22.abr.2021/Reuters

[LEIA MAIS](#)

No ano passado, o Fundo Amazônia completou dez anos em meio a um balanço predominantemente positivo por parte dos doadores. "Vem funcionando bem na Amazônia e também é um modelo para trabalhar em outros países", disse, à época, Ola Elvestuen, ministro do Meio Ambiente da Noruega.

O fundo passa por auditorias anuais desde 2010 pela KPMG.

Ambientalistas, contudo, apontavam alguns problemas, como o uso governamental do dinheiro para compensar cortes orçamentários. Com isso, o dinheiro acabou utilizado, em 2017, para o leasing de carros para o Ibama e para o aluguel de helicópteros para fiscalização, por exemplo.

Em nota, o Observatório do Clima (OC) afirma que "Salles montou um teatrinho para acusar ONGs de 'indícios de irregularidades' no gasto de verbas do fundo. Por tabela, sugere que o BNDES, gestor do fundo, é incapaz de cumprir as tarefas básicas de controle sobre o dinheiro que gere."

O OC também diz que Noruega e Alemanha, países entre os menos corruptos do mundo, estão satisfeitos com os resultados do fundo.

"O conjunto de ilações feitas por Salles e seu ataque a mais uma instituição ambiental alimenta a desconfiança nos doadores e o resultado pode ser o fim dos repasses ao Brasil", afirma a coordenação do Observatório do Clima, uma

rede de 47 organizações da sociedade civil, incluindo WWF e ISA (Instituto Socioambiental).

### De onde vem a verba para o fundo

A quantia destinada ao Fundo Amazônia é calculada a partir das taxas de desmatamento

#### Doadores

- 93,3% (R\$ 2,9 bi) - Noruega
- 6,2% (R\$ 192,7 mi) - Alemanha
- 0,5% (R\$ 16,1 mi) - Petrobras

#### R\$ 3,1 bilhões

Doações recebidas pelo Fundo Amazônia em dez anos

#### 58%

foi a redução do aporte norueguês em 2017 em comparação ao ano anterior

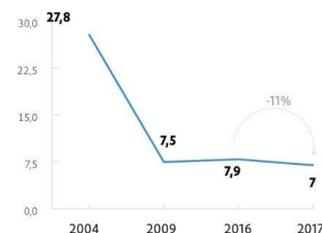
#### 95

é o número de projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

#### R\$ 1,6 bilhão Recursos empenhados



#### Desmatamento da Amazônia (em milhares de km<sup>2</sup>)



Fonte: Relatório de Atividades de 2016 e de 2017 do Fundo Amazônia e Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais)

★ ★ ★



### tópicos

LEIA TUDO SOBRE O TEMA E SIGA:



### sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](#)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](#) ou na [Google Play](#) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENVIE SUA NOTÍCIA

ERRAMOS?

### comentários

Os comentários não representam a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem.

JOSE ROBERTO X DE OLIVEIRA

22.mai.2019 às 12h28

Esse sujeito não devia ser reconhecido como Ministro do Meio Ambiente. No caso dele, em eventuais manifestações pela sua saída, eu irei com muito mas muito entusiasmo. O sujeito que não merece o cargo!!!

RESPONDA 0

DENUNCIE

## ANEXO D - “Noruega irá bloquear verba para o Fundo Amazônia”

uol INGRESSO.COM UOL HOST PAGBANK CURSOS UOL PLAY UOL ADS BATE-PAPO EMAIL

MENU ASSINE

**FOLHA DE S.PAULO**

USAR BUSCAR

ambiente > planeta em transe amazônia sob bolsonaro ciência

# Noruega irá bloquear verba para o Fundo Amazônia

Após aumento no desmatamento, Alemanha também suspendeu dinheiro para a Amazônia

15.ago.2019 às 15h13  
Atualizado: 15.ago.2019 às 20h56

EDIÇÃO IMPRESSA

Ouvir o texto **A-** **A+**

**SÃO PAULO e MANAUS** O ministro do Clima e Meio Ambiente da Noruega, Ola Elvestuen, anunciou nesta quinta (15) que a Noruega suspenderá cerca de R\$ 133 milhões que seriam destinados para o Fundo Amazônia. Segundo Elvestuen, o Brasil está quebrando o acordo para redução do desmatamento. A Alemanha também anunciou, no último sábado (10), que suspenderia parte do financiamento de proteção ambiental para o Brasil.

Em nota, a Embaixada da Noruega diz que, considerando a dissolução dos conselhos que compõem o fundo, não há “fundamento jurídico e técnico para realizar a contribuição anual” ao fundo.

As declarações do ministro, dadas ao jornal Dagens Næringsliv, e da embaixada dizem respeito ao decreto do presidente Jair Bolsonaro (PSL), de maio, que extinguiu órgãos colegiados da administração pública federal, entre eles os que ordenavam o Fundo Amazônia, o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa) e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA).

Alguns entre as dezenas de conselhos extintos foram recriados, mas, para surpresa da Noruega e da Alemanha, o comitê do Fundo ficou de fora.

Elvestuen também afirma que os números do desmatamento estão crescendo significativamente e que o Brasil aparenta não querer parar com o desmatamento.

notícias da folha no seu email

Digite seu e-mail ➔

relacionadas

OSAKA SUMMIT 2019 **Bolsonaro sugere a Merkel que use verba suspensa para reflorestar a Alemanha**

Ativista Greta Thunberg inicia viagem de veleiro para participar de conferência

Em 'dia do fogo', sul do PA registra disparo no número de queimadas

**ganhe** Descubra os segredos dos calçados confortáveis Anatomic Gel | Patrocinado

por taboola

**Como a ArcelorMittal torna a construção civil mais sustentável**

Uma das maiores siderúrgicas do mundo, empresa lança produtos ecoeficientes e de alta resistência

Estúdio **FOLHA** : projetos patrocinados

“A Noruega congelou o seu apoio porque o Brasil descumpriu a sua parte ao não manter o Cofa (Comitê Orientador do Fundo Amazônia)”, disse à **Folha** o diretor da ONG Rainforest Foundation Norway (RFN), Øyvind Eggen. “É uma resposta direta a isso.”

O modelo de governança do Cofa, defendido por Noruega e Alemanha, os dois países doadores, era formado por três blocos: governo federal, governos estaduais e sociedade civil —incluindo ONGs, sistematicamente criticadas pelo governo Bolsonaro.

Segundo Eggen, a imagem do Brasil na Europa sofreu grande piora nas últimas semanas por causa do aumento no desmatamento na Amazônia. Ele afirma que a má imagem de Bolsonaro já chegou até as empresas. “Eles precisam de um governo previsível e também começam a se preocupar.”

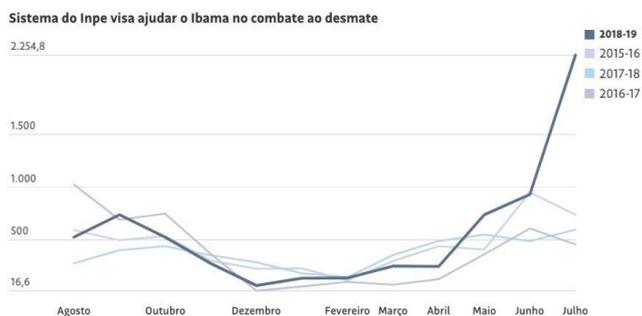


O presidente Jair Bolsonaro - Adriano Machado/Reuters

Recentemente, o desmatamento na Amazônia tem crescido de modo acentuado. A destruição em junho  **aumentou 90%** e em  **julho 278%** —em comparação a junho e julho de 2018—, segundo dados do Deter do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Pelo aumento no desmatamento, a **Alemanha também já anunciou que vai suspender mais de R\$ 150 milhões.**

Desmatamento documentado pelo Deter



Fontes: Deter



PUBLICIDADE

## veja também



### PLANETA EM TRANSE

Acompanhe a cobertura sobre mudanças climáticas no Brasil e no mundo

### DESAFIOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Série mostra problemas ambientais dos nove estados da Amazônia Legal

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

O governo Jair Bolsonaro (PSL) tem criticado a divulgação dos dados de desmate e afirmado que eles podem prejudicar acordos comerciais. Contudo, as críticas do governo, em geral, não são amparadas por informações científicas.

Ao questionar os dados do desmatamento, Bolsonaro chegou a afirmar que Ricardo Galvão, então diretor do Inpe, poderia estar a "serviço de alguma ONG". Galvão se defendeu e fez a defesa da acurácia das informações de desmate. O governo vem falando ainda em sensacionalismo na divulgação dos dados e prejuízo da imagem internacional do Brasil.

O questionamento constante dos dados do desmatamento levou à exoneração, em 2 de agosto, de Galvão. Assumiu, então, como diretor interino do Inpe, Darcton Damiano, militar da Força Aérea com doutorado em desenvolvimento sustentável.

1 / 7 Como funciona o monitoramento do desmatamento



Site do Inpe com visualização do desmatamento acumulado (em amarelo) na Amazônia Reprodução

A relação ambiental entre o Brasil e países europeus que dão recursos para proteção do ambiente tem se deteriorado desde o início da gestão Bolsonaro.

Na última semana, em audiência no Senado, Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente do Brasil, criticou a Noruega. "A Noruega, que é o principal doador do Fundo Amazônia, é o país que explora petróleo no Ártico, e vem criticar ou colocar o argumento da exploração de petróleo na foz do [rio] Amazonas. Eles exploram no Ártico. Eles caçam baleia. E colocam no Brasil essa carga toda, distorcendo a discussão ambiental", disse Salles.

A chanceler alemã, Angela Merkel, já afirmou ver com grande preocupação as ações do atual governo em relação ao desmatamento.

Após o anúncio do corte de verba alemãs para a Amazônia, Bolsonaro agiu com ironia, falou que o Brasil não precisava do dinheiro e que Merkel deveria usar o dinheiro para reflorestar a Alemanha.

Também há preocupação por parte do presidente francês, Emmanuel Macron, que colocou a permanência do Brasil no Acordo de Paris como condição para concretização de acordos comerciais. O governo da França também espera ações concretas do Brasil quanto a questões ambientais, o que, caso contrário, poderia dificultar a relações comerciais entre União

Europeia e o Mercosul.

★ ★ ★



## tópicos

LEIA TUDO SOBRE O TEMA E SIGA:

amazônia

desmatamento

meio ambiente

### sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](#)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](#) ou na [Google Play](#) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENVIE SUA NOTÍCIA

ERRAMOS?

## comentários

Os comentários não representam a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem.

**RICARDO FERNANDES**

16.ago.2019 às 13h35

talvez fosse o caso de fazer um bolão: com qual país o brasil, além dos eua, não terão criado caso após 4 anos de governo bolsonaro.

RESPONDA 1

DENUNCIE

**WASHINGTON PORTELA**

15.ago.2019 às 21h54

Primeiro foi a Alemanha, e agora a Noruega, a Amazonia queima e no centro da fogueira está um Presidente idiota chamado Bolsonaro.

RESPONDA 3

DENUNCIE

**WASHINGTON PORTELA**

15.ago.2019 às 21h54

Primeiro foi a Alemanha, e agora a Noruega, a Amazonia queima e no centro da fogueira está um Presidente idiota chamado Bolsonaro.

RESPONDA 2

DENUNCIE

TODOS OS COMENTÁRIOS (38)

COMENTE\*

\* Apenas para assinantes da Folha

## Recomendadas para você

Taboola Feed



## ANEXO E – “Salles quer criar força-tarefa com mineradoras e ONGs para a Amazônia”

uol INGRESSO.COM UOL HOST PAGBANK CURSOS UOL PLAY UOL ADS BATE-PAPO EMAIL

MENU ASSINE **FOLHA DE S.PAULO** BUSCAR

ambiente > planeta em transe amazônia sob bolsonaro ciência

Sua **vontade** de vender com a nossa **experiência**



PUBLICIDADE

GOVERNO BOLSONARO

### Salles quer criar força-tarefa com mineradoras e ONGs para a Amazônia

Ministro do Meio Ambiente diz que aumento do desmatamento não pode ser atribuído a Bolsonaro








22.ago.2019 às 14h19

EDIÇÃO IMPRESSA

🔊 Ouvir o texto A- A+

**Diogo Schelp**

SÃO PAULO | UOL O Ministério do Meio Ambiente quer criar a Força-Tarefa Pró-Amazônia, reunindo Ministério da Defesa, Polícia Federal, a Fundação Nacional do Índio (Funai), Agência Nacional de Mineração, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Secretaria de Patrimônio da União.

Além de entidades do terceiro setor ligadas à preservação da Amazônia, a força-tarefa incluirá empresas e associações com interesses econômicos na região, como madeireiras e mineradoras.

O objetivo, disse o ministro Ricardo Salles ao UOL, é “olhar a questão do desmatamento da Amazônia como um todo, em todas as frentes, e transformar em realidade a história de que floresta em pé vale mais do que floresta deitada”.

Ele prevê reuniões quinzenais e espera que as primeiras medidas sejam anunciadas dentro de um mês.

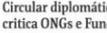
O anúncio da iniciativa governamental ocorre no contexto de uma crescente

**notícias da folha no seu email**

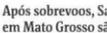
**relacionadas**



"Todo mundo é suspeito, mas a maior suspeita vem de ONGs", diz Bolsonaro sobre incêndios



Circular diplomática sobre meio ambiente critica ONGs e Fundo Amazônia



Após sobrevoos, Salles diz que incêndios em Mato Grosso são criminosos



Invenção barata que ajuda ouvir melhor é lançada Amplifier | Patrocinado

por taboola

**Quer saber mais sobre criptoativos? Ouça o podcast**

Escute o primeiro da série Economia e Negócios nos Novos Tempos, parceria da ESPM com o Estúdio Folha

deterioração da imagem preservacionista do Brasil no exterior.

Pesaram para isso o [aumento nos índices de devastação da Amazônia](#), as críticas feitas pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) e por Salles à Alemanha e à Noruega (principais doadores do Fundo Amazônia) e a demissão do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão que monitora o desmatamento.

Também o nome do ministro, alvo de uma investigação sobre enriquecimento ilícito, atrai controvérsia. Ele contesta a acusação, que atribui à reforma de um apartamento declarada à Receita Federal.

★

1/16 Meio Ambiente com Ricardo Salles



Investigado pela Polícia Federal, ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, pede demissão Ueslei Marcelino - 22.abr.2021/Reuters

[LEIA MAIS](#)

### Plano Salles

A nova força-tarefa, afirma Salles, atuará em três frentes.

A primeira buscará soluções para desenvolver economicamente a Amazônia Legal, onde residem 20 milhões de pessoas. A segunda vai adicionar um novo sistema de monitoramento e controle do desmatamento aos já existentes, fornecidos pelo Inpe. A terceira reforçará as operações de fiscalização para coibir e punir as atividades ilegais que causam dano à floresta.

Os objetivos e a forma de atuação da força-tarefa se assemelham a um programa já existente no âmbito do ministério, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), de 2004.

O PPCDAm é uma iniciativa que congrega diversos ministérios e está estruturado em quatro eixos: ordenamento fundiário e territorial; monitoramento e controle ambiental; fomento às atividades produtivas sustentáveis; e instrumentos econômicos e normativos.

Representantes de organizações ambientalistas reclamam que Salles não está dando continuidade ao PPCDAm. O PPCDAm, segundo o site do ministério, “tem como objetivos reduzir de forma contínua e consistente o desmatamento e criar as condições para se estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Estúdio **FOLHA** : **ESPM**  
projetos patrocinados



PUBLICIDADE

### veja também



PLANETA EM TRANSE

Acompanhe a cobertura sobre mudanças climáticas no Brasil e no mundo

DESAFIOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Série mostra problemas ambientais dos nove estados da Amazônia Legal

R\$ 594,20      R\$ 74,90

**elo7**

PUBLICIDADE

R\$ 207,60      Feito Sob Encomenda

**elo7**

Premissa semelhante é usada por Salles ao explicar sua intenção de criar a Força-Tarefa Pró-Amazônia.

Para o ministro, a pressão para destruir a Floresta Amazônica ilegalmente persistirá enquanto não houver alternativa econômica para explorar suas riquezas de forma sustentável, protegendo o bioma e dando emprego à população da região.

“Precisamos ter um foco grande na participação do setor privado na bioeconomia da floresta e, para isso, necessitamos que as empresas nos digam por que não investem na Amazônia”, diz Salles.

Ele dá o exemplo das indústrias farmacêutica e de cosméticos, que poderiam montar na região laboratórios dedicados a pesquisar intensamente a biodiversidade amazônica para o desenvolvimento de produtos. “Até hoje, as empresas nacionais e internacionais não fizeram isso, e precisamos entender os gargalos que limitam esse tipo de investimento.”

1/7 Como funciona o monitoramento do desmatamento



Site do Inpe com visualização do desmatamento acumulado (em amarelo) na Amazônia Reprodução

Como parâmetro do que precisa ser feito, Salles cita o conceito de “Amazônia 4.0”, elaborado por Carlos Nobre, pesquisador do Inpe, e que consiste em aproveitar o potencial econômico da Amazônia com tecnologia e sem desmatamento.

“Há um entendimento de que não há necessidade de aumentar a área plantada, que é possível pegar as antigas pastagens, que estão degradadas, e fazer uso intensivo do solo que já está aberto”, diz o ministro do Meio Ambiente.

### Fundo Amazônia

Salles atribui a polêmica em torno do Fundo Amazônia à sua preocupação com a falta de participação da iniciativa privada nas soluções para a preservação da floresta.

Na semana passada, em meio a críticas de Bolsonaro e de Salles ao passivo ambiental da Noruega e da Alemanha, os dois países, que são os maiores financiadores do fundo, suspenderam suas doações.

“O Fundo Amazônia não trouxe o setor privado para dar continuidade às políticas públicas e às cadeias produtivas. Sem o setor privado, nenhum

investimento vai ser duradouro. Estaremos apenas criando uma demanda artificial e, quando o recurso público for retirado, a iniciativa morre”, diz Salles.

Segundo ele, diversas ações bancadas com o dinheiro do fundo não estavam tendo resultados e serviam apenas para transferir dinheiro para organizações ambientalistas.

“Nós nos deparamos com uma grande dificuldade em ter ingerência mais efetiva do governo sobre o tipo de projeto que era adotado e na mensuração dos resultados”, diz. Salles considera natural a suspensão das doações pela Noruega e pela Alemanha, enquanto as normas do fundo estão em discussão. E afirma que as negociações podem ter dois resultados:

“Ou chegamos a um bom termo e o fundo retoma suas atividades readequado a essa visão de maior eficiência, maior transparência e maior resultado para suas ações; ou não chegamos a bom termo, e os recursos do Fundo Amazônia não vêm mais.”

Se não houver acerto com os doadores, Salles recomenda que eles façam acordos diretamente com os governos estaduais da região amazônica ou com organizações não governamentais.

### Garimpos legais

Salles defende que é preciso regularizar atividades produtivas na Amazônia Legal para que, sob regras ambientais claras e com segurança jurídica, elas deixem de causar danos à floresta.

☰ 1 / 4 Garimpo ilegal no Pará



Garimpo ilegal atinge rio Jamanxim, na Floresta Nacional Itaituba II, em junho de 2017 Avener Prado/Folhapress

[LEIA MAIS](#)



Isso pressupõe fazer a regularização fundiária e “realizar o aproveitamento minerário da região da Amazônia de maneira sustentável”.

“Legalização” é a palavra que o ministro utiliza para apontar a solução para a garimpagem ilegal. “Existem mais de 800 garimpos ilegais na Amazônia, atuando há 20 anos. Como reverter isso: regularizar, legalizar. Tirar essas atividades das margens da lei”, afirma.

Para isso, conta com a Agência Nacional de Mineração.

Salles defende que órgãos como a agência e o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cegen), subordinado à sua pasta, sejam mais ágeis na aprovação de licenças para exploração e pesquisas.

### Desmatamento

Ricardo Salles confirma que o ministério está nos últimos preparativos para contratar um novo sistema de monitoramento por imagens de satélites da região amazônica, para fornecer informações rápidas sobre as atividades ilegais de destruição da floresta.

Desde que assumiu o cargo, ele tem feito críticas ao serviço de monitoramento pelo Inpe, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

No início do mês, [Ricardo Galvão, diretor do Inpe, foi demitido](#) ao reagir à afirmação, feita pelo presidente Bolsonaro, de que os dados sobre desmatamento divulgados pelo instituto eram mentirosos.

O presidente questionou especificamente os dados de desmatamento medidos pelo Deter, um levantamento rápido de alertas de evidências de alteração da cobertura florestal na Amazônia, que serve para identificar onde estão ocorrendo atividades ilegais a tempo de a fiscalização intervir.

O Deter apontou aumento de cerca de 88% na área de desmate em junho deste ano em comparação com o mesmo mês de 2018 e de 278% no mês passado, em comparação com julho de 2018.

Ainda que o Deter não seja a ferramenta apropriada para apontar taxas consolidadas de desmatamento, costuma ser usado como parâmetro da tendência de alta ou baixa na devastação.

1 / 10 A demissão do diretor do Inpe



19 de julho - O presidente Jair Bolsonaro questiona dados de desmatamento do Inpe e diz que Ricardo Galvão poderia estar a serviço de algum... MAIS ▾

O Inpe dispõe de outro indicador, o Prodes, que dá o consolidado anual do desmatamento. No acumulado de doze meses, entre agosto de 2018 e julho de 2019, o Inpe aponta salto de 40% no desmatamento.

Salles contesta também esses números. “O [Imazon \(Instituto do Homem e do Meio Ambiente\)](#), que é uma ONG e não tem nada a ver com o governo, diz que o aumento do desmatamento anual foi de 15% no período de julho/agosto de 2018 a julho/agosto deste ano”, diz Salles.

Os sistemas do Inpe e do Imazon, porém, não são comparáveis, pois usam metodologias diferentes de processamento dos dados. E, apesar das discrepâncias, eles apontam de maneira inequívoca é que o ritmo da devastação da floresta segue aumentando.

“[Há um aumento contínuo do desmatamento](#), que vem de 2012 até agora. Ninguém está negando um aumento do desmatamento, mas é errado imputar esse crescimento ao governo Bolsonaro”, afirma.

### **Monitoramento privado**

O governo pretende adotar um novo sistema de monitoramento, nos moldes do oferecido por uma tecnologia americana disponibilizada no Brasil pela empresa Santiago & Cintra. O sistema utilizado é o Planet, que produz imagens mais detalhadas e com maior frequência do que as do Inpe.

“O Deter não se presta a medir volume de desmatamento, não é preciso e não faz comparações. Para saber se o desmatamento aumentou, é preciso comparar a mesma área em tempos diferentes. O Deter não faz isso”, insiste Salles.

Ele alega, porém, que os levantamentos do Prodes e do Deter continuarão sendo realizados. A eles se somará agora o novo sistema privado.

O ministro diz que o [recurso para contratar o monitoramento em tempo real já está disponível](#). “[Já tiramos do orçamento do ministério](#) e passamos para o Ibama. São R\$ 5 milhões para o primeiro ano de prestação de serviço”, diz.

O ministro afirma que a licitação será feita dentro de uma ou duas semanas. Questionado se, da forma como o serviço foi descrito, a licitação não estaria sendo direcionada para o Planet, Salles diz que há outras empresas interessadas, como a Agrosatélite.

Mas que, evidentemente, a empresa que oferecer o melhor serviço pelo melhor preço ganhará o contrato.

### **Uso da Força Nacional**

A terceira frente da força-tarefa dará continuidade, com reforços, aos trabalhos de fiscalização das atividades francamente ilegais na Amazônia, como a obstrução de áreas pelo garimpo, [queimadas para abertura de pasto ilegal](#) e roubo de madeira.

O ministro aposta no novo sistema de monitoramento para dar informações mais precisas para as operações dos órgãos ambientais. Ele afirma que Sergio Moro, ministro da Justiça, vai destacar de 50 a 100 homens da Força Nacional para dar segurança aos fiscais do Ibama na região.

“Também teremos apoio logístico das Forças Armadas e vamos seguir utilizando as capacidades da Polícia Federal. Estamos no processo de engajar os estados para colocar suas polícias militares.”

Ele afirma ainda que o apoio da PM é [especialmente necessário no Pará](#), “que tem o maior índice de desmatamento ilegal do Brasil”. “Há uma fragilização do sistema de fiscalização decorrente de cortes orçamentários ano após ano, que não é de agora”, diz Salles.

O ministro conta com a possibilidade de contratar policiais ambientais dos estados em regime de jornada extraordinária para fazer frente à falta de quadros fiscalizadores. “Só falta recebermos dos estados a informação de quantos policiais estão disponíveis para trabalhar nesse regime.”

As tropas da Força Nacional já foram destacadas em outras ocasiões para dar apoio a operações de fiscalização na Amazônia, a mais recente delas em outubro passado, no governo de Michel Temer.

Na gestão de Dilma Rousseff (2011-2016) também se recorreu à Força Nacional para dar apoio à fiscalização ambiental. Na ocasião, os gastos com o efetivo foram bancados com recursos do Fundo Amazônia.

★ ★ ★



## tópicos

LEIA TUDO SOBRE O TEMA E SIGA:

amazônia

desmatamento

meio ambiente

ricardo salles

### sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](#)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](#) ou na [Google Play](#) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENVIE SUA NOTÍCIA

ERRAMOS?

## comentários

Os comentários não representam a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem.

**LUIZ LEAL**

22.ago.2019 às 18h02

Não se preocupem. A contratação do novo sistema de monitoramento será feito através de licitação. A empresa que se dispuser a informar o menor nível de desmatamento vence. O INPE está fora.

RESPONDA 1

DENUNCIE

**NELSON E PIRES**

22.ago.2019 às 17h01

É estranho. Tem dinheiro para contratar uma empresa particular mas não tem dinheiro para a ciência brasileira. Estamos feitos com essa turminha lá de cima a começar pelo topo.

RESPONDA 1

DENUNCIE

**NELSON E PIRES**

22.ago.2019 às 17h01

É estranho. Tem dinheiro para contratar uma empresa particular mas não tem dinheiro para a ciência brasileira. Estamos feitos com essa turminha lá de cima a começar pelo topo.

RESPONDA 0

DENUNCIE

TODOS OS COMENTÁRIOS (9)

COMENTE\*

\* Apenas para assinantes da Folha

## ANEXO F – “Empresas e agronegócio reagem com temor diante da polêmica ambiental na Amazônia”

uol INGRESSO.COM UOL HOST PAGBANK CURSOS UOL PLAY UOL ADS BATE-PAPO EMAIL

MENU ASSINE **FOLHA DE S.PAULO** \*\*\* BUSCAR

economia > reforma tributária inss dólar, bolsa e empresas agrofolha tecnologia investimentos imóveis

Sua **vontade** de vender com a nossa **experiência** **cielo**

### Empresas e agronegócio reagem com temor diante de polêmica ambiental na Amazônia

Para setor, imagem internacional de conservação do Brasil pode ser prejudicada

f i+ t f i+ t f i+ t

23 ago.2019 às 15h45  
Atualizado: 23 ago.2019 às 17h22

🔊 Ouvir o texto A- A+

**BRASÍLIA e SÃO PAULO | REUTERS** A coleção de imagens de desmatamentos e queimadas, além de declarações e [atos polêmicos do presidente Jair Bolsonaro](#) e seus ministros, minaram a imagem do Brasil no exterior e levam a grandes empresas e associações de agronegócio do país a reagirem.

Desde que as imagens das queimadas na Amazônia começaram a correr o mundo, hashtags pedindo boicote aos produtos brasileiros circulam nas redes sociais.

Nesta sexta-feira (23), a Finlândia pediu que a União Europeia avalie a possibilidade de banir a carne bovina brasileira do Brasil, devido às notícias de queimadas. De outro lado, o gabinete do presidente francês, Emmanuel Macron, [disse também nesta sexta-feira que vai se opor ao acordo UE-Mercosul](#), posição semelhante à da Irlanda.

🗪 12 / 16 Fogo na Amazônia



**newsletter folhamercado**  
De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Digite seu e-mail ➤

**relacionadas**

**'Brasil exige respeito', diz Fiesp sobre ameaças contra acordo UE-Mercosul**



Produtores rurais são as principais vítimas de queimadas, diz entidade do agronegócio

Com crescimento fraco, BC europeu sinaliza pacote de estímulo

Invenção barata que ajuda ouvir melhor é lançada Amplifier | Patrocinado



por taboata

**43% dos brasileiros vivem no modo acelerado, diz pesquisa**  
Levantamento da Eisenbahn



O estado campeão de focos de incêndio é Mato Grosso, com 13.682 ocorrências, praticamente um quinto dos registros do país, aumento de 87% em... **MAIS**

Os representantes das empresas estrangeiras com presença ou não no Brasil demonstraram preocupação com a situação no país.

O presidente da Eurochambers (Associação das Câmaras de Comércio e Indústria Europeias), Christoph Leidl, disse em nota à imprensa nesta sexta-feira (23) que a mudança climática é algo real e que os líderes globais devem se comprometer com uma abordagem forte para reduzir seu impacto.

"O acordo UE-Mercosul pode ser uma boa força para o bem neste contexto, abrangendo os princípios ambientais e de sustentabilidade. Isso não pode ser colocado em perigo."



Já a Câmara de Comércio Brasil-Alemanha em São Paulo afirmou que a solução para o problema da Amazônia deve ser encontrado da mesma forma que se chegou a um acordo de livre-comércio entre as regiões.

"Uma cooperação para que possamos não somente preservar essa área de suma importância para o mundo, mas também evoluir como um todo, discutindo temas ambientais e de desenvolvimento sustentável juntos para que possamos cultivar o lugar que é nosso lar, o planeta Terra", disse o presidente da entidade, Philipp Schiemer, em carta enviada à imprensa.

O agronegócio brasileiro também reagiu. A Marfrig, segunda maior produtora de carne bovina do mundo, publicou um anúncio exaltando ter sido capaz de emitir U\$ 500 milhões (R\$ 2,06 bilhões) em bônus de transição, papéis emitidos como instrumento para financiar projetos de mitigação ambiental.

No anúncio, destaca que seus fornecedores precisam respeitar áreas protegidas e compromisso contra o desmatamento.

Ao receber um prêmio há cerca de dez dias, o presidente da Suzano, Walter Schalka, afirmou que o setor de papel e celulose precisa "levantar a voz" e

Datafolha mostra que as pessoas admitem não aproveitar detalhes do dia a dia

Estúdio **FOLHA**:  
projetos patrocinados



PUBLICIDADE

### veja também



TEC

Leia notícias sobre internet, segurança de dados, aplicativos e gadgets

SEU BOLSO

Como investir meu dinheiro para ganhar da inflação? Confira dicas de especialistas



PUBLICIDADE

defender o fim do desmatamento da Amazônia.

"Nosso setor não é de florestas e sim de árvores. 100% das empresas do setor só colhem as árvores que plantaram e não usam floresta nativa. Mas pode haver contaminação negativa do setor por problema ambiental brasileiro", disse ao discursar para uma plateia de empresários.

Ex-ministro da Agricultura e um dos maiores empresários do agronegócio do país, Blairo Maggi diz que ao longo dos anos a produção brasileira foi construindo uma confiança e ganhou terreno por mostrar que a grande produção é sustentável no país.

"Agora estamos no inverso de tudo e tudo está sendo contestado. E não é uma coisa construída pelos produtores que mudaram de posição. Nós continuamos com as mesmas práticas, o governo que mudou o discurso", disse.

"O risco é que essas conquistas dos últimos anos sejam ignoradas e se tenha que começar todo um trabalho de novo, e aí ser muito mais penoso."

Presidente da associação Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), que congrega empresas da área de papel e celulose, o ex-governador Paulo Hartung também reforçou o temor de fechamento de mercados e desvalorização dos produtos brasileiros no exterior pelo discurso do atual governo.

"Somos fortemente contra o desmatamento ilegal da Amazônia. Acreditamos no potencial de desenvolvimento da região e do seu povo com modelos econômicos sustentáveis que não dependem da alteração da cobertura florestal", disse em nota.

"Assim como outros empresários já citaram, há anos o Brasil vem construindo uma imagem internacional de conservação com produção e não podemos jogar fora esse trabalho. Vai custar caro ao Brasil reconquistar a confiança de alguns mercados internacionais."

A associação também divulgou uma carta aberta nesta sexta-feira sobre o assunto. "Seria positivo se o governo abrisse canal de interlocução com quem tem amor ao nosso país e sensibilidade para a qualidade de vida das futuras gerações planetárias. Precisamos, juntos, discutir e propor soluções urgentes, sem levar o debate para o lado do partidarismo ou viés ideológico."

[O agronegócio brasileiro](#) representa mais de 40% das exportações brasileiras. Até julho deste ano, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, foram exportados US\$ 56,6 bilhões. Em 2018, os valores foram recordes, a US\$ 101,7 bilhões.

São os alimentos —em especial soja, proteína animal e seus derivados—, que ajudaram a colocar o Brasil no mapa mundial das exportações. Hoje, o país é um dos maiores players no setor de alimentos, o que atrai uma dura competição. O consultor Welber Barral, da BMJ Consultoria —e ex-secretário de comércio exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio—, lembra que existem muitos mecanismos para impor barreiras, especialmente as não tarifárias, e a produção de alimentos é um dos setores mais protegidos do mundo.

"Reais ou não, as ações e as declarações do governo dão motivações para que soframos essas barreiras", diz Welber Barral, da consultoria BMJ, ex-secretário de Comércio Exterior do governo federal.

"Para construir um nome são 30 anos. Para acabar com ele são 5 minutos. Uma manchete que repercute em uma cadeia de informação destrói uma

reputação."

Cid Sanches, representante no Brasil da Certificadora RTRS, associação formada pelos integrantes da cadeia da soja, corrobora a avaliação.

"Você está falando em conferências sobre certificação e aí vem essas notícias. Com o governo soltando essas pérolas, pode perder essas oportunidades de negócios", defendeu.

A certificação da soja faz parte de um programa para garantir que o grão exportado não vem de área desmatada, considerando também questões de sustentabilidade social.

Outros países também produzem soja certificada, o que significa que o programa, por si só, não garante mercado ao brasileiro em uma conjuntura de desconfiança, comentou Sanches.

"Pode até gerar um movimento de aversão ao produto do Brasil, por mais que sejamos certificados. Se pode comprar produto certificado na Argentina, por que ele vai comprar no Brasil?", questiona.

Segundo Bernardo Pires, gerente de sustentabilidade da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), a governança ambiental das empresas privadas precisa ser acompanhada do setor público.

No entanto, de acordo com Pires, o setor da soja, principal produto de exportação do Brasil, não tem sentido efeitos econômicos dos pronunciamentos do governo francês e de outros países europeus. "O alerta vermelho com nossos clientes internacionais ainda não acendeu."

O gerente afirma ter convicção que as práticas do setor de soja serão superiores aos pronunciamentos. "Mesmo com essas declarações, temos como provar que a soja está respeitando o meio ambiente e não é proveniente de desmatamento ilegal."

#### **DISCURSO E PRÁTICA**

Desde a campanha eleitoral, o discurso do [presidente Bolsonaro](#) soa como música para alguns produtores, mas arrepia ambientalistas e agora também os exportadores.

Antes mesmo de assumir, Bolsonaro ameaçava tirar o Brasil do Acordo de Paris, que combate as mudanças climáticas, e ameaçou unir o Ministério do Meio Ambiente ao da Agricultura. Foi convencido a mudar de ideia pela Frente Parlamentar da Agropecuária, que viu no movimento um enorme risco para o agronegócio brasileiro.

Na Presidência, Bolsonaro mais de uma vez falou em facilitar licenciamentos ambientais, regularizar o garimpo em terras indígenas, diminuir áreas de proteção ambiental. Recentemente, comprou briga com os governos da Alemanha e da Noruega, que financiavam ações de preservação ambiental através do Fundo Amazônia --os dois países suspenderam o envio de recursos ao Brasil.

Esta semana, em que as imagens das queimadas na Amazônia correram o mundo, acusou as ONGs de terem colocado fogo na floresta para derrubá-lo, já que lhes teria tirado recursos.

Em um dos movimentos considerados mais desastrosos, questionou os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre aumento do desmatamento, mandou demitir o diretor, rever os números e declarou que quer receber primeiro os dados.

Ex-ministra do Meio Ambiente no governo Dilma Rousseff e uma das negociadoras das mudanças no código florestal que colocaram ambientalistas e produtores na mesma mesa, Izabella Teixeira lembra que a credibilidade que o Brasil construiu lá fora é fruto de 35 anos de trabalho, desde a redemocratização.

"Para ter credibilidade você precisa fazer certo, fazer com que as pessoas percebam que está fazendo certo e ter sorte das coisas darem certo. O governo está jogando fora as três coisas", disse.

Chamada inicialmente de "miss motosserra" por ambientalistas, a senadora Kátia Abreu (PDT-TO), ex-ministra da Agricultura e ex-presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), diz que o governo está dando munção aos competidores com declarações que considera estapafúrdias.

"O governo brasileiro está dando tiro pé, está dando bala para o adversário. O europeu é muito ligado nesta questão ambiental. No mundo real, fake ou fato, é o consumidor que temos que atender", diz, lembrando que a União Europeia é o segundo comprador de produtos alimentares do Brasil, perdendo apenas para a China.

"A atitude do governo Bolsonaro hoje é antimercado. O mercado valoriza hoje quem está preocupado com a questão ambiental. 'Ah, a Europa tem interesses escusos.' Esse discurso é tão velho!"

1 / 13 Soja no Brasil



Colheita de soja na fazenda Lagoa Santa em Guaira, no interior de SP Ricardo Benichio/Folhapress

[LEIA MAIS](#)

#### BARREIRAS "TRAVESTIDAS"

Wellington Andrade, diretor-executivo da Aprosoja Mato Grosso, defende as posições de Bolsonaro, mas diz que se equivoca na maneira de defendê-las.

"Entendemos que o posicionamento do presidente é correto, porém a forma de comunicação está equivocada, destoada. Ele teria que ser mais claro em seu discurso sobre questões que dizem respeito estritamente ao desmatamento ilegal", defende.

Ainda assim, Andrade não acredita em risco de perdas de mercados, mas admite que o risco de aumento de barreiras existe.

"Não acredito que vamos perder mercado de imediato, pela necessidade da

proteína que tem a Europa, que compra principalmente o nosso farelo (de soja). Mas você corre o risco de enfrentar barreiras comerciais travestidas de barreiras ambientais ou sanitárias."

Já Maggi diz que a ideia de que "o mundo precisa do Brasil", usada muitas vezes pelos produtores, pode ser equivocada.

"Nós nos enganamos muito com isso. O mundo não depende da gente, nós conseguimos espaço porque somos competentes, temos preço competitivo. No mundo existem outras regiões com as mesmas condições e que não são tão competitivas hoje, mas isso pode mudar", defendeu.

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou nesta sexta-feira que as notícias sobre as repercussões das queimadas na Amazônia preocupam, mas que o agronegócio não pode ser responsabilizado.

"Vamos para ação, vamos ver quem está queimando, vamos punir quem precisa ser punido, quem está fazendo a coisa errada", disse a ministra, acrescentando que antes de tomar qualquer tipo de medida é preciso saber do Brasil o que está acontecendo.

Colaborou Mariana Grazini e Arthur Cagliari

★ ★ ★



## tópicos

LEIA TUDO SOBRE O TEMA E SIGA:

brexit

europa

mercosul

união europeia

### sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](#)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](#) ou na [Google Play](#) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENVIE SUA NOTÍCIA

ERRAMOS?

## comentários

Os comentários não representam a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem.

JANE SANTOS

23.ago.2019 às 17h04

Ele não era o queridinho do agronegócio ??? Ele não mudou uma linha daquilo que sempre disse, portanto não tem novidade, todos sabiam que ele nunca se interessou em proteger o meio ambiente, muito pelo contrário!

RESPONDA 1

DENUNCIE

TODOS OS COMENTÁRIOS (1)

COMENTE\*

\* Apenas para assinantes da Folha

## ANEXO G - “Após Fundo Amazônia, país pode perder bilhões sem ação ambiental”

uol INGRESSO.COM UOL HOST PAGBANK CURSOS UOL PLAY UOL ADS BATE-PAPO EMAIL

MENU ASSINE FOLHA DE S.PAULO BUSCAR

ambiente > planeta em transe amazônia sob bolsonaro ciência

# Após Fundo Amazônia, país pode perder bilhões sem ação ambiental

Doações e mecanismos para captar recursos estão atrelados à eficácia na preservação da floresta

Facebook WhatsApp Twitter LinkedIn Print 55

25 ago 2019 às 2h00

EDIÇÃO IMPRESSA

Ouvir o texto A- A+

Phillippe Watanabe  
Rafael Garcia

SÃO PAULO A Amazônia tem potencial bilionário e, por isso, os riscos de perda financeira relacionada à floresta também são bilionários. A prova disso é o Fundo Amazônia, atualmente paralisado após ações e acusações por parte do presidente Jair Bolsonaro (PSL) e do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles.

Até o momento, cerca de US\$ 1,3 bilhão em doações foram recebidas pelo fundo, com pouco menos da metade do valor já desembolsado.

A paralisação do fundo ocorreu após Salles tentar mudar os mecanismos de gestão do fundo e acusar supostos indícios de irregularidades financeiras em projetos de ONGs —o ministro afirmou ter analisado ¼ dos contratos e não apresentou documentos, citando dados isolados.

A verba no Fundo Amazônia tinha diversas destinações, inclusive o combate aos crescentes incêndios na Amazônia que desembocam na atual crise política e ambiental.

notícias da folha no seu email

Digite seu e-mail

relacionadas

Governo desbloqueia R\$ 38,5 milhões para Defesa combater incêndios na Amazônia

'Bolsonaro está a serviço do grande capital', diz filha de Chico Mendes

Discurso de Bolsonaro sobre Amazônia passa ideia de apoio ao desmatamento, diz Maia

Invenção barata que ajuda ouvir melhor é lançada Amplifier | Patrocinado

por taboola

**Aprendizagem Profissional: um caminho para jovens trilharem carreiras sustentáveis**  
Com o devido acompanhamento empresa-escola, é possível explorar e desenvolver habilidades



Incêndio em área da floresta perto e Proto Velho, Rondônia, em agosto deste ano - Ueslei Marcelino/Reuters

O Ibama, pelo PrevFogo, recebeu mais de R\$ 14 milhões para ações contra queimadas.

O dinheiro em questão foi destinado à compra de equipamentos de proteção para os brigadistas e de combate ao fogo, motobombas, mangueiras, reservatórios de água e geradores de energia, além de caminhões e caminhonetes para transportar as equipes.

A Operação Awá, na terra indígena Araribóia, é um exemplo de ação que usou verbas do fundo e auxiliou na proteção de áreas de tribos isoladas.

Outro contrato do fundo, de pouco mais de R\$ 19 milhões e que tem como parte a ONG Centro de Trabalho Indigenista, visa exatamente a proteção de povos indígenas isolados.

Parte do objetivo do projeto, iniciado em 2014, é a [pesquisa de 20 referências não confirmadas de índios isolados na Amazônia](#), além de melhorias na interlocução com indígenas e populações que vivem no entorno de povos isolados.

As atividades citadas têm parceria com a Funai (Fundação Nacional do Índio).

1/16 Fogo na Amazônia



Com 72.843 focos de incêndio do início de janeiro até meados de agosto, o Brasil já registra um aumento de 83% em relação ao mesmo período d... [MAIS](#) ▾

Estúdio **FOLHA** :  
projetos patrocinados



PUBLICIDADE

## veja também



PLANETA EM TRANSE

Acompanhe a cobertura sobre mudanças climáticas no Brasil e no mundo

DESAFIOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Série mostra problemas ambientais dos nove estados da Amazônia Legal

R\$ 594,20      R\$ 74,90

**elo7**

PUBLICIDADE

-22%      -29%

R\$ 162,10      R\$ 35,69

**elo7**

A despeito da afirmação de Bolsonaro de que o fundo servia apenas a ONGs, outros órgãos governamentais e governos estaduais e municipais se beneficiavam dele. Como a **Folha** mostrou recentemente, por exemplo, R\$ 359 milhões foram usados pelos estados amazônicos para implementar o Código Florestal.

A monetização ou capitalização da floresta em pé —proposta de Salles para evitar desmatamentos— também já ocorre com ajuda de dinheiro do fundo. O Acre teve aprovado em 2010 um projeto de R\$ 57 milhões para incentivar financeiramente práticas sustentáveis, como manejo florestal de produtos relacionados à madeira e reflorestamento de áreas degradadas.

Ideia semelhante é aplicada no Bolsa Floresta, projeto que recebeu, ao todo, cerca de R\$ 50 milhões direcionados a pequenos empreendimentos sustentáveis na floresta, visando ajudar o aumento de escala das iniciativas, com equipamentos, obras, planos de negócio, desenvolvimento de produtos, certificações e assistência técnica.

Mas o dinheiro que entra na floresta não vem só do Fundo Amazônia, como mostrou a Alemanha recentemente ao suspender verbas que iriam para projetos amazônicos diante da falta de resultados. O mesmo aumento do desmate que levou Berlim a cortar financiamento, resignada diante da política ambiental hostil do governo, pode tirar muito mais dinheiro do país.

Estão em jogo futuras negociações no GCF Fundo Verde do Clima, mecanismo regido pelo Acordo de Paris (2015) que permite a países em desenvolvimento captar dinheiro de países ricos para mitigar a emissão de gases-estufa.

1 / 8 Ilustrações sobre queimadas na Amazônia



Ilustração de Savron (@savron) Reprodução/Instagram

O Brasil fechou a primeira negociação nesse âmbito, que prevê o fluxo de US\$ 96 milhões para o país, referentes à redução do desmatamento verificada entre 2014 e 2015.

“E o problema não se restringe à mitigação da mudança climática, porque o Brasil, como um dos países mais afetados, também poderia solicitar recursos para adaptação à mudança climática”, explica Carlos Eduardo Young, economista da UFRJ especialista em ambiente.

Segundo ele, o aquecimento global deve trazer perdas de produtividade em

culturas como feijão e milho, o que qualificaria o país a acessar recursos internacionais de compensação —desde que demonstre avanço na redução de emissões por desmate.

“Mas se o governo federal não tem uma relação de confiança com o potencial doador, o recurso não será oferecido. Ou é até possível que o recurso venha, mas para ONGs e governos estaduais ou municipais.”

Se o desmatamento sair de controle, outra fonte financeira relevante que pode secar é a malha filantrópica internacional, afirma Ana Toni, diretora-executiva do Instituto Clima e Sociedade, que atua captando recursos para projetos socioambientais no Brasil.

“No auge do período em que os índices de desmatamento estavam caindo, o país captava muitos recursos internacionais, da ordem de R\$ 100 milhões por ano, mas agora entra muito menos”, afirma.

Não há, porém, levantamento específico para estimar o fluxo desse dinheiro, que é muito fragmentado. Uma política ambiental fracassada na Amazônia também pode afugentar recursos nacionais de filantropia, hoje da ordem de R\$ 3 bilhões ao ano, diz Toni.

“Algo como 7% ou 8% disso estava indo para projetos na Amazônia, mas esses recursos podem ganhar outro destino”, afirma a economista.

“O dinheiro filantrópico é hiperconservador. Os doadores querem ver o recurso empregado de maneira que comprovadamente melhore a vida das pessoas naquela região. Se não há garantias, muitos podem preferir colocar dinheiro em um projeto em São Paulo, na avenida Paulista, que eles sabem que funciona.”

A perda de investimento pode ser apenas uma fração daquilo que uma política ambiental ineficaz representaria para o comércio do país.

[O acordo entre União Europeia e Mercosul, se for comprometido pelo desmatamento](#) da Amazônia, poderia provocar perdas substanciais.

Segundo Young, altos índices de desmatamento (que resultam em emissão de CO<sub>2</sub>) podem solapar também a ambição do Brasil de exportar etanol para a Europa, que vê nos biocombustíveis uma saída para cortar o consumo de combustíveis fósseis, algo que o Acordo de Paris exige.

O Brasil teria de provar ainda que a dinâmica fundiária da expansão e capitalização da cana-de-açúcar não vai forçar a fronteira agrícola da pecuária a avançar na floresta.

Uma mancha na imagem ambiental do país —como a que parece se instalar com a atual crise— pode afetar até a exportação de madeira certificada “que não tem culpa nenhuma do desmatamento”.

“Um segundo potencial recurso que não está sendo contabilizado é o da nova economia do mercado de carbono —a economia da floresta em pé— na qual o Brasil nunca apostou”, afirma Ana Toni.

Os mercados de carbono do tipo “cap-and-trade”, num cenário avançado de implementação do acordo do clima, preveem que países sem opções para reduzir emissões possam “comprar” cortes de emissão de lugares como a Amazônia, que em contrapartida se comprometeria em manter o carbono das árvores nas árvores.

“Se, no mercado internacional o preço da tonelada de carbono atingir US\$ 20 ou US\$ 30, basta multiplicar esse valor pela biomassa da Amazônia para que

se tenha uma ideia do montante envolvido.”

Esse potencial dinheiro que o país tem a perder não leva em conta perdas de médio e longo prazo com a deterioração dos serviços ambientais.

A presença de floresta gera captação de água e regulação de clima local que, uma vez perdidos, têm impacto direto na agropecuária, inclusive em biomas fora da Amazônia.

Segundo Ana Toni, um dos problemas da atual gestão ambiental do Brasil é pensar que a preservação de floresta é cara e não ver a economia ambiental de forma integrada, nem no contexto do Acordo do clima de Paris.

“Quanto custa ao governo manter a floresta em pé? É preciso fortalecer o Ibama, o ICMBio, o Inpe? É preciso ter Bolsa Verde, Bolsa Família?” diz Ana Toni. “Se você souber o custo, você tem como pensar na proteção da Amazônia como um business plan para negociar com mecanismos multilaterais e bilaterais os recursos para cobrir esse custo.”

★ ★ ★



## tópicos

LEIA TUDO SOBRE O TEMA E SIGA:

amazônia

desmatamento

jair bolsonaro

meio ambiente

### sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](#)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](#) ou na [Google Play](#) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENVIE SUA NOTÍCIA

ERRAMOS?

## comentários

Os comentários não representam a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem.

**EDUARDO DE MELLO**

14.set.2022 às 11h59

Uma reforma agrária que ocupe com agro florestas as áreas degradadas, em obediência ao Novo Código Florestal, vai reduzir a pressão sobre áreas de floresta e também sobre as áreas de mananciais de grandes centros urbanos. A devastação de recursos naturais como vem sendo feita nos últimos anos é altamente nociva para o planeta. Lula está certo em retomar o controle sobre os recursos naturais como manda a Constituição.

RESPONDA 3

DENUNCIE

**MARCIO DE LIMA**

4.ago.2022 às 11h49

Por isso ele é mitoooooooo!!!

RESPONDA 0

DENUNCIE

**EDUARDO FREITAS**

1º.jun.2022 às 15h00

## ANEXO H - “Decisões da gestão Bolsonaro fragilizam controle ambiental”


 INGRESSO.COM UOL.HOST PAGBANK CURSOS UOL.PLAY UOL.ADS
 



 MENU ASSINE
 **FOLHA DE S.PAULO**


 BUSCAR

ambiente >
planeta em transe
amazônia sob bolsonaro
ciência



Sua **vontade** de vender com a nossa **experiência**



PUBLICIDADE

### Decisões da gestão Bolsonaro fragilizam controle ambiental

Governo reduz aplicação de multas e recursos da área, além de trocar servidores



26 ago. 2019 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA

 EDIÇÃO IMPRESSA

 Ouvir o texto **A-** **A+**

Ana Carolina Amaral

**SÃO PAULO** Decisões tomadas pelo [governo Bolsonaro](#) fragilizaram as políticas de controle ambiental no país e podem ter contribuído para o aumento do desmate registrado pelos alertas do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) nos últimos meses.

As mudanças nas políticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) seguem roteiro de anulação de multas, exoneração de servidores e, por fim, enfraquecimento das garantias de áreas protegidas.

Em fevereiro, [Salles exonerou 21 dos 27 superintendentes do Ibama](#) e anunciou um “núcleo de conciliação ambiental”, criado em abril para revisar as [multas aplicadas pelo órgão](#). A própria aplicação de multas caiu em 29% entre janeiro e agosto.

Servidores denunciam que o GEF (Grupo Especializado de Fiscalização), considerado a tropa de elite do Ibama, não está operante, apesar de continuar existindo formalmente na composição do órgão.

Nesses oito meses de governo, também houve perseguição, mordida e afastamento de servidores. Em março, o MMA concentrou as demandas de comunicação externa do Ibama. Em abril, [o presidente do ICMBio, Adalberto](#)

#### notícias da folha no seu email





#### relacionadas



"Teremos que refazer a imagem do Brasil no exterior", diz ex-ministro da Agricultura

Papa Francisco se diz preocupado com o 'pulmão vital' do planeta



por taboola

#### Referência mundial em boa gastronomia, Guia Michelin chega à Argentina

Especialistas do guia mais tradicional do mundo já visitam os restaurantes do país vizinho

Estúdio **FOLHA**: projetos patrocinados



[Eberhard, pediu demissão](#) após o ministro ter ameaçado os agentes do órgão. Em seguida, todo o comando do ICMBio foi trocado por militares.



O presidente Jair Bolsonaro, acompanhado do ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) durante coletiva de imprensa para falar sobre os dados de monitoramento de desmatamento do país, no Palácio do Planalto - 01.08.2019 - Pedro Ladeira/Folhapress

O presidente já desautorizou ação do Ibama contra madeira ilegal em Rondônia, em abril. No mesmo estado, em julho, equipe do Ibama ficou cercada por madeireiros, que [queimaram um caminhão-tanque](#) do órgão, obrigado a abortar a operação.

Duas semanas depois, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, fez uma visita a esses madeireiros e foi aplaudido durante seu discurso, dirigindo-se ao público como “pessoas de bem que trabalham neste país”.

Bolsonaro também tem dado exemplo sobre como lidar com multas ambientais. Em janeiro, o Ibama [anulou sua multa por pesca irregular](#). Em março, o órgão [exonerou o servidor que havia multado](#) o presidente em 2012. Em maio, Bolsonaro defendeu revogar o status de reserva ecológica da área onde foi multado, em Angra dos Reis.

O Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente) foi criado por lei e por isso não pode ser fechado pelo Executivo, diferentemente de outros conselhos participativos extintos por Bolsonaro.

Salles alterou o funcionamento do conselho e sua composição, diminuindo a participação de organizações que não compõem o governo federal.

Em julho, semanas depois de o presidente Bolsonaro ter criticado os valores cobrados para entrada no parque nacional marinho de Fernando de Noronha, Salles visitou a região e, em seguida, assinou uma [transferência de um servidor do ICMBio](#) especialista em golfinhos da região para outro parque, no sertão pernambucano. A decisão está suspensa por uma liminar da Justiça.

Após as queimadas na Amazônia tomarem grande proporção e virem apelo internacional, o presidente [alegou falta de verbas para o combate](#) ao desmatamento.

No entanto, um contingenciamento assinado por Bolsonaro em março atingiu diretamente os programas de fiscalização e combate a incêndios florestais, que perderam respectivamente 38% e 24% de seu orçamento com o contingenciamento de R\$ 187 milhões no MMA –o bloqueio foi ampliado em



PUBLICIDADE

veja também



PLANETA EM TRANSE

Acompanhe a cobertura sobre mudanças climáticas no Brasil e no mundo

DESAFIOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Série mostra problemas ambientais dos nove estados da Amazônia Legal

Feito Sob Encomenda R\$ 59,90

elo7

PUBLICIDADE

Feito Sob Encomenda R\$ 59,90

elo7

PUBLICIDADE

maio para R\$ 244 milhões.

Apesar do orçamento apertado, o ministro passou a investir contra o Fundo Amazônia em maio, acusando irregularidades sem apresentar provas e sugerindo mudanças no destino das verbas –que, segundo ele, deveriam passar a indenizar produtores rurais.

Como resultado, os países doadores do Fundo, Noruega e Alemanha, cortaram repasses de verbas e ameaçam extinguir a iniciativa se a governança, feita pelo BNDES, não for continuada neste governo.

As verbas recebidas pelo Fundo Amazônia têm sido usada nos últimos anos como complemento ao orçamento do Ibama, inclusive para ações de fiscalização ambiental e para o Prevfogo (Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais).

O fundo foi negociado pelo Brasil nas conferências de clima da ONU e funciona como um prêmio, em vez de investimento. A remuneração é depositada após a comprovação de queda nas taxas de desmatamento e é proporcional aos resultados alcançados.

O Deter registrou aumento de 90% no desmatamento da Amazônia, na comparação de junho com o mesmo mês de 2018. Em julho, a mesma comparação revelou disparada de 278%.

na Amazônia



Fumaça no município de Candeias do Jari (RO) Victor Moriyama/AFP

Os alertas do Deter são enviados diariamente ao Ibama e servem para orientar a fiscalização, que analisa os dados e vai a campo para averiguação. No entanto, Bolsonaro disse que foi “pego de surpresa” com as notícias de alta do desmatamento.

O presidente questionou os dados, acusou o diretor do Inpe de envolvimento com ONGs e terminou por demiti-lo, substituindo-o pelo militar Darcton Damiano –cuja primeira declaração à imprensa foi de que aceitaria embargar os dados de desmatamento.

Último ministro escolhido por Bolsonaro, Salles iniciara a gestão afirmando que as fiscalizações cometiam excessos contra produtores rurais.

Diante da repercussão internacional das queimadas na Amazônia e ameaça de cancelamento do acordo comercial com a União Europeia, Salles e

Bolsonaro agora se esforçam para preservar o agronegócio, dizendo que o setor não tem ligação com ações criminosas.

#### **AÇÕES DO GOVERNO COM IMPACTOS AMBIENTAIS**

##### **Janeiro**

Serviço Florestal Brasileiro passa ao comando do Ministério da Agricultura

##### **Fevereiro**

MMA exonera 21 dos 27 superintendentes do Ibama

##### **Março**

Governo bloqueia verbas de combate a incêndio e fiscalização

##### **Abril**

MMA cria núcleo para revisar aplicação de multas

Operações de fiscalização caem 70% na Amazônia

##### **Mai**

Ministro ataca Fundo Amazônia; países doadores ameaçam cortar doações

Ibama avisa em seu site onde serão as ações de fiscalização

##### **Junho**

Em 6 meses, 22% dos municípios registram desmatamento

Desmatamento na Amazônia é 90% maior que em junho de 2018

##### **Julho**

Acusado por madeireiros, Ibama aborta operação em Rondônia

Salles faz visita a madeireiros em Rondônia após atos contra Ibama

Ainda sem licença ambiental, Bolsonaro quer pavimentar rodovia que corta Amazônia

Salles, Noruega e Alemanha admitem que Fundo Amazônia pode acabar

##### **Agosto**

Multas contra desmatamento caem em 29%

Por aumento de desmate, Alemanha suspende parte de verba que iria para a Amazônia

#### **Queimadas**

Para o recorde de incêndios, área devastada pelo fogo em julho equivale a 23,6 milhões de hectares em todo o país; veja o que essa extensão representa se estivesse sobre São Paulo



Se toda a área **queimada da Amazônia** estivesse sobre São Paulo



Fonte: Sistema Queimadas, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), com resolução de 1 km, que pode ter imprecisões de até 30%; modelo mais preciso está indisponível para consulta

★ ★ ★



## tópicos

LEIA TUDO SOBRE O TEMA E SIGA:

jair bolsonaro

meio ambiente

ricardo salles

## sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](#)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](#) ou na [Google Play](#) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENVIE SUA NOTÍCIA

ERRAMOS?

## comentários

Os comentários não representam a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem.

**CELITO MEDEIROS**

26.ago.2019 às 12h14

Tem muita gente que precisa ser 'desmamado' e especialmente todo dinheiro ser bem aplicado. Não vão comprar nossa identidade, nosso país e muito menos gerenciarem a Amazônia. Não misturem Incêndios com Queimadas, não usem pastagens queimando para afirmarem ser desmatamento. Isto é um absurdo. Os Cerrados são biomas do Fogo e a Floresta precisa ser preservada para os países da Amazônia, sabemos fazer isto.

RESPONDA 0

DENUNCIE

**JOSE CLAUDIO DAVIES DA SILVA**

26.ago.2019 às 11h20

Caros Amigos da Folha, bom dia, A questão aqui não é apologia a quem passou, é um serie de decisões erradas e estas decisões são domínio publico e não é esta matéria da Folha que traz alguma novidade e concordo com o assinante quem tem muito "especialista" que nunca foi nem no Jardim Botânico dando palpite.

RESPONDA 0

DENUNCIE

## ANEXO I – “Projetos dependem da floresta em pé para gerar lucro na Amazônia”

uol INGRESSO.COM UOL HOST PAGBANK CURSOS UOL PLAY UOL ADS BATE-PAPO EMAIL

MENU ASSINE

**FOLHA DE S.PAULO**  
★ ★ ★

BUSCAR

ambiente > planeta em transe amazônia sob bolsonaro ciência

PUBLICIDADE

# Projetos dependem da floresta em pé para gerar lucro na Amazônia

Fundo Amazônia, bancado por Alemanha e Noruega, financia 25 iniciativas de que tem a bioeconomia como principal característica

4.set.2019 às 2h00

EDIÇÃO IMPRESSA

Ouvir o texto A- A+

Ana Carolina Amaral

**SÃO PAULO** A biodiversidade da Amazônia pode ser a resposta para a sua própria conservação, através da economia baseada em produtos como o açaí, a castanha, o óleo de pau-rosa, a borracha e outros itens que não dependem da derrubada da floresta para se desenvolverem —pelo contrário, precisam dela em pé.

A chamada bioeconomia tem sido defendida pelo ministro do Meio Ambiente, [Ricardo Salles](#), como estratégia de [proteção ambiental](#).

No entanto, boa parte dos laboratórios e incubadoras que apoiam cadeias produtivas florestais dependem do Fundo Amazônia, cujo futuro é incerto desde que o ministro passou a propor mudanças na gestão do recursos, o que desagradou os países doadores, [Alemanha](#) e [Noruega](#).

### notícias da folha no seu email

### relacionadas

Até agosto, Brasil tem maior número de incêndios desde 2010

Israel desiste de enviar material contra queimadas ao Brasil, mas manda especialistas

Índios lamentam fim de brigadas de incêndio em aldeia em Mato Grosso

Invenção barata que ajuda ouvir melhor é lançada  
Amplifier | Patrocinado

por taboola

**Agricultura na cidade de SP recebe mais incentivos e investimentos de R\$ 60 milhões**

Prefeitura cria e amplia novas políticas para os produtores agrícolas da capital



Plantação irrigada de açai - Ronaldo Rosa/Embrapa Amazônia Oriental

Hoje, 25 dos 103 projetos apoiados pelo Fundo são ligados a instrumentos econômicos de conservação da Amazônia, executados por organizações do terceiro setor, governos estaduais e universidades.

À Folha, o ministro disse que é preciso envolver o setor privado na avaliação dos projetos. “Ninguém se preocupa em estudar a viabilidade econômica e incluir a perspectiva de lucro. Daí se tirar o subsídio, o projeto morre.”

Segundo dados do projeto Amazônia 4.0, um dos apoiados pelo [Fundo Amazônia](#), o manejo de açai no estado do Pará lucra cerca de US\$ 1.500 (R\$ 6.200) por ano para cada hectare explorado, gerando uma economia de mais de US\$ 1 bilhão (R\$ 4 bilhões) por ano para a Amazônia.

Exportado para o mundo como fruta congelada, cápsula antioxidante e até cosmético, o açai tem sido aproveitado até o caroço. A Votorantim passou a comprar 6.500 toneladas de semente por mês para uso em fornos de cimento, no lugar do coque de petróleo.

Entretanto, a bioeconomia soma desafios próprios da região amazônica aos de instalação de novas cadeias produtivas e, ainda, de integração de pequenos produtores comunitários a grandes mercados.

O Amazônia 4.0 monta um plano estratégico para responder a essas questões a partir da aliança entre conhecimento científico e tradicional, como também de investimentos em tecnologia de ponta.

A iniciativa reúne instituições como USP e a ONG Imazon e lista caminhos para enfrentar desafios na agregação de valor, como garantir qualidade, rastreabilidade, escala e acesso a mercados para os produtos da bioeconomia.

Também apoiado pelo Fundo Amazônia, o projeto Origens Brasil conecta produtores de comunidades isoladas em territórios do Xingu, Calha Norte e Rio Negro a grandes empresas.

A Wickbold, por exemplo, há três anos usa em seus pães as castanhas de comunidades amazônicas. A rede de supermercados Pão de Açúcar também comercializa produtos com o selo Origens Brasil e a Firmenich usa óleos de espécies da Amazônia para itens de perfumaria. A costura é feita por ONGs como Imaflora e ISA (Instituto Socioambiental).

Já o aplicativo Cidades Florestais usa a tecnologia na gestão dos negócios encabeçados pelas comunidades da floresta. Criado pela ONG Idesam

Estúdio **FOLHA** :  
projetos patrocinados



PUBLICIDADE

## veja também



PLANETA EM TRANSE <

Acompanhe a cobertura sobre mudanças climáticas no Brasil e no mundo

DESAFIOS DA AMAZÔNIA LEGAL <

Série mostra problemas ambientais dos nove estados da Amazônia Legal



PUBLICIDADE



(Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia) e também financiado pelo Fundo Amazônia, a tecnologia oferece uma ferramenta de gestão de produtos madeireiros e não madeireiros. A contrapartida das comunidades é a transparência, o que permite a rastreabilidade da cadeia produtiva.

Lançado há cerca de um mês, o aplicativo acompanha o processo de licenciamento das atividades e, através de um QR code, rastreia o processo desde a árvore até o lote final da madeira.

Feito sob medida para a realidade amazônica, o aplicativo permite que o produto salve as informações também quando se está offline, na floresta. Os dados se online assim que o celular se conecta à internet —normalmente quando o produtor vai à cidade para compras.

“Se não encontra mercado licenciado perto dele para a quantidade que ele consegue entregar, o produtor pode acabar cooptado pela ilegalidade”, avalia Carlos Koury, diretor técnico do Idesam e um dos idealizadores do app.

Segundo ele, a tecnologia responde a esse problema garantindo a origem do produto —com uma informação obtida de forma mais barata, pelo celular— e também permitindo a negociação com compradores pelo aplicativo.

A tecnologia também fornece informação às comunidades sobre manejo florestal, dando poder para que elas decidam sobre seus territórios.



“Manejo florestal é acelerar a regeneração que a floresta faria naturalmente após a retirada da madeira. Podemos repor as clareiras que foram abertas [pela retirada de madeira] com espécies não madeireiras, que têm mais valor agregado. O pau-rosa, por exemplo”, explica Koury.

O pau-rosa é valorizado pela extração de seu óleo, cujo aroma é usado por grandes perfumarias. “Com esses produtos, a floresta passa a valer cada vez mais”, afirma Koury.

No município de Silves (AM), um dos primeiros usuários do aplicativo é a Copronat (Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia) usa sementes de cumaru, andiroba e copaíba para fabricar sabonetes, velas aromáticas, repelentes e incensos. “Agora não temos mais o problema de molhar o papel”, afirma o representante da Copronat Rusivaldo da Silva, ao ser questionado se

já havia percebido algum benefício na tecnologia.

Ele explica que muitos cooperados não conseguiam manter em dia as documentações exigidas porque dados colhidos em fichas de papel na floresta eram perdidos em dias de chuva. “Agora dá para ver as áreas de colheita no mapa. A gente vai poder ter mais cooperados”, afirma.

Comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas apoiadas pelo ISA no desenvolvimento de produtos da biodiversidade geraram em 2018 um faturamento bruto de R\$7,2 milhões.

Para Marcelo Salazar, que coordena o programa Xingu do ISA, a economia mantém essas pessoas na floresta e elas, por sua vez, também ajuda a fiscalizar a ocorrência de atividades ilegais, já que são, muitas vezes, as primeiras testemunhas de crimes em áreas florestais. “É preciso haver uma combinação de bioeconomia com políticas públicas que considerem a prestação de serviços socioambientais pela floresta e invistam no cumprimento da lei.”

“Uma terra indígena, por exemplo, é direito daquela população, seja economicamente produtiva ou não. Hoje, onde tem população tradicional é onde tem floresta”, diz.

★ ★ ★



## tópicos

LEIA TUDO SOBRE O TEMA E SIGA:

amazônia

meio ambiente

ricardo salles

### sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](#)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](#) ou na [Google Play](#) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENVIE SUA NOTÍCIA

ERRAMOS?

## comentários

COMENTE\*

\* Apenas para assinantes da Folha

## Recomendadas para você

Taboola Feed



COLUNAS E BLOGS

Opinião - Elio Gaspari: A originalidade de



COLUNAS E BLOGS

Mônica Bergamo: 'A Janja tem mesmo que se

## ANEXO J - “Com avanço do desmatamento, Mourão ouve cobrança de estrangeiros por resultado”


[INGRESSO.COM](#)
[UOL HOST](#)
[PAGBANK](#)
[CURSOS](#)
[UOL PLAY](#)
[UOL ADS](#)




**FOLHA DE S.PAULO**  
 \*\*\*

MENU **ASSINE** BUSCAR

[economia](#) >
 [reforma tributária](#)
[inss](#)
[dólar, bolsa e empresas](#)
[agrofolha](#)
[tecnologia](#)
[investimentos](#)
[imóveis](#)

da máquina ao e-commerce



cielo

PUBLICIDADE

# Com avanço do desmatamento, Mourão ouve cobrança de estrangeiros por resultado

Vice-presidente coordenou reunião com fundos internacionais que manifestaram preocupação com política ambiental do país



9.jul.2020 às 14h28

Atualizado: 9.jul.2020 às 21h44

EDIÇÃO IMPRESSA

Ouvir o texto **A-** **A+**

**Ricardo Della Coletta**

**BRASÍLIA** Representantes de [fundos de investimento](#) e pensão estrangeiros afirmaram ao vice-presidente Hamilton Mourão que vão levar em conta, para medir o nível de comprometimento do Brasil na área ambiental, fatores como redução significativa das taxas de desmatamento, implementação do Código Florestal, prevenção de [incêndios na Amazônia](#) e publicação de dados transparentes sobre preservação.

Mourão participou nesta quinta-feira (9) de uma videoconferência com fundos de investimento e pensão do Reino Unido, Suécia, Noruega, Holanda e Japão. Eles fazem parte de um grupo de 29 gestoras de capital que enviaram, no final de junho, carta aberta a diferentes embaixadas do Brasil no exterior. O grupo pediu uma reunião para discutir o desmatamento na Amazônia.

A manifestação desses fundos, que juntos administram cerca de US\$ 4,1 trilhões (R\$ 21,6 trilhões), preocupou o Palácio do Planalto, que passou a temer uma fuga de investimentos com a deterioração da imagem internacional do país.

Após a teleconferência, o fundo de pensão norueguês Storebrand, que age

### newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Digite seu e-mail



### relacionadas



**Bolsonaro sanciona lei que garante prioridade de testagem a profissionais**

essenciais

**Bolsonaro veta obrigação de governo fornecer água potável, higiene e leitos hospitalares a indígenas**

**Emissoras de TV afastam equipes que se aproximaram de Bolsonaro para anúncio de Covid-19**



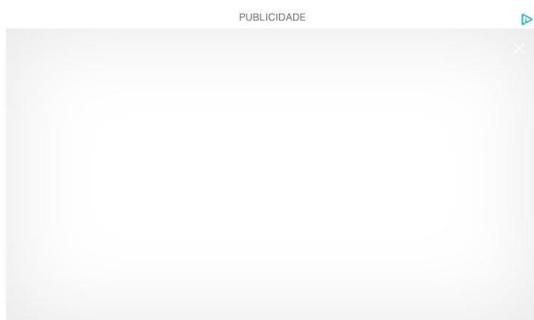
**Artrose nos joelhos: Acredite isso ameniza os problemas articulares e...**  
 Longe de Dore... | Patrocinado

por taboola

**43% dos brasileiros vivem no modo acelerado, diz pesquisa**  
 Levantamento da Eisenbahn

como porta-voz do grupo, divulgou nota. No texto, afirma que as florestas tropicais têm papel crucial no combate às mudanças climáticas e na proteção da biodiversidade e de ecossistemas.

"Nós vamos continuar a monitorar os acontecimentos no Brasil para medir nossa exposição aos riscos financeiros provenientes do desmatamento", afirmavam o fundo na nota.



Em coletiva de imprensa após a videoconferência, Mourão afirmou que os investidores esperam que o país apresente resultados positivos na área de preservação ambiental.

"Óbvio que eles querem ver resultado, que haja efetivamente uma redução do desmatamento", disse.



O vice-presidente Hamilton Mourão durante sessão no STF - Sergio Lima - 14.mai.2020/AFP

Mourão afirmou que o governo trabalha com um planejamento até o final de 2022 para apresentar melhores resultados no combate ao desmatamento.

Segundo ele, a ideia é que o governo, ao longo do tempo, dê continuidade a operações repressivas e a entrada efetiva dos demais pilares da política ambiental, que o ministro Ricardo Salles [do Meio Ambiente] colocou. E também trabalhe as propostas que a ministra Tereza Cristina [da Agricultura] apresentou em relação a regularização fundiária e pagamento por serviços ambientais

"A ideia é que gente vá, pouco a pouco, para usar uma expressão gaúcha, arrinconando os que cometem ilegalidades, para que a gente chegue a um

Datafolha mostra que as pessoas admitem não aproveitar detalhes do dia a dia

EstúdioFOLHA  
projetos patrocinados



PUBLICIDADE

### veja também



TEC <

Leia notícias sobre internet, segurança de dados, aplicativos e gadgets

SEU BOLSO <

Como investir meu dinheiro para ganhar da inflação? Confira dicas de especialistas



PUBLICIDADE

EstúdioFOLHA



Pacientes com câncer terão tratamento mais rápido e personalizado na Rede D'Or

REDE D'OR

PARAR

Anúncio

Juntos, vamos



número de desmatamento que seja aceitável”, afirmou Mourão.

Participaram da reunião virtual, além de Mourão, os ministros Braga Netto (Casa Civil), Ernesto Araújo (Relações Exteriores), Tereza Cristina (Agricultura), Fábio Farias (Comunicações) e Ricardo Salles (Meio Ambiente). Também acompanharam a discussão o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o presidente da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), Sergio Segovia.

Salles confirmou, por sua vez, que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) deve assinar, na semana que vem, um decreto para suspender queimadas legais no Brasil por 120 dias. Medida similar foi realizada no ano passado, sem o retorno esperado. No atual contexto, porém, a medida é mais uma tentativa de o governo mostrar que está sensível a pauta dos fundos.

Segundo Salles, não haverá exceções nos biomas da Amazônia e do Pantanal. Nos demais, queimadas poderão ocorrer dentro de restrições pré-estabelecidas.

ndios na região metropolitana de Manaus



da na região metropolitana de Manaus; na amazônia, a prática, comum nesta época  
igado a vegetação... MAIS ▾

À noite, a Secretaria-Geral da Presidência da República informou em nota que o "Diário Oficial da União" desta sexta-feira (9) trará um decreto que prorroga até 6 de novembro a operação Verde Brasil 2, que emprega Forças Armadas na GLO (Garantida da Lei e da Ordem) na Amazônia Legal, para a realização de ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, direcionada ao desmatamento ilegal, além do combate a focos de incêndio.

O texto do decreto não foi divulgado.

De acordo com relatos feitos à **Folha**, Mourão colocou à disposição dos investidores estrangeiros as áreas técnicas dos diferentes ministérios que participaram da conferência para que eles possam obter dados oficiais sobre a política ambiental do governo Bolsonaro.

Além de reconhecer que o governo precisará apresentar resultados no combate ao desmatamento para reverter os danos à imagem do Brasil, Mourão defendeu aos estrangeiros algumas ações do governo Bolsonaro, entre eles, a regulamentação de mineração em terras indígenas.

Mourão argumentou na teleconferência que, embora tenha sido proposta pelo governo, a medida está em discussão no Congresso Nacional, que dará a

transformar a educação. SAIBA MAIS

Instituto SESI de Formação de Professores

INSTITUTO SESI DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

SESI SESI EDUCAÇÃO Saiba mais

PUBLICIDADE

palavra final sobre o assunto e onde diferentes interesses da sociedade brasileira se manifestam.

Salles, ainda segundo relatos, apresentou aos executivos dos fundos um pacote de ações ambientais, entre elas um plano de controle do desmatamento ilegal, medida que unifica iniciativas anteriores e inclui ações nas áreas de pagamento por serviços ambientais, regularização fundiária e zoneamento ecológico econômico.

Ele pediu contribuições dos estrangeiros para essas ações, mas não houve comprometimento por parte dos investidores.

Mourão coordenou a reunião como presidente do Conselho da Amazônia, órgão que passou a ser responsável por ações ambientais na região.

Uma das metas colocadas pelo vice-presidente é a reativação de doações internacionais, entre elas as do Fundo Amazônia, paralisadas após divergências entre Salles e os governos dos dois maiores doadores: Noruega e Alemanha.

Um dos maiores desafios de Mourão no momento é apresentar algum dado aos estrangeiros que mostre comprometimento do governo com a preservação, uma vez que a expectativa de especialistas é que os índices de desmatamento continuem registrando aumento.

Nesse sentido, Mourão trabalha para, ao menos, evitar a onda de queimadas registrada no ano passado e chegar ao final de 2020 com indicadores que apontem para uma situação de contenção dos focos de incêndio.

"É agora, no segundo semestre, que começa efetivamente a temporada de incêndio na região que mais nos preocupa, o norte Mato Grosso e sul Pará. Hoje temos focos de calor nessa região ainda em número compatível... O uso do fogo faz parte da cultura do trabalho de campo para as pessoas que vivem nessa área. Obviamente não vamos tolerar em nenhum momento que esse fogo avance fora do controle", declarou Mourão na coletiva.

Ele deve fazer uma nova rodada de conversas nesta sexta-feira (10) com empresários nacionais.

#### **PARA MINISTRO, AMAZÔNIA LEGAL É CONCEITO ULTRAPASSADO**

O ministro da Defesa, Fernando Azevedo, afirmou nesta quinta concordar com a ideia de que a Amazônia Legal, que abrange oito estados do Norte e do Centro-Oeste, mais parte do Maranhão, é um conceito ultrapassado.

"Ela pega biomas que não são amazônicos", disse Azevedo durante uma live do grupo Personalidades em Foco. Segundo o ministro, a ideia da Amazônia Legal era incentivar o investimento na região por meio de subsídios às unidades federativas, mas isso agora não faria mais sentido.

Ele respondia a uma questão acerca do tema, mas não se estendeu.

Como as principais áreas de desmatamento ficam hoje no Centro-Oeste e no sul maranhense, sua afirmação pode ensejar críticas de quem acha que o governo gostaria de reduzir a área considerada amazônica e melhorar os índices de desmatamento alvo de questionamento no exterior.

Colaborou Igor Gielow, de São Paulo

★ ★ ★

## ANEXO K – “Mourão abre diálogo com ONGs ambientais criticadas por Bolsonaro”

uol INGRESSO.COM UOL HOST PAGBANK CURSOS UOL PLAY UOL ADS BATE-PAPO EMAIL

MENU ASSINE

FOLHA DE S.PAULO

BUSCAR

ambiente > planeta em transe amazônia sob bolsonaro ciência



PUBLICIDADE

# Mourão abre diálogo com ONGs ambientais criticadas por Bolsonaro

Vice-presidente deve se reunir com entidades para discutir políticas para a floresta amazônica



31.jul.2020 às 17h35

EDIÇÃO IMPRESSA

Ouvir o texto A- A+

Gustavo Uribe  
Danielle Brant

BRASÍLIA Em um contraponto ao [presidente Jair Bolsonaro](#) (sem partido), o vice-presidente, [Hamilton Mourão](#), decidiu iniciar diálogo com representantes de ONGs (organizações não governamentais) que atuam na área ambiental para discutir medidas de preservação à [floresta amazônica](#).

No ano passado, Bolsonaro apontou as entidades civis como adversárias da atual gestão e, sem provas, disse que [elas podem ter promovido queimadas ilegais](#). Segundo o presidente, o objetivo era prejudicar a imagem do governo no exterior.

Em esforço para melhorar a relação, o general da reserva, que comanda o [Conselho da Amazônia](#), se reuniu na terça-feira (28) com o comando da Fundação Amazonas Sustentável, entidades civil que promove políticas de desenvolvimento sustentável.



notícias da folha no seu email

Digite seu e-mail

relacionadas



Após exoneração de coordenadores do Ibama, desmate volta crescer em área indígena do PA

Governo admite falta de barreira sanitária contra a Covid-19 em 8 terras indígenas

Salles afirma que mudanças em normas ambientais são para



Barbeador gringo potente e barato vira febre no Brasil!  
Corte Certo | Patrocinado

por taboola

43% dos brasileiros vivem no modo acelerado, diz pesquisa

Levantamento da Eisenbahn Datafolha mostra que as pessoas admitem não aproveitar detalhes do dia a dia



Vice-presidente, Hamilton Mourão abre diálogo com ONGs ambientais para elaboração de políticas públicas de proteção da Amazônia - Adriano Machado - 15.jul.2020/Reuters

Segundo relatos de presentes, durante o encontro, o vice-presidente disse que, até o fim deste ano, deve se encontrar com representantes de outras entidades ambientais e que não as excluirá do debate em torno da preservação da floresta amazônica.

Procurado pela **Folha**, Mourão disse que, até o momento, não tem novo encontro marcado, mas ressaltou que novas reuniões podem ser promovidas e que não se furtará "a conversar com ninguém" para a implementação de políticas ambientais.

"Eu recebi aqui o pessoal da Fundação Amazonas Sustentável. E, em um próximo momento, a gente pode receber outras organizações do mesmo estilo. Todo mundo. Não me furto a conversar com ninguém, não sou dono da verdade", disse o vice-presidente.

Congressistas que se reuniram com Mourão nas últimas semanas elogiam o aceno dele aos representantes da sociedade civil. Na avaliação deles, o vice-presidente acerta ao tentar reconstruir pontes de diálogo que quase foram implodidas por Bolsonaro e pelo ministro do Meio Ambiente, [Ricardo Salles](#).

"Ele é cabeça aberta, aceita dialogar, é essencial que haja diálogo", afirmou o deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP). "Com o Salles não tem mais diálogo nenhum."

1/12 Grilagem ameaça Reserva Extrativista Arapixi, no Amazonas



Jasson Oliveira do Nascimento, morador da Reserva Extrativista Arapixi, no Amazonas, coleta ouriços de castanha na área do Projeto de Assent... MAIS



PUBLICIDADE

veja também



PLANETA EM TRANSE

Acompanhe a cobertura sobre mudanças climáticas no Brasil e no mundo

DESAFIOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Série mostra problemas ambientais dos nove estados da Amazônia Legal



PUBLICIDADE



Ele esteve com o vice-presidente no fim de junho, acompanhado de dois representantes da sociedade civil — André Lima, ex-secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal, e André Guimarães, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia).

"A sociedade civil está com raiva de tudo o que está acontecendo no Ministério do Meio Ambiente, mas nunca se negou a continuar dialogando", afirmou Agostinho. "A situação no Cerrado e na Amazônia é desesperadora. Se puder dialogar com alguém para dizer o que pensa, a sociedade vai dialogar. Ele [Mourão] está dando essa abertura."

Há, ainda, a intenção de atrair *investidores* que, nos últimos meses, ameaçaram se afastar e retirar dinheiro do país por causa da política ambiental do governo.

"Essa sinalização é um gesto efetivo do governo para as embaixadas da Alemanha e da Noruega, que travaram recursos do *Fundo Amazônia*", afirmou o deputado Marcelo Ramos (PL-AM). Ele esteve com o vice-presidente na terça, acompanhado de Virgílio Viana, superintendente-geral da Fundação Amazonas Sustentável.

"Se o Brasil tivesse dinheiro para substituir o fundo e modelo de governança para substituir as ações do terceiro setor, bacana. O problema é que não tem dinheiro e não tem mecanismo para substituir a governança, porque os órgãos de fiscalização ambiental estão desmontados", disse o deputado.

No ano passado, Bolsonaro extinguiu colegiados federais que tinham a participação de entidades da sociedade civil e afirmou que cortou recursos que antes eram repassados ao terceiro setor.

1 / 15 Imagens aéreas mostram garimpo ilegal na Amazônia



Em sobrevoo realizado em maio de 2020, em Roraima, Greenpeace registrou invasão de garimpeiros na Terra Indígena Yanomami. O desmatamento na... MAIS

O presidente do ICMBio, coronel Homero Cerqueira, chegou a dizer que havia muitas entidades civis na floresta amazônica e poucas no Nordeste. No entanto, das 820.455 ONGs no país, apenas 8% estão no Norte.

Em gestões anteriores, o Brasil manteve uma política de construção conjunta de políticas públicas com entidades ambientalistas por meio do Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente), criado em 1981. No ano passado, o

Ministério do Meio Ambiente alterou as regras do Conama, diminuindo a representação da sociedade civil —cuja participação foi imposta como condição pelo G7 para doar dinheiro às florestas brasileiras ainda nos anos 1980.

Além disso, ao longo dos anos, a atuação das ONGs alavancou a posição brasileira nas negociações climáticas da ONU (Organização das Nações Unidas), que levou ao estabelecimento do mecanismo internacional Redd (redução de emissões de desmatamento e degradação da floresta).

★ ★ ★



## tópicos

LEIA TUDO SOBRE O TEMA E SIGA:

hamilton mourão

meio ambiente

### sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](#)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](#) ou na [Google Play](#) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENVIE SUA NOTÍCIA

ERRAMOS?

## comentários

Os comentários não representam a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem.

**LUIZ LEAL**

31.jul.2020 às 22h26

Para provar que esse diálogo é para valer, é preciso antes demitir sumariamente o interventor Ricardo Salles e anular todas as decisões da 'boiada' que ele está passando durante a pandemia, como ele mesmo deixou claro na reunião do Planalto, cujo vídeo foi divulgado por decisão legal. Sem isso é só conversa fiada.

RESPONDA 2

DENUNCIE

**MARIA DO CARMO BRITTO**

31.jul.2020 às 18h24

General, com todo respeito e admiração que tenho pelo senhor, estamos em estado de emergência, que o seu presidente nos colocou. As ilegalidades ocorridas saltam aos olhos e ações são necessárias. Até a transmissão de energia elétrica está em risco por conta dos garimpos ILEGAIS. Corremos riscos de toda ordem e origem, e as causas, resumem-se em uma única.

RESPONDA 2

DENUNCIE

TODOS OS COMENTÁRIOS (2)

COMENTE\*

\* Apenas para assinantes da Folha

## Recomendadas para você

Taboola Feed

## ANEXO L – “Governo quer usar Fundo Amazônia para indenizar desapropriações”



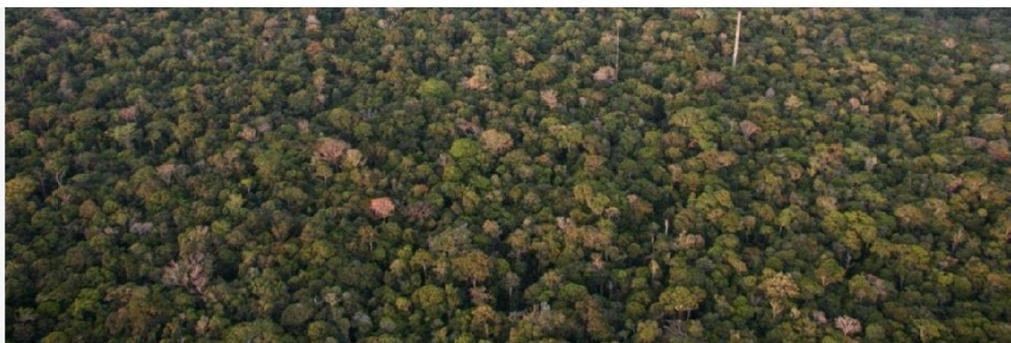
Por Redação  
25/05/2019 | 16h06  
Atualização: 25/05/2019 | 03h00

🕒 4 min de leitura

BRASÍLIA – O governo **Jair Bolsonaro** prepara mudanças nas regras de utilização dos recursos que a **Noruega** e a **Alemanha** doaram ao Brasil para bancar projetos do **Fundo Amazônia**, criado em 2008 para apoiar iniciativas de combate ao desmatamento na **região amazônica**. O **Estado** apurou que o governo trabalha na edição de um novo decreto para alterar as normas do fundo e permitir que seus recursos, que hoje chegam a R\$ 3,4 bilhões, possam ser usados, por exemplo, para pagar indenizações a donos de propriedades privadas que vivam em áreas de unidades de conservação.

Na prática, o que se pretende é usar o dinheiro doado pelos europeus para financiar a compra de terrenos e propriedades localizadas nessas áreas protegidas, eliminando passivos de indenizações acumulados que não foram pagos desde a criação dessas unidades.





Proteção. Para ter acesso aos recursos do fundo, Brasil se comprometeu a registrar um desmatamento anual inferior à taxa de 8.143 km por ano na região Foto: Herton Escobar/Estadão

Uma segunda mudança pretendida pelo governo vai incluir a redução do número de membros do Comitê Orientador do Fundo Amazônia. Esse grupo, responsável por criar as diretrizes e critérios para aplicação dos recursos, é formado atualmente por 23 membros, entre representantes do governo federal, governos dos Estados da Amazônia e entidades da sociedade civil. O plano do governo é reduzir esse quadro para algo em torno de sete a dez membros, dando mais poder para a representação federal.

O plano de usar os recursos para bancar indenizações de propriedades foi confirmado ao Estado pelo ministro do Meio Ambiente, **Ricardo Salles**. “Podemos usar parte do dinheiro do Fundo Amazônia para fazer regularização fundiária. Vamos diminuir o problema desses conflitos. Isso significa menos madeira ilegal sendo retirada, menos garimpo ilegal”, disse. “Os problemas estão aí. Tem de ter uma certa criatividade e ousadia para resolver.”

Segundo o governo, muitas unidades de conservação foram criadas em áreas onde já viviam famílias. As indenizações seriam pagas para que essas famílias, que passaram a viver em situação irregular, deixassem o local, mas os pagamentos acabaram não ocorrendo em muitos casos. No **Parque Nacional da Lagoa do Peixe** (RS), por exemplo, produtores rurais pescadores reclamam indenizações que chegariam a R\$ 2 bilhões.

O Parque Nacional Lagoa do Peixe, no RS Foto: Roberto Fonseca



As regras atuais do Fundo Amazônia não preveem a utilização de seus recursos para bancar esse tipo de indenização. O estatuto da iniciativa carimba o dinheiro a projetos

que, de alguma forma, atuem no combate ao desmatamento e, conseqüentemente, levem à redução dos efeitos das mudanças climáticas. Sobre pagamento para retirada de propriedades privadas, o regimento é claro: “Não será passível de apoio o pagamento de indenizações por desapropriação”. O assunto vai ser tratado por Salles na segunda-feira, em reunião com os embaixadores da Noruega e da Alemanha. O encontro foi confirmado pelo representante alemão, Georg Witschel.

O Brasil tem, a rigor, independência para escolher os programas que serão apoiados pelos recursos. Essas iniciativas, porém, são monitoradas pelos doadores, assim como as taxas de desmatamento do País. O compromisso é que o Brasil apresente um desmatamento anual inferior à taxa de 8.143 km<sup>2</sup> por ano na região, para ter acesso aos recursos. Se superar essa marca, fica impedido de utilizá-los. O fato de mudar as regras no meio do programa também pode criar atritos com os doadores. Trata-se de um fator preocupante, já que o programa vence no fim do ano que vem e há intenção de renová-lo.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é o órgão brasileiro responsável por administrar a liberação dos recursos e escolher os projetos que podem ser financiados, silencia sobre o assunto. Depois de quatro dias de questionamentos pela reportagem, o banco público limitou-se a informar que não se manifestaria. A Embaixada da Noruega, país que doou R\$ 3,2 bilhões para o fundo (94% do total arrecadado), seguiu o mesmo procedimento.

A Embaixada da Alemanha, país que doou R\$ 200 milhões, declarou que ainda precisa esclarecer o assunto. “Não temos conhecimento desse plano.”

encontro foi confirmado pelo representante alemão, Georg Witschel.

O Brasil tem, a rigor, independência para escolher os programas que serão apoiados pelos recursos. Essas iniciativas, porém, são monitoradas pelos doadores, assim como as taxas de desmatamento do País. O compromisso é que o Brasil apresente um desmatamento anual inferior à taxa de 8.143 km<sup>2</sup> por ano na região, para ter acesso aos recursos. Se superar essa marca, fica impedido de utilizá-los. O fato de mudar as regras no meio do programa também pode criar atritos com os doadores. Trata-se de um fator preocupante, já que o programa vence no fim do ano que vem e há intenção de renová-lo.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é o órgão brasileiro responsável por administrar a liberação dos recursos e escolher os projetos que podem ser financiados, silencia sobre o assunto. Depois de quatro dias de questionamentos pela reportagem, o banco público limitou-se a informar que não se manifestaria. A Embaixada da Noruega, país que doou R\$ 3,2 bilhões para o fundo (94% do total arrecadado), seguiu o mesmo procedimento.

A Embaixada da Alemanha, país que doou R\$ 200 milhões, declarou que ainda precisa esclarecer o assunto. “Não temos conhecimento desse plano.”

## Histórico

Em 2016, o Ibama negociou com os doadores e chegou a usar, em caráter excepcional, R\$ 56,3 milhões para financiar o aluguel de carros e helicópteros para fiscalizar

regiões que eram alvo de forte desmatamento. O Brasil possui 334 unidades de conservação federais, administradas pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). Boa parte tem passivo fundiário. Atualmente, o ICMBio recebe uma fração (0,5%) das compensações ambientais que são pagas por empreendimentos de infraestrutura com grande impacto ao meio ambiente, como obras de usinas hidrelétricas. A avaliação de técnicos, porém, é de que faltam recursos.

Pelos menos três parques nacionais – Lagoa do Peixe (RS), Lençóis Maranhenses (MA) e Campos Gerais (PR) – já estão na mira do governo para terem suas áreas reduzidas. Isso para que propriedades privadas deixem de fazer parte do perímetro dessas unidades.

Continua após a publicidade

An advertisement for Cosan. On the left, there is a photograph of a sunset over a cityscape. On the right, the Cosan logo is displayed in blue and green. Below the logo is a green button with the text "SAIBA MAIS" in white.

### Gestão é foco de crise interna

A gestão do Fundo Amazônia virou foco de uma crise na semana passada, depois que o ministro [Ricardo Salles declarou ter encontrado “fragilidades na governança e implementação”](#) dos projetos do fundo em contratações feitas pelo BNDES.

Paralelamente, o banco público, que administra os recursos, [afastou a chefe do Departamento de Meio Ambiente](#), Daniela Baccas.

Inconformado com a decisão, Gabriel Visconti, chefe de Daniela e responsável pela gestão pública e socioambiental do BNDES, pediu para deixar o cargo imediatamente.

## ANEXO M – “Em carta, Noruega e Alemanha defendem objetivos e governança do Fundo Amazônia”

☰
**ESTADÃO** 
ESTADÃO / SUSTENTABILIDADE
🔍
Jaqueline

# Em carta, Noruega e Alemanha defendem objetivos e governança do Fundo Amazônia

Manifestação ocorre após governo indicar que quer mudar fundo bancado pelos dois países; eles pedem que se mantenha a atual estrutura de governança, com operação pelo BNDES e definição de diretrizes pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia

PUBLICIDADE





SAIBA MAIS



Por Vinicius Neder  
11/06/2019 | 13h08

3 min de leitura

RIO - Os governos da Noruega e da Alemanha defenderam os atuais objetivos e a governança do [Fundo Amazônia](#), em carta enviada ao ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na semana passada. Sem mudanças nas regras de aplicação do dinheiro acordadas entre os países, os europeus esperam que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) continue operando o fundo, segundo as regras atuais.

Uma das propostas do governo brasileiro, defendida por [Ricardo Salles](#), é permitir que os [recursos possam ser usados para pagar indenizações](#) a donos de propriedades privadas que vivam em áreas de unidades de conservação, como relevou o [Estado](#) em 25 de maio.



### Leia também

Manifestantes pedem saída de ministro em ato em defesa do Fundo Amazônia, no Rio





Na região amazônica, predominam os casos de ocupação irregular por grileiros de terra Foto: TOMMASO GIARRIZZO/ ARQUIVO AG. PARA

Criado em 2008 com doações de R\$ 3,2 bilhões da Noruega e de R\$ 200 milhões da Alemanha, o Fundo Amazônia é destinado ao financiamento, com recursos não reembolsáveis, de projetos que produzam redução na emissão de gases do efeito estufa associados ao desmatamento. As regras atuais proíbem a indenização de proprietários de terra.

A Embaixada Real da Noruega em Brasília informou na manhã desta terça-feira, 11, que recebeu uma carta do governo brasileiro em 31 de maio, mas que nela “não há propostas para o uso dos recursos do Fundo Amazônia”.

A resposta foi enviada também por carta, datada do último dia 5. O texto, ao qual o **Estado** teve acesso, é assinado pelos embaixadores Nils Gunneng, da Noruega, e Georg Witschel, da Alemanha. Os dois países europeus defendem a atual estrutura de governança, com operação pelo BNDES e definição de diretrizes pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa).

“O comitê diretor do Fundo (Cofa) tem a participação ampla do governo federal, de governos estaduais e da sociedade civil. Ele toma decisões por consenso entre esses três grupos. A governança do fundo segue as melhores práticas globais de governo aberto e participação democrática”, diz a carta.

Continua após a publicidade

Os europeus também defendem a “competência e independência” do BNDES na gestão do fundo como algo “chave”. Segundo a carta dos embaixadores, o fato de o banco de fomento, e não o Cofa, avaliar e aprovar os projetos – geralmente, são

propostos por ONGs, governos, incluindo o Ibama, e universidades – evita potenciais conflitos de interesse.

“A cada ano, a gestão do fundo pelo BNDES é sujeita a auditorias financeiras e avaliações de impacto, feitas de acordo com padrões internacionais. Até agora, essas auditorias e avaliações têm sido unânimes no reconhecimento geral do uso eficiente dos recursos e dos impactos mensuráveis na redução do desmatamento por parte do Fundo Amazônia”, diz a carta, em inglês, frisando que nenhuma das auditorias encontraram quaisquer “atos ilegais ou má gestão dos recursos do fundo”.

A polêmica em torno do Fundo Amazônia começou em 17 de maio, quando o ministro Salles anunciou uma análise que teria identificado “[fragilidades na governança e implementação](#)” dos projetos apoiados. Salles anunciou os resultados da análise na sede do Ibama em São Paulo. Segundo uma nota oficial publicada no site do ministério, a análise foi feita numa amostra de 30% dos 103 contratos já firmados pelo Fundo Amazônia desde 2008.

Após o anúncio, o BNDES [afastou a então chefe do Departamento de Meio Ambiente, Daniela Baccas](#) – a diretoria do banco alegou que o afastamento seria uma “prática natural enquanto se esclarecem as questões levantadas” pelo Ministério do Meio Ambiente e não representaria “qualquer suspeita específica sobre a conduta dos funcionários do banco”. Em reação, o superintendente da Área de Gestão Pública e Socioambiental do banco, Gabriel Rangel Visconti, entregou o cargo.

A AFBNDES, associação que representa os servidores do banco de fomento, chegou a organizar um ato de desagravo a Baccas e cobrou sua recondução ao cargo de chefia. Na semana passada, a entidade organizou um ato em defesa do Fundo Amazônia, ao lado de servidores do Ibama, na sede do BNDES, no Rio. Para a AFBNDES, houve ingerência política no caso.

Procurado para falar sobre a posição dos governos da Noruega e da Alemanha, o Ministério do Meio Ambiente ainda não se posicionou.

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

Compartilhe



## Tudo Sobre

[Noruega \[Europa\]](#)

[Alemanha \[Europa\]](#)

[BNDES \[Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social\]](#)

[Ricardo Salles](#)

[Ministério do Meio Ambiente](#)

[Fundo Amazônia](#)

COMENTÁRIOS



## Notícias relacionadas



## ANEXO N – “Noruega fica no Fundo Amazônia se alvo for o combate ao desmatamento”

☰
**ESTADÃO** 
ESTADÃO / SUSTENTABILIDADE
🔍
Jaqueline

# Noruega fica no Fundo Amazônia se alvo for o combate ao desmatamento

Noruega responde pela quase totalidade do montante colocado no fundo, com R\$ 3,1 bilhões no programa, que é administrado pelo BNDES



**Por Redação**  
03/07/2019 | 14h58  
Atualização: 02/07/2019 | 12h46

3 min de leitura

BRASÍLIA - O governo da [Noruega](#) está disposto a dar continuidade às doações que faz para o [Fundo Amazônia](#), desde que o governo brasileiro garanta que os recursos continuarão a ser utilizados para financiar ações de combate ao [desmatamento](#) e ao uso sustentável da floresta.

Com R\$ 3,186 bilhões injetados no programa brasileiro, que é administrado pelo BNDES, a Noruega responde por 94% do montante já colocado na iniciativa, um total de R\$ 3,396 bilhões.

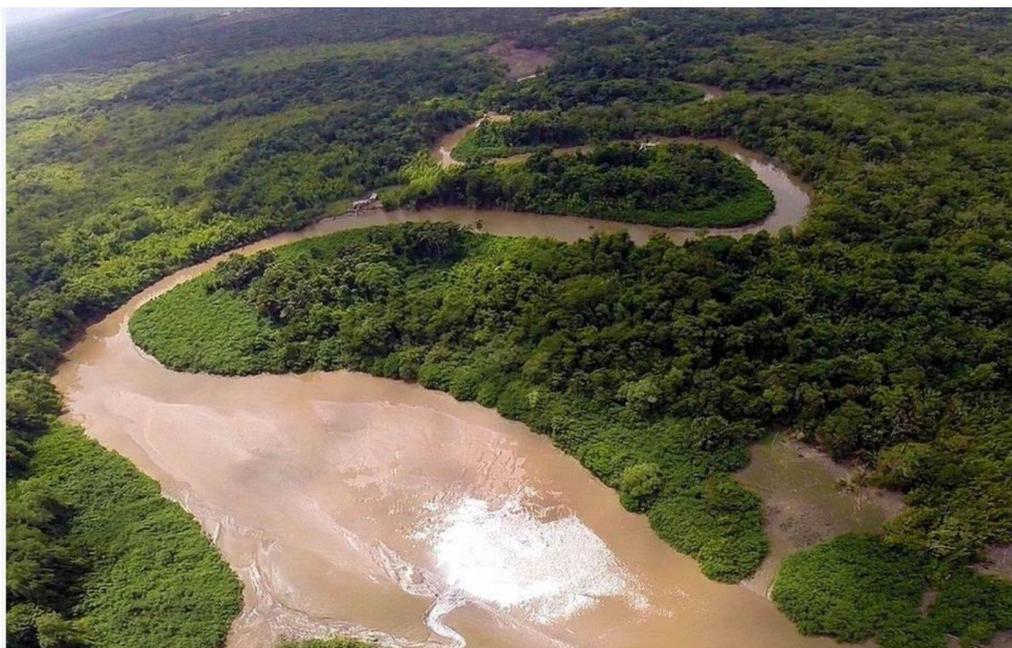


### Leia também

Governo quer usar Fundo Amazônia para indenizar desapropriações

Ao **Estado**, a Embaixada da Noruega no Brasil afirmou que "continua seu diálogo sobre a governança e a eficiência do Fundo Amazônia com representantes do governo federal" e deixou clara a sua intenção de prosseguir com a iniciativa. "Desejamos continuar a colaboração com o Brasil e faremos nossa parte para manter os pontos estabelecidos no acordo", declarou.

A colaboração com o fundo, porém, não se dará de qualquer forma. "Estamos sempre abertos a discutir propostas que possam melhorar a eficiência e o impacto do Fundo, desde que esses ajustes contribuam para reduzir o desmatamento e promover o desenvolvimento sustentável na região amazônica."



Na região amazônica, predominam os casos de ocupação irregular por grileiros de terra Foto: TOMMASO GIARRIZZO/ ARQUIVO AG. PARA

Na sexta-feira, 28, o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa), grupo que define os critérios para aplicação dos recursos na floresta, acabou extinto por um ato do governo federal, que atingiu centenas de comitês e comissões no Executivo.

O **Estado** questionou o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sobre os reflexos do fim deste grupo e o futuro do Fundo Amazônia. O ministro não deu nenhum detalhe e limitou-se a dizer que "esse assunto está em aberto ainda".

Continua após a publicidade



A Embaixada da Alemanha, segundo doador do fundo, que já aportou R\$ 192,6 milhões no programa, não se manifestou sobre o tema.

Durante viagem ao G-20, o presidente Jair Bolsonaro reagiu a declarações dos governos da Alemanha e França sobre questões de desmatamento na Amazônia, o que causou mal-estar e lançou dúvidas sobre a continuidade do programa. Acordos comerciais entre a União Europeia e o Mercosul, no entanto, passaram a ser vistos como uma nova plataforma para negociações e exigências sobre acordos ambientais.

Como revelou o **Estado** em maio, o governo Jair Bolsonaro trabalha na edição de um

novo decreto para alterar as normas do fundo e permitir que uma parte de seus recursos possa ser usada para pagar indenizações a donos de propriedades privadas que vivam em áreas de unidades de conservação. Hoje essa utilização é proibida conforme previsto no próprio regimento do fundo, que é administrado pelo BNDES.

As intenções do governo de mudar as regras do fundo sem um acordo prévio dos dois países foi mal recebida por seus representantes. O Brasil tem independência para escolher os programas que serão apoiados pelos recursos. Essas iniciativas, porém, são monitoradas pelos doadores, assim como as taxas de desmatamento do País. O compromisso é que o Brasil apresente um desmatamento anual inferior à taxa de 8.143 km<sup>2</sup> por ano na região, para ter acesso aos recursos. Se superar essa marca, fica impedido de utilizá-los. As regras do fundo são claras sobre a aplicação direta na proteção das florestas e não em regularização fundiária. Na região amazônica, predominam os casos de ocupação irregular por grileiros de terra.

Em defesa do Fundo Amazônia e da continuidade e do programa, a Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES) e a Associação dos Servidores Públicos do Ibama e ICMBio (Asibama) lançaram um portal para divulgar informações e chamar a atenção para o tema. O site pode ser acessado [neste link](#).

Em seu manifesto, os organizadores lembram que, depois de dez anos desde sua criação, o fundo se consolidou "como um dos instrumentos financeiros mais eficientes e reconhecidos, no cenário nacional e internacional, em termos de transparência, governança participativa, diversidade de beneficiários, auditorias e avaliações, e resultados e impactos concretos já alcançados".

A gestão do Fundo Amazônia virou foco de uma crise, depois que Ricardo Salles declarou ter encontrado "fragilidades na governança e implementação" dos projetos do fundo em contratações feitas pelo BNDES. [Paralelamente, o banco público, que administra os recursos, afastou a chefe do Departamento de Meio Ambiente, Daniela Baccas.](#) Inconformado com a decisão, Gabriel Visconti, chefe de Daniela e responsável pela gestão pública e socioambiental do BNDES, pediu para deixar o cargo.

Continua após a publicidade



## Concertos de Música Clássica

Candlelight

[Reserve Agora](#)

"O Fundo Amazônia não é um projeto de governo, mas uma conquista da sociedade brasileira, fruto de negociações internacionais climáticas, cujo consenso gira em torno da construção de um modelo economicamente sustentável na Amazônia que inclua, em sua concepção, os interesses dos povos originários e tradicionais que vivem para e pela floresta em pé", declaram a Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES) e a Associação dos Servidores Públicos do Ibama e ICMBio (Asibama).

## ANEXO O – “Estados buscam doador europeu contra desmate”



Por André Borges  
12/08/2019 | 17h16  
Atualização: 11/08/2019 | 05h33

4 min de leitura

Após a decisão do governo federal de paralisar as ações do Fundo Amazônia, sob a justificativa de que teria encontrado supostas irregularidades na condução do programa pelo BNDES, os maiores Estados da Região Norte passaram a buscar parcerias diretas com doadores internacionais para financiar ações de combate ao desmatamento. Há consenso de que a devastação avança e que faltam recursos para fiscalizar e proteger a floresta.

Nas últimas semanas, representantes da Alemanha e da Noruega, os maiores doadores do fundo, se reuniram com integrantes desses Estados para discutir alternativas de repasses diretos, sem a necessidade de passar pelo governo do presidente **Jair Bolsonaro**. Os encontros e discussões foram confirmados pelos governadores do Pará, Amazonas e Mato Grosso – que está na área de influência da floresta e integra a chamada Amazônia Legal.





Helder Barbalho firmou parceria direta com banco alemão para monitorar a Amazônia Foto: Marcos Corrêa/PR

Criado em 2007, o Fundo Amazônia é um programa tocado pelo governo federal, em parceria direta com os países europeus. A possibilidade de o acordo acabar acendeu um alerta nos Estados, que analisam a possibilidade de abrir um canal direto com os doadores internacionais, inclusive sem a participação do BNDES. Os recursos, avaliam, poderiam ser direcionados, inclusive, a instituições financeiras estaduais, como o Banco da Amazônia (Basa) e o Banco do Pará. “Tudo está em aberto. São possibilidades”, afirmou o governador paraense, Helder Barbalho (MDB).

“Temos de buscar alternativas econômicas que possam garantir a sustentabilidade da floresta em pé. Está muito claro que Alemanha e Noruega estão buscando parceiros. Nós temos o desejo e a demanda. Se isso será feito por meio de uma articulação federal, não somos contrários a isso. Agora, nós não vamos ficar a reboque disso”, disse. “Já temos parceria com a Alemanha. Agora estamos consolidando uma agenda para fazer um road show com a Noruega, que possa permitir a formalização de nossas parcerias.”

Em junho, o governo do Pará assinou um contrato de contribuição financeira direta com o banco de desenvolvimento alemão KfW – o mesmo que faz as doações por meio do Fundo Amazônia – no valor de  $\approx$  12,5 milhões (R\$ 55,2 milhões). O objetivo: redução do desmatamento, com ações para o fortalecimento do licenciamento, monitoramento e fiscalização, e para desconcentração da gestão ambiental no Pará. “Nosso desejo é que o Fundo Amazônia continue e que seja fortalecido. Não adianta o governo federal ficar discutindo dados. É fato que há uma expansão de desmatamento”, completou Barbalho.



NEWSLETTER  
**Política**

As principais notícias e colunas sobre o cenário político nacional, de segunda a sexta.

INSCREVER

Ao se cadastrar nas newsletters, você concorda com os [Termos de Uso](#) e [Política de Privacidade](#).

Paralelamente ao Fundo Amazônia, Alemanha e Reino Unido têm realizado convênios pontuais com Estados da região para financiar iniciativas de combate ao desmatamento. Esses, no entanto, estão longe do potencial dos R\$ 3,4 bilhões doados, a fundo perdido, pela Noruega (94%) e Alemanha (5,5%). Por isso, os Estados consideram crucial a continuidade do acesso aos recursos, mesmo sem a participação federal.

de ir diretamente para o combate ao desmatamento.



### Embate.

Na semana passada, as relações entre o governo brasileiro e o da Noruega se desgastaram ainda mais. Em audiência na Câmara, Salles disse que os **noruegueses não podiam criticar o Brasil porque tinham passivos ambientais graves, como explorar petróleo no Ártico e caçar baleias**. O país reagiu e declarou que sua indústria petrolífera “é líder global em padrões de saúde, segurança e proteção ambiental” e que suas atividades petrolíferas “estão entre as mais limpas do mundo”.

A decisão dos governos estaduais de buscar acordos diretos com os países europeus ocorre no momento em que o presidente Bolsonaro enfrenta forte resistência internacional por causa dos altos índices de desmatamento recém divulgados. Internamente, a visão do Planalto em relação à questão ambiental não é vista como um bom negócio pelos governadores, que buscam saídas para a falta de recursos especialmente em áreas carentes da floresta.

Os governadores do Amazonas e de Mato Grosso são alinhados com políticas de Bolsonaro e procuram manter diálogo com o Planalto. No Pará, porém, Helder Barbalho foi um dos governadores que, no segundo turno da eleição do ano passado, adotaram postura neutra, e não apoiaram o então candidato do PSL.

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#) [Compartilhe](#) [f](#) [t](#) [w](#) [in](#) [e](#) [l](#)

### Tudo Sobre

[Noruega \[Europa\]](#) [Alemanha \[Europa\]](#) [meio ambiente](#) [desmatamento](#) [Floresta Amazônica](#)

COMENTÁRIOS

### Notícias em alta | Política



**Hacker diz que Bolsonaro perguntou sobre 'invasão de urnas' e revela Pix 'à disposição' de Zambelli**

Walter Delgatti Neto, o 'Vermelho', preso nesta

**Hacker diz que Bolsonaro perguntou sobre 'invasão de urnas' e revela Pix 'à disposição' de Zambelli**

Walter Delgatti Neto, o 'Vermelho', preso nesta

Continua após a publicidade



“Essa situação de paralisação do Fundo Amazônia por causa desses embates é algo que nos preocupa muito porque há uma urgência em utilizarmos recursos, não apenas para proteger, mas para conservar”, disse Wilson Lima (PSC), governador do Amazonas. “Os investimentos do Fundo Amazônia precisam estar mais próximos dos principais interessados, que é quem mora na Amazônia.”

Lima disse que tem buscado ampliar os investimentos com o banco KfW e com outros apoiadores internacionais que tenham interesse em ajudar na proteção da Amazônia. “Respeitamos essa questão do governo federal, mas a gente vai, na medida do possível, estabelecendo essas parcerias internacionais, entendendo o que é prioridade dentro de nossa política pública.”

### Diagnóstico.

A gestão do Fundo Amazônia virou foco de crise desde maio, quando o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, declarou ter encontrado “fragilidades na governança e implementação” dos projetos em contratações feitas pelo BNDES. A diretoria responsável pela execução do programa no banco foi afastada, o que resultou em protestos dos servidores e pedidos de exoneração.

O governo anunciou que apresentaria as irregularidades e proporia uma nova estrutura de operação. Até hoje, porém, essa nova estrutura não foi detalhada e não há previsão de um novo acordo. “Estamos tocando nossas ações internas e temos buscado construir pontes diretas com algum tipo de mecanismo ou organismo que possa nos ajudar, seja pelo Fundo Amazônia ou outras iniciativas”, disse Mauro Mendes (DEM), governador do Mato Grosso. “Tenho recebido embaixadores da Noruega, Reino Unido, Alemanha, Chile e Luxemburgo.” Mato Grosso também já recebeu valores do banco alemão KfW.

Questionada sobre o tema, a embaixada da Noruega declarou que “ainda” não há parcerias diretas firmadas com os Estados da área de influência da Amazônia. A embaixada alemã informou que não iria comentar. Ricardo Salles disse que “os Estados têm todo direito de fazer isso (parcerias diretas)”. “Espero que obtenham o máximo de recursos possível.” O ministro disse achar possível chegar a um acordo com a Noruega.

Os governos da Noruega e da Alemanha afirmam que nunca encontraram problema na gestão do fundo. O do Brasil, porém, insiste que há irregularidades e critica duramente a participação de ONGs nas ações promovidas nos Estados. O argumento é que a maior parte dos recursos seria usada para pagar funcionários de organizações, em vez

## ANEXO P – “Recorde de queimadas reflete irresponsabilidade de Bolsonaro’, rebatem ONGs”

ESTADÃO  ESTADÃO / SUSTENTABILIDADE  Jaqueline 

### ‘Recorde de queimadas reflete irresponsabilidade de Bolsonaro’, rebatem ONGs

Coordenação de grupo que congrega cerca de 50 ONGs aponta que o aumento de focos de incêndio é 'sintoma mais visível da antipolítica ambiental do governo de Jair Bolsonaro'; mais cedo, o presidente disse que ONGs estão queimando a região

PUBLICIDADE





SAIBA MAIS



Por Giovana Girardi  
21/08/2019 | 19h16  
Atualização: 21/08/2019 | 16h30

🕒 4 min de leitura

Diversas organizações não governamentais do País reagiram às insinuações feitas nesta quarta-feira, 20, pelo presidente Jair Bolsonaro de que **ONGs estariam envolvidas com as queimadas da Amazônia**. A coordenação do Observatório do Clima, grupo que reúne cerca de 50 ONGs em prol de ações contra as mudanças climáticas, afirmou que o recorde de focos de incêndio observados neste ano é apenas “o sintoma mais visível da antipolítica ambiental do governo de Jair Bolsonaro”.





Queimadas na Amazônia, 60% acima da média dos últimos 3 anos, estão ligadas a desmatamento Foto: ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL - 28/11/2013



#### Leia também

Bolsonaro levanta suspeita sobre ONGs por queimadas na Amazônia

Em nota divulgada à imprensa, a coordenação do OC pontuou que as ações do governo federal contribuíram para o aumento do desmatamento na região e que “o fogo reflete a irresponsabilidade do presidente com o bioma que é patrimônio de todos os brasileiros, com a saúde da população amazônica e com o clima do planeta, cujas alterações alimentam a destruição da floresta e são por ela alimentadas, num círculo vicioso”.

O número de queimadas em todo o Brasil neste ano já é o **mais alto dos últimos sete anos**, conforme mostrou o **Estado** na segunda-feira. Desde 1.º de janeiro até esta terça-feira, 20, foram contabilizados 74.155 focos, alta de 84% em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com o Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (**Inpe**), que contabiliza esses dados desde 2013.

Um pouco mais da metade (52,6%) desses focos vem ocorrendo na **Amazônia**, com o Mato Grosso na liderança. As queimadas já superam em 8% o recorde de 2016, um ano de extrema seca, que tinha registrado 68.484 focos no mesmo intervalo de tempo.

Considerando apenas o bioma Amazônia, eram 39.033 focos de calor até o dia 20 – alta de 140% em relação ao ano passado e de 70% em relação à média dos três anos anteriores. “Dois Estados criticamente atingidos, Rondônia e Acre, registram emergência de saúde devido à poluição do ar. A pluma de fumaça atingiu a cidade de São Paulo e várias outras no Centro-Sul do país”, escreve a coordenação da organização.

Ao longo do dia, a hashtag #PrayforAmazonas ficou em primeiro lugar nos trending topics do Twitter. Até 18h já somava mais de 722 mil tweets. Abaixo-assinado contra o desmatamento na plataforma Change.org Brasil chegou a 4 milhões de assinaturas.

Continua após a publicidade

← Anúncios Google

[Não exibir mais este anúncio](#) [Anúncio? Por quê? ⓘ](#)

A carta do OC lembrou nota técnica divulgada nesta terça-feira, 20, pelo **Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)**, que revelou que a estiagem observada neste ano na região não explica o problema, mas sim a **alta no desmatamento**.

“Neste ano, o bioma Amazônia viu menos dias consecutivos sem chuva do que a média entre 2016 e 2018: menos de 20 contra mais de 30, respectivamente. A análise de dados do Ipam para o bioma Amazônia mostra que o fator que melhor explica o aumento nos focos de calor é o **desmatamento**. Os dez municípios mais desmatados em 2019 são também os dez que mais queimaram na região”, pontua.

“Desde que assumiram, Bolsonaro e **(Ricardo) Salles** têm se dedicado a desmontar as estruturas de governança ambiental e os órgãos de fiscalização. Extinguiram o órgão responsável pelos planos de controle do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, sem ter até hoje apresentado nenhum plano alternativo contra a destruição; cortaram um quarto dos recursos do Ibama; deixaram 8 de 9 superintendências regionais do órgão acéfalas até hoje, o que inibe operações de fiscalização; e desmobilizaram o Grupo Especial de Fiscalização, a unidade de elite do Ibama, que não foi a campo na Amazônia ainda neste ano”, continua a organização.

“Também sinalizaram a falta de interesse em combater o desmatamento e prover alternativas econômicas sustentáveis para a região ao suspender o Fundo Amazônia, que banca esse tipo de atividade. Ao mesmo tempo, empoderaram criminosos ambientais, sinalizando, por exemplo, a abertura das terras indígenas à exploração e a tolerância com a impunidade. Alguns governos estaduais também ajudaram a acender o pavio, ao reduzir a participação de suas PMs nas operações de fiscalização ou sinalizar que desmatadores não seriam punidos.”

Em outra carta, um grupo de 81 ONGs afirmou que “Bolsonaro não precisa de ONGs para queimar a imagem do Brasil no mundo inteiro”. A nota assinada por organizações como Instituto Socioambiental, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e Instituto de Pesquisas Ecológicas, também lembra que o “aumento das queimadas não é um fato isolado”. “No seu curto período de governo, também cresceram o desmatamento, a invasão de parques e terras indígenas, a exploração ilegal e predatória de recursos naturais e o assassinato de lideranças de comunidades tradicionais, indígenas e ambientalistas”, escrevem.

“O aumento do desmatamento e das queimadas representa, também, o aumento das emissões brasileiras de gases do efeito estufa, distanciando o país do cumprimento das metas assumidas no Acordo de Paris. Enquanto o governo justifica a flexibilização das políticas ambientais como necessárias para a melhoria da economia, a realidade é que enquanto as emissões explodem, o aumento do PIB se aproxima do zero”, continuam as organizações.

Elas recomendaram que o presidente aja com responsabilidade, em vez de “fazer ilações irresponsáveis e inconsequentes, repetindo a tentativa de criminalizar as organizações, visando manipular a opinião pública contra o trabalho realizado pela sociedade civil”.



## Declarações de Bolsonaro

Pela manhã, ao comentar os dados de aumentos de queimada, Bolsonaro fez insinuações, sem mostrar nenhuma prova, de que organizações afetadas por suspensão de repasses do [Fundo Amazônia](#), poderiam estar por trás das queimadas.

"O crime existe, e isso aí nós temos que fazer o possível para que esse crime não aumente, mas nós tiramos dinheiro de ONGs. Dos repasses de fora, 40% ia para ONGs. Não tem mais. Acabamos também com o repasse de dinheiro público. De forma que esse pessoal está sentindo a falta do dinheiro", disse Bolsonaro, referindo-se à suspensão de repasses, por parte do governo, de recursos do Fundo Amazônia para projetos de combate ao desmatamento", disse.

"Pode estar havendo, não estou afirmando, ação criminosa desses 'ongueiros' para exatamente chamar a atenção contra a minha pessoa, contra o governo do Brasil. Essa é a guerra que nós enfrentamos", continuou.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, viaja para o Mato Grosso nesta quarta, 21, justamente para falar sobre as queimadas. Ele vai dar uma entrevista coletiva às 17h30 no Centro Integrado de Operações Especiais no Aeroporto de Cuiabá, junto com o governador do Estado, Mauro Mendes.

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

Compartilhe



## Tudo Sobre

[Floresta Amazônica](#)

[Fundo Amazônia](#)

[desmatamento](#)

[incêndio florestal](#)

[Jair Bolsonaro](#)

[meio ambiente](#)

COMENTÁRIOS



## Notícias relacionadas



## ANEXO Q – “Como o país virou vilão ambiental em 1 mês”

ESTADÃO / SUSTENTABILIDADE Jaqueline

### Como o País virou vilão ambiental em 1 mês

Ações do governo levaram ao descrédito internacional, avaliam especialistas. Queimadas na região amazônica geraram repercussão global nesta semana

PUBLICIDADE

Anúncios Google

[Não exibir mais este anúncio](#) [Anúncio? Por quê?](#)



Por Giovana Girardi  
23/11/2019 | 18h47  
Atualização: 24/08/2019 | 22h44

5 min de leitura

SÃO PAULO - Em pouco mais de um mês, o governo **Bolsonaro** - que já recebia críticas pontuais de outros países desde o início do ano por sua atuação ambiental - **azedou de vez o humor estrangeiro** após uma sequência de ataques a dados científicos, a instituições e a pessoas. Até ONGs foram acusadas de botar fogo na floresta e governadores foram chamados de coniventes com o problema. Mas enquanto o presidente buscava arrumar culpados por “prejudicar o Brasil lá fora”, foram os problemas reais, como desmatamento e queimadas, e suas falas polêmicas que mudaram a imagem do Brasil no exterior.





Queimada avança sobre floresta na região de Porto Velho, em Rondônia Foto: EFE/ Joedson Alves



#### Leia também

FAB usa duas aeronaves no combate a incêndios na Amazônia

É o que analisam alguns especialistas em ambiente, agricultura e relações internacionais ouvidos pelo Estado para tentar responder a uma dúvida: como chegamos a esse ponto? Para alguns deles, era uma tragédia anunciada desde o período eleitoral, quando Bolsonaro fazia discursos inflamados contra o que ele chama de “indústria da multa” por parte de órgãos ambientais e tinha planos como não demarcar mais nenhuma terra indígena, acabar com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e sair do [Acordo de Paris](#).

Os dois últimos não aconteceram, mas várias outras medidas tomadas desde o começo da gestão talvez respondam à pergunta. Já no começo do ano, houve mudanças na estrutura do ministério. O Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento virou somente Departamento de Florestas. Mudanças climáticas perderam espaço na pasta.

“Bolsonaro mudou inteiramente a abordagem em relação ao ambiente”, comenta o diplomata Rubens Ricupero, ex-ministro do Meio Ambiente e da Fazenda, que cita a tentativa de fusão do ambiente com o Ministério da Agricultura como ponto de partida do que chama de “sinais evidentes de afrouxamento da política ambiental”.

Para Ricupero, a colocação de militares nas chefias do Ibama e do [ICMBio](#) e frequentes atos de desmoralização de fiscais e de técnicos dos dois órgãos, por parte de Bolsonaro e do ministro do Meio Ambiente, [Ricardo Salles](#), pioraram o cenário.

“O fiscal que multou Bolsonaro (por pesca em uma unidade de conservação no Rio) foi punido. Quando o [Ibama](#) destruiu equipamentos apreendidos em uma operação contra madeira ilegal, em consonância com a lei, Bolsonaro teve um acesso de cólera, e Salles depois foi se encontrar com madeireiros”, lista Ricupero.

Continua após a publicidade

←

Anúncios Google

Não exibir mais este anúncio Anúncio? Por quê? ⓘ

“O presidente contestou os dados sérios de desmatamento do Inpe e demitiu seu diretor. E seu filho Flávio apresentou no Senado um projeto de lei para acabar com a Reserva Legal (dispositivo do Código Florestal que protege parcelas de floresta dentro de propriedades rurais)”, continua.

O resultado mais evidente disso, além da alta de desmatamento e de queimadas apontadas pelo Inpe, é a redução no número de autos de infração. Até o final de junho, tinham sido aplicadas 5.826 multas, contra 7.326 no mesmo período do ano anterior. É o valor mais baixo desde 2015. Completam o quadro os dados de desmatamento e de queimadas. Os alertas feitos pelo sistema Deter, do Inpe, indicaram um aumento de 49,45% no desmatamento entre agosto do ano passado e julho deste ano, na comparação com os doze meses anteriores. E o número de queimadas no País até esta sexta-feira era o mais alto desde 2013.

Pedidos de informações sobre a quantidade de ações de fiscalizações que estavam sendo realizadas pelo Ibama neste ano nunca foram atendidos. Mas o Estado apurou com técnicos do instituto que neste ano não foi autorizado nenhum acionamento do Grupo Especial de Fiscalização no combate ao desmatamento. O GEF é uma espécie de tropa de elite do Ibama, que combate o crime organizado e age principalmente em Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Por outro lado, não foi mais autorizada a aplicação de lei que previa a destruição de instrumentos do crime.

“O governo alega que os recursos são insuficientes, mas temos de lembrar que dos recursos que vinham de doações, como o Fundo Amazônia, Bolsonaro está abrindo mão, colocando obstáculos inventados. Que credibilidade tem um governo que diz a (Angela) Merkel (premiê alemã) que [pegue o dinheiro e use para reflorestar a Alemanha?](#) Os estrangeiros têm razão. Em 50 anos, essa é a maior crise de imagem e de política externa que já tivemos”, diz Ricupero.

### **Piora progressiva**

A pesquisadora Mercedes Bustamante, da UnB, que faz parte de uma coalizão de cientistas que vêm fazendo manifestações de teor científico analisando impactos de ações do governo, pondera que alguns indicadores já vinham piorando nos últimos anos, como a taxa de desmatamento – que desde 2013 flutua com tendência de alta após ter chegado ao seu nível mais baixo em 2012.

O governo Temer também enfrentou mobilização internacional quando sugeriu abrir para exploração a [Reserva Nacional do Cobre e Associados \(Renca\)](#). Por outro lado, mantinha no âmbito internacional o discurso pelo combate às mudanças climáticas e o então ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho ofereceu o Brasil, em 2017, para ser sede da Conferência do Clima da ONU neste ano. Quando Bolsonaro foi eleito, a oferta foi retirada por Temer e a reunião agora será no Chile.

Continua após a publicidade



 **cosan**



SAIBA MAIS

“Já havia sinais de que a situação ambiental estava mudando, mas o governo Temer ainda era mais cioso das relações entre os países. A forma como a gestão Bolsonaro conduziu a situação do Fundo Amazônia foi muito ruim. Um chefe de Estado tem de justificar num momento de crise como estava aplicando o dinheiro para conseguir combater o desmatamento, mas simplesmente falou para pegarem o dinheiro de volta”, afirma Mercedes.

Roberto Rodrigues, do GV-Agro, argumenta que também houve falhas na forma como a imagem do agronegócio foi passada para o exterior. Segundo ele, “comunicamos mal” que a agricultura do Brasil se expandiu no últimos anos com avanço tecnológico, com a produtividade crescendo 5 vezes mais do que a área plantada. “Mas desmatamento, queimadas, mesmo numa taxa normal, não são aceitáveis. E o governo precisa para isso ter ações específicas.”

Para ele, a questão das queimadas pode ter sido o que faltava para piorar os ânimos de produtores europeus que não estavam felizes com o acordo entre Mercosul e União Europeia. “Naturalmente, o problema dos incêndios deu argumentação para esses grupos, de aumentarem a pressão, o que é legítimo. Ao deixarmos vazar dessa forma, demos o argumentos que faltavam pra eles.”

#### Quatro perguntas para [Carlos Nobre](#), climatologista e colaborador do Instituto de Estudos Avançados da USP

**1. Qual a diferença da queimada hoje para as anteriores?** Tivemos anos muito ruins. Em 2004, o desmate alcançou 27 mil km<sup>2</sup>, um recorde. Mas isso não traz alívio, ao contrário. De lá pra cá, tínhamos entrado em outra trajetória. Até 2014 tínhamos reduzido o desmate em 75%.

**2. Outro argumento é a estação seca, que favorece queimadas.** A estação está normal, até menos seca que a média. Diferente de 2016, por exemplo, com uma megasseca em razão do El Niño forte e muitas queimadas. Não dá para usar o clima para explicar o que há hoje.

**3. Qual é a explicação?** Os sistemas mostram alta do desmate, de 20%, de agosto de 2018 até agora, especialmente nos últimos meses. E aí vem o pior fator: a mudança política. É como voltar aos anos 70, quando o desmate era política pública. Para retirar empréstimo do banco, tinha de comprovar seu lote desmatado e queimado. Tínhamos superado isso. Houve demarcação de terras indígenas. Desde a Eco-92, o País se posicionou na sustentabilidade. Houve combate à explosão do desmate em 2003, 2004 e 2005, com fiscalização, inteligência, quadrilhas desbaratadas. Isso, simbolicamente, foi para o lixo.

Continua após a publicidade



Anúncios Google

Não exibir mais este anúncio Anúncio? Por quê? ⓘ

**4. Qual o ponto a partir do qual não se evita que a Amazônia vire savana? Quando de 20% a 25% da floresta estiver destruída. Já destruímos de 15% a 17%. Pelas taxas atuais, chegaríamos a esse ponto dentro de 20 a 30 anos. /COLABOROU ROBERTA JANSEN**

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#) Compartilhe [f](#) [t](#) [w](#) [in](#) [✉](#) [🔗](#)

#### Tudo Sobre

Jair Bolsonaro Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis]  
 ICMBio [Instituto Chico Mendes de Biodiversidade] Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais]  
 Renca [Reserva Nacional de cobre e seus associados] desmatamento meio ambiente incêndio  
 Ministério do Meio Ambiente incêndio florestal Floresta Amazônica Carlos Nobre

COMENTÁRIOS

#### Notícias relacionadas



#### VEJA TAMBÉM

outbrain ▶



Convergências amazônicas



Agosto deve ter tempo mais quente e seco que o normal em SP; confira a previsão para todo o Brasil



Rio Pinheiros está despoluído? Vai dar para nadar? E quando sai o 'Puerto Madero' de SP?

## ANEXO R – “Entenda a guerra dos números sobre os focos de queimadas na Amazônia”

ESTADÃO  ESTADÃO / SUSTENTABILIDADE  Jaqueline 

# Entenda a guerra dos números sobre os focos de queimadas na Amazônia

Governo Bolsonaro tenta minimizar o problema, mas dados comprovam a gravidade da situação. 'Estado' separou pontos importantes desse debate. Veja

PUBLICIDADE

Anúncios Google

[Não exibir mais este anúncio](#) [Anúncio? Por quê? @](#)



Por Giovana Girardi  
02/09/2019 | 19h22

 7 min de leitura

SÃO PAULO - Desde que a **crise das queimadas na Amazônia** ganhou a atenção internacional, uma série de declarações feitas por parte do **governo Jair Bolsonaro** ou de seus apoiadores tem buscado minimizar o problema, apontando que houve números mais altos de queimadas em outros momentos. Entenda.



Há evidências de que a destruição da floresta tropical teria um impacto devastador sobre as temperaturas globais, sobre os padrões climáticos e a agricultura Foto: Gabriela Biló/Estadão



#### Leia também

Como o fogo destrói a Amazônia, a maior floresta tropical do mundo

### Preste atenção nas datas

Uma tabela foi apresentada pela deputada federal [Joice Hasselmann](#) (PSL-SP) com o número de focos de queimadas no Brasil inteiro entre 2001 e 2019 – compilados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais ([Inpe](#)) –, na qual ela coloca os dados da gestão Bolsonaro em último lugar no ranking. Na tabela, ela apresenta o ano, a quantidade de focos, a média/mês e a posição de cada ano no ranking.

A tabela, porém, compara dados de anos inteiros com os primeiros oito meses (incompletos) da gestão Bolsonaro. Para apresentar a média mensal, todos os dados foram divididos por 12, mas isso não pode ser feito para 2019, já que ainda faltam quatro meses para o ano acabar. Com essa conta, o número fica muito menor do que a realidade. A tabela ainda dava números compilados até por volta de 20 de agosto – 76.350 focos. Ao final de agosto, de acordo com o Inpe, o ano já somava em 90.505 focos.

reference

Continua após a publicidade

SAIBA MAIS

### Compare os períodos corretos

Desse modo, a média de focos de incêndio para todo o País neste ano foi de 11.312 focos (90.505 dividido por 8). Não de 6.363, como apontou a deputada. Assim 2019 sobe para a 17ª posição. Olhando para os dados dos últimos anos entre 1º de janeiro e 31 de agosto, vemos que o Brasil como um todo está com o maior número de focos desde 2010, que foi um ano de seca severa e teve até o fim de agosto 137.701 focos em todo o País.





Na foto, incêndio atinge a Amazônia na Floresta Nacional do Jamanxim, em Novo Progresso Foto: Victor Moriyama/Greenpeace/AFP

### Não confunda Amazônia com Brasil

Comparar os focos de incêndio para todo o Brasil também tira o foco do real problema neste ano, que são as queimadas na Amazônia. De todos os incêndios registrados até agora (1º de setembro), 52% são no bioma. Então é preciso olhar para os dados do bioma especificamente.

### Fogo na floresta

Dados mostram que queimadas neste ano na região amazônica estão acima da média histórica

#### Focos de queimadas na Amazônia em agosto



#### Focos de queimadas no bioma amazônico entre 1º de janeiro e 1º de setembro

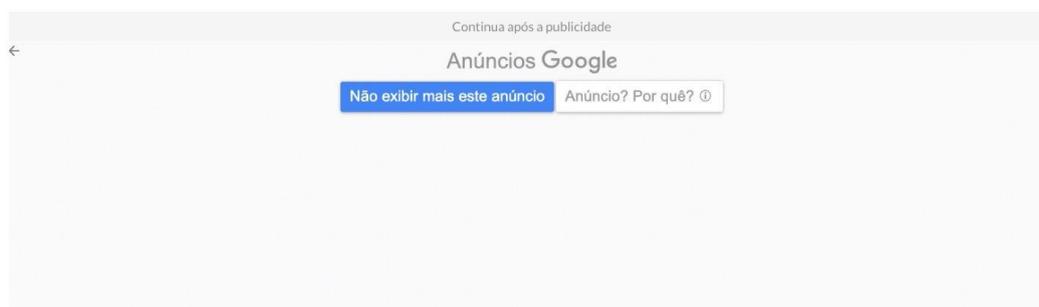




Fonte: Programa Queimadas / Inpe

ESTADÃO #F

E o que eles mostram? Vejamos o mês de agosto: o número de focos de incêndio na Amazônia foi quase o triplo do registrado no ano passado. Foram 30.901 focos de incêndio até sábado, 31, ante 10.421 em agosto do ano passado – alta de 196%. O total de focos também supera a média histórica para o mês, de 25.853, para o período entre 1998 e 2018. É ainda o mais alto desde agosto de 2010 – ano de seca histórica severa, que teve 45.018 focos.



### Por que agosto é importante?

Porque é o início da temporada seca. Em geral, é a partir de julho que a região começa a queimar, a partir de ações que vão desde limpeza de pasto até a queima de floresta que foi derrubada, como parece ser o caso neste ano. Como a vegetação está mais seca, o fogo tende a se espalhar. Mas neste ano a umidade não está tão baixa a ponto de explicar a elevação das queimadas. A justificativa parece ser a alta do desmatamento.

### Houve períodos com mais queima na Amazônia antes?

Sim. Na série histórica do Inpe, que considera queimadas entre 1998 e 2018, os anos de 2004 e 2005 chamam especial atenção, porque foram anos com altas taxas de desmatamento na Amazônia. Por causa disso, esses dois anos foram os que tiveram mais focos ao longo dos 12 meses, considerando somente a região. Agosto de 2005 foi o recorde para o mês, com 63.764 focos. Ainda comparando somente o mês de agosto, o segundo colocado foi 2007, com 46.385 focos.

Até então, o desmatamento estava praticamente sem controle no País. Foi em 2008 que entrou em vigor o principal programa de combate ao desmatamento da Amazônia (PPCDAm), que diminuiu as taxas de desmatamento. Comparar os dois períodos só olhando os números de queimadas deixa de levar em conta que o cenário começou a mudar a partir de 2008. O terceiro colocado em queimadas no mês de agosto foi 2010, ano de seca intensa. Desde então, a taxa para o mês não era tão alta. O dado deste ano chama a atenção justamente por isso: porque indica uma retomada da alta do desmatamento.

### Além do Inpe, outros sistemas de monitoramento também observam

## alta nas queimadas na Amazônia?

Sim, a Nasa observou que neste ano o número de focos de calor é o mais alto desde 2010, assim como a Agência Espacial Europeia divulgou nota apontando que há quase quatro vezes mais fogo neste ano que no ano passado.



## Mas os incêndios da África não são mais graves que os da Amazônia?

A savana africana de fato tem mais focos de incêndio que a Amazônia, mas lá eles ocorrem em área de agricultura e de savana, tipo de vegetação mais resistente ao fogo, como ocorre com o nosso Cerrado. A floresta tropical úmida é muito mais sensível aos incêndios e demora muito mais para se recuperar.

## Houve aumento do desmatamento no Brasil?

O número oficial usado pelo governo para divulgar os dados de desmatamento anual da Amazônia – do sistema Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) ainda não foi divulgado (isso deve ocorrer até novembro), mas números obtidos com uma resolução um pouco menor indicam que sim. O sistema Deter, também do Inpe,

que faz detecções rápidas com satélite para orientar a fiscalização em campo, observou um aumento de 49,62% no corte da floresta entre 1.º de agosto do ano passado e 31 de julho deste ano (período histórico de análise), em comparação com os 12 meses anteriores. Os alertas do Deter observaram a perda de 6,841 km<sup>2</sup> neste período, ante 4.572 km<sup>2</sup> no período anterior. Apesar de ter uma resolução menor, nos últimos anos a tendência vista pelo Deter é confirmada posteriormente pelo Prodes.

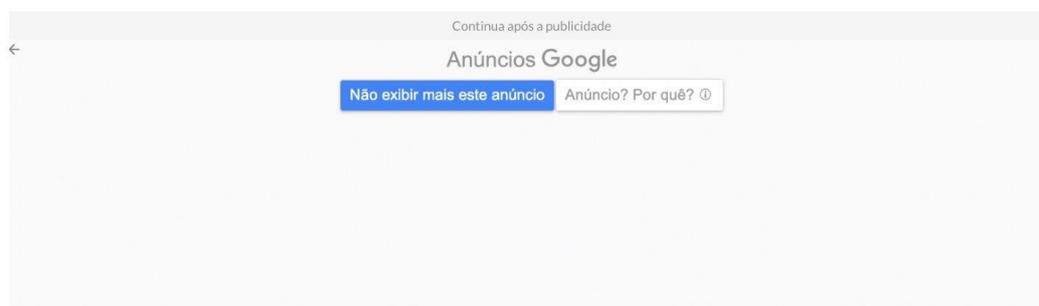
### Sinal de alerta

O Deter, sistema do Inpe que fornece dados para a fiscalização, mostrou em julho a maior área desmatada em um mês desde 2015



Fonte: Inpe

ESTADÃO <sup>af</sup>



### Outros sistemas confirmam isso?

Outros sistemas de monitoramento independentes confirmaram a tendência de alta. O SAD, da ONG Imazon, indicou para esse período alta de 15%. Instituições estrangeiras, como a Nasa e a Universidade de Maryland, que também monitora florestas em todo o mundo, também constataram alta no desmatamento da Amazônia nos últimos 12 meses. Já o governo Bolsonaro admitiu que houve um aumento no corte da floresta, mas ressaltou que isso vem ocorrendo desde 2012. A gestão disse que talvez a perda não seja tão alta quanto mostrou o Deter e o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, chegou a destacar alguns erros do sistema (que tem acurácia em torno de 90%).

## Houve desmatamentos maiores no passado?

Sim. Os anos de 1995 e 2004 tiveram as maiores taxas de perda da floresta – 29.059 km<sup>2</sup> e 27.772 km<sup>2</sup>, respectivamente, de acordo com o Prodes, do Inpe, que calcula a perda anual da floresta (entre agosto de um ano a julho do ano seguinte) desde 1989. Em 2012, observou-se o menor nível histórico – 4.571 km<sup>2</sup>.

## Floresta

Evolução do desmatamento da Amazônia desde 2004



Fonte: Prodes/Inpe

ESTADÃO

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

Compartilhe



## Tudo Sobre

Floresta Amazônica

Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais]

desmatamento

incêndio florestal

meio ambiente

COMENTÁRIOS



## Notícias relacionadas



## VEJA TAMBÉM

outbrain



ESTADÃO



ESTADÃO



ESTADÃO

## ANEXO S – “Conter desmatamento na Amazônia passa por monitoramento e fiscalização, dizem especialistas”

☰
ESTADÃO 
ESTADÃO / SUSTENTABILIDADE
🔍
Jaqueline

### Conter desmate na Amazônia passa por monitoramento e fiscalização, dizem especialistas

Para cientistas e ambientalistas, declarações e atos do governo federal atual contribuíram para o aumento no desmatamento. Os pesquisadores acreditam que o caminho para conter o desmatamento já é bem conhecido

PUBLICIDADE





SAIBA MAIS



Por Giovana Girardi  
19/11/2019 | 05h00

🕒 6 min de leitura

SÃO PAULO - Para cientistas e ambientalistas, declarações e atos do governo federal atual contribuíram para o **aumento de 29,5% do desmatamento** entre agosto do ano passado e julho deste ano, na comparação com os 12 meses anteriores, como anunciado nesta segunda-feira, 18, pelo Inpe. Eles citam como exemplo os discursos do presidente **Jair Bolsonaro** – que desde as eleições disse que acabaria com o que ele chama de “indústria da multa” e que desautorizou a fiscalização do **Ibama** a destruir equipamentos de infratores –; os incentivos à mineração em terras indígenas; a redução nas multas, entre outros.





Para os pesquisadores, o caminho para conter o desmatamento já é bem conhecido Foto: GABRIELA BILO / ESTADÃO



#### Leia também

Desmatamento da Amazônia sobe 29,5% no ano e chega perto de 10 mil km<sup>2</sup>

“De janeiro a setembro, o número de autuações de crimes contra a flora na Amazônia Legal caiu 40% com relação ao mesmo período de 2018. O que vemos é consequência direta do desmonte da política ambiental”, disse o pesquisador Raoni Rajão, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Especialistas lembram também que o Grupo Especializado em Fiscalização (GEF), conhecido como a tropa de elite do Ibama, só foi chamado a campo no final de agosto. E o **Fundo Amazônia** – recurso proveniente de doações de Noruega e Alemanha justamente para ações de combate ao desmatamento – foi desmobilizado este ano.

## Devastação

Evolução do desmatamento da Amazônia desde 2004



Fonte: Prodes/Inpe

ESTADÃO

Para os pesquisadores, o caminho para conter o desmatamento já é bem conhecido – tanto que o governo federal conseguiu reduzi-lo ao menor nível da série histórica em 2012 (taxa de 4.571 km<sup>2</sup>).

A fórmula está estabelecida no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), criado em 2004 e que deveria agora estar em sua quarta fase. Mas além de retomar essas atividades (regularização fundiária; monitoramento e controle; fomento a atividades produtivas sustentáveis e incentivo econômico para a floresta ficar em pé), é preciso também modificar a forma como o governo se relaciona com o que está acontecendo em campo, apontam os especialistas.

Continua após a publicidade



Anúncios Google

[Não exibir mais este anúncio](#)[Anúncio? Por quê?](#) ⓘ

“O que até hoje mostrou ter efeito foi o monitoramento e controle. Na hora que se alivia isso, não tem jeito, o desmatamento vai subir. A gente já sabe que tem de botar dinheiro nisso e que é prioridade. A gente sabe que a grilagem ocorre nas terras públicas sem destinação. O controle tem de estar lá”, diz a pesquisadora Thelma Krug, do Inpe, uma das responsáveis pela implementação do Prodes e pelo PPCDAM. Ela também critica a potencial expansão da cana na Amazônia e no Pantanal, com a [revogação de decreto que vetava esse tipo de cultivo](#) nos dois biomas.

“O que é preciso fazer? É pensar duas vezes antes de falar as coisas para que isso não dê conotação de que esse governo está estimulando o desmatamento. Se ele não está fazendo isso, há necessidade de parar de indicar isso. Há necessidade de recuperar a força do Ibama, que já estava frágil, a governança da questão do desmatamento que acabou sendo desmantelada nesse governo, em especial no Ministério do Meio Ambiente, responsável pelo PPCDAM”, continua a pesquisadora.

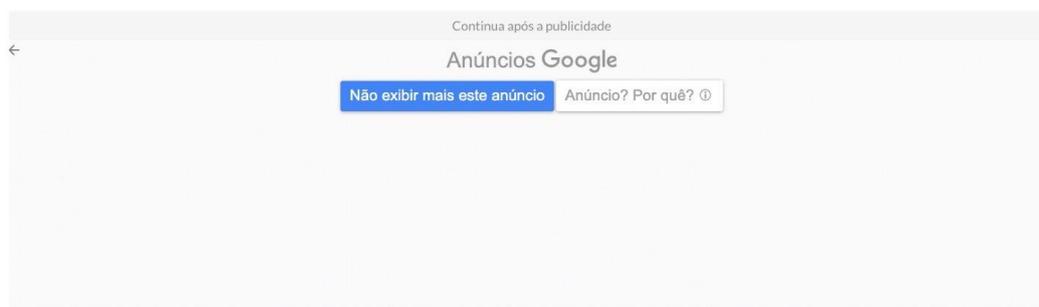
O procurador da República Daniel Azeredo, que há anos atua com crimes ambientais na Amazônia, concorda que os caminhos são bem conhecidos. “Temos um histórico de medidas de mais de dez anos que mostram o que funciona. O primeiro e mais básico e óbvio é ter equipes de fiscalização de maneira permanente nos municípios que mais desmatam, exercendo o poder de atuação de modo completo, tanto multando e embargando quanto fazendo a retirada e apreensão de produto ilegal, como gado, grão, madeira. Isso é roubo produzido em área ilegal em patrimônio público”, diz.

“Com os números anunciados agora, fica clara a urgência. O governo precisa mostrar que não tem tolerância e que isso seja dito para a sociedade: quais são as ações efetivas que serão tomadas para que o desmatamento caia.” Neste ano, força-tarefa de investigação do Ministério Público sobre crimes ambientais na Amazônia revelou que há [elaboradas organizações criminosas por trás do desmatamento](#), que têm ganhos milionários e envolvem corrupção, formação de quadrilha, trabalho escravo, violência, grilagem, roubo de madeira.

A pesquisadora Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasília (UnB), pondera que a série histórica de desmate indica que, mesmo com todo o sucesso dos mecanismos de comando e controle, ainda se permanecia com uma taxa residual de supressão da floresta, o que já indicava a necessidade de avançar mais nos mecanismos de desenvolvimento sustentável. “Os dados recentes, infelizmente, mostraram claramente o efeito do relaxamento nos mecanismos de comando e controle e nenhum avanço em novos instrumentos que pudessem avançar além dos patamares anteriores de redução”, comentou. Para ela, a gestão federal “destruiu importantes relações de confiança com várias partes interessadas”, que poderiam trabalhar em “soluções inovadoras”.

“No entanto, o primeiro passo para trabalhar o futuro é indicar clara vontade política de priorizar e implementar ações concretas de conservação da floresta, restabelecer e aprimorar os espaços de diálogo e de proposição de ações. Sem isso, e sem uma liderança com capacidade técnica e de coordenação, dificilmente vamos mudar o quadro instalado”, afirmou Mercedes.

O economista Ricardo Abramovay, da Universidade de São Paulo (USP), concorda com Mercedes: “A grande chance de mudar o jogo está numa aliança entre ativistas, populações tradicionais, empresários que já investem na economia da floresta em pé e governadores que percebem o imenso prejuízo para seus Estados da economia da destruição da natureza”, disse. “Enquanto a Mesa Redonda da Soja Responsável (organização internacional que reúne 7 mil produtores no Brasil, na Argentina, nos EUA, na China, em Moçambique, entre outros países) preconiza desmatamento zero (inclusive desmatamento legal zero), aqui a Aprosoja [recebe apoio do governo](#) (do secretário especial para Relacionamento Externo da Casa Civil) ao entrar no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (o Cade) contra a moratória da soja. Ao mesmo tempo, o governo quer rever o zoneamento da cana-de-açúcar permitindo sua implantação no Pantanal e na Amazônia (o que é técnica e economicamente inviável)”, enumera.



“Isso se soma a um discurso em que protagonistas de atividades ilegais, como invasão de terras indígenas e de unidades de conservação (garimpeiros, grileiros e madeireiros ilegais) são recebidos por autoridades governamentais como se fossem empreendedores e não autores de delitos”, pontua o pesquisador.

“Não há a menor dúvida de que esse desmatamento, ao contrário do que disse o ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente), foi incentivado, sim, pelo posicionamento do governo. É só notar que a taxa do Deter de janeiro a setembro deste ano foi quase o dobro do mesmo período do ano passado. O governo claramente deixou de agir como deveria”, afirmou Ricardo Galvão, ex-diretor do Inpe. [Galvão esteve no centro da crise internacional](#) gerada no final de julho, quando o Deter, sistema em tempo real do Inpe indicava para o aumento e Bolsonaro disse que os dados eram mentirosos e que Galvão estaria “a serviço de alguma ONG”.

### **Ministro nega elo entre desmate e declarações do governo Bolsonaro**

Na coletiva em que apresentou os dados nessa segunda, o ministro Salles rechaçou a conexão entre o aumento do desmate e as declarações de integrantes da gestão Bolsonaro, entre elas as acusações de existir uma “indústria da multa” e prometer

liberação de mineração em terras indígenas. Disse que são os "motivos conhecidos" de sempre que levaram à perda da floresta.

"De 2012 para frente, é por pressão das atividades econômicas – grande parte delas ilegais – sobre a floresta e por isso precisamos justamente de estratégias de alternativa econômica para a região. Está demonstrado com sete anos de aumento de desmatamento que alguma coisa estruturante precisa ser feita e vamos discutir isso na quarta", afirmou. Ele citou como exemplo as atividades de garimpo ilegal, extração de madeira ilegal e ocupação do solo de maneira ilegal, que, segundo ele, estão na floresta e acontecem há muitos anos.

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

Compartilhe



### Tudo Sobre

Floresta Amazônica

meio ambiente

desmatamento

Ricardo Salles

COMENTÁRIOS

### Notícias relacionadas



### VEJA TAMBÉM

outbrain



Convergências amazônicas



Agosto deve ter tempo mais quente e seco que o normal em SP; confira a previsão para todo o Brasil



Rio Pinheiros está despovoado? Vai dar para nadar? E quando sai o 'Puerto Madero' de SP?



## ANEXO T – “Sem cumprir meta de desmatamento, Brasil vai à Conferência do Clima pedir mais recursos”



ESTADÃO / SUSTENTABILIDADE Jaqueline

# Sem cumprir meta de desmatamento, Brasil vai à Conferência do Clima pedir mais recursos

Pais vai insistir no discurso de que já fez mais pelo combate ao aquecimento global do que outros países; reunião começa com pressão das ruas e da ciência

PUBLICIDADE

Anúncios Google

Não exibir mais este anúncio Anúncio? Por quê? ⓘ



Por Giovana Girardi  
03/12/2019 | 10h44  
Atualização: 02/12/2019 | 05h00

7 min de leitura

SÃO PAULO - O governo **Bolsonaro** estreia nesta segunda-feira, 2, em uma **Conferência do Clima da ONU (COP)**, com o desafio de convencer os demais países de que continua a bordo dos esforços mundiais para conter as **mudanças climáticas**. Vai precisar fazer isso para contornar dados difíceis na bagagem - como a taxa recorde de desmate da Amazônia na década -, e superar as críticas internacionais que recebeu ao longo do ano.

Em um comportamento pouco usual nesse tipo de negociação, o ministro do Meio Ambiente, **Ricardo Salles**, que chefia a delegação brasileira, estará em Madri, onde será realizada a COP-25, durante os 14 dias da reunião. Em geral, ministros só chegam para a segunda semana do evento, deixando a primeira parte das negociações para os diplomatas.



### Leia também

Análise: 'Emissões precisam cair. E temos de parar de procrastinar'





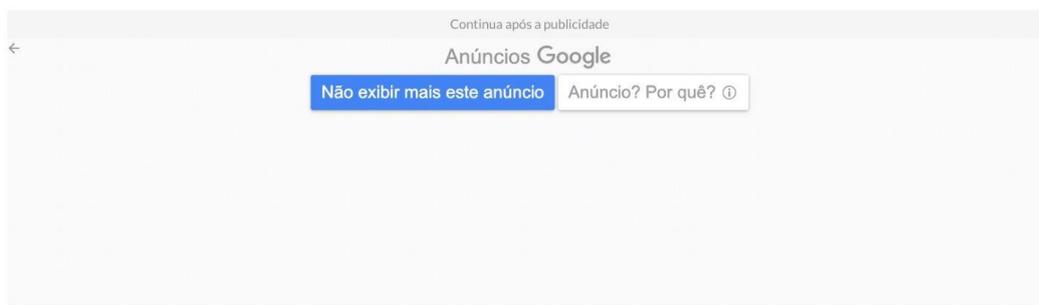
O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles Foto: Nacho Doce/Reuters

Salles, que tem dito que vai cobrar contrapartida financeira de países ricos por – conforme seu entendimento –, estar fazendo sua parte, já estará lá desde essa segunda. O ministério, porém, não divulgou sua agenda e não dá para saber com quem ele vai se reunir já que nenhum outro ministro estará lá ainda, exceto os da Espanha e do Chile envolvidos na organização da conferência.

A nova rodada de negociações climáticas ocorre em Madri após uma série de reveses. Era para ter sido realizada no Brasil, que ofereceu sua candidatura ainda em 2017, no governo Michel Temer, quando o ministro do Meio Ambiente era Sarney Filho. O País foi aceito em 2018, mas tão logo foi eleito, Bolsonaro pediu a Temer que retirasse a oferta.

O presidente também chegou a ameaçar sair do Acordo de Paris – assim como seu colega Donald Trump, que este ano formalizou a retirada dos Estados Unidos do regime – sob argumento de que ameaçava a soberania do Brasil. O pacto climático foi assinado por 195 países, em 2015. Mais tarde, ele recuou da ideia.

Ao mesmo tempo, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, questionou diversas vezes até mesmo a existência do aquecimento global e a responsabilidade humana sobre ele – o que é considerado **inequívoco por quase a totalidade dos cientistas de clima**.



A conferência foi transferida pelo Chile, que organizou o evento ao longo do ano, mas

com intensos protestos dos últimos meses, também teve de ser cancelada na última hora e foi abraçada por Madri. O evento é o último antes da entrada em vigor do pacto climático e tem como objetivo ajustar os ponteiros para que os países tenham todos os instrumentos para colocá-lo em prática.

Ao fechar o acordo em 2015, os países se comprometeram a reduzir emissões de gases de efeito estufa no mundo de modo a conter o aquecimento do planeta a menos de 2°C até o fim do século. Por pressão dos países-ilha, os que mais devem ser afetados pelas mudanças climáticas, as nações concordaram em fazer esforços para ficar em 1,5°C.

### Aquecimento global virou alvo de pressão nas ruas

As emissões, porém, continuam subindo e, no ritmo atual, devem fazer com que a temperatura atinja esse valor já por volta de 2030. Para atingir a meta, conforme o último Relatório sobre a Lacuna de Emissões da ONU, os países têm de, conjuntamente, promover **redução das emissões de gases, em média, de 7,6% por ano** até lá - o que parece cada vez mais difícil.

A pressão da ciência se junta à das ruas. Este foi o ano foi marcado por protestos de jovens todas as sextas-feiras em todos os cantos do mundo. Eles seguiram o chamado da adolescente sueca **Greta Thunberg**, que, em discurso emotivo na ONU em setembro, acusou os países de terem roubado seus sonhos e sua infância. "Se vocês escolherem falhar, nunca perdoaremos vocês." Nesta sexta-feira, 29, às vésperas do início da COP, milhares de estudantes fizeram manifestações.



A jovem ativista sueca Greta Thunberg, de 16 anos, foi a principal responsável por popularizar a expressão 'greve do clima' Foto: François Mori/AP

No **Acordo de Paris**, os países disseram com quanto eles podem contribuir em termos de reduções de emissões e sempre se soube que eram medidas insuficientes para

conter o aquecimento em níveis menos desastrosos. Por isso, eles concordaram em apresentar em 2020, novas metas. Mas a pressão é para que compromissos mais ambiciosos já comecem a ser apresentados agora.



Há uma expectativa de que a União Europeia anuncie na COP em Madri um plano de zerar as emissões líquidas de carbono para 2050. E de que cerca de cem países poderão se comprometer com a neutralidade do carbono em meados do século.

“Em Nova York, 66 países colocaram ambições maiores na mesa, mas eles só representam 8% das emissões globais”, diz a pesquisadora Thelma Krug, aposentada do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e que por anos participou como negociadora brasileira.

### Brasil não sinaliza que vai assumir novas metas

O Brasil não fez indicativo de que deve se comprometer com nada novo além da meta de reduzir emissões em 37% até 2025, na comparação com 2005, objetivo apresentado junto ao Acordo de Paris. Pelo contrário: insiste que a meta é ambiciosa e num discurso que já vinha das gestões anteriores de que é a nação que mais reduziu suas emissões e que, portanto, merece ser paga por isso.

De fato, o País conseguiu reduzir suas emissões, mas os ganhos do passado vem se diluindo com a retomada do aumento do desmate da Amazônia - historicamente a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa do Brasil.

Mesmo com a queda de emissões no setor de energia, por causa do aumento da fatia de fontes alternativas e do uso de biocombustíveis, a alta do desmate em 2018 fez as emissões totais do País pararem de cair, segundo o Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Seeg), monitoramento independente feito por institutos ligados ao Observatório do Clima. E este ano devem disparar em razão da [alta de 29,5% no desmatamento da Amazônia](#).

“O Brasil tem muita coisa feita e [levará para a COP todo acervo de temas ambientais](#). Por outro lado, também quer receber a sinalização, finalmente, de que a promessa de recursos vultosos de países ricos para os países em desenvolvimento, já a partir do ano que vem, se concretize”, disse Salles na semana passada ao **Estado**.



Não exibir mais este anúncio

Anúncio? Por quê? ⓘ



Vista aérea mostra um trecho da floresta amazônica queimando em Itaituba, no Pará. Foto: Ricardo Moraes / Reuters Foto:

Paulo Braga, do Itamaraty, que vai chefiar os negociadores, confirmou essa posição. “O Brasil segue da trajetória de cumprir suas metas. Queremos ambição para meios de implementação e transferência de tecnologia.” Traduzindo do diplomatiquês, o País deve mais cobrar do que dar.

“Tratar de florestas é importante, mas não vamos mudar o que está acontecendo se não falar de transição energética, daqueles setores que são os maiores emissores, que têm a maior contribuição para a mudança do clima. Todo mundo tem de fazer sua parte, mas somos bem defensores de que sem contar emissões de energia, talvez o resto será um esforço em vão”, disse, sinalizando como deve ser a posição do País na COP.

Salles tem citado como bom exemplo o fato de que [outubro teve o menor número de queimadas na Amazônia](#) para o mês na série histórica, mas não menciona que isso ocorreu depois de agosto ter visto as maiores queimadas desde 2010 – e que o desmatamento continuou subindo no período. [Em novembro, as queimadas voltaram a subir.](#)

Ele também tem justificado que o desmate está em alta desde 2012, mas não menciona que a taxa de crescimento deste ano em relação ao anterior, de 29,5%, foi mais que o dobro da média observada nesses sete anos, de 11,5%. E que o Brasil tem

uma meta interna de chegar a 2020 com o desmatamento da Amazônia em 3.925 km<sup>2</sup>. Entre agosto do ano passado e julho deste ano, a taxa oficial foi de quase 10 mil km<sup>2</sup>. E dados preliminares indicam para mais de 4 mil km<sup>2</sup> desde agosto.

### Desmonte do Fundo Amazônia pesa contra governo brasileiro

Também pesa contra os apelos do Brasil por mais recursos o fato de que o País desmantelou este ano o Fundo Amazônia – doação de R\$ 3,4 bilhões da Noruega e da Alemanha como pagamento por resultados pelas reduções no desmatamento. O plano de Salles é tentar apresentar na COP um novo fundo, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.



Neste ano, porém, mesmo se o Fundo Amazônia continuasse operante, o Brasil não teria direito a nenhum novo repasse, uma vez que taxa de desmate ficou mais alta do que a linha de base do fundo, que é de 8.100 km<sup>2</sup>. “O Brasil não teria recurso a receber neste ano e mesmo no ano que vem teria de ter um desmatamento de cerca de 6.500 km<sup>2</sup> para compensar o quanto ficou acima da taxa neste ano”, comenta Tasso Azevedo, do Observatório do Clima.

O País também já tinha recebido US\$ 96 milhões (cerca de R\$ 407 milhões) do Fundo Verde do Clima (GCF), o que ficou travado quando não foi nomeada este ano uma comissão para gerenciar essa verba.

“Se chegar na COP pedindo dinheiro, o Brasil vai bater na porta errada. Além do aumento do desmatamento, vai ter de explicar a revogação do zoneamento da cana e o plano de acabar com a moratória da soja. Além disso, nem se pede dinheiro assim na COP”, comenta Thelma Krug.

Salles tem citado o compromisso assumido pelos países ricos de levantarem US\$ 100 bilhões ao ano, a partir de 2020, para ajudar os países mais pobres a “descarbonizar” suas economias. Esse valor ainda não foi alcançado e o ministro quer a parte do Brasil.

Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, o ministro chegou a sugerir que uns US\$ 10 bilhões (cerca de R\$ 47 bilhões) caberiam ao Brasil. A proposta, porém, é que esse recurso tenha diversas origens: público, privado, de doações, empréstimos, e terá como foco principal os mais pobres, não os emergentes.

A meta assumida pelo Brasil no Acordo de País, no entanto, não é condicional. Ou seja: o País disse que tinha como cumprir seus compromissos por conta própria. Não condicionou o cumprimento das metas ao recebimento de dinheiro de outros países,

diferentemente do que fizeram algumas outras nações.

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

Compartilhe



### Tudo Sobre

[aquecimento global](#)

[Conferência das Nações Unidas Sobre Mudança Climática](#)

[Ricardo Salles](#)

[desmatamento](#)

[Floresta Amazônica](#)

COMENTÁRIOS

### Notícias relacionadas



Análise: 'Emissões precisam cair. E temos de parar de procrastinar'

### VEJA TAMBÉM

outbrain



Agosto deve ter tempo mais quente e seco que o normal em SP; confira a previsão para todo o Brasil



Convergências amazônicas



Rio Pinheiros está despoluído? Vai dar para nadar? E quando sai o 'Puerto Madero' de SP?



## ANEXO U – “Investidores ameaçam sair do Brasil se destruição da Amazônia não parar, diz Financial Times”



ESTADÃO

ESTADÃO / ECONOMIA

Jaqueline

# Investidores ameaçam sair do Brasil se destruição da Amazônia não parar, diz Financial Times

Carta, de grupo formado por quase 30 instituições financeiras em todo o mundo que gerenciam mais de US\$ 3,7 trilhões, foi entregue ao governo brasileiro, segundo publicou o jornal britânico

Publicidade

Publicidade

bradesco

sesc



Por Redação  
23/06/2020 | 09h04

3 min de leitura

LONDRES - Um grupo formado por quase 30 instituições financeiras em todo o mundo exige que o governo brasileiro freie o crescente desmatamento no País, segundo publicou nesta terça-feira, 23, o jornal britânico **Financial Times**. Para o grupo, a continuidade da prática criou "uma incerteza generalizada sobre as condições para investir ou fornecer serviços financeiros ao Brasil".





Floresta Amazônica Foto: Tiago Queiroz/Estadão - 13/10/2015



#### Leia também

Europeus ameaçam deixar de investir no Brasil por causa do desmatamento

A carta foi entregue ao governo brasileiro na terça-feira em meio às crescentes as preocupações de que os investidores possam começar a desinvestir da maior economia da [América Latina](#) se o governo de [Jair Bolsonaro](#) falhar em conter a destruição ambiental.

"Como instituições financeiras, que têm o dever fiduciário de agir no melhor interesse de longo prazo de nossos beneficiários, reconhecemos o papel crucial que as florestas tropicais desempenham no combate às mudanças climáticas, protegendo a biodiversidade e assegurando serviços ecossistêmicos", afirmou a carta, assinada por 29 instituições financeiras que gerenciam mais de US\$ 3,7 trilhões em ativos totais. Os signatários incluem o Legal & General Investment Management e a Sumitomo Mitsui Trust Asset Management.

"Considerando o aumento das taxas de desmatamento no Brasil, estamos preocupados com o fato de as empresas expostas a desmatamento potencial em suas operações e cadeias de suprimentos no Brasil enfrentarem uma dificuldade crescente de acessar os mercados internacionais. Também é provável que os títulos soberanos brasileiros sejam considerados de alto risco se o desmatamento continuar", escreveram, conforme reproduziu o jornal.

O FT salientou que o desmatamento na floresta amazônica aumentou no Brasil desde a eleição de Bolsonaro, apresentado como um ex-capitão do exército de direita, que apoia a abertura das terras protegidas à atividade comercial. Segundo a publicação, nos primeiros quatro meses deste ano, uma área com o dobro do tamanho da cidade de Nova York foi destruída com madeireiros ilegais e garimpeiros aproveitaram a diminuição da fiscalização durante a pandemia de coronavírus para derrubar florestas. A terra é geralmente convertida em pasto para criar gado, continua o diário.



NEWSLETTER

### Economia & Negócios

O cenário econômico do Brasil e do mundo e as implicações para o seu bolso, de segunda a sexta.

INSCREVER

Ao se cadastrar nas newsletters, você concorda com os [Termos de Uso](#) e [Política de Privacidade](#).

A reportagem enfatizou que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, também alimentou controvérsia quando foi filmado durante uma polêmica reunião ministerial que foi liberada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) dizendo que o governo deveria

tirar proveito do foco da mídia na pandemia da covid-19 para "mudar e simplificar" as regras ambientais.



“Queremos continuar investidos em empresas brasileiras, mas é preciso haver um uma regulação estável e previsível e arcabouço ambiental e políticas que estão alinhados com a sustentabilidade que trarão uma mudança de curso”, disse Jan Erik Saugestad, executivo-chefe da Storebrand Asset Management, um grupo norueguês que tem US\$ 80 bilhões sob sua gestão. “Eventualmente, se não virmos esse tipo de mudança, o risco de permanecer investido poderá chegar a um ponto em que não permaneceremos investidos”, continuou.

### Frigoríficos

Um gerente de portfólio de um grupo europeu de gerenciamento de ativos, que assinou a carta, disse: “Não é apenas uma ameaça. Consideraríamos desinvestir. Acreditamos que o Brasil pode enfrentar desafios econômicos estruturais se não ajustar seu curso de ação.” Os investidores, continuou o FT, disseram estar particularmente preocupados com a indústria brasileira de frigoríficos, que corre o risco de ser excluída dos mercados internacionais por causa de seu suposto papel no desmatamento. A JBS do Brasil tem sido repetidamente acusada por ambientalistas de comprar vacas de terras desmatadas na Amazônia.

No mês passado, mais de 40 empresas europeias, incluindo a maior rede de supermercados britânica Tesco e a varejista Marks and Spencer, alertaram que iriam boicotar produtos brasileiros se o governo não agir em relação ao desmatamento. “O maior medo é sempre que nossos ativos percam valor. Isso pode ser causado por empresas que perdem o acesso ao mercado, mas também devido a danos à reputação”, afirmou o gerente de portfólio europeu.

O FT lembrou que, no ano passado, o braço de administração de ativos da Nordea suspendeu as compras de títulos do governo brasileiro após incêndios na Amazônia causados por madeireiros e fazendeiros que limpavam terras desmatadas. Gabriella Dorlhiac, diretora executiva da Câmara de Comércio Internacional de São Paulo, disse que essas campanhas têm “um impacto muito real nas empresas daqui”. “Não é apenas a perda de contratos. Veja o acordo comercial UE-Mercosul. Há uma ameaça de que algo que levou 20 anos para ser finalizado seja colocado em risco.” O acordo comercial UE-Mercosul foi acordado pelos dois blocos no ano passado, mas fez pouco progresso em direção à ratificação.

"O governo brasileiro deve tomar medidas para reverter urgentemente as taxas crescentes de desmatamento", disse Jonathan Toub, gerente de fundos de ações da Aviva Investors. "Em nossas carteiras de ações, tivemos um viés positivo para o Brasil no início do ano. No entanto, erros de política aumentaram nossas preocupações sobre as prioridades do governo. Reduzimos nossa exposição a ativos brasileiros nos últimos meses."

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

Compartilhe



## Tudo Sobre

Floresta Amazônica

desmatamento

meio ambiente

investimento estrangeiro

investimento

COMENTÁRIOS

## Notícias relacionadas



## Notícias em alta | Economia



### Em busca da ecoeficiência na construção civil

ArcelorMittal desenvolve produtos que conciliam vantagens ambientais com performance aprimorada e redução de custos

27/07/2023 | 08h00 | ArcelorMittal; Estádio Blue Studio



### Empresas compram caminhões e ônibus velhos para reciclar e usam bônus para renovar frota própria

Troca está prevista no programa do governo de renovação de frota; empresa que retira veículo velho das ruas e manda para reciclagem têm...

02/08/2023 | 14h30 | Cleide Silva



### O 'Mr. Imposto' Fernando Haddad e a 'mão grande' do governo no bolso dos

## ANEXO V – “Desmatamento na Amazônia em junho é maior em 5 anos, apesar de ação militar e pressão externa”

ESTADÃO / SUSTENTABILIDADE Jaqueline

# Desmatamento na Amazônia em junho é maior em 5 anos, apesar de ação militar e pressão externa

Alertas do Inpe indicam a perda de 1.034,4 km<sup>2</sup> no mês de junho, alta de 10,65% em relação a junho do ano passado, quando os alertas apontaram desmate de 934,81 km<sup>2</sup>. É o mês de junho com maior devastação dos últimos cinco anos

PUBLICIDADE



Por Giovana Girardi  
10/07/2020 | 09h06

8 min de leitura

SÃO PAULO - O desmatamento da **Amazônia** manteve o ritmo de alta no mês de junho, mesmo com uma ação de militares na região desde maio e com a pressão que vem sendo feita por investidores estrangeiros para que o governo controle o problema.

Alertas feitos pelo sistema Deter, do **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)**, indicam a perda de 1.034,4 km<sup>2</sup> no mês de junho, alta de 10,65% em relação a junho do ano passado, quando os alertas apontaram desmate de 934,81 km<sup>2</sup>. Em apenas um mês, foram derrubados na Amazônia o equivalente à área da cidade de Belém (Pará).



### Leia também

Nasa alerta que temporada de fogo na Amazônia pode ser ainda mais intensa neste ano





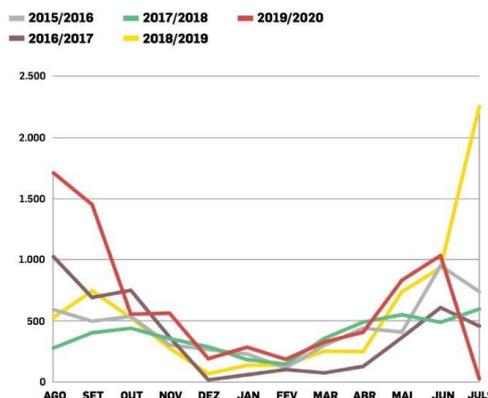
Área desmatada na região de Itaituba, no Pará, em setembro de 2019 Foto: Ricardo Moraes / Reuters

É o mês de junho com maior devastação dos últimos cinco anos. Já são 14 meses consecutivos de alta no corte da floresta em relação aos mesmos meses do ano anterior. Em oito desses meses, as taxas bateram os recordes do registro desde 2015. No acumulado desde agosto (quando se inicia o calendário anual para fins de detecção do que ocorre na floresta), o Deter indica a devastação de 7.566 km<sup>2</sup>, ante 4.589 km<sup>2</sup> no período de agosto de 2018 a junho de 2019. O aumento para esse período é de 65%.

O valor até o momento já é maior do que o acumulado de todos os alertas dos 12 meses entre agosto de 2018 e julho de 2019: 6.844 km<sup>2</sup>. Somente nos primeiros seis meses deste ano, foram mais de 3 mil km<sup>2</sup> de florestas perdidos, o equivalente a duas vezes a área da cidade de São Paulo.

### Avanço da motosserra

Alertas mensais de desmatamento na Amazônia em maio e junho foram os maiores desde 2016



\* dados até 2 de julho

Fonte: Deter / Inpe

ESTADÃO #ff

A Amazônia está na estação seca, justamente quando o **desmatamento** se intensifica. No início de maio, o presidente **Jair Bolsonaro** decretou uma nova Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para atuar na região na chamada **Operação Verde Brasil 2**. Fiscais do

Ibama foram subordinados aos militares na hora de decidir as ações. Foi previsto o investimento de R\$ 60 milhões, mas como revelou o **Estadão**, apenas 0,7% disso já foi usado.



Nesta quinta-feira, 9, o vice-presidente **Hamilton Mourão**, que coordena o Conselho da Amazônia e também a Operação Verde Brasil 2, liderou uma reunião de ministros com investidores estrangeiros a fim de tentar melhorar a imagem do País no exterior, que vem sendo cobrando para reduzir a destruição da Amazônia.

Ele procurou retirar qualquer responsabilidade do governo sobre o avanço do desmatamento e declarou que as **críticas internacionais sobre a derrubada da floresta no País refletem interesses comerciais e disputa geopolítica, por causa da força do Brasil no agronegócio**.

Mourão não explicou, porém, por que, apesar de os militares estarem atuando na região, o desmatamento continua subindo. As queimadas também estão em alta. Em junho, o **número de focos foi o mais alto para o mês desde 2007**. Nesta sexta, em entrevista à coluna de Lauro Jardim, do Globo, Mourão minimizou os dados: "Só no ano que vem, quando vai passar o satélite de novo, vamos poder comprovar que nossos esforços para reduzir o desmatamento surtiram efeito. Até lá, é conversa de bêbado. Eles dizendo uma coisa e nós argumentamos outra."

O vice-presidente demonstra desconhecimento sobre como funciona o monitoramento da região. Os satélites usados pelo sistema Deter fazem a varredura da região constantemente e enviam todos os dias para o Ibama dados sobre onde estão ocorrendo desmates a fim de orientar a fiscalização em campo. O que os dados mostram está acontecendo agora.

O **Estadão** também vem questionando desde a semana passada o Ministério da Defesa e desde esta quinta a Vice-Presidência sobre o motivo para as altas consecutivas, mas ainda não obteve resposta. O ministério indicou, somente, resultados materiais da operação. Em nota enviada na semana passada, disse que foram apreendidos 25 mil m<sup>3</sup> de madeira, 156 veículos, 180 embarcações e que houve o embargo de 31.880 hectares.

"Foram efetuadas 146 prisões, apreensão de 372 kg de drogas; aplicação de 1.026 termos de infração (R\$ R\$ 213.013.211,21 em multas); e 11.859 patrulhas navais e terrestres, vistorias e revistas. Militares e integrantes de agências ainda inspecionaram 73 madeireiras, apreenderam 9.452 litros de combustível, 70 maquinários de mineração e 55 tratores. Também foram inutilizados 27 tratores, 25

motores de garimpo e 10 balsas", disse o ministério.

## Relatos de campo

Continua após a publicidade



### Concertos de Música Clássica

Músicos ao vivo em alguns dos locais mais emblemáticos de Porto Alegre.

Candlelight [Reserve Agora >](#)

Diversos fiscais do Ibama ouvidos pelo **Estadão** em condição de anonimato revelam, no entanto, que faltam planejamento para as ações em campo. Eles relatam que em muitas situações, somente depois de já estarem há alguns dias na região, que eram decididos os locais onde iriam atuar. Segundo eles, os especialistas em fiscalização, principalmente em técnicas de geolocalização e de inteligência, não têm sido consultados.

"É como se colocassem o craque do time na reserva numa final após marcar 3 gols na semifinal. O Exército já trabalhou em parceria com o Ibama diversas vezes, mas essa relação em que eles definem prioridades, áreas de atuação é algo inédito. O Exército tem muitos homens para executar e obedecer, mas estão longe de ter o mesmo treinamento. Os fiscais são biólogos, engenheiros florestais, agrônomos, geógrafos, engenheiros ambientais, muitos com mestrado e doutorado na área ambiental, com um conhecimento gigantesco dos biomas e suas especificidades, não militares que, teoricamente, são formados para uma guerra", disse um deles.

"O Ibama tem um centro especializado em sensoriamento remoto, tem um canal de comunicação estabelecido com o Inpe, tem setores de inteligência e de denúncias que coletam informações diariamente, sistemas de controle de produção e comércio de madeira, trabalha há 30 anos na floresta no combate à ilícitos e reúne todo ano os fiscais para planejar o combate do próximo ano (o PNAPA – Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental). Todas operações do Ibama levam em consideração esses fatores, elencando as regiões onde o desmatamento está ocorrendo agora e os alvos identificados, priorizando eficácia e a eficiência. Um fiscal sai de seu escritório e, literalmente, atravessa o Brasil, com objetivos determinados e em campo só são feitas pequenas adaptações. Na GLO nada disso é levado em consideração", afirmou outro fiscal.

"Estão trocando o pneu com o carro em movimento. Existe um esforço em articular a troca de informações, mas algo sem planejamento e desorganizado, pois a movimentação só foi feita após o decreto. Temos homens no campo esperando instruções e 'voos de reconhecimento' para encontrar algo, um gasto absurdo. Ao mesmo tempo, usam os dados positivos das operações comandadas pelo Ibama (dentro do planejamento da instituição) para inflar os números da caríssima GLO, como já foi feito no combate de incêndios do ano passado. O importante para a GLO é

o controle da narrativa, mesmo que os fatos mostrem o contrário", continuou. Reportagem do **Estadão** confirmou que [dados da Operação Verde Brasil 2 são inflados](#).

Os fiscais contam que houve casos em que se optou por embargar madeireiras, em vez de combater o desmatamento em curso. A chegada dos militares sobrevoando as regiões também já dão a pista para os criminosos fugirem. "Madeira seria interessante fazer, mas o Exército sobrevoou a cidade uma semana antes das ações. Quando chegamos, as toras estavam espalhadas nas vizinhanças. O Ibama não usa helicóptero para operações surpresas há muito tempo. Não é efetivo", disse um terceiro fiscal.

## Alertas de desmatamento

Períodos de agosto a julho



\*DADO ATUALIZADO ATÉ O DIA 30 DE JUNHO

Fonte: DETER/INPE

ESTADÃO 

"O que a gente escuta é que a presença dos militares está mais gerando confusão do que ajudando no combate. Tem toda uma questão de inteligência de monitoramento, de comando e controle, que são os órgãos ambientais que fazem. Quando a liderança passa para o Exército, isso está gerando uma inoperância, uma falta de efetividade, que refletem nos números de desmatamento e queimadas", afirmou ao **Estadão** Edegar Rosa, diretor do WWF-Brasil para Conservação e Restauração.

Continua após a publicidade



## Concertos de Música Clássica

Candlelight

Candlelight

**Reserve Agora**

"Quando se olha todo o contexto, as falas desde o começo do presidente Jair Bolsonaro e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, questionando terras indígenas, promovendo o garimpo, desmontando a fiscalização. Na reunião ministerial usaram a pandemia como distração para passar medidas que facilitam o impacto ambiental. Com isso tudo, não dá para acreditar nas falas do governo agora de que existe preocupação efetiva", complementa.

Ele lembra que não existe um plano estabelecido para o combate ao desmatamento. "O Brasil tem histórico de controlar o desmatamento. A gente já conseguiu fazer isso. Mas as falas deles ainda são de negar o problema. E os investidores veem isso."

Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima também criticou o governo. "Enquanto o Planalto se esforça para tentar enganar o mundo de que preserva a Amazônia, a realidade dos números revela que o governo Bolsonaro está colaborando na destruição da maior floresta tropical do planeta", disse em nota distribuída pela rede de ONGs. "Sob Bolsonaro, vivemos o pior momento da agenda ambiental de nosso país", complementou.

Para o Greenpeace, Mourão falhou, e a reação do governo às pressões é de "esconder o problema atrás de uma cortina feita de campanha publicitária, viagens e ações de fachada".

Cristiane Mazzetti, da campanha de Amazônia da organização, disse por meio de nota que para mitigar e reverter os danos à floresta e à imagem do País é preciso mais. "Precisamos de resultados concretos, e para isso será necessário um plano robusto para conter tamanha destruição, na linha do que foi o PPCDAM (*plano de combate ao desmatamento que vigorou nas últimas gestões*), a começar por ações de comando e controle em caráter permanente e executadas por órgãos competentes e bem aparelhados. Este é um caminho, já conhecido, que este governo insiste em ignorar", disse.

Ela cita que cerca de 67% do garimpo realizado na Amazônia em junho ocorreu em áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas): foram desmatados 387 hectares para realização de garimpo em Terras Indígenas e 1.021 hectares em Unidades de Conservação.

### Devastação em alta desde o ano passado

Continua após a publicidade



## Concertos de Música Clássica

Candlelight

Reserve Agora

O desmatamento disparou na Amazônia a partir de maio do ano passado. Foi quando os alertas do Deter começaram a ser destacados na imprensa estrangeira que o presidente **Jair Bolsonaro** começou a colocar em dúvida os dados do Inpe. Ele chegou a dizer que os números eram mentirosos e que o então diretor do instituto, **Ricardo Galvão**, estaria "**a serviço de alguma ONG**". Ao **Estadão**, Galvão acusou Bolsonaro de ser "**pusilânime e covarde**" e acabou exonerado alguns dias depois.

O Deter é um sistema mais dinâmico, que fornece em tempo real alertas para orientar a fiscalização em campo. Mas normalmente a tendência que ele indica, seja de alta ou de baixa, é depois confirmada pelo Prodes, o sistema que fornece a taxa oficial anual do desmatamento da Amazônia.

O Prodes entre agosto de 2018 e julho de 2019 foi o mais alto desde 2008 e superou pela primeira vez no período a faixa dos 10 mil km<sup>2</sup>. Em números absolutos, [a Amazônia perdeu 10.129 km<sup>2</sup>](#). O valor representa uma alta de 34,41% em relação aos 12 meses anteriores. Entre agosto de 2017 e julho de 2018, a perda havia sido de 7.536 km<sup>2</sup>.

Por causa das altas que vêm sendo indicadas pelo Deter desde agosto do ano passado, especialistas já estimam que o Prodes deste ano deve trazer uma alta ainda maior que a de 2019. Ainda falta terminar o mês de julho para fechar a conta, mas no ritmo apresentado até então, especialistas veem poucas chances de o problema se reverter.

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#) [Compartilhe](#) [f](#) [t](#) [w](#) [in](#) [✉](#) [🔗](#)

### Tudo Sobre

[Floresta Amazônica](#) [desmatamento](#) [meio ambiente](#)

[Ibama \[Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis\]](#)

COMENTÁRIOS

### Notícias relacionadas



### VEJA TAMBÉM

outbrain



Agosto deve ter tempo mais quente e seco que o normal em SP; confira a previsão para todo o Brasil



Convergências amazônicas



Rio Pinheiros está despoluído? Vai dar para nadar? E quando sai o 'Puerto Madero' de SP?



## ANEXO X – “Travado desde 2019, Fundo Amazônia congela R\$ 1,4 bi para 40 projetos ambientais”

The screenshot shows a mobile news article interface. At the top, the 'ESTADÃO' logo is visible, along with the text 'ESTADÃO / SUSTENTABILIDADE' and a search icon. The user's name 'Jaqueline' is also present. The main headline reads 'Travado desde 2019, Fundo Amazônia congela R\$ 1,4 bi para 40 projetos ambientais'. Below the headline, a sub-headline states: 'Formado com doações bilionárias da Noruega e da Alemanha, mecanismo tem 40 projetos com os processos de análise congelados, num total de R\$ 1,409 bilhão'. A 'PUBLICIDADE' (Advertisement) section follows, featuring a Google AdSense notice: 'Anúncios Google' with buttons for 'Não exibir mais este anúncio' and 'Anúncio? Por quê?'. Below the ad, there are social media sharing icons (comment, share, bookmark) and the author's name 'Por Vinicius Neder' with the date '23/10/2020 | 09h00'. A section titled 'Notícias relacionadas' (Related News) contains three circular thumbnails. At the bottom of the article preview, it indicates '5 min de leitura' (5 minutes of reading). A 'Retomada Verde' (Green Restart) banner is visible at the very bottom of the screenshot.

RIO - Sem aprovar nenhum novo apoio desde 2018, o **Fundo Amazônia**, formado com doações bilionárias da **Noruega** e da **Alemanha**, tem 40 projetos com o processos de análise congelados, num total de R\$ 1,409 bilhão. Os recursos iriam para equipar órgãos de fiscalização, como o **Ibama**, que, sem dinheiro, mandou recolher do campo brigadistas que atuam no combate às queimadas. Também serviriam para organizações não governamentais (ONGs) - alvos frequentes de críticas do presidente **Jair Bolsonaro** - tocarem ações de desenvolvimento sustentável. O caso retomará evidência na sexta-feira, 23, quando ocorrerá a primeira de duas audiências públicas de uma **ação judicial que questiona no Supremo Tribunal Federal (STF) a paralisação do mecanismo**.

A audiência é mais um capítulo na disputa entre o governo Bolsonaro e os países doadores em torno do uso dos recursos repassados. O **Ministério do Meio Ambiente (MMA)** levanta suspeitas de irregularidades na aplicação dos recursos. Afirma que seriam pouco eficazes para reduzir o **desmate**. Bolsonaro já **atacou os doadores**.



Fundo Amazônia deixa de lado combate ao desmatamento Foto: Tiago Queiroz/ Estadão

Com base nas suspeitas que levantou, o governo federal extinguiu o **Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa)**, principal órgão de governança do fundo, alegando que pretende reformular a gestão. Descontentes com as mudanças, as nações patrocinadoras suspenderam os repasses de novas parcelas de doação.

Criado em 2008 durante o governo de **Luiz Inácio Lula da Silva**, com R\$ 3,2 bilhões da Noruega e R\$ 200 milhões da Alemanha, o Fundo Amazônia é uma iniciativa pioneira de REDD+. O instrumento foi desenvolvido pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), com objetivo de recompensar financeiramente países em desenvolvimento pela redução de emissões de gases do efeito-estufa associados ao desflorestamento.

Até 2018, 103 projetos, com valor total de R\$ 1,860 bilhão, foram aprovados pelo **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**, gestor do fundo. Diante do impasse com os países doadores, o banco de fomento suspendeu a análise e contratação de novos projetos.

Continua após a publicidade

← Anúncios Google

[Não exibir mais este anúncio](#) [Anúncio? Por quê? ⓘ](#)

A suspensão tem duas consequências principais. Primeiro, [atinge ações de fiscalização contra o desmatamento](#) ilegal e combate a queimadas, a cargo dos governos locais. O fundo financiou equipamentos para Ibama e Corpos de Bombeiros estaduais, assim como iniciativas de cadastramento de propriedades rurais pelos Estados. Segundo o site do Fundo Amazônia, 1.236 missões de fiscalização foram financiadas desde a criação do instrumento.

A outra consequência do congelamento do Fundo Amazônia é a inviabilização de projetos de fomento a práticas econômicas sustentáveis. São iniciativas que, além de contribuir para a diminuição da derrubada da floresta, poderiam impulsionar a economia de baixo carbono na [Região Amazônica](#). Essas ações ficam, geralmente, a cargo de organizações não governamentais. O site do Fundo Amazônia informa que 338 instituições foram apoiadas, diretamente ou por meio de organizações parceiras, em ações que atingiram 193 mil pessoas.

Essa parte da aplicação dos recursos foi o principal alvo das suspeitas levantadas pelo MMA. Por ordem do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general da reserva **Augusto Heleno**, [ONGs chegaram a ser monitoradas por espíões da Agência Brasileira de Inteligência \(Abin\)](#) na última Conferência do Clima das Nações Unidas, no ano passado, em Madri. Com frequência, Bolsonaro e auxiliares, geralmente da área militar, levantam suspeitas contra essas organizações. Seu objetivo seria internacionalizar a Amazônia, acusam, sem apresentar provas.

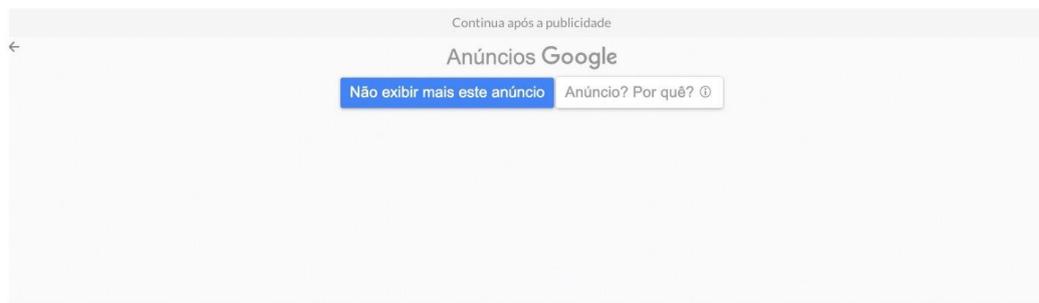
Ouidos pelo **Estadão**, representantes de entidades com trabalho socioambiental relataram impactos positivos do Fundo Amazônia na redução do [desmate](#). Também criticaram a política ambiental do governo federal. As instituições consultadas têm projetos apoiados pelo fundo, mas análises independentes também concluíram pela eficácia do mecanismo.

Pesquisa acadêmica liderada por **Gabriela Simonet**, do Instituto Nacional de Pesquisa Agrícola da França (INRA, na sigla em francês), analisou um projeto específico - Assentamentos Sustentáveis na Amazônia (PAS), do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Concluiu que houve redução no desmatamento. Outro estudo, apresentado no encontro científico de 2016 da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), concluiu que o Fundo Amazônia contribuiu para reduzir o desmatamento nos municípios onde projetos foram apoiados.

Um relatório de avaliação independente coordenado pela [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas \(Cepal\)](#), publicado em dezembro, também analisou o mecanismo. Apontou que “o Fundo Amazônia não alterou as tendências do desmatamento dos últimos anos, mas sem a sua implementação o desmatamento poderia ter sido maior”.

Os projetos das ONGs, geralmente, são voltados para capacitação técnica de pequenos produtores locais. Focam comunidades ribeirinhas e indígenas, alguns ficam em assentamentos de reforma agrária. Desenvolvem atividades econômicas alternativas, evitando plantios predatórios ou mesmo o arrendamento de terras para grandes produtores e madeireiros. Pelas regras do fundo, os recursos são aplicados como doação, a fundo perdido - não são empréstimos. Os projetos mais caros custam

algumas dezenas de milhões de reais, ao longo de anos.



No rol de pedidos congelados, está um projeto do Ipam com foco em assentamentos. Previa o fortalecimento de cadeias produtivas de açaí e de cacau. A entidade pediu R\$ 30 milhões, para investir em capacitação e na compra de insumos para melhorar práticas de manejo e beneficiamento. A estimativa era atingir 4,5 mil pessoas no [Pará](#) e no [Amapá](#). “Parte dos assentados não detém capacidade técnica. O projeto envolve assistências técnicas diferenciadas e planejadas”, diz **Eugênio Pantoja**, diretor de políticas públicas e desenvolvimento territorial do Ipam.

O Instituto Socioambiental (ISA) também tem suspenso um pedido, para o desenvolvimento de cadeias produtivas do extrativismo, como a coleta de castanhas e a produção de óleos. O projeto de R\$ 30 milhões previa atividades em [Roraima](#), [Amazonas](#), [Pará](#) e [Mato Grosso](#), com potencial de atingir 3,8 mil famílias, quase 20 mil pessoas. Segundo Adriana Ramos, assessora do ISA, o Fundo Amazônia é uma das poucas fontes de financiamento para esse tipo de iniciativa, ainda considerada alternativa. “Tudo o que se fez na Amazônia no sentido de fortalecer a floresta em pé, historicamente, foi feito com recursos de cooperação a fundo perdido”, disse.

A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) também deixou de levar adiante um projeto de R\$ 60 milhões para desenvolver atividades baseadas na bioeconomia de recursos nativos. Com repasses para outras 17 instituições menores, a ideia era atingir em torno de mil comunidades ribeirinhas e indígenas, em todos os Estados da região, conforme Virgílio Viana, superintendente-geral da FAS. Para ele, “não é por burrice ou ignorância” que o Fundo Amazônia foi descontinuado. “Há interesses e objetivos que são contrariados com as ações de redução do desmatamento”, disse.

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

Compartilhe



#### Tudo Sobre

Fundo Amazônia

Ministério do Meio Ambiente

Floresta Amazônica

desmatamento

incêndio florestal

retomada verde

COMENTÁRIOS



VEJA TAMBÉM

Outbrain

